UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA

LUIZ ANTONIO ARAÚJO GONÇALVES

A METAMORFOSE DAS FEIRAS NORDESTINAS COM A INSERÇÃO DA CONFECÇÃO POPULAR: ESTUDO GEOGRÁFICO DAS FEIRAS DE CARUARU-PE; APRAZÍVEL, SOBRAL-CE E SERRINHA-BA

FORTALEZA - CEARÁ
2016

LUIZ ANTONIO ARAÚJO GONÇALVES

A METAMORFOSE DAS FEIRAS NORDESTINAS COM A INSERÇÃO DA CONFECÇÃO POPULAR: ESTUDO GEOGRÁFICO DAS FEIRAS DE CARUARU-PE; APRAZÍVEL, SOBRAL-CE E SERRINHA-BA

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Geografia. Área de Concentração: Análise Geoambiental e Ordenação do Território nas Regiões Semiáridas e Litorâneas.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Zenilde Baima Amora.

Coorientadora: Prof.ª Dr.ª Virgínia Célia Cavalcante de Holanda.

FORTALEZA - CEARÁ

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Gonçalves, Luiz Antonio Araújo.
A metamorfose das feiras nordestinas com a inserção da confecção popular: estudo geográfico das feiras de Caruaru-PE; Aprazível, Sobral-CE e Serrinha-BA [recurso eletrônico] / Luiz Antonio Araújo Gonçalves. - 2016.
1 CD-ROM: il.; 4 ¾ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 327 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Tese (doutorado) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2016.
Área de concentração: Análise geoambiental e ordenação do território nas regiões semiáridas e litorâneas.
Orientação: Prof.ª Dra. Zenilde Baima Amora.
Coorientação: Prof.ª Dra. Virgínia Célia Cavalcante de Holanda.

1. Feira. 2. Confecção. 3. Comércio. 4. Nordeste. 5. Modernização. I. Título.

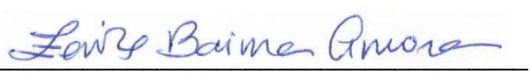
LUIZ ANTONIO ARAÚJO GONÇALVES

A METAMORFOSE DAS FEIRAS NORDESTINAS COM A INSERÇÃO DA CONFECÇÃO POPULAR: ESTUDO GEOGRÁFICO DAS FEIRAS DE CARUARU-PE; APRAZÍVEL, SOBRAL-CE E SERRINHA/BA.

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Geografia. Área de Concentração: Análise Geoambiental e Ordenação do Território nas Regiões Semiáridas e Litorâneas.
.

Aprovado em: 13 de junho de 2016.

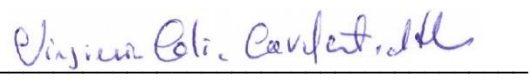
BANCA EXAMINADORA:



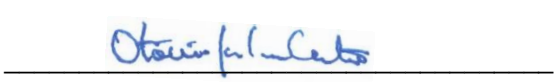
Prof.ª Dr.ª Zenilde Baima Amora (Orientadora)
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Prof. Dr. Ivan da Silva Queiroz
Universidade Regional do Cariri – URCA



Prof.ª Dr.ª Virgínia Célia Cavalcante de Holanda
(Coorientadora)
Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA



Prof. Dr. Otávio José Lemos Costa
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Prof.ª Dr.ª Antonia Neide Costa Santana
Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA



Prof. Dr. José Meneleu Neto
Universidade Estadual do Ceará – UECE

Aos meus pais, Luiz e Luiza Amélia e as minhas irmãs Celeste Augusta e Flávia;

À minha mulher e companheira, Jamille Barros, e à nossa Isabella Maria, promessa de Deus em nossas vidas.

AGRADECIMENTOS

Pelos encontros e despedidas, idas e vindas, lembranças e gravuras nessa trajetória doutoral, agradeço primeiramente a Deus Pai, pelo entendimento, sabedoria e força para concluir este trabalho.

A minha mulher, Jamille Barros, por todo o apoio, incentivo e compreensão durante o trajeto de elaboração desta tese; e a nossa filha, Isabella Maria, por me ensinar todos os dias sobre a beleza da natureza humana e de que estamos em constante aperfeiçoamento.

Agradeço aos meus pais, Luiz e Luiza Amélia, pelo exemplo de trabalho, união e humildade. Também sou grato às minhas irmãs, Flávia e Celeste Augusta, pelo apoio e torcida para a conclusão desta etapa. A todos os meus familiares, pelo apoio dado nos vários momentos de realização deste trabalho.

Tenho a convicção de que esta pesquisa foi moldada com base no debate em grupo, na partilha de visões de mundo discutida em vários momentos, conversas e reuniões, de modo que manifesto reconhecimento a muitas pessoas, mesmo incorrendo no risco de esquecer alguém.

Ao amigo Nicolai Vladimir Gonçalves de Araújo, com quem pude partilhar as primeiras ideias quando eu tinha apenas o ensaio em mente da pesquisa com a inserção da confecção popular que vinha da feira da Sé para a feira de artesanato no calçadão da Avenida Beira-Mar, em Fortaleza/CE. Entre conversas, idas e vindas, agradeço pelo apoio e o diálogo constantes. Sou agradeço também, à amiga Glauciana Alves Teles, pelo companheirismo, diálogo e partilha ao longo dessa trajetória de quatro anos de doutorado. Sua amizade e palavras de ânimo foram auxílios constantes no enfrentamento dos desafios da pesquisa.

Aos colegas da turma de doutorado, Camila Freire Sampaio, Cristiane Ferreira de Souza França, Átila de Menezes Lima, Iaponan Cardins de Sousa Almeida, Andrea Bezerra Crispim, Francisco Edmar de Sousa Silva, Stanley Braz de Oliveira, Robson Fernandes Filgueira, Josué Alencar Bezerra, Carlos Roberto Cruz Ubirajara (Bira), Cleyber Nascimento Medeiros, Antônio Tadeu Pinto Soares Júnior e Deborah de Andrade Aragão.

Ao Laboratório de Estudos Urbanos e da Cidade (LEURC), núcleo de pesquisa onde conseguimos desenvolver boa reflexão teórica e debate com os colegas e amigos nos grupos de estudos, cinedebates, trabalhos de campos, inserindo este trabalho

no âmbito do Grupo de Pesquisa (CNPq): Mobilidades, metropolização e redes: perspectivas sobre o urbano no Ceará. Agradeço à bolsista Vanessa Souza pela contribuição dada na reta final deste trabalho, de igual maneira meu reconhecimento à Marília Colares, amiga de longa data nesses percursos geográficos. Agradeço-lhe pela ajuda, amizade e boas energias para efetivação desta tese.

Ao Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais (NEURB) e ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (GEPPUR), da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), pelo apoio no desenvolvimento dos trabalhos de campo e aplicação do questionário, em especial, aos colegas Mariano de Oliveira Carvalho, Maria Cássia Sá e Antônia Helaine Veras Rodrigues, pela grande ajuda com a aplicação dos questionários na Feira de Aprazível; Agradeço, ainda, ao Prof. Márcio Sá (UFPE) e ao colega Ítalo Soares, pelo apoio concedido na aplicação dos questionários na cidade de Caruaru. Outro agradecimento dirijo ao jovem geógrafo Roberto Jarllys, pelo diálogo profícuo no momento da elaboração dos mapas e cartogramas.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia – ProPGeo, em especial, àqueles com quem tive a oportunidade de estabelecer diálogo em disciplinas, comissões, seminários de teses e dissertações, trabalhos de campo e práticas de laboratório. Meu reconhecimento ao trabalho dos professores doutores Luiz Cruz Lima, José Meneleu Neto, Adelita Carleial, Ana Maria Matos Araújo, Marcos José Nogueira de Souza, Otávio José Lemos Costa, Cláudia Maria Magalhães Grangeiro (*In Memoriam*), Edilson Alves Pereira Júnior, Denise Cristina Bomtempo, Maria Lúcia Brito da Cruz, Fábio Perdigão Vasconcelos, Lúcia Maria Silveira Mendes, Daniel Rodriguez de Carvalho Pinheiro. Meu, agradecimento, ainda, aos docentes que colaboraram, ministrando disciplinas no ProPGeo, em especial, aos professores doutores Everaldo Melazzo, Ruy Moreira, Eliseu Sposito, Jorge Montenegro, Eve Anne Bühler, Lee Pegler, Maria Elisa Zanella, Oscar Sorbarzo e Rogério Haesbaert.

Aos funcionários do ProPGeo/UECE, em especial, a Júlia Oliveira, Adriana Livino dos Santos, Sr. Francisco e Aparecida, pelo empenho, profissionalismo no desenvolvimento de suas funções para o desenvolvimento da Pós-Graduação em Geografia. Agradeço também ao Senhor Firmino, motorista da UECE, pela dedicação e empenho em nos conduzir no primeiro trabalho de campo, de Fortaleza até o agreste pernambucano, guiando sempre com bom humor e boa prosa.

Aos profissionais da Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC, nas pessoas de Sra. Ana Carolina Cabral Frota e Sr. Ricardo Goulart de Carvalho Pereira, e, ainda, dos profissionais do Centro de Conhecimento, Editoração, Documentação, Informação e Pesquisa – CEDIP/SFIEC, nas pessoas da Sra. Rita de Cássia B. Farias e equipe.

Sou grato, por igual, à Direção do Moda Center Santa Cruz, na pessoa do Senhor José Bezerra da Costa Filho, e à Gerência de Comunicação, na pessoa do jornalista Elinaldo Ventura, pela presteza na concessão de dados e informações. Aos profissionais do Museu do Sertão e do Arquivo Municipal de Feira de Santana/BA; do Museu Diocesano Dom José, em Sobral/CE; do Museu do Barro e Museu de Caruaru, pela atenção e dedicação no trabalho que exercem em equipamentos dedicados à salvaguarda da memória. Ao Centro Cultural da Federação dos Transportes – FETRANS, na pessoa da Sra. Josenira Ribeiro, pela atenção e colaboração ao ceder material iconográfico para este trabalho. Aos Profissionais do SEBRAE/PE em Caruaru, SEBRAE/BA em Feira de Santana e SEBRAE/CE em Fortaleza/CE, pela presteza e disponibilidade em me receber e no atendimento às informações solicitadas. A Pedro Miranda, representante dos lojistas do Parque 18 de Maio, na Associação Comercial e Empresarial de Caruaru – ACIC.

Às entidades que representam os feirantes, cada uma lutando, ao seu modo, em defesa dos interesses desses trabalhadores. Agradeço, de modo particular, à Dona Vera e ao Mazinho, da Associação dos Feirantes de Serrinha/BA; à Diretoria da Associação dos Feirantes do Aprazível – AFA, nas pessoas de Alexandre Casimiro e Francisco de Paula Neto (Chico Neto); ao Heron Moreira, da União dos Feirantes do Estado do Ceará, e à Maria Aparecida dos Santos Assunção (Cida), da União dos Feirantes, Sulanqueiros e Ambulantes de Caruaru – UFESULAC.

Ao meu avô, José Gonçalves Cruz, Zé Crioulo, (*In Memoriam*), de quem não pude me despedir, pois me encontrava em trabalho de campo na cidade de Feira de Santana/BA. Agradeço ao Mestre Cruz pelos primeiros passos no ensino da Música.

À minha professora e amiga, Claudia Maria Magalhães Grangeiro (*In Memoriam*), pela oportunidade do convívio, momentos compartilhados, pela intensa influência em minha formação; na qualidade de profissional séria e comprometida, com ela tive o prazer de aprender como aluno e, posteriormente, colega de trabalho. De voz tranquila, mansidão no olhar e humor ímpar, sempre plantou a esperança em suas

falas de incentivo para a conclusão desta tese. Assim ocorreu em nosso último encontro nos corredores da UECE.

Aos professores da rede pública de ensino de Fortaleza, colegas com quem compartilhei até as linhas finais deste trabalho, o desafio diário da defesa da Educação Básica de qualidade e formação dos nossos jovens.

A minha coorientadora, Prof.ª Dr.ª Virgínia Célia Cavalcante de Holanda, pelo compromisso, seriedade e garra, somados à simplicidade e à generosidade com que acolheu este trabalho, sempre abrindo caminhos e oportunidades. Prezo sua amizade e possibilidade do diálogo constante, horizontal e de leveza no trato do dia a dia.

Agradeço, de modo especial, à minha orientadora, Prof.ª Dr.ª Zenilde Baima Amora, pessoa a quem tenho gratidão por apostar no trabalho e por enfrentar todos os desafios desta pesquisa. Meu reconhecimento e gratidão a essa pesquisadora, professora, orientadora, tutora, conselheira e amiga. Esse agradecimento também é partilhado com seu marido e companheiro, Francisco Tabosa, pessoa por quem tenho carinho, admiração e estima.

Aos feirantes e às feirantes das diversas feiras da região Nordeste, onde tivemos a oportunidade de parar e conversar sobre a realidade da feira no período da pesquisa de campo. Após quatro anos de viagens, visitando várias feiras nordestinas, adquirimos um profundo respeito por esses homens e mulheres que trabalham dia após dia, superando desafios da labuta a cada nova feira trabalhada com perseverança. Essa riqueza somente foi compreendida com a imersão no trabalho de campo que me proporcionou uma memória plena de lembranças, das pessoas, das partilhas, no convívio, o tempo gasto e espaço vivido. Agradeço, com efeito, a todos os feirantes que pude entrevistar nesta pesquisa, mulheres e homens bravos, batalhadores que insistem a cada dia pela sobrevivência, mostrando-nos a essência de um povo obstinado pelo trabalho e que, por meio deste, empreendem transformações silenciosas no espaço e economia da região Nordeste do Brasil.

“Você não encontra muita coisa sobre a maneira como as pessoas sem importância viveram esse dia: suas ocupações e preocupações, seus trabalhos e divertimentos”.

(Henri Lefebvre)

“Esta Elegia não canta o amor do Nordeste passado, que foi o domínio dos latifundiários e dos ‘barões’ do açúcar, Nordeste esse que se projeta agora num folclore que é, sob muitos aspectos, a glorificação de um passado de servidão. Esta Elegia canta o amor do futuro. Não esquece porém que, ao cantar, esse futuro realiza-se pelo aprofundamento da exploração, nesse futuro imediato”.

(Francisco de Oliveira)

RESUMO

Estudo geográfico das feiras de confecção em cidades do interior do Nordeste brasileiro: Caruaru, em Pernambuco; Aprazível, em Sobral, no Ceará e Serrinha, na Bahia, examina as metamorfoses ocorrentes nas feiras nordestinas com a explosão de artigos de confecção. Partiu-se da compreensão de que o comércio da confecção, na feira, não podia ser entendido sem se levar em conta o espaço da produção. Assim, a tese foi organizada, considerando-se, além da comercialização, as fases de produção, distribuição, circulação e consumo. Desse modo, se intenta apreender o universo da feira, tendo por base a análise de seus componentes, o feirante como trabalhador que tira seu sustento da feira e pode ser tanto confeccionista quanto revendedor de confecção; o alcance espacial das feiras (feirantes e compradores) e os conflitos com a norma urbana. No que se refere, mais especificamente, aos elementos da metamorfose, fica evidente a constituição de espaços dedicados a esse tipo de comércio. Do ponto de vista do método, o Materialismo Histórico-Dialético foi um caminho para que se pudesse refletir sobre a feira, não feita elemento isolado, mas como parte constituinte de uma totalidade. A feira de confecção insere-se no âmbito atual, marcado pela lógica de produção, constituída, sobretudo, por pequenas unidades fabris, porém inserida numa realidade global. Os tecidos, aviamentos são procedentes de países como a China. O universo da feira, contudo, é muito amplo, de modo que, para entendê-la, remonta-se ao Período Medieval, quando ela se destacou como uma modalidade de comércio periódico no mundo e que, no Brasil, tem expressão desde o Período Colonial, com as feiras de gado. Quanto à pesquisa empírica, foram empreendidos estudos de campo nas feiras objeto de análise, de maneira sistematizada, com aplicação de questionários, entrevistas e uso de outras fontes disponíveis e correlacionadas à pesquisa. As conclusões a que se chegou confirmam a hipótese de trabalho e reforçam a ideia de que se está de fato, perante um fenômeno que, se não é novo no Nordeste assume papel relevante na dinâmica regional e absorção da força de trabalho, não obstante as contradições marcadas pela precarização laboral inscrita na necessidade do feirante em participar de mais de uma feira, percorrendo grandes distâncias, participando de verdadeira rede de feiras. Este fenômeno, contudo, aponta para novas indagações, que tem relação com a permanência da feira no espaço urbano ou de sua metamorfose total.

Palavras-chave: Feira. Confecção. Comércio. Nordeste. Modernização.

RÉSUMÉ

L’Étude géographique des foires de confection dans les villes de la campagne du nord-est brésilien: Caruaru, dans l’état de Pernambuco; Aprazível, à Sobral, dans l’état de Ceará et Serrinha, à Bahia, examine les métamorphoses qui se produisent dans les foires du Nord-Est avec une explosion de produits de confection. A partir de la comprehension que le marché de confection dans la foire ne pouvait pas être compris sans consideré l’espace de production. Ainsi, la thèse a été organisée, considérant, outre la commercialisation, comme des étapes de production, de distribution, de circulation et de consommation. De cette façon, on essaie d'appréhender l'univers de la foire, basé sur l'analyse de ses composants, le marchand en tant qu'ouvrier qui gagne de l’argent de la foire et qui peut être à la fois confectionneur et revendeur de vêtements; la portée spatiale des foires (marchands et acheteurs) et les conflits avec la norme urbaine. En ce qui concerne plus particulièrement les éléments de métamorphose, il est évident que la constitution d'espaces dédiés à ce type de commerce. Du point de vue de la méthode, le matérialisme historique-dialectique a été un moyen de réfléchir sur la foire, pas comme un élément isolé, mais en faisant partie d'une totalité. Le marché de la confection fait partie du contexte actuel, marqué par la logique de la production, composée principalement de petites unités de fabrication, mais insérée dans une réalité globale. Les tissus, les fournitures proviennent de pays comme la Chine. L'univers de la foire, cependant, est très large, de sorte que, pour le comprendre, il remonte à la période médiévale, quand il s'est distingué comme une modalité de commerce périodique dans le monde et que, au Brésil, il a une expression depuis la période Coloniale, avec les foires aux bestiaux. En ce qui concerne la recherche empirique, des études de terrain ont été réalisées dans les foires, l’objet d'analyse, de manière systématique, avec l'application de questionnaires, d'entretiens et l'utilisation d'autres sources disponibles et corrélées à la recherche. Les conclusions atteintes confirment l'hypothèse du travail et renforcent l'idée que c'est, face à un phénomène qui, s'il n'est pas nouveau dans le Nord-Est, joue un rôle important dans la dynamique régionale et l'absorption de la main-d'œuvre, malgré les contradictions marqué par le travail précaire inscrit dans le besoin du marchand de participer à plus d'une foire en parcourant de grandes distances et en participant à un véritable réseau de foires. Ce phénomène pointe toutefois vers de nouvelles questions liées à la permanence de la foire dans l'espace urbain ou à sa métamorphose totale.

Mots-clés: Foire. Confection. Commerce. Nord-est. Modernisation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – **Le marché de Saint-Gaudens - Anonyme, Musée de Saint-Gaudens. (O mercado de Saint-Gaudens)..... 45**

Figura 2 – **Escravas vendendo *pandelós* nas ruas do Rio de Janeiro..... 73**

Figura 3 – **Extensão da feira semanal de Caruaru, no largo da igreja-matriz em 1955..... 81**

Figura 4 – **Banca de venda de frutas na feira semanal de Caruaru (1955).... 82**

Figura 5 – **Comércio de legumes na feira semanal de Caruaru (1955)..... 82**

Figura 6 – **Mestre Vitalino e sua banca na feira de Caruaru, em 1947..... 83**

Figura 7 – **Cerâmica figurativa do boi, exposta no Museu do Barro, Caruaru/PE..... 83**

Figura 8 – **A costureira na cerâmica figurativa exposta no Museu do Barro, Caruaru/PE..... 84**

Figura 9 – **A costureira na cerâmica figurativa da artesã Terezinha Gonzaga, no Alto do Moura, em Caruaru/PE 84**

Figura 10 – **Evolução da mancha de ocupação da feira de Caruaru 85**

Figura 11 – **Armazém de compra de algodão da firma Demóstenes Barbosa & Cia (1930)..... 89**

Figura 12 – **Anúncio de firma de pesagem e enfardamento do algodão para exportação..... 89**

Figura 13 – **Fardos de algodão empilhados, aguardando exportação (1920). 90**

Figura 14 – **Fábrica de fiação e tecelagem de tecidos de algodão Bodocongó..... 90**

Figura 15 – **Vista das ruas ocupadas pelas barracas da feira no entorno do mercado central de Campina Grande (1940)..... 91**

Figura 16 – **As barracas montadas na rua ao lado do mercado central de Campina Grande (1940). 91**

Figura 17 – **Croqui da distribuição das barracas da feira, pelo tipo de mercadoria..... 92**

Figura 18 – **ARCA Catedral localizada na Avenida Floriano Peixoto, em Campina Grande..... 93**

Figura 19 – **Ocorrência da confecção popular nos boxes da ARCA Titão 93**

Figura 20 – Barracas com portas de correr e a construção de piso no pavimento..... 94
Figura 21 – Barraca de confecção, lado a lado com barracas de frutas..... 94
Figura 22 – Vista frontal do *Shopping* Popular Edson Diniz (2014) 97
Figura 23 – Vista interna das galerias, com expositores de roupas 97
Figura 24 – Croqui da feira do Crato, por tipo de mercadoria comercializada..... 98
Figura 25 – Os cereais vendidos em sacas dispostas no meio da rua 100
Figura 26 – Tropa de animais usados no transporte de mercadorias na feira do Crato..... 101
Figura 27 – Caminhão misto que fazia a linha Crato–Jardim, via Juazeiro do Norte..... 102
Figura 28 – Principais rotas dos caminhões mistos e ônibus que saíam do Crato..... 103
Figura 29 – Feira livre no centro de Feira de Santana, em 1969, em frente ao mercado..... 107
Figura 30 – A extensão da feira livre ao longo da avenida Getúlio Vargas..... 108
Figura 31 – Concentração de bancas na rua Sales Barbosa - Feira de Santana/BA..... 109
Figura 32 – Bancas de comércio de confecção na rua Sales Barbosa - Feira de Santana/BA..... 109
Figura 33 – Vista frontal do *shopping* popular Feiraguay - Feira de Santana/BA..... 110
Figura 34 – Gravura do desembarque de mercadorias dos saveiros..... 112
Figura 35 – Pintura de Carybé, retratando a paisagem da feira baiana..... 113
Figura 36 – Aglomeração de feirantes e compradores na feira Água de Meninos (1961)..... 117
Figura 37 – Cerâmica exposta no ambiente da feira Água de Meninos..... 120
Figura 38 – Mobilização dos feirantes contra a extinção da feira Água de Meninos..... 120
Figura 39 – Mapa de localização da feira de confecção do Distrito de Aprazível, Sobral/CE..... 127
Figura 40 – Concentração de cavalos e burros de carga na Praça do Mercado, Sobral/CE..... 130

Figura 41 – Anúncio de armazém de estivas, localizado na Praça do Mercado..... 131
Figura 42 – Anúncio de mudança de loja para o outro lado da feira..... 131
Figura 43 – Feira livre que ocorria em 1905, na praça do Mercado..... 132
Figura 44 – Atual Mercado Público de Sobral, situado próximo ao Cemitério Público São José..... 133
Figura 45 – Boxes de confecção instalados no 1º piso do Mercado Central de Sobral..... 134
Figura 46 – Desembarque dos fardos de confecção e acessórios das barracas..... 137
Figura 47 – Montagem das barracas e organização das mercadorias e expositores..... 137
Figura 48 – Montagem das barracas na Praça da Igreja de São Francisco – São Benedito/CE..... 138
Figura 49 – Barracas montadas no entorno da Igreja de São Francisco - São Benedito/CE..... 138
Figura 50 – Bilhete de cobrança pelo uso da Praça da Igreja de São Francisco..... 138
Figura 51 – Bilhete de cobrança do aluguel e montagem da barraca..... 138
Figura 52 – Reembalagem das confecções, manequins e expositores..... 139
Figura 53 – Retirada da lona de coberta e das estruturas de ferro da barraca..... 139
Figura 54 – A feira de Confecção do Ipu/CE, em primeiro plano, e a escarpa do Planalto da Ibiapaba, em segundo plano..... 140
Figura 55 – Barracas montadas perto do palco do Grêmio Recreativo Ipuense..... 140
Figura 56 – Início da feira de confecção do Aprazível, ainda de madrugada.. 140
Figura 57 – Vista frontal da feira de confecção do Aprazível, em Sobral/CE.. 140
Figura 58 – Veículos particulares vindos de outros estados para a feira do Aprazível..... 141
Figura 59 – Veículos de transporte alternativo estacionados em frente a feira do Aprazível..... 141
Figura 60 – Fluxo de feirantes e compradores nos dias de feira em Aprazível, Sobral/CE..... 141

Figura 61 – Corredores e barracas vazias em dias da semana no Distrito de Aprazível..... 141
Figura 62 – Barracas montadas em frente à capela de São João Batista, no Distrito de Deserto, Itapipoca/CE..... 143
Figura 63 – Barracas com roupas expostas em manequins e cabides – Distrito de Deserto, Itapipoca/CE..... 143
Figura 64 – Cruzamento da via férrea com a rodovia CE-354 no Distrito de Deserto - Itapipoca/CE..... 144
Figura 65 – Veículos e compradores no dia da feira de confecção do distrito de Deserto - Itapipoca/CE..... 144
Figura 66 – Desembarque de pessoas em frente à feira do Deserto - Itapipoca/CE..... 144
Figura 67 – Agricultor vendendo jerimum na feira do Deserto, em Itapipoca/CE..... 144
Figura 68 – Rede de feiras de confecção do noroeste cearense, em razão dos dias de feiras..... 145
Figura 69 – Estrutura do boxe de alvenaria com guarda-volumes, na feira de confecção de Aprazível, em Sobral/CE..... 152
Figura 70 – Estrutura das barracas de ferro na feira de confecção de Aprazível, em Sobral/CE..... 152
Figura 71 – Vista das cobertas das barracas com telhado de zinco..... 153
Figura 72 – Mapa de localização da feira de Caruaru no Parque 18 de Maio.. 155
Figura 73 – Perímetro do Parque 18 de Maio, onde está situada a feira de Caruaru/PE..... 156
Figura 74 – Veículo Toyota para transporte de passageiros e cargas – Caruaru/PE..... 160
Figura 75 – Embarque e desembarque de passageiros e cargas na feira da Sulanca..... 160
Figura 76 – Bancas de madeira utilizadas na feira da Sulanca, Caruaru/PE... 161
Figura 77 – Barracas de ferro no terreno da antiga FUNDAC..... 161
Figura 78 – Mapa de localização da feira de confecção da cidade de Serrinha/BA..... 164
Figura 79 – Vista interna do Mercado José Santana Lima, em Serrinha/BA... 165

Figura 80 – Barraca de confecção na feira de Serrinha/BA..... 165
Figura 81 – Evolução do número de estabelecimentos de confecção de artigos do vestuário e acessórios – Pernambuco (1985-2014)..... 189
Figura 82 – Evolução do número de estabelecimentos de confecção de artigos do vestuário e acessórios – Bahia (1985-2014)..... 194
Figura 83 – Evolução do número de estabelecimentos de confecção de artigos do vestuário e acessórios – Ceará (1985-2014)..... 201
Figura 84 – Cadeia produtiva da indústria de confecção..... 214
Figura 85 – Etapas da produção da confecção popular descrita pelos feirantes..... 215
Figura 86 – Peça *jeans* com etiquetas, *tags*, botões, ilhoses..... 217
Figura 87 – Mapa de origem da confecção comercializada na feira de Aprazível, em Sobral/CE, no âmbito regional/local 219
Figura 88 – Mapa de origem da confecção comercializada na feira de Aprazível, em Sobral/CE, no âmbito nacional/internacional..... 220
Figura 89 – Mapa de fluxo de origem das confecções comercializadas na feira de Caruaru– Pernambuco..... 221
Figura 90 – Mapa de fluxo de origem das confecções comercializadas na feira de Serrinha/BA..... 223
Figura 91 – Lojas de tecidos no Centro de Fortaleza/CE, que vende no atacado e varejo..... 225
Figura 92 – Lojas de tecidos no bairro Montese, em Fortaleza/CE, com anúncio de fachada: “malhas para confeccionista”..... 225
Figura 93 – Anúncio de revenda de máquinas de costura e assistência técnica – Caruaru..... 230
Figura 94 – Fardos de confecção aguardando a montagem da barraca – feira de Serrinha/BA..... 234
Figura 95 – Tiras de tecidos auxiliam na fixação das mercadorias na barraca – feira de Caruaru/PE..... 235
Figura 96 – Mapa de fluxo – Procedência dos feirantes de Aprazível, em Sobral/CE..... 239
Figura 97 – Circuito de feiras realizadas pelos feirantes de Aprazível, em Sobral/CE..... 240

Figura 98 – Mapa de fluxo – Procedência dos feirantes de Caruaru/PE..... 241
Figura 99 – Mapa do circuito de feiras realizadas pelos feirantes de Caruaru/PE..... 242
Figura 100 – Mapa de fluxo - Procedência dos feirantes da feira de Serrinha/BA..... 243
Figura 101 – Circuito de feiras realizadas pelos feirantes de Serrinha/BA..... 244
Figura 102 – Loja de roupas (sete reais a peça) bairro Vila Pery – Fortaleza/CE..... 247
Figura 103 – Loja de roupas (dez reais a peça) Bairro Conjunto Itaperi – Fortaleza/CE..... 247
Figura 104 – Fluxo de origem dos compradores da feira de Caruaru/PE..... 248
Figura 105 – Fluxo de origem dos compradores da feira de Serrinha/BA..... 249
Figura 106 – Origem dos compradores da feira de Aprazível, Sobral/CE..... 250
Figura 107 – Origem dos compradores da feira de Aprazível, Sobral/CE (Recorte regional)..... 251
Figura 108 – Anúncio de feirante na rede social..... 253
Figura 109 – Feira de Santa Cruz do Capibaribe no início dos anos 1980..... 256
Figura 110 – Comércio da confecção nas bancas de madeira na feira..... 256
Figura 111 – Vista superior frontal do "Moda *Center* Santa Cruz"..... 258
Figura 112 – Informe do dia de funcionamento do Moda Center Santa Cruz pelas redes sociais..... 259
Figura 113 – Calendário do ano 2015 com os "dias de feira" no Moda Center Santa Cruz..... 259
Figura 114 – Municípios com empreendedores no Moda Center Santa Cruz pelo raio de abrangência..... 262
Figura 115 – Mapa dos empreendedores que comercializam no Moda Center Santa Cruz, por município de origem..... 265
Figura 116 – Aglomeração precária de barracas no terreno detrás do Moda Center Santa..... 268
Figura 117 – Inauguração do Calçadão Miguel Arraes de Alencar, em Santa Cruz do Capibaribe/PE..... 269
Figura 118 – Vista frontal da "rua do *jeans*" ao lado esquerdo do "Parque da Feira"..... 270

Figura 119 – Vista frontal do empreendimento Parque das Feiras, em Toritama/PE..... 271
Figura 120 – Vista do empreendimento *FeiraCenter*, em Maracanaú/CE..... 274
Figura 121 – Vista do empreendimento Galpão da Felicidade, na Rua José Avelino, em Fortaleza/CE..... 275
Figura 122 – Vista do empreendimento Galpão do Pequeno Empreendedor, na Rua José Avelino, em Fortaleza/CE..... 275
Figura 123 – Comércio ambulante na feira da Rua José Avelino esquina com a Avenida Alberto Nepomuceno..... 275
Figura 124 – Anúncio do aluguel do boxe no empreendimento Feirão Leste-Oeste..... 278
Figura 125 – As barracas instaladas nas imediações do Feirão Leste-Oeste.. 280
Figura 126 – Vista frontal do Empreendimento Centro *Fashion* Fortaleza..... 281
Figura 127 – *Outdoor* com apoio institucional ao empreendimento..... 281
Figura 128 – *Outdoor* de divulgação do Empreendimento Centro Fashion Fortaleza..... 281
Figura 129 – Vista do pavimento térreo com o *layout* dos boxes e lojas no Fortaleza Moda Center..... 282
Figura 130 – *Layout* de barracas comercializadas no *Feira Pop Messejana....* 284
Figura 131 – Estrutura das barracas do empreendimento Feira Pop Messejana..... 284
Figura 132 – Vista frontal do empreendimento Feira Pop Messejana..... 284
Figura 133 – Estrutura e disposição das barracas do Feirão de Confecção da Caucaia/CE..... 285
Figura 134 – *Outdoor* instalado na entrada da Feira Popular Metropolitana de Maracanaú/CE..... 286
Figura 135 – Destaque dos dias de “feiras grandes”..... 286

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição do número de pontos comerciais na feira central de Campina Grande nas ruas e mercado, por tipo de mercadoria (2010)..... 95

Tabela 2 – Caracterização do trabalhador da feira, por faixa etária, sexo e estado civil..... 147

Tabela 3 – Município onde nasceu o feirante de Aprazível, Sobral/CE.... 148

Tabela 4 – Município onde mora o feirante de Aprazível, Sobral/CE..... 149

Tabela 5 – A escolaridade do feirante de Aprazível, Sobral/CE..... 150

Tabela 6 – Quantidade de indústrias nas regiões de desenvolvimento e indústrias do vestuário (PE) 154

Tabela 7 – Caracterização do trabalhador da feira, por faixa etária, sexo e estado civil – Caruaru/PE..... 157

Tabela 8 – Município onde nasceu o feirante de Caruaru/PE..... 158

Tabela 9 – Município onde mora o feirante de Caruaru/PE..... 159

Tabela 10 – A escolaridade do feirante de Caruaru/PE..... 159

Tabela 11 – Caracterização do feirante de Serrinha/BA, por faixa etária, sexo e estado civil 166

Tabela 12 – Município onde nasceu o feirante de Serrinha/BA..... 167

Tabela 13 – Município onde mora o feirante de Serrinha/BA..... 167

Tabela 14 – Escolaridade do feirante de Serrinha/BA..... 168

Tabela 15 – Local de moradia e trabalho exercido anteriormente, por tempo de duração..... 170

Tabela 16 – Distribuição espacial das empresas, por setor de atividade, com projetos declarados concluídos até 31 de dezembro de 1985, nos estados da região Nordeste..... 175

Tabela 17 – Estabelecimentos de confecção de artigos do vestuário e acessórios – Pernambuco, Bahia, Ceará (1985 – 2014)..... 179

Tabela 18 – Pernambuco e os dez municípios com maior número de estabelecimentos de confecção de artigos do vestuário e acessórios (1985-2014)..... 183

Tabela 19 – Bahia, o Município de Serrinha e os dez municípios com maior número de estabelecimentos de confecção de artigos

do vestuário e acessórios (1986 – 2014)..... 190

Tabela 20 – Ceará e os dez municípios com maior número de estabelecimentos de confecção de artigos do vestuário e acessórios (1986 – 2014)..... 196

Tabela 21 – Vínculos empregatícios, segundo o porte dos estabelecimentos de confecção de artigos do vestuário até 31/12 – Pernambuco (2014)..... 210

Tabela 22 – Vínculos empregatícios, segundo o porte dos estabelecimentos de confecção de artigos do vestuário até 31/12 – Bahia (2014)..... 210

Tabela 23 – Vínculos empregatícios, segundo o porte dos estabelecimentos de confecção de artigos do vestuário até 31/12 – Ceará (2014)..... 211

Tabela 24 – Importação – Caruaru e os principais países de origem (Jan-Jan 2016/2015)..... 226

Tabela 25 – Importação – Caruaru - Os principais produtos importados (Jan-Jan 2015/2016)..... 228

Tabela 26 – Ranque de participação dos municípios, por quantidade de empreendedores que escoam sua produção para o Moda Center Santa Cruz..... 264

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do número de estabelecimentos de confecção de artigos do vestuário e acessórios nos Estados de Pernambuco, Bahia, Ceará (1985 – 2014)..... 181

Gráfico 2 - Pernambuco e os dez municípios com maior número de estabelecimentos de confecção de artigos do vestuário e acessórios (1985 – 2014)..... 185

Gráfico 3 - Salvador e os municípios com maior número de estabelecimentos de confecção de artigos do vestuário e acessórios (1985 – 2014)..... 191

Gráfico 4 - Bahia e os dez municípios com maior número de estabelecimento de confecção de artigos do vestuário e acessórios (1985 – 2014)..... 192

Gráfico 5 - Evolução do número de estabelecimentos de confecção de artigos do vestuário e acessórios nos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza - RMF (1985 – 2014)..... 198

Gráfico 6 - Ceará e os dez municípios com maior número de estabelecimentos de confecção de artigos do vestuário e acessórios (1985 – 2014)..... 199

Gráfico 7 - Indústrias do ramo de confecções, por tamanho do estabelecimento. Pernambuco, Bahia e Ceará (1985)..... 203

Gráfico 8 - Indústrias do ramo de confecções, por tamanho do estabelecimento. Pernambuco, Bahia e Ceará (1995)..... 205

Gráfico 9 - Indústrias do ramo de confecções, por tamanho do estabelecimento. Pernambuco, Bahia e Ceará (2005)..... 207

Gráfico 10 - Indústrias do ramo de confecções, por tamanho do estabelecimento. Pernambuco, Bahia e Ceará (2014)..... 207

Gráfico 11 - Vínculos empregatícios pela remuneração média do trabalhador - Pernambuco, Bahia e Ceará (2014)..... 208

Gráfico 12 - Origem dos produtos nacionais comercializados no Moda Center Santa Cruz, em Santa Cruz do Capibaribe/PE..... 260

Gráfico 13 - Comerciantes empreendedores do Moda Center Santa Cruz, por tipologia..... 261

Gráfico 14 - Estabelecimentos de confecção de artigos do vestuário e acessórios nos municípios com empreendedores no MCSC, 2014..... 267

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIC	Associação Comercial e Empresarial de Caruaru
AFA	Associação dos Feirantes do Aprazível
ALPF	Associação dos Lojistas do Parque das Feiras
APL	Arranjo Produtivo Local
ASCOOB SISAL	Cooperativa Central de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária da Bahia
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
DAM	Documento de Arrecadação Municipal
ETENE	Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste
GOE	Grupo de Operações Especiais
GMF	Guarda Municipal de Fortaleza - GMF
FETRANS	Centro Cultural da Federação dos Transportes
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ME	Microempresa
MEI	Microempreendedor Individual
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MCSC	Moda Center Santa Cruz
NEDHIS	Núcleo de Estudos de Documentação Histórica
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PMCG	Prefeitura Municipal de Campina Grande
PMFS	Prefeitura Municipal de Feira de Santana
PMS	Prefeitura Municipal de Salvador
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RGB	Revista Brasileira de Geografia
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza

RMR	Região Metropolitana do Recife
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SEBRAE/BA	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas/Bahia
SEBRAE/CE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas/Ceará
SEBRAE/PE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas /Pernambuco
SEFAZ/CE	Secretaria da Fazenda do Ceará
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SERCEFOR	Secretaria Regional do Centro *de* Fortaleza
SECOMEX	Secretaria de Comércio Exterior
STDE	Secretaria de Tecnologia e Desenvolvimento Econômico de Sobral/CE
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TAC[1]	Taxa de Abertura de Crédito
TAC[2]	Termo de Ajustamento de Conduta
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UVA	Universidade Estadual Vale do Acaraú
VAI	Valor Agregado Industrial

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 27

2 A FEIRA: ESPACIALIDADES E TEMPORALIDADES DE UMA MODALIDADE DE COMÉRCIO ANTIGA..... 36

2.1 A ORIGEM DAS FEIRAS E A SUA RELAÇÃO COM O MERCADO E A CIDADE 37

2.2 A EXPRESSÃO CULTURAL DA FEIRA: BREVE ABORDAGEM..... 58

3 A FEIRA E SUAS MANIFESTAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO NORDESTE BRASILEIRO..... 65

3.1 A ATIVIDADE COMERCIAL E A FEIRA COMO EXPRESSÃO ECONÔMICA E CULTURAL DA REGIÃO NORDESTE..... 66

3.2 RESGATE DAS PRINCIPAIS FEIRAS NORDESTINAS: ORIGENS E DINÂMICA REGIONAL..... 79

3.2.1 A feira de Caruaru, cidade-boca do sertão pernambucano..... 80

3.2.2 A feira de Campina Grande, cidade-mercado da Borborema..... 86

3.2.3 A feira do Crato, cidade-boca de sertão cearense..... 98

3.2.4 A feira de Feira de Santana, portal do sertão baiano..... 104

3.2.5 A antiga feira de Água de Meninos (feira de São Joaquim) – Salvador/BA..... 111

4 AS FEIRAS DE CONFECÇÃO: APRAZÍVEL, EM SOBRAL, NO CEARÁ; CARUARU, EM PERNAMBUCO; E SERRINHA, NA BAHIA. 122

4.1 A FEIRA DO APRAZÍVEL, SOBRAL/CE: EXTENSÃO GEOGRÁFICA DA PRODUÇÃO E COMÉRCIO DE CONFECÇÃO POPULAR DE FORTALEZA/CE 126

4.1.1 A feira e o mercado na cidade de Sobral/CE 128

4.1.2 A feira de confecção do Distrito de Aprazível: outra feira, outra dinâmica..... 135

4.1.3 Os feirantes, a organização e o funcionamento da feira..... 145

4.2 A FEIRA DE CARUARU – A CENTRALIDADE DO ARRANJO PRODUTIVO DO AGRESTE PERNAMBUCANO..... 153

4.2.1 O surgimento da feira da Sulanca de Caruaru..... 153

4.2.2 Os feirantes da "Sulanca"..... 157

4.3 A FEIRA DE SERRINHA – A DIFUSÃO DO COMÉRCIO DA

CONFECÇÃO NO SERTÃO BAIANO 162
4.3.1 A feira de Serrinha e sua localização 162
4.3.2 Os feirantes – mercadores ambulantes do sertão..... 165
5 A INDÚSTRIA DA CONFECÇÃO DO VESTUÁRIO NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, BAHIA E CEARÁ..... 171
5.1 BREVE PANORAMA NA INDÚSTRIA CONFECCIONISTA: A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS ESTABELECIMENTOS 172
5.2 O PREDOMÍNIO DOS PEQUENOS ESTABELECIMENTOS 202
6 AS METAMORFOSES DAS FEIRAS: ELEMENTOS DA PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CIRCULAÇÃO E CONSUMO DA CONFECÇÃO POPULAR 212
6.1 A PRODUÇÃO QUE ABASTECE AS FEIRAS DE CONFECÇÃO..... 214
6.1.1 A cadeia produtiva da confecção..... 214
6.1.2 Origem da produção e distribuição da confecção nas feiras..... 217
6.2 OS CIRCUITOS DAS FEIRAS DE CONFECÇÃO 236
6.3 AS TRANSFORMAÇÕES NO CONSUMO E NO FLUXO DE COMPRADORES DAS FEIRAS..... 246
6.4 DAS FEIRAS AOS GALPÕES: DA DESCONSTRUÇÃO DA FEIRA LIVRE À CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE COMÉRCIO DE CONFECÇÃO..... 254
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 288
REFERÊNCIAS..... 293
APÊNDICES..... 317
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS FEIRANTES.... 318
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS FEIRANTES..... 321
ANEXOS..... 323
ANEXO A – CERTIDÃO DA FEIRA DE CARUARU COMO BEM CULTURAL NO LIVRO DE REGISTRO DOS LUGARES DO IPHAN..... 324
ANEXO B – DECRETO DE DESAPROPRIAÇÃO DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DE GALPÃO DOS FEIRANTES NO DISTRITO DE APRAZÍVEL, EM SOBRAL/CE..... 326
ANEXO C - COMUNICADO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA/PE AOS FEIRANTES..... 327

1 INTRODUÇÃO

“Pode chegar, freguesia!”
Júlio Bernardo – Dias de Feira.

Desde o momento em que decidimos pelo estudo das feiras de confecção e ao socializar e discutir nosso objeto de trabalho com amigos, professores, colegas de estudo e até mesmo interessados, constatávamos que este era um tema próximo às pessoas. Assim, quer fosse numa roda de conversa, quer quando da apresentação de algum trabalho em grupos de estudo, o assunto ganhava destaque por meio do relato de um amigo, um parente, um vizinho ou, ainda, um conhecido, que revelava, de algum modo, ter proximidade com a estrutura da produção, distribuição da confecção popular ou à dinâmica do comércio e consumo no espaço da feira.

Os relatos, de pronto, nos mostravam os espaços percorridos, as diversas ações exercidas conforme as distintas funções e tarefas (costureiras, modeladoras, cortadores, feirantes, vendedores, carregadores, montadores e sacoleiras) dentre vários outros detalhamentos que esperamos privilegiar no corpo deste trabalho. Nesses momentos, percebíamos a notoriedade que o trabalho tinha perante interesse das pessoas, pois tocava de algum modo a realidade vivida que era partilhada generosamente conosco. Isso evidenciava a feira como dimensão do espaço vivido por trabalhadores ocupados na atividade de produzir e comercializar confecção de modo autônomo. Nesse sentido, adotamos o comportamento de acolher informalmente esses relatos dotados de grande riqueza, numa atitude tal qual feirante atento ao movimento de pessoas que circulam na feira, acolhendo cada pessoa com um simples dizer: “Pode chegar freguês! Pode chegar freguesa! Fique à vontade, posso ajudar?”.

Foi com suporte nessas experiências vividas e sob a reflexão teórica associada aos ensaios de pesquisa que já abordavam o tema da feira, em nossa dissertação de mestrado, que despertamos para novos pontos que nortearam a tese, ora sob relatório. Partimos da hipótese central de que há uma metamorfose das tradicionais feiras nordestinas no período contemporâneo, haja vista o aumento expresso do comércio da confecção popular nas feiras livres. Entendemos que essa dinâmica contemporânea da feira livre forja novas geografias no Nordeste brasileiro

com a intensificação dos fluxos de comercialização, formação de centralidades e/ou a reafirmação de antigas, proporcionando uma opção para muitos trabalhadores autônomos, pequenos fabricantes, comercializarem seus produtos.

Malgrado a relação conflituosa da feira com o espaço urbano, este, ao buscar enquadrar aquela em consonância com a norma urbana, encontra o embate de interesses, por vezes, entre os comerciantes fixos ou, ainda, pela ocupação do espaço público, pois essa configuração de comércio promove grande fluxo por várias ruas em áreas centrais, fazendo com que o espaço da feira seja questionado. Essa situação levou algumas cidades nordestinas à instalação de centros de comércio popular voltados exclusivamente para esse fim. Nosso foco de estudo, no entanto, primou pela feira livre, haja vista a essência desse tipo de comércio, caracterizado pelas vendas de rua, ou seja, o uso do espaço público urbano como condição de sobrevivência para grande parcela dos trabalhadores autônomos. Inferimos a ideia de que essa metamorfose da feira não está dissociada do processo de modernização que sucedeu por meio das mudanças na divisão territorial do trabalho no Nordeste brasileiro nas últimas décadas.

A feira livre passa, desde os anos 1970, por mudanças significativas quanto ao seu conteúdo, antes marcado pelo predomínio de mercadorias, provenientes de áreas rurais; e, também, pela inserção de artigos industrializados de baixo valor agregado, a exemplo dos utensílios domésticos feitos de material plástico que pouco a pouco passaram a predominar sobre o artesanato utilitário também característico das feiras tradicionais.

Compreende-se que o fenômeno de expansão do comércio de confecção nas feiras livres não é apenas local, mas tem abrangência regional. Desse modo, elegemos, como objeto de estudo, as feiras de Aprazível, em Sobral, Ceará; de Caruaru, Pernambuco e a feira de Serrinha, na cidade de mesmo nome, no Estado da Bahia. A escolha destas três feiras, todas situadas em distrito e cidades no interior da região Nordeste, justifica-se pela relevância e representatividade dessas formas de comércio, embora ocorrida em momentos distintos, atualmente, marcadas pela intensiva inserção de produtos da indústria da confecção de vestuário e acessórios.

Essas feiras foram por nós escolhidas considerando aspectos comuns entre elas, e, ao mesmo tempo, os distintos contextos em que foram formadas. Situam-se em três estados nordestinos (Ceará, Pernambuco e Bahia), permitindo

uma análise regional. As feiras de Caruaru e Serrinha são tradicionais, ocorrem nas sedes de suas cidades e tiveram como origem o abastecimento local e regional, enquanto a feira de Aprazível é mais recente, pois data dos 1990, e já surgiu em função da venda da confecção popular. Antes funcionava na Sede do Município de Sobral, transferindo-se para o mencionado Distrito, no final dessa mesma década.

Vale destacar o fato de que, inicialmente, tínhamos a intenção de pesquisar a feira de Feira de Santana/BA, em razão de ser esta uma cidade que se originou de uma feira de gado, porém, ao efetuarmos a primeira visita de campo, deparamos um contexto diferente daquele que havíamos imaginado, pois a feira tradicional já não existia. Com o crescimento da cidade, a feira foi removida, ainda nos anos de 1970, para um Centro de Abastecimento, embora ainda haja no antigo local, na rua Sales Barbosa, ao lado do mercado tradicional da Cidade, um comércio de rua representativo, marcado pela grande quantidade de barracas de confecção. Em conversas com os comerciantes de confecção nessa rua do Centro de Feira de Santana, confirmamos a relevância da feira da Serrinha, cidade distante 70 quilômetros, haja vista que muitos comerciantes também comercializam ali. Em um curto tempo, uma típica feira de abastecimento regional se transformou, no decorrer do tempo de pesquisa, em uma feira especializada em barracas de confecção, tendo um papel relevante de centro distribuidor, atraindo feirantes e compradores que extrapolam os limites de sua região de entorno.

Uma realidade expressa para quem intenta trabalhar utilizando mais de um exemplo, como objeto de pesquisa, é a perspectiva de um trabalho comparativo. Haja vista, entretanto, a diversidade de feiras, e ao nos voltarmos para o estudo de três casos, buscamos não nos prender apenas a uma análise comparativa, mas também revelar as particularidades e generalidades com amparo nos exemplos estudados. Optamos por uma escala geográfica de análise que, em determinado momento, se deteve sobre as particularidades das feiras de confecção e, noutras ocasiões, visamos às generalidades sobre a produção confeccionista e o papel exercido no contexto do processo produtivo regional e suas articulações escalares com a economia, política e cultura global.

A pesquisa, ora apresentada, teve por objetivo geral o estudo das metamorfoses ocorrentes nas feiras nordestinas, com a explosão da comercialização de artigos de confecção na feira livre. Assim, procuramos apreender a essência dessas transformações na perspectiva da produção do espaço

decorrente da relação entre produção, distribuição, comercialização e consumo da confecção popular. De modo mais específico, os objetivos foram: identificar os circuitos de produção, distribuição e comercialização das confecções vendidas nas feiras; detectar a área de abrangência e a atuação espacial das feiras em seu alcance espacial máximo e mínimo; estabelecer perfis socioeconômicos dos feirantes; apreender as modalidades de precarização do trabalho com a atividade de produção e comercialização da confecção na feira; detectar os modos de organização e funcionamento das feiras estudadas e seus conflitos com a norma urbana, ocasionados pelo fluxo de compradores, feirantes e mercadorias no ambiente da feira e, finalmente, detectar como as feiras estudadas se articulam com outras, constituindo redes.

Assim, quando pensamos o comércio da confecção popular na feira, entendemos que esta não basta em si, pois é preciso retomar o processo anterior, ou seja, a produção da confecção. Harvey, comentando os *Grundrisse* de Marx, ressalta que "[...] o capital só pode ser entendido como uma 'unidade de produção e realização' de valor e mais-valor.". Para o autor, isso quer dizer que se não podemos "[...] vender no mercado aquilo que foi produzido no processo de trabalho, então o trabalho incorporado mediante a produção não tem valor algum." (2014, p. 9).

A análise das feiras tem uma longa tradição nos estudos geográficos, embora mude o contexto em que esta se expressa e suas maneiras de apropriação. Por isso, é necessário explicar a complexidade das mudanças que ocorrem no espaço das feiras nordestinas no período atual. Entendemos que o potencial explicativo deste estudo ocorre pela capacidade de compreensão da realidade nordestina, no que tange ao contexto de reestruturação produtiva e intensa apropriação do trabalho precário na produção e comercialização da confecção popular. A lógica contraditória do capitalismo, que se reestrutura com a liberalização da força de trabalho do chão da fábrica, promove a ocorrência de uma produção difusa em pequenas unidades produtivas, seguida da comercialização que, por conseguinte, vão requerer novos espaços ou, ainda, recuperam *lócus* de comércio tradicionais, no caso, a feira.

Do ponto de vista do método, e tratando das proposições teórico-metodológicas deste trabalho, clarificamos o caminho seguido na formulação da pesquisa. Para compreendermos mais profundamente a realidade exposta pela expressividade do comércio da confecção popular nas feiras nordestinas, apoiamo-

nos no princípio da totalidade, entendendo não como a totalidade da realidade, haja vista que seria impossível, mas considerando-a como um todo orgânico, pois não se pode entender um só elemento sem que ele esteja relacionado ao todo (LOWY, 2010). Assim, partindo, da compreensão de que “[...] não existem princípios eternos, nem verdades absolutas [...]” (p. 16), foi que procuramos relacionar a realidade da feira de confecção nordestina com a dinâmica e transformação da vida econômica, social e política no período atual.

Com o objetivo de darmos conta de nossas proposições, partimos de uma reconstituição conceitual e histórica da feira como instituição, entendendo que esta elaboração pode revelar ou ocultar elementos importantes, e isso depende, é claro, do referencial teórico escolhido para reafirmar a hipótese de trabalho. Lançamos mão também de outros pressupostos teóricos para embasar nossa análise da dinâmica e estrutura das feiras como concreção, ou seja, como concreto pensado em suas múltiplas determinações. Nesse sentido, o método se encaminhou pela abordagem do Materialismo Histórico Dialético. Como salienta Netto (2011), entretanto, procuramos nos esquivar das orientações que criam deformações no pensamento marxiano, a exemplo da predominância do fator econômico como determinante em relação a outros componentes como o social e o cultural. Esse autor, referenciando-se na discussão teórica marxiana, nos adverte para a noção de que o conhecimento teórico é “[...] o conhecimento do objeto – de sua estrutura e dinâmica – tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva.” (2011, p. 20). Foi assim que pensamos teorizar nosso objeto – a feira de confecção. Lefebvre (2008, p. 36) também nos adverte para o fato de que existem “[...] vários métodos, várias abordagens no que concerne ao espaço, e isso a diferentes níveis, de reflexão, de recorte da realidade objetiva.”. Haja vista a diversidade de abordagens de análise do espaço da feira, reafirmamos a opção pelo método há pouco exposto, sem negar outras possibilidades de olhar e abordar a feira livre.

A apreensão do fenômeno que pretendemos estudar, ou seja, o nosso objeto de pesquisa, foi sendo constituído à medida que nos aproximávamos da realidade e entrávamos em contato com ela, pois como anota Carlos (2001, p. 8), “Somente a vivência na área de pesquisa, o entendimento do cotidiano das pessoas que aí vivem, seus anseios e angústias, permitem ao pesquisador vislumbrar as outras dimensões do fenômeno estudado.” Foi desse modo que ganhamos a rua, indo para o meio da feira, em trabalhos de campo, observando o movimento de

feirantes e compradores, passando por corredores de barracas repletos de cabides expositores de roupas ou, ainda, por entre manequins vestidos, enfileirados ou pendurados nas barracas, rodopiando mediante os esbarrões dos transeuntes. Desse modo, fomos ao encontro dos feirantes, carregadores, vendedores e sacoleiros. Por meio de tal ação, intentamos nos apropriar do universo da feira, da dimensão do trabalho, das práticas cotidianas, desgastes, corrosões, falas, do tempo tomado para a produção e venda de confecção na barraca, dos deslocamentos de feira em feira, de cidade em cidade. Nesse sentido, acompanhamos os percursos realizados pelos feirantes, ou seja, de uma cidade a outra, estando a cada dia em um lugar diferente e observando, a cada momento, a montagem das barracas, que ocorre sempre nas madrugadas, a arrumação das mercadorias, dos expositores, o estendimento das lonas coloridas para proteger as mercadorias do sol e da chuva. Esse acompanhamento também visou ao final das feiras, registrar o rito de desmontar a estrutura das barracas, dobrar a lona, recolher, conferir e reembalar as mercadorias em fardos, pondo-nos, novamente, a caminho para outra cidade, outro público. O acompanhamento desses percursos nos deu a dimensão dos espaços vividos por essas pessoas que labutam todos os dias para sobreviver do comércio na feira.

Compondo a metodologia de pesquisa, foram aplicados 30 questionários em cada uma das feiras estudadas. Seguiu-se a distribuição aleatória das barracas de comércio de confecção, usando como critério as seguintes tipologias de confecção vendida: 1. Modinha; 2. *Jeans*; 3. Moda íntima; 4. Cama e mesa e 5. Moda infantil. Como parte de nossa empreitada metodológica, lançamos mão da aplicação de entrevistas com feirantes e representantes de associações de feirantes, além de representantes do Poder Público Municipal e de várias entidades (SEBRAE/CE, SEBRAE/BA, SEBRAE/PE, Associação Comercial e Empresarial de Caruaru – ACIC, etc.). Destacamos o fato de que as entrevistas com os feirantes tiveram como objetivo principal destacar trajetórias de vida, tendo em vista a possibilidade de captar, detalhadamente, as dinâmicas econômica e social, bem como no sentido de dar voz a esses sujeitos com amparo em suas trajetórias inseridas em âmbitos maiores.

Nosso trabalho também se baseou em dados secundários, mesclando-se a consulta *online* aos bancos de dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, que buscou apreender a

modernização e o crescimento da produção confeccionista nos três estados nordestinos (Ceará, Pernambuco e Bahia), cujas feiras estudamos. Nesse sentido, consideramos uma série histórica (1985 a 2014) da evolução do quantitativo de estabelecimentos de confecção de artigos do vestuário, das indústrias de confecção por tamanho do estabelecimento, do total de vínculos empregatícios e da remuneração média do trabalhador da indústria de confecção.

No começo da pesquisa, eram grandes as inquietações sobre a natureza e escolha da escala de trabalho, ou mesmo sobre os sujeitos a serem abordados, em decorrência da heterogeneidade do fenômeno feira. Os trabalhos e pesquisas de campo foram realizados, de 2012 a 2015, em municípios dos Estados do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Bahia. No Ceará, foram realizadas visitas às cidades de Sobral, Frecheirinha, Várzea Alegre, Juazeiro do Norte, Pacajus, Cascavel, Caucaia e Maracanaú. Já em Pernambuco, efetuamos trabalhos de campo nas cidades de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru. Na Paraíba, as visitas ocorreram nas feiras e mercado de Campina Grande. Na Bahia, os trabalhos de campo foram empreendidos nas cidades de Feira de Santana e Serrinha.

A primeira ida a campo ocorreu no Estado de Pernambuco, no final do primeiro ano de doutorado (novembro/2012). A necessidade de maior aproximação com o objeto de pesquisa, ou seja, das feiras de confecção que ocorrem naquele Estado nos motivou a percorrer as cidades de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru, no agreste pernambucano. Essa tarefa constou de uma visita exploratória e visou a conhecemos a estrutura e a dinâmica de funcionamento do pólo de confecção do agreste pernambucano, em específico, do equipamento Moda Center Santa Cruz, na cidade de Santa Cruz do Capibaribe/PE, do equipamento Parque das Feiras, na cidade de Toritama/PE, e da Feira da Sulanca, parte integrante da Feira de Caruaru, na cidade de Caruaru/PE. O percurso realizado nos levou a algumas constatações. Uma delas foi comprovar que, nas feiras livres que ocorriam nas cidades por onde passamos, havia quase sempre uma parte representativa de barracas comercializando confecções. Outra verificação foi que as feiras atraem grande quantidade de pessoas, tornando-se um atrativo para a cidade. Embora estas cidades tenham construído galpões para abrigar os feirantes e solucionar conflitos de normas urbanas, esses permanecem com outras proporções.

Após a primeira viagem, sem contar deslocamentos anteriores a Aprazível, pela maior proximidade com Fortaleza/CE, foi organizado um cronograma

de campo no período de 2013 a 2015. Durante esses três anos, realizamos outras viagens a Serrinha, Caruaru e Aprazível.

Organizamos o segundo trabalho de campo para a cidade de Feira de Santana, pela sua importância como uma centralidade no interior nordestino. Neste, podemos verificar *in loco* que a tradicional feira de Feira de Santana havia sido deslocada da área central da Cidade, conforme já relatado. Foi quando descobrimos a importância da feira de Serrinha como tradicional para sua região de entorno. Ao fazermos a primeira visita a Serrinha, constatamos a expressão da produção agrícola da região no espaço da feira, porém já havendo uma quantidade significativa de barracas de confecção, chamando atenção como recorte de estudo, o que nos fez voltar outras vezes para a realização da pesquisa empírica. Muitas vezes, aproveitamos uma mesma viagem para realizar trabalho de campo, tanto em Caruaru quanto em Serrinha, perfazendo grandes trajetos rodoviários do sertão baiano para o agreste pernambucano.

Salientamos que as pesquisas de campo nas cidades de Caruaru e Serrinha foram mais demoradas, não só por serem centros urbanos mais distantes, exigindo mais tempo de observação e captura de dados e informações daquela realidade, mas, também, por configurarem feiras situadas em centros urbanos, diferentemente da feira de Aprazível, situada no distrito, sem maior complexidade urbana, à margem de uma rodovia, conforme detalharemos no corpo desta tese.

No ano de 2014, realizamos as entrevistas, algumas das quais foram acordadas em viagens anteriores, mas também por meio de contatos estabelecidos com representantes de associações de feirantes, de entidades de classe e do Poder Público Municipal. As viagens nesse ano também tiveram por objetivo a realização de entrevistas com os feirantes. As últimas viagens de campo foram realizadas no ano de 2015, com o objetivo de aplicação dos questionários e de complementação dos dados.

Este trabalho de pesquisa contou com o apoio financeiro do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP/CAPES/ProPGeo), mediante o financiamento de parte das viagens de campo. Contamos, também, com o apoio institucional e direto da Universidade Estadual do Ceará – UECE, por meio da disponibilização de veículo para realização de trabalho de campo no Ceará e em Pernambuco. Destacamos o fato de que as visitas, algumas vezes, foram realizadas juntamente com nossa orientadora e, outras vezes, a coorientadora, que se disponibilizaram a viajar

conosco, quando possível, com recursos da universidade, outras com recursos próprios, percorrendo o interior das feiras, fazendo observações e dialogando conosco.

Para a elaboração dos capítulos iniciais da tese, recorremos a várias fontes de consulta, dentre as quais, documentos históricos, alguns em língua estrangeira, a exemplo do *Dictionnaire Analytique, Historique, Étymologique, Critique et Interprétatif de la Coutume de Normandie*, do século XVIII, com suporte nos meios eletrônicos, o que nos possibilitou acessar esses documentos, sem os quais teria sido difícil o acesso a tais fontes tão ricas e caras à discussão sobre a feira medieval.

A tese está organizada em sete capítulos que compreende esta introdução e cinco capítulos analíticos e as considerações finais. Além do corpo do trabalho propriamente dito, trazemos as referências bibliográficas e apêndices (formulário e roteiro de entrevista) e alguns anexos que serviram como documentos referenciados no texto.

O segundo capítulo é de natureza introdutória e trata do estado da arte, na qual recobramos a noção de feira, mercado e relação com a cidade. Os conceitos expressos, com base nos autores consultados, foram basilares na compreensão dos elementos que caracterizam a feira como conceito. No capítulo três, abordamos a feira e suas manifestações socioespaciais no Nordeste brasileiro, destacando-a como expressão econômica e cultural na formação socioespacial nacional e nordestina do País. O capítulo quatro cuida mais especificamente, das três feiras (Caruaru, Aprazível e Serrinha), objeto de nosso estudo, descrevendo a dinâmica atual e os indícios das transformações em curso.

Já o quinto capítulo aborda a produção confeccionista e sua distribuição espacial no Nordeste brasileiro destacando a representatividade das pequenas unidades fabris e lógicas de funcionamento do espaço de produção. O sexto capítulo, de caráter conclusivo, evidencia o que estamos afirmando como metamorfose com amparo na produção, distribuição, circulação e consumo da confecção popular que retoma a instituição feira como espaço de comércio, porém desconstituindo a feira do espaço público e pondo em seu lugar centros de comércio copular em espaços privativos. As considerações finais sintetizam o resultado de nossas reflexões, fruto da pesquisa fundamentada no arcabouço teórico pensado para a Tese.

2 A FEIRA: ESPACIALIDADES E TEMPORALIDADES DE UMA MODALIDADE DE COMÉRCIO ANTIGA

> "*Estas cidades são 'mais mercados do que cidades', ou melhor, mais feiras do que cidades, mas, cidades ou mercados, mercados ou cidades, feiras ou cidades, cidades ou feiras, é tudo a mesma coisa [...]*"
>
> (BRAUDEL, 2005, p. 461).

Este capítulo tem caráter introdutório e constitui uma recuperação, embora sucinta, dos estudos sobre a feira como fenômeno histórico e geográfico vinculado ao mercado e à cidade. Evidentemente é um estado da arte, elaborado com esteio em algumas obras, de Aristóteles (2011); Bakhtin (1987), Benévolo (1997); Braudel (1987, 1997, 1998), Burke (2010), Dobb (1976), Engels (1986), Huberman (2010); Le Goff (1989, 1992, 1998), Marx (1996, 2007), Mumford (1998), Pirenne (1965,1971), Thomas (1993) e Weber (1967).

Na busca de elementos explicativos necessários à condução de uma base conceitual, perfilhamos como metodologia do capítulo a prática interdisciplinar no campo das Ciências Sociais. Embora os autores considerados cuidem de realidades europeias, sobretudo, de temporalidades muito distantes, indo do Período Antigo à transição do modo de produção feudalista para o capitalista, é possível detectar aspectos comuns concernentes às representações da feira no passado e sua realidade atual. Assim, ao verificarmos as configurações atuais, percebemos que nelas estão contidas estruturas e modalidades passadas, em um jogo dialético entre expressões globais e experiências locais mais particularizadas.

Com base nesse entendimento, fomos estabelecendo um alicerce conceitual concernente às noções de feira, mercado e cidade. Iniciamos este capítulo com a análise da relação entre as feiras e o mercado na constituição do urbano, para, em seguida, adentrarmos o recorte que compreende a expressão econômica e cultural das feiras-livres no Nordeste brasileiro e, posteriormente, a convergência da explosão do comércio de confecções nesses formatos tradicionais de comércio como são as feiras nordestinas.

2.1 A ORIGEM DAS FEIRAS E SUA RELAÇÃO COM O MERCADO E A CIDADE

A feira, como uma conformação de comércio, tem origem na Idade Média, especificamente, no período do renascimento do comércio, com o aumento da circulação de mercadorias entre as cidades e o campo. Referindo-se às feiras, Pirenne (1965) as considera como um dos fatos de maior relevância na organização da economia da Idade Média, existindo em vários países e tendo grande expressão até o final do século XIII. As feiras abundavam "[...] nos diferentes lugares, os mesmos caracteres, de modo que podem ser consideradas como um fenômeno internacional inerente às condições mesmas da sociedade europeia. A época do seu apogeu foi a do comércio errante." (PIRENNE, 1965, p. 103).

A concentração demográfica e a aglomeração comercial formaram historicamente as cidades medievais[1]. Como aduzem Netto e Braz (2006), o desenvolvimento do comércio provocou mudanças profundas na estrutura feudal, com destaque, principalmente, para a figura dos comerciantes e mercadores, grandes concentradores do capital mercantil. De outro modo, o desenvolvimento da atividade comercial em regiões mais afastadas estimulou "[...] o surgimento de *cidades,* num original movimento urbanizador, pois é nas cidades que os núcleos das redes comerciais se localizarão (Veneza, Colônia, Bruges, Londres)." (NETTO; BRAZ, 2006, p. 70).

Se recuarmos ao Período Antigo, ou seja, à organização da *Pólis*, à Cidade-Estado, vamos constatar a importância do comércio, como assinala Benévolo, na constituição das cidades helênicas. Naquele período, não só as relações civis, mas também as comerciais já eram realizadas nos espaços ao ar livre, na Ágora, que também era uma praça de mercado, ao servir à mesma função, ou seja, a troca tanto de informações e decisões quanto de produtos a serem comercializados ou permutados. A *Pólis* constituía o espaço comum onde se manifestava a liberdade coletiva, embora existisse a liberdade individual (BENÉVOLO, 1997).

[1] Lewis Mumford (1998, p. 343) acentua que um dos sinais que apontou para o final da Idade Média foi quando "A religião cedeu lugar ao comércio, a 'fé', ao 'crédito'.". Corroborando, ainda, essa asserção, Jacques Le Goff ensina ser a cidade medieval um centro econômico, uma aglomeração cujo centro principal é o mercado em vez da catedral. Para ele, uma das características imprescindíveis da mudança da cidade medieval foi a "[...] distinção entre grandes mercadores que se dedicam ao comércio a longa distância e pequenos comerciantes." (1989, p.172).

A subsistência na cidade, ou seja, a obtenção de alimentos, ocorria no primeiro momento de modo diverso, de modo que a "[...] vida nômade, a pilhagem, a pesca, a caça: são esses os meios empregados por todos esses povos para obter a subsistência, buscando-a no que lhes oferece a natureza, sem as trocas nem o comércio." (ARISTÓTELES, 2011, p. 66).

A necessidade de trocas fez surgir outras feições de comércio no momento em que a *arte de aquisição de bens* para prover o necessário confrontou a *arte da riqueza,* que não conhecia limites. Desse modo, as coisas, os objetos, passam a ter dois usos: o primeiro é o próprio emprego para o qual foi feito, e o segundo é destinado a fim impróprio, ou seja, para ser permutado. Isso ocorreu, segundo Aristóteles, "[...] em razão de alguns homens possuírem mais e outros menos as coisas que são necessárias à vida." (P. 68). Das primeiras associações ou cidades que viviam de gêneros diferentes de vida, sobretudo, da aquisição de alimentos, surgiram sociedades mais desenvolvidas que passaram a ter o formato de comércio "[...] em que se compra para revender mais caro." (ARISTÓTELES, 2011, p. 69). Esse novo ramo na ciência da riqueza tornou-se mais complexo, á medida em que

> [...] os homens, pela experiência, aprenderam onde se deviam buscar os objetos e de que maneira se podia daí obter maior lucro. O objetivo principal dessa nova forma de adquirir riqueza é investigar a maneira de a obter em grande quantidade, e é propriamente aquela que produz a opulência e as grandes fortunas. (ARISTÓTELES, 2011, p. 69).

Para Marx (1996), o objeto, ao tornar-se mercadoria, adquire duas condições: o valor de uso e o valor de troca[2]. A mercadoria realiza-se como valor de troca na passagem da produção e o consumidor final, obtendo-se ai o lucro. Essa é a base da atividade de muitos feirantes e sacoleiros que se deslocam para as feiras de confecção a fim de comprarem mercadorias em maior quantidade no atacado a preços mais baixos, para revenderem mais caro em seus sítios de origem. Detalharemos, todavia, essa situação nos capítulos seguintes deste trabalho.

[2] De acordo com Karl Marx, na sociedade capitalista, os objetos, ao assumirem o aspecto de mercadoria, são vistos por duplo aspecto. O primeiro refere-se ao valor de uso, que é sua utilidade, ou seja, o uso do objeto em si; todavia, esse objeto também porta um valor de troca que aparece "[...] como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço.". (MARX, 1996, p. 166).

O surgimento das feiras, conforme alvitra Souza, ocorreu em virtude da produção de excedentes[3] entre os produtores e pela necessidade de troca de produtos "[...] a princípio inter-grupos, sem a exigência de um lugar, [...] A existência das feiras foi uma solicitação natural de um ambiente que congregasse todos os produtos que estivessem disponíveis para outrem;" (SOUSA, 2004, p. 199).

Engels (1986) contribui para o debate sobre a Lei do Valor, contida no terceiro livro de "*O Capital*" de Karl Marx, acrescentando que, nos primórdios da sociedade, os produtos eram consumidos por seus produtores que se organizavam em comunidades assemelhadas às comunistas. A troca do excedente com outros grupos estrangeiros contribuiu para a transformação de produtos em mercadorias, haja vista que, antes, eram apenas trocadas entre comunidades individuais. Isso também concorreu para a dissolução das comunidades em grupos familiares, sendo os chefes de famílias responsáveis pelas trocas. Eram, sobretudo, camponeses que trabalhavam a terra, com a ajuda da família, suprindo suas necessidades e trocando o excedente de sua produção. Na perspectiva de Engels, naquele momento, a família bastava em si mesma, ocupando-se na agricultura e pecuária, transformando produtos em artigos próprios para o consumo, conforme relata o autor: "[...] às vezes faz ela mesma [a família] a farinha com o moinho de mão, coze o pão, fia, tinge, tece o linho e a lã, curte o couro, levanta e conserta construções de madeira, fabrica ferramentas e utensílios e não raro forja e faz obras de marcenaria;" (1986, p. 326).

Engels ressalta, todavia, o fato de que o camponês da Idade Média dominava as maneiras de produzir, sabendo exatamente o tempo de trabalho exigido para a produção dos objetos que trocava. Assim ocorria com o ferreiro, o alfaiate, o sapateiro e com aqueles camponeses que faziam roupas e sapatos. Para ele, era com base no trabalho, ou seja, no tempo de trabalho empregado na produção ou na elaboração de um produto, que se estabeleciam as medidas quantitativas de grandezas de troca. O mesmo se aplicava às permutas de produtos entre camponeses e artesãos citadinos, pois elas ocorriam diretamente, ou seja, "[...] sem mediação do comerciante, nos dias de feira nas cidades, quando o camponês

[3] Tratando do excedente, Netto e Braz (2006) assinalam que o surgimento do excedente da produção nas comunidades primitivas decorria, naquele momento, do aumento da produtividade do trabalho que permite a prosperidade dessas comunidades e também a acumulação dos produtos do seu trabalho. Com isso, ocorreu maior divisão do trabalho, inclusive, do especializado (artesanato), produzindo bens que "[...] não sendo utilizados no autoconsumo da comunidade, destinam-se à troca com outras comunidades - está nascendo a *mercadoria* e, com ela, as primeiras formas de troca (comércio)." (P. 57).

vende seus produtos e faz compras. Também aí, não só o camponês conhece as condições de trabalho do artesão, mas também este as do camponês." (ENGELS, 1986, p. 326).

Segundo Le Goff, a atuação das ordens religiosas nas cidades da Idade Média, principalmente, desde o século XIII, favoreceu a aglomeração, não só de religiosos, mas também de outras pessoas que os alimentavam. "A feira e o mercado da Idade Média ofereciam as mesmas ocasiões de trocas e de oportunidades de modernização." (LE GOFF, 1998, p. 33).

Segundo o *Dictionnaire Analytique, Historique, Étymologique, Critique et Interprétatif de la Coutume de Normandie*, o termo *Foire*[4], designa

> *[...] Marché où tous étrangers ont droit de vendre, & auquel font attachés certains privileges, foit pour les marchandifes, foit pour les perfonnes qui les apportent dans le lieu où le marché fe tient.*
> *Dans les onzienne & douzienne fiecles, les Seigneurs donnoient en fief les loges des foires. Bruffel, ch. I, p. 42.*
> *Les foires ne pouvoient être ouvertes que dans les Bourgs ou Villes, & par permiffion du Roi, ou des Seigneurs auxquels le Roi en avoit accordé le droit.*
> *Le domicilie que l'étranger choitiffoit dans un Bourg pour le temps de la foire, étoit fon véritable domicilie. Il étoit renu de répondre pour toutes actions perfonnelles & de fon commerce devant le Juge du lieu où étoit fa réfidence actualle. L'Ordonnance de 1673 a confervé cet ufage. Tous leurs procès devoient être inftruits fommairement & promptement. Le délai pour paroître devant le Juge & de faire render Sentence, n'étoit que d'une marée à une autre: ch. 8, Leg Burg. Trait. Anglo-Norm. t. a. Chaque étalant dans les foire payoit un droit ou au Roi, ou au Seigneur. & ce droit étoit proportionné à l'étendue ou à la commodité de l'étal ou loge qu'il occupoit. Ibid ch. 40.*
> *Avant l'ouverture de la foire, on en proclamoit la paix; pacem mundince: c'eft-à dire tes privileges dont tous les commerçants y jouiroient. Le principal de ces privileges, étoit que celui qui s'y établiroit ne pouvoit y être arrête par Juftice, fi ce n'étoit pour trouble caufé dans foire, ou parce qu'il étoit banni du Royaume comme traître ou homicide. Ibid, ch, 91.*
> *Les fabricants n'étoient pas admis dans les foires; on ne pouvoit y expofer en vente que des marchandifes fabriquées; ainfi les teinturiers, les cordonniers, les bouchers ne pouvoient y faire aucun ouvrage de leur profeffion. Ibid. 99.*
> *La plupart de ces réglements s'obfervent encore à l'égard des foires de cette province.*
> *Les Receveurs des droîts de marché s'étoient arrogé le double droit fur les étaux ou marchandifes en temps de foire. L'article VII de la Déclaratìon du Roi, du 12 Mars 1752, a reprime cet abus.*
> *Quoique les foires ceffent pendant quelques années, le droit n'en eft pas pour cela éteint: Arrêt de Decembre 1661; Bafnage, Article 24 de la Contume. Suivant cet Article, les Bas-Jufliciers qui ont droit de foire, ont auffi la connoiffance des mefures de boire & de bled, s'ils les trouvent fauffes en*

[4] A definição histórica de feira, em virtude da importância que ela teve na Idade Média, está registrada em inúmeros documentos históricos. Utilizamos uma bibliografia de língua francesa para definir feira, haja vista a riqueza de registros nessa língua estrangeira.

> *leurs fiefs, avant que la Juftice Royale y ait mis la main. [sic] (HOUARD, 1780, p. 578).*[5]

Conforme aponta o verbete, a feira era um mercado onde todos, estrangeiros ou não, tinham o direito de vender. Alguns detinham certos privilégios seja pelo tipo de mercadoria ou em função das pessoas que levavam essas mercadorias para o lugar onde eram comercializadas. Esses *lieux de commerce,* retratados nos séculos XI e XII, eram divididos em *loges*, ou seja, compartimentos, tendas ou lojas e dados em confiança pelo Rei para a realização das feiras. Estas, entretanto, não poderiam funcionar nos burgos ou cidades sem a autorização do rei ou dos senhores donos das terras e detentores das leis locais.

A organização da feira, todavia, passava pelo estabelecimento de regras, marcadas pela necessidade de o comerciante fixar domicílio durante o tempo da feira, sendo de sua responsabilidade os atos pessoais e comerciais ali cometidos e que eram submetidos a um juiz local, além de terem a obrigação de pagamento pelo direito de estarem naquela feira. O pagamento desse direito era proporcional à extensão, conveniência e espaço ocupado na feira.

Por um lado, as regras para o comércio na feira não admitiam a participação de fabricantes, muito menos de mercadorias manufaturadas. Os tintureiros, sapateiros e açougueiros eram, assim, impedidos de exercer sua profissão no espaço da feira. Por outro lado, embora grande parte desses regramentos fosse observada, os beneficiários do direito de comercializar foram, com o passar do tempo, se apropriando desse duplo direito de usar seu oficio e

---

[5] "Mercado onde todos os estrangeiros têm o direito de vender e ao qual estão ligados certos privilégios, tanto para mercadorias quanto para pessoas que as trazem para o lugar onde está o mercado. Nos séculos onze e doze, os Senhores davam em confiança os alojamentos das feiras, c.I., p. 42. [...] As feiras só podiam ser abertas em vilarejos e cidades com a permissão do Rei, ou dos Senhores aos quais o Rei tinha dado esse direito. O domicílio que o estrangeiro escolhia no Vilarejo durante o período da feira, era seu verdadeiro domicílio. Ele era responsável por responder por todas as ações pessoais e do seu comércio diante do Juiz do lugar onde ele residia atualmente. O Decreto de 1673 conservou esta prática. Todos os seus processos eram para ser instruídos formalmente e prontamente. O prazo para comparecer perante o Juiz para prestar esclarecimentos era apenas de uma maré para outra: c. 8 Leg. Burg. Trait. Anglo-Norm. t. a. Cada um estando na feira pagava um direito ao Rei ou ao Senhor. E este era proporcional a extensão ou a conveniência da banca ou do alojamento que ele ocupava. Ibidem c. 40. Antes da abertura da feira, era proclamada a paz; *pacem mundince*: isto é, os privilégios de que todos os comerciantes deveriam aproveitar. O principal desses privilégios era que aquele que se instalava não podia ser parado pela justiça, exceto os problemas causados nas feiras, ou porque eles eram banidos do reinado como traidores ou homicidas. Ibidem, c. 91. Os fabricantes não eram admitidos nas feiras; eles só podiam expor à venda as mercadorias fabricadas; assim como tintureiros, sapateiros, açougueiros que não podiam fazer qualquer trabalho da sua área. Ibidem 99. A maioria desses regulamentos pode ser observada ainda nas feiras desta província. Os coletores dos direitos no mercado concediam esse duplo direito de acordo com as bancas ou as mercadorias no tempo da feira. O Artigo VII da declaração real de 12 de Março de 1752 reprimiu esse abuso. Mesmo que as feiras tenham parado durante vários anos, a lei sobre ela não perdia efeito [...]" (HOUARD, 1780, p. 578).

comercializar mercadorias ao mesmo tempo na feira. Essa dupla prática, todavia, não deixava de ser reprimida pela autoridade maior, no caso, o rei. Além disso, se por acaso a feira deixasse de ocorrer por algum tempo, o direito de comercialização não se extinguia. O principal privilégio do comerciante, uma vez estabelecido na feira, era o direito de "paz", isto é, de comercializar sem ser importunado pela justiça, com exceção daqueles que causavam desordens ou que tivessem sido banidos do reino por traição ou homicídio.

Na obra *As cidades da Idade Média*, Pirenne (1971) aponta a dinâmica das feiras e mercados já nas *cidades fortalezas* revestidas do poder episcopal nos séculos IX e X [6]. Nas cidades sedes dos bispados quase sempre havia um "[...] mercado semanal, onde os camponeses dos arredores traziam os seus produtos; algumas vezes, mesmo, realizava-se uma feira anual (*annualis mercatus*). Nas entradas da cidade recebia-se o imposto sobre tudo o que entrava ou saia." (P. 55). Conforme podemos verificar na descrição do autor, no que se refere à periodicidade, os mercados tinham uma ocorrência semanal e a função de abastecimento da população da cidade. O mercado servia também como um ponto de concentração/aglomeração e comércio da produção camponesa. Já a feira, em contraposição, tinha o caráter ocasional de modo a ocorrer uma ou duas vezes por ano. O que era produzido e comercializado era taxado na entrada das cidades.

O crescimento da cidade comercial, de acordo com Mumford (1998), sucedeu de modo lento e enfrentou obstáculos impostos pela estrutura e costumes da cidade medieval. Para ele, o grande ato realizado pelo capitalismo foi "[...] introduzir os costumes da praça de mercado, de maneira universal, em todos os cantos da cidade: nenhuma parte dela ficava imune à mudança, se esta pudesse ser conseguida em troca de um lucro." (P. 446). Essa mudança ocorreu com a implantação de outra modalidade de comércio, ou seja, daquele à longa distância que se desenvolveu fora dos domínios e regulamentos das guildas, com a atuação de corretores[7] que passaram a atuar em transações no mercado em grosso.

Pirenne (1965) destaca o fato de que o apogeu das feiras ocorreu numa época marcada pelo comércio errante. O autor destaca, então, o papel do mercador,

[6] O autor conclui que o período referente à Época Carolíngia, ou seja, do reinado de Carlos Magno (742-814), "[...] não conheceu cidades, nem no sentido social, nem no sentido econômico ou jurídico desta palavra. As cidades antigas e os burgos não foram senão praças fortes e sedes de administração.". (PIRENNE, 1971, p. 63).

[7] Os "corretores", segundo Pirenne, eram "[...] agentes comerciais, às vezes artífices abastados a quem os progressos do crédito, da especulação e da circulação abrem uma carreira." (1965, p. 222).

que surgiu no primeiro momento, de modo improvisado, sendo aquele servo responsável pela compra e venda de produtos excedentes ou de escassez nos latifúndios senhoriais. De início, não se caracterizava como atividade comercial, muito menos profissional, porém, o declínio do comércio e da vida urbana nas cidades no século VIII conduziu ao surgimento do comércio errante e com isso à "[...] existência errante dos mercadores e os riscos de toda espécie a que estavam expostos, em uma época em que o saque constituía um dos meios de existência da pequena nobreza, impeliram-nos a procurar desde logo proteção no interior das muralhas [...]" (PIRENNE, 1965, p. 47). Desse modo, o mercador, tanto no comércio marítimo quanto no terrestre, era aquele que fazia tudo pessoalmente, desde o embarque das mercadorias para vender até a compra de cargas na viagem de regresso a serem encaminhadas para seus lugares de destino (PIRENNE, 1965, p. 102).

Braudel (1987) estabelece algumas classificações sobre os agentes envolvidos no mundo do mercado e das trocas, dentre os quais podemos listar o *Artesão itinerante* que, segundo ele, é aquele que "[...] vai de burgo em burgo oferecer seus modestos serviços de reempalhador de cadeiras ou de limpar chaminés". (P. 16). *O camponês* era aquele sujeito que comercializava regularmente sua colheita na feira e lá mesmo comprava ferramentas ou vestuário, dentre outros produtos necessários para satisfazer às suas necessidades. Era também aquele "[...] que só vai ao burgo para vender algumas mercadorias miúdas, ovos, uma galinha, a fim de obter algumas moedas necessárias ao pagamento de seus impostos ou à compra de uma relha de charrua [...]" (P. 16). Já *o Camelô* comercializa nas ruas e *o Mascate*, "[...] percorre o interior oferecendo mercadorias em pequenas quantidades, estão do lado da vida de trocas, do lado do cálculo, do dever e haver, por modestas que sejam suas trocas e seus cálculos." (P. 16). Entrementes, o *lojista* é um comerciante que "[...] ou vende o que fabrica e, nesse caso, é um artesão-lojista; ou vende o que outros produziram e está, por conseguinte, no estágio dos mercadores ou comerciantes." (P. 16). O fato de sua loja estar quase sempre aberta caracterizava uma vantagem de comércio/troca contínua em relação ao mercado que, apesar de ter uma ocorrência semanal, era realizado somente uma ou duas vezes por semana. Aqueles mercadores, porém, que se lançavam ao comércio de longa distância em feiras alcançavam outros lugares e outro público de consumidores.

Peter Burke (2010) chama atenção para a figura do mascate que atua como um agente, um vendedor ambulante. Segundo esse autor, o mascate foi definido pelo inglês como “[...] um vendedor ambulante que numa sacola ou cesta comprida (que na maior parte do tempo ele carrega aberta e na sua frente, pendurada no pescoço) tem almanaques, livros de notícias ou outras coisas insignificantes para vender." (P. 244). Burke remonta à prática que muitos comerciantes de feira e artistas tinham de se deslocar por várias cidades e/ou feiras, pois

> Os artistas de entretenimentos, assim como os latoeiros ambulantes e mascates, viajavam de lugar em lugar. Era mais fácil mudar o público do que mudar o repertório, e para mudar o público eles tinham de **viajar de cidade em cidade, ou de feira em feira**, parando nas aldeias que existissem pelo caminho. (2010, p.136).

As cidades e os burgos passaram a ser lugares de trânsito e de parada para os mercadores e suas mercadorias, de modo que o “[...] espaço que cidades e burgos ofereciam a esses adventícios, cada vez mais numerosos e estorvantes, enquanto a circulação se tornava mais intensa, já não bastou para contê-los. Tiveram que se estabelecer nos arredores da cidade [...]”, nascendo, assim, as primeiras aglomerações mercantis ao lado das cidades eclesiásticas ou das fortalezas feudais. (PIRENNE, 1965, p. 48).

Jack Thomas (1993) exprime, em sua obra, *Le temps des foires,* uma ilustração, portanto, uma pintura, que tem por título *Le marché de Saint-Gaudens*. Exprime como funcionava o mercado na Idade Média. Nela, vemos justamente a aglomeração de pessoas situadas fora dos muros da cidade, realizando o comércio de produtos a céu aberto (Figura 1). Seu modo, entretanto, nos remete ao de uma feira, do livre comércio de produtos, levando-nos a cogitar em que, naquele período, a feira e mercado eram coisas semelhantes. Na ilustração, estas formatações de comércio estão situadas ao largo dos muros da cidade, de modo que parece não pertencer à estrutura urbana.

Para Thomas, as feiras e mercados são “[...] *des manifestations du commerce périodique; une forme de commerce très ancienne, précédant, sans doute, le commerce permanent des boutiques et des magasins urbains.”* [8]

[8] “Manifestações do comércio periódico; uma forma de comércio muito antiga, precedendo, sem dúvidas, o comércio permanente de boutiques e de lojas urbanas.”.

(THOMAS, 1993, p. 364). Reforçando o exposto, as feiras e mercados podem ser entendidos como manifestações de um comércio periódico que antecedeu às de perfil de comércio permanente no espaço urbano com estabelecimento de comércios, a exemplo das boutiques e lojas. Thomas (1993) destaca, ainda, a contradição nos estudos dedicados às feiras e mercados, visto que, para alguns estudiosos, as feiras são manifestações de urbanidade, enquanto para outros elas pertencem mais ao mundo rural. Entendemos, contudo, que essa contradição é aparente, pois as feiras e os mercados são pontos de contato entre os mundos urbano e rural.

Figura 1 – ***Le marché de Saint-Gaudens - Anonyme, Musée de Saint-Gaudens.*** **(O mercado de Saint-Gaudens).**



Fonte: THOMAS (1993).

Já Fernand Braudel destaca o mercado e seu papel para a cidade, pois nos mercados semanais e diários, os citadinos, todas as manhãs, se abasteciam de gêneros alimentícios. As feiras, da mesma maneira, eram abastecidas por camponeses que vinham dos arredores das cidades, trazendo grandes quantidades de produtos agrícolas (legumes, frutas, flores, peixes, presuntos, salsichas etc.).

Para esse autor, entretanto, parece não haver grandes diferenças entre a feira e o mercado, tanto nas cidades orientais quanto nas ocidentais, pois ele acentua que, em muitos casos, as cidades são “[...] ‘mais mercados do que cidades’, ou melhor, mais feiras do que cidades, mas, cidades ou mercados, mercados ou

cidades, feiras ou cidades, cidades ou feiras, é tudo a mesma coisa [...]" (BRAUDEL, 1997, p. 461). Portanto, para o autor citado, o que está em foco não é a aparência, o feitio, mas sua essência, que é constituída pelos movimentos de concentração e dispersão promovidos pelo comércio nas cidades, em suas feiras e mercados.

Essa relação entre mercado e cidade também aparece em Max Weber, quando ele assinala que

> Toda cidade no sentido aqui adotado da palavra é 'localidade de mercado', isto é, tem um mercado local como centro econômico do povoado, mercado no qual em virtude da existente especialização da produção econômica, também a população não urbana satisfaz suas necessidades de produtos industriais ou artigos mercantis ou de ambos, e, como é natural, também os próprios moradores da cidade trocam entre si os produtos especiais e satisfazem as necessidades de consumo de suas economias. (2009, p. 409).

O que viria, porém, a ser um mercado? O que o aproxima à cidade, fazendo com que, para alguns autores, essas noções e/ou realidades se confundam? Polanyi (2000, p. 76) considera o mercado "[...] um local de encontro para a finalidade da permuta ou da compra e venda.", e faz uma distinção entre os mercados locais e aqueles direcionados para o comércio de longa distância. Para ele, o florescimento das feiras europeias constituiu "[...] um exemplo de um tipo definido de mercado produzido pelo comércio de longa distância." (P. 81). Já o mercado local é aquele espaço marcado pelas relações de vizinhança, de grande importância para a vida comunitária. O mercado local típico é aquele no qual

> [...] as donas de casa vão comprar algumas de suas necessidades domésticas diárias e nos quais os agricultores de cereais ou verduras, assim como os artesãos locais, oferecem seus artigos à venda, revelam uma impressionante indiferença quanto a tempo e lugar. Reuniões desse tipo são não só bastante generalizadas nas sociedades primitivas como também permanecem praticamente imutáveis até meados do século XVIII nos países mais adiantados da Europa Ocidental. Elas constituem um acessório da existência local e diferem muito pouco, quer façam parte da vida tribal centro-africana, quer de urna cité da França merovíngia, ou de uma aldeia escocesa da época de Adam Smith. O que é verdadeiro em relação à aldeia é também verdadeiro em relação à cidade. (POLANYI, 2000, p. 83).

Ele assinala, ainda, que "[...] os mercados se desenvolveram naturalmente em todos os lugares onde os transportadores tinham que parar, nos vaus, portos marítimos, cabeceiras de rios ou onde as rotas das expedições se encontravam." (POLANYI, 2000, p. 83). Para ele, todavia, a separação entre o

comércio local e o de longa distância foi fundamental para a instituição dos centros urbanos medievais.

Foi, no entanto, em Pirenne (1965), que pudemos apreender a distinção entre feiras e mercados. Para esse historiador, havia clara distinção entre o papel desempenhado pelas feiras e o dos mercados locais, porquanto os mercados tinham o objetivo de abastecer de alimentos a população local, com funcionamento durante a semana, atuando num raio limitado e sendo uma atividade de comércio restrita ao varejo. Já as feiras são definidas por Pirenne como lugares de reuniões periódicas dos mercadores profissionais. “[...] são centros de intercâmbios e, principalmente, de intercâmbios em grande escala, que se esforçam em trazer até eles, fora de toda consideração local, o maior número possível de homens e produtos.” (P. 104). As feiras, assim, reuniam grande número de pessoas que negociavam um volume numeroso de produtos, atuando no raio de ação de uma região ou país e tinham uma ocorrência periódica, ou seja, em média, duas vezes por ano. As feiras, assim, atuavam em escalas maiores e, mesmo existindo em distintas localidades, traziam consigo essas mesmas características (PIRENNE, 1965).

Huberman também faz a distinção entre mercado e feira, ao assinalar que, ao contrário dos pequenos mercados locais que negociavam, em geral, produtos agrícolas, as feiras do século XII ao XV “[...] eram imensas, e negociavam mercadorias por atacado, que provinham de todos os pontos do mundo conhecido.” (2010, p. 18). Para o autor, a feira atuava como um centro distribuidor onde os mercadores, diferentemente dos pequenos revendedores e artesãos locais, comercializavam mercadorias vindas de várias partes do mundo.

Interessante é ressaltar, ainda, o entendimento de Le Goff, referindo-se às atividades comerciais nas cidades, ao enfatizar que elas se manifestavam “[...] a principio, nas feiras e nos mercados, seguindo toda uma hierarquia que vai do simples mercado (às vezes chamado feira) à grande feira internacional, passando por feiras de irradiação local ou regional.” (1992, p. 68).

Sobre a dinâmica e organização das feiras, ou seja, seu funcionamento, Braudel (1987, p. 17) exprime que elas ocorriam somente durante alguns dias, com intervalos, retornando sempre aos mesmos lugares. Nas feiras, entretanto, por mais que não houvesse restrições “[...] aos pequenos vendedores e aos comerciantes medíocres, [...]”, nas suas palavras, funcionavam como bolsas sob o domínio de grandes comerciantes que vendiam no atacado. Marc Bloch (1982) ressalta que os

tecidos cumpriram um importante papel na expansão econômica europeia na Idade Média, haja vista que "[...] os centros de fabrico de tecidos se espalharam um pouco por toda a parte – se ouvia o ruído dos teares e o bater dos pisões, eles trabalhavam mais aos serviços dos mercados exóticos, praticamente, do que do consumo interno." (P. 91).

Para Le Goff, o comércio do mercado parece ser responsável pelo abastecimento de gêneros, ao ponto de haver vários mercados para cada tipo de mercadoria, a exemplo do *quartier des Halles*, em Paris, conhecido como bairro dos mercados, no centro econômico da Capital Francesa, no final do século XIII que concentrava o mercado dos peixes, dos legumes, das carnes, do trigo, do queijo etc. Já as grandes feiras se destacavam pelo comércio de mercadorias, sobretudo, a feira alojada que compreendia o

> [...] grande mercado de tecidos, onde vendem por atacado fabricantes de Ypres, Gand, Douai, Tournai, Valenciennes, Chalons, Aubenton, Troves, Chimay, Huy, Namur, Saint-Quentin, Avesnes, Abbeville, Lyon, Malines, Provins, Paris, Beaune, Rouen, Beauvais e Lille, o mercado da pelaria e o mercado dos cambistas. O comércio dos tecidos, sobretudo de lã, ocupava ali o primeiro lugar. A feira 'reunia vendedores de tecidos vindos dos centros industriais da Europa do Norte e do Noroeste e compradores originários dos países situados a leste e a sudeste do reino de França'. (LE GOFF, 1992, p. 70).

Davide (2010) noticia o fato de que, ainda na alta Idade Média, as propriedades rurais, sozinhas, não tinham como prover todas as suas necessidades, de modo que o excedente da produção era trocado e comercializado em feiras e mercados locais. A Feira de *Saint-Denis,* conforme o autor citado*,* era uma das mais importantes no comércio de produtos agrícolas. Surgiu em 635, funcionando sempre no mês de outubro nos arredores de Paris. Posteriormente, em 775, aflorou a feira de São Mateus, sendo que esta ocorria, todos os anos, porém, somente no mês de fevereiro (P. 250).

Ainda sobre a feira de *Saint-Denis*, comenta Pirenne que ela remontava à Época Merovíngia, e, apesar de ter atravessado o período agrícola da Idade Medieval, não inspirou o surgimento de outras. Com exceção dessa feira, as outras surgem com o renascimento do comércio[9], sendo as mais antigas aquelas que

[9] Segundo Pirenne, o renascimento do comércio na Europa pode ser representado pela força de dois grandes movimentos comerciais que ocorreram em meados do século XI nas porções periféricas, isto é, de modo mais específico, no mar Mediterrâneo Ocidental e no Adriático, bem como no Báltico e no

datam do século XI. Por volta do século XII, o número de feiras já era grande e continuou aumentando no século XIII (PIRENNE, 1965). Embora o autor denote que as feiras se estabeleceram naturalmente nos caminhos e rotas comerciais, ele retoma a situação, asseverando que a importância da feira "[...] não depende do lugar onde se estabelece, e isto se compreende facilmente, pois a feira é só um lugar de reuniões periódicas para uma afastada clientela e sua frequência não está relacionada com a maior ou menor densidade da população local." (P. 105).

Trazendo a reflexão do autor para o momento atual e, sobretudo, para nosso objeto de estudo, as feiras de confecção, poderemos verificar nos capítulos posteriores deste trabalho que, em parte, algumas delas e/ou empreendimentos que incorporaram vários elementos característicos das feiras tradicionais, se estabeleceram justamente às margens de rodovias, sejam elas intermunicipais, interestaduais e até inter-regionais, conformando verdadeiros caminhos comerciais para sacoleiros e revendedores de confecção. Nesse sentido, a situação geográfica de algumas feiras ou empreendimentos, diferentemente das feiras tradicionais que têm intenso vínculo com o lugar, tiveram funcionamento e frequência condicionados às demandas do público vindo de fora, e menos em função da população local. Em alguns casos, o surgimento da feira de confecção ocorreu pela oportunidade de se estabelecer um novo entreposto situado entre o local de origem da produção confeccionista e o mercado consumidor.

Entre as feiras do período referenciado há pouco, Pirenne destaca a de *Champagne,* em virtude da sua situação geográfica, reafirmando a cidade como um encontro de encruzilhadas; sua duração; o papel dos senhores protetores, ou, ainda, da proteção senhorial das feiras; a organização dos próprios mercadores e o papel comercial das mercadorias, com o comércio de tecidos ocupando o primeiro lugar. (LE GOFF, 1992, p. 71). Quanto à distribuição geográfica das feiras, Pirenne (1965) atenta para o fato de que as mais ativas estavam agrupadas na grande rota comercial que ia da Itália e da Provença até a costa de Flandres.

> São as famosas 'feiras de Champanha e de Brie', que se realizam uma após outra, em todo o decorrer do ano. Vinha primeiramente, em janeiro, a

---

mar do Norte. O autor destaca aí o papel exercido pela navegação marítima, bem antes das rotas comerciais continentais, como fomentadora do comércio que atingia cidades mais distantes. Nesse contexto, o autor ressalta, como exemplo, o progresso econômico das cidades de Veneza e Gênova que se destacavam como importantes praças de comércio impulsionadas pela navegação marítima (PIRENNE, 1965).

> de Lagny-sur-Marne, e na terça-feira que precedia a quaresma, a de Bar; em maio, a primeira feira de Provins, chamada de São Quiriácio; em junho, a 'feira quente' de Troyes; em setembro, a segunda feira de Provins ou de Sto. Ayoul; finalmente, em outubro, para fechar o ciclo, a 'feira fria' de Troyes. No século XII, cada uma dessas assembleias prolongava-se por seis semanas, aproximadamente, e não deixava entre si mais do que o intervalo indispensável ao transporte das mercadorias. [...] **A prosperidade dessas feiras deve-se sem dúvida, às vantagens de sua situação**. (PIRENNE, 1965, p. 106). [grifamos]

Le Goff (2007, p. 143), ao ressaltar o êxito da Europa no século XIII, o divide em quatro campos: o crescimento urbano, a renovação do comércio e da promoção dos mercadores, o saber e a difusão de novos religiosos. O primeiro deles, o crescimento urbano, considerando o século XIII, é personificado nas cidades, isto é, na imposição de uma Europa Urbana, contraposta à Europa Rural da Alta Idade Média. Foi desde as cidades que ocorreu a mistura de população, a afirmação de novas instituições e o surgimento de centros econômicos e intelectuais. Ainda para o autor a noção de cidade medieval era de que,

> [...] mesmo se ela continua no mesmo lugar de uma cidade antiga, muda profundamente de figura e, mais ainda, de função. [...] As cidades antigas não eram os centros de consumo muito importantes que se tornaram na Idade Média, mas elas são também centro de troca por causa da urbanização dos mercados e das feiras. A cidade medieval é policêntrica, mas o mercado é em geral o seu centro mais visível e mais importante. (P. 144).

Assim e apesar de a cidade medieval já ter o caráter policêntrico, o mercado era o ponto central de destaque para o comércio e o consumo. Esse é um ponto importante levantado pelo autor, que é a urbanização dos mercados e feiras, além do papel da produção nessas cidades que ficava por conta das oficinas de ofícios e lojas de artesãos (corporações).

As feiras, entretanto, entraram em decadência, conforme referencia Pirenne (1965), a exemplo da feira de *Champagne*, que teve início no século XIV. A causa principal disso, para ele, foi "[...] sem dúvida, a substituição do comércio errante por hábitos comerciais sedentários [...]" (P. 109). Isso ocorreu *pari passu* ao progresso das navegações diretas de importantes portos italianos, de Flandres e da Inglaterra. Outro fator citado pelo autor foi a ocorrência de guerras, a exemplo da

Guerra dos Cem Anos, que retirou clientes que vinham da parte setentrional[10], arruinando aquele tradicional centro de negócios que atraia mercadores de todas as partes da Europa (PIRENNE, 1965).

Corroboramos, entretanto, o entendimento de Le Goff, quando ele reassinala o comércio, ou seja, a troca como uma das funções essenciais da cidade contemporânea, pois, ante a "[...] desruralização da cidade no século XIX, desindustrialização no século XX, a cidade contemporânea perdura, contudo, na sua essência. E sua essência está em outro lugar, na função da troca." (1998, p. 33). Na contextura de hoje, há vários exemplos de cidades cuja economia entrou em declínio em virtude da desinstalação de plantas industriais, restando à população do lugar dedicar-se a outro ramo de atividade, como o comércio.

No que se refere à existência de feiras fora do Continente europeu, Corrêa (2011) atenta para os relevantes estudos empreendidos por G. William Skinner sobre os mercados periódicos chineses[11], em específico, da região de *Szechwan*, nos anos 1950. Esse autor menciona, ainda, outros estudos realizados por Stine, Frölich, Smith e Bromley, Symansky e Good sobre os mercados periódicos asiáticos (Coreia do Sul), os mercados africanos e também os latino-americanos.

Conforme Braudel (1998) assinala, as questões relativas a produção, troca e consumo são elementares a todos os povos, de modo a estabelecerem regras básicas que ultrapassam fronteiras. Sendo assim, é possível encontrar mais semelhanças do que diferenças, ao se reportar às feiras de outras porções do mundo. É o caso dos mercados do Islã (Bagdá, Cairo, Istambul, dentre outros), onde é possível identificar condições análogas aos mercados europeus. O próprio autor resume isso, acentuando que:

> [...] todas as características do mercado europeu estão aí: o camponês que vem à cidade com a preocupação de obter dinheiro necessário ao imposto e que mal atravessa o mercado. O revendedor ativo, esperto e que, apesar das proibições, se adianta ao vendedor rural; a animação e o atrativo social do mercado, [...] (P. 96).

[10] Conforme destaca Pirenne (1965, p. 162), a indústria têxtil das cidades do norte da França foi bastante ativa durante o auge das feiras de Champanha. Com o seu declínio, deslocou-se para o comércio de Flandres e Brabante.

[11] De acordo com Skinner (2002), a mudança do sistema tradicional promovida pela transformação de uma sociedade tradicionalmente agrária em uma moderna sociedade industrial provocou alterações na estrutura social, na distribuição e padronização dos mercados rurais com a introdução do progresso com a modernização.

Entre os mercados superpovoados, ruas especializadas dos *suks,* também era possível encontrar mercados de gêneros elementares, onde se podia encontrar o trigo, a cevada, os ovos, a seda crua etc.. Não obstante, havia grandes feiras que serviam de ponto de encontro de caravanas e também atendiam ao calendário das grandes peregrinações. A periodicidade das feiras ou sua sazonalidade pode ser observada quando o autor cuida das grandes reuniões mercantis que se realizavam nas cidades do Cairo e Alexandria. Ali, "[...] a peregrinação a Meca é a maior feira do Islã.", e, "[...] as feiras dependem das estações de navegação no Mediterrâneo e no Mar Vermelho, correspondendo ainda ao calendário emaranhado das peregrinações e das caravanas." (BRAUDEL, 1998, p. 106).

No caso das feiras do Oriente e Extremo-Oriente, eram as monções que regulavam as viagens ou dos mercadores viajantes pelo Oceano Índico, ou ditando o tempo da feira, sua extensão, duração e volume de mercadorias comercializadas. Na Índia, as feiras eram "[...] um traço forte, onipresente, que se incorpora na vida de todos os dias e o espetáculo nem sequer impressiona os viajantes, de tal forma é natural." (BRAUDEL, 1998, p. 107).

Já na China, as feiras situadas em aldeias eram algo raro. Elas funcionavam mais nas vilas. Em geral, ocorriam duas vezes por semana, tendo um calendário para evitar sobreposição com o dia de feiras em outras vilas ou, ainda, da cidade a qual dependia. A feira dava o ritmo à vida da aldeia, mobilizava trabalhadores (mascates, transportadores, varejistas, artesãos) que faziam um calendário de circulação permanente de feira em feira, cidade em cidade, vila em vila até retomarem o começo (BRAUDEL, 1998).

A relação de comércio na cidade, todavia, seguia a hierarquia dos mercados chineses apontada por Skinner. Enquanto as feiras estavam para a vila, os mercados estavam para as cidades. Braudel (1998, p. 97) expõe que a "[...] cidade é o elemento que começa a ser francamente alheio à economia local, que sai do seu âmbito restrito e se vincula ao grande movimento do mundo, [...]". Já a vila, segundo o autor, se caracterizava por uma feira e isso, no século XVIII, valia tanto para a China quanto a França. Enquanto "As vilas estão dentro da sociedade, da cultura, da economia camponesas; as cidades saem dela." (BRAUDEL, 1998, p. 97). Ao nosso ver, o autor contrapõe-se, não absolutamente contrário, à tese de Le Goff (1990), quando este aponta que a essência da cidade é a troca, ou melhor dizendo,

da urbanização das cidades pelo comércio. Haja vista que muitas cidades europeias surgiram do comércio de feiras e mercados, produziram um efeito multiplicador de cidades, porém, no caso oriental, a feira atendeu ao contexto local das vilas e aldeias, sempre submetida a uma hierarquia mais rígida de zonas de mercado. O que uniu os mercados e feiras orientais e ocidentais, contudo, foi o estabelecimento do comércio de longa distância, de captura de mercados com as companhias marítimo-comerciais (BRAUDEL, 1998).

No Continente Americano, Mott (1976) chama nossa atenção para as semelhanças de organização e estrutura das feiras e mercados nos países latino-americanos, classificando-os em dois tipos. O primeiro diz respeito aos mercados pré-hispânicos[12], ou seja, daqueles países colonizados por espanhóis e que já possuíam praças de mercado anteriormente à chegada do invasor europeu. Já no segundo tipo ele conclui que as feiras "[...] constituíam uma inovação que era desconhecida da população nativa." (P. 82).

No caso brasileiro, Prado Júnior (1981) assinala que muitos índios que já praticavam a agricultura encontraram "[...] no abastecimento dos colonos brancos um meio de obter os objetos e mercadorias que tanto prezavam. Muitos deles foram fixando-se em torno dos núcleos coloniais e adotando uma vida sedentária." (P. 42).

Relativamente à instituição de feiras no Brasil-Colônia, Mott relata que o primeiro registro dessa atividade ocorreu na Colônia por volta de 1548, entre as ordens regimentais de Dom João III ao primeiro Governador Geral do Brasil - Tomé de Sousa[13]. O Rei português ordenou que "[...] nas ditas vilas e povoações (da Bahia) se faça em um dia de cada semana, ou mais, se vos parecerem necessários, feira a que os gentios possam vir vender o que tiverem e quiserem, e comprar o que houverem mister [...]" (AHU, 1548, p. 4 apud MOTT, 1976, p. 84).

Mott questiona, entretanto, o sentido da criação da feira como uma instituição econômica sofisticada na Bahia, que era ainda naquele momento pouco

[12] Segundo Mott (1976), quando "[...] Hernán Cortez chegou à cidade de Tenochtitlán, a capital do Império Asteca, encontrou aí um mercado que se realizava diariamente e que, segundo os cronistas, congregava por volta de 60.000 comerciantes" (P. 81).

[13] Conforme Boris Fausto (1995), a decisão de criar um governo geral para uma melhor organização administrativa da Colônia ocorreu num momento em que a Coroa Portuguesa tinha indícios da crise com os negócios das Índias. Nesse sentido, o autor enfatiza que, no "[...] mesmo ano em que Tomé de Sousa foi enviado ao Brasil como primeiro governador geral (1549), fechou-se o entreposto comercial português de Flandres, por ser deficitário." (P. 46). Vale ressaltar que esta cidade, no passado, constituía-se num dos pontos da principal rota de comerciantes europeus, conforme vimos anteriormente neste trabalho.

povoada e cujos nativos mantinham uma economia de subsistência e sistema espontâneo de trocas, desconhecendo práticas de comércio como a feira. Para ele, a instalação das feiras no Brasil, pela Monarquia portuguesa, visou "[...] muito mais provocar a concentração de mercadorias nativas a serem exportadas para a Metrópole, do que a satisfação das necessidades de subsistência imediata dos habitantes dos pequenos núcleos populacionais [...]" (1976, p. 84). Essa ação propunha repetir o que ocorria nas feiras angolanas que reuniam os produtos nativos para exportação para a Europa.

Embora houvesse uma ordem para a criação de feiras, o mesmo autor acredita que sua aplicação não foi imediata, pois, ainda em 1677, a comunicação entre Portugal e sua colônia continha mensagem determinando a criação de feiras para o comércio entre os gentios. A despeito disso, acentua que não há documentos que comprovem a criação da primeira feira no Brasil com exatidão, mas é provável que "[...] a primeira, senão uma das primeiras feiras a serem instituídas na colônia foi a de Capoame, situada na parte norte do Recôncavo Baiano." (MOTT, 1976, p. 85; grifamos).

O historiador americanista Robert C. Smith (2010), ao realizar estudos com base na coleção de desenhos de edifícios, mapas, plantas e vistas de povoações coloniais do Arquivo Histórico Colonial Português, encontrou seis peças de grande relevância para a arquitetura baiana, dentre os quais a vista da Vila de Abrantes. Verificou que ela se refere a uma antiga aldeia de índios. "É a Aldeia do Espírito Santo, hoje município de Abrantes, uma das quatro primeiras povoações estabelecidas pelos padres da Companhia de Jesus no Brasil para catequizar os nativos [...] principiada em 1558, nove anos após a fundação da própria Bahia, [...]" (SMITH, 2010, p. 57). A planta dessa vila foi elaborada por volta de 1792, durante a visita de inspeção de Domingos Alves Branco Moniz Barreto, representante da Coroa Portuguesa. Ele, assim, descreve os índios da vila: "Os Indios que achei nesta Villa he gente muito dada ao trabalho da lavoira, sendo a sua principal força a plantação da mandioca, de que fazem a melhor farinha para seu sustento, e o muito que lhes sobra a reputação na cidade." (SMITH, 2010, p. 59). Os índios da vila também se dedicavam à plantação de algodão e ao serviço de fabricação de telhas, tijolos e louças de uso doméstico. A vila era um ponto de ligação da Sede da Capitania, no litoral, com outras povoações e aldeias sertão adentro. Os registros destacam a feira de gado como uma referência espacial de suma importância no

abastecimento das vilas e cidades da Bahia. “Dos quatro ângulos partem as diversas estradas que ligavam a antiga Aldeia do Espírito Santo com o resto da Bahia: (H) ‘Estrada que vae ter a Capoame e á Feira do gado, que vem dos sertões, para fornecimento da cidade’; [...]” (SMITH, 2010, p. 60; Sublinhamos).

Mott (1976) esclarece como funcionava o pequeno comércio no contexto da organização socioeconômica colonial. Diferentemente do grande comércio, formado pelas lojas de mercadores que negociavam (exportando e importando) produtos diretamente com a Metrópole, o pequeno comércio dedicava-se a venda dos produtos das roças que vinham para as vilas e cidades. O autor assim sintetiza: “[...] de um lado, o comércio estabelecido das lojas dos mercadores, de outro, a venda ao ar livre na praça. Os primeiros manipulando mercadorias importadas, coisas mais caras e nobres, o segundo, especializando-se nos frutos da terra.” (P. 87).

Ainda segundo Mott (1976) havia, no século XVIII, dois tipos de feira:

> A *feira-mercado*, realizando-se todos os sábados, com uma área de dominância mais restrita, destinada, sobretudo, ao abastecimento alimentar da população circunvizinha e a *feira-franca**,*** anual ou bi-anual, reunindo compradores e vendedores especialistas provenientes de regiões mais distantes, que comerciavam certos bens regionais, como o gado, por exemplo. Cumpre notar que atualmente no Brasil, não mais existem estas feiras francas de antanho. (P. 89).

Cabe ressaltar que, desde a metade do século XVIII, com o advento da Revolução Industrial, a produção de objetos tomou duas direções: uma com a produção de peças exclusivas (artesanais) para os consumidores de maior poder aquisitivo e a outra com a produção de artigos utilitários (industriais) produzidos em série e destinados à população de menor poder aquisitivo. A industrialização trouxe, como consequência, a substituição do artesão do domínio do processo produtivo, promovendo a substituição dos produtos industrializados em detrimento daqueles feitos artesanalmente.

Consequentemente, houve um distanciamento dos ofícios e a perda do valor do trabalho do artesão[14] ante o acabamento da produção da máquina. O

[14] A expressão “habilidade artesanal”, segundo Richard Sennet, pode levar a um entendimento de que este foi extinto com o surgimento da sociedade industrial, o que para ele é falso, pois a habilidade artesanal designa “[...] um impulso humano básico e permanente, o desejo de um trabalho benfeito por si mesmo. Abrange um espectro muito mais amplo que o trabalho derivado de habilidades manuais.” (2009, p. 19).

artesão passou a agregar como valor artesanal aquele objeto pouco refinado e com irregularidades que tornavam cada peça única. Em muitos casos, o artesão passou de criador a copiador do produto industrial. O artesão passou a ser sinal de resistência ao capitalismo e à produção seriada da indústria (SENNET, 2009).

Refletindo sobre a função primordial das feiras e mercados como espaço, por excelência, do comércio da produção agrícola, Thomas (1993) ressalta que, já de longa data, a feira acolhia outros produtos, no primeiro momento, artesanais e, posteriormente, industrializados.

> *Vendre et acheter des denrées agricoles est certainement une des fonctions primordiales des foires et des marches, mais on aurait tort de s'arrêter là. Leur place dans l'economie ancienne embrasse des champs d'ativité bien plus vastes. Au Moyen Age, les foires de Champagne canalisaient une partie significative des produits manufacturés de l'époque; les grandes foires de la Renaissance, celles de Lyon et de Genève, par exemple, ont joué un rôle tout à fait analogue. Il en est de même des foires de l'époque moderne – Beaucaire, Guibray, Bordeaux – où les produits textiles constituent la majeure partie du chiffre d'affaires. Les foires et marches que nous étudions sont bien plus modestes et bien plus orientes vers la production agricole. Cependant, ils continuent à accueullir des producteurs artisanaux et industriels, toujous nombreux dans les campagnes françaises avant le triomphe de la Révolution industrielle*. (THOMAS, 1993, p. 153).[15]

Retomando as colocações de Thomas (1993) sobre as feiras na Europa, verificamos sua intensiva manutenção do século XIX. Referindo-se a Toulouse, na França, ele afirma que "*Les échanges de denrées agricoles sont certainement au coeur de l'economie des foires et marches. Si le XIXe siècle marque l'apogée du commerce périodique dans la région toulousaine, c'est grâce à une production agricole plus forte* [...]" (P. 153)[16]. O destaque é, portanto, para os produtos agrícolas regionais. Quanto aos antigos manufaturados, pondera que os tecidos não foram os únicos produtos da indústria a serem comercializados nas feiras e mercados. "*Les textiles ne sont pas l'unique objet d'industrie et de commerce surtout après la*

[15] "Compra e venda de mercadorias agrícolas é certamente uma das principais funções das feiras e dos mercados, mas que seria errado parar por aí. Seu lugar na economia antiga engloba campos de atividade bem mais vastos. Na Idade Média, as feiras de Champagne canalizava uma parte significativa dos produtos manufaturados da época; as grandes feiras renascentistas, com as de Lyon e Genebra, por exemplo, teve um papel bastante semelhante. É a mesma feira da era moderna - Beaucaire, Guibray, Bordeaux – onde os produtos têxteis constituem a maior parte das vendas. As feiras e mercados que estamos estudando são muito mais modestas e mais orientadas para a produção agrícola. No entanto, eles continuam a acolher os produtos artesanais e industriais, sempre numerosos no interior da França antes do triunfo da Revolução Industrial.".

[16] "O comércio de produtos agrícolas é certamente o coração da economia das feiras e dos mercados. Se o século XIX marca o clímax do comércio periódico na região de Toulouse, é graças a uma produção agrícola mais forte [...]".

Revolution. Des spécialités artisanales se développent dans maints villages, la production trouvant ses débouchés dans les foires et marches de la region." (P. 166)[17].

Fabriquetas no interior das vilas faziam produtos de várias matérias-primas (madeira, tricô, lã, argila, palha etc.) que eram vendidos nos mercados locais, inclusive, em pequenos mercados especializados, a exemplo da região francesa de *Montréjeau*, cuja produção local era especializada na tricotagem de meias de lã. "*A Montréjeau, l'importance de ce commerce se signale par l'existence d'une place aux Tricots où ont lieu les transactions. Dans le même canton, on trouve trace d'autres petits marches spécialisés dans la aline et son travail*." (THOMAS, 1993, p. 166)[18].

Segundo Marx e Engels (2007), a manufatura tornou-se "[...] um refúgio dos camponeses contra as corporações que os excluíam ou remuneravam mal, do mesmo modo que anteriormente as cidades dominadas pelas corporações haviam servido de refúgio contra a nobreza rural que os oprimia." (P. 56). Esperamos mostrar, no decorrer deste trabalho, que a manufatura outra vez revelou ser um refúgio para camponeses sertanejos contra a escassez de recursos naturais, a concentração fundiária, o patriarcalismo enraizado na sociedade nordestina e a exploração do trabalho em postos e funções com salários rebaixados o que não exclui outras lógicas contraditórias, como a exploração do trabalhador pelo trabalhador sob a égide do empreendedorismo. De modo mais específico, podemos apontar que a pequena produção confeccionista, também, se tornou refúgio para o agricultor que trocou a enxada pela máquina de costura. Isso não deixa de ser parte de processo de modernização capitalista e de uma nova divisão territorial do trabalho que novamente submete a massa de trabalhadores do campo aos novos ditames do capital, todavia, agora operando sobre a lógica da acumulação flexível que promove a exploração do trabalho na produção confeccionista de maneira difusa em facções e microunidades produtivas dotadas de maquinário (máquinas de costuras) com tecnologia atualizada tanto na cidade quanto no campo. Acreditamos, assim, que a produção difusa teve grande repercussão no aumento de barracas de confecção nas feiras-livres estudadas, conforme veremos nos próximos capítulos.

[17] "Os produtos têxteis não eram os únicos objetos da indústria e de comércio antes da Revolução [Industrial]. As especialidades artesanais se desenvolvem em várias cidades. A produção encontra-se nos boxes nas feiras e mercados da região.".

[18] "Em Montréjeau, a importância deste comércio é marcado pela existência de um lugar para o tricot onde aconteciam as operações. No mesmo lugar, pode-se encontrar vestígios de outros pequenos mercados especializados na lã e no seu trabalho.".

2.2 A EXPRESSÃO CULTURAL DA FEIRA: BREVE ABORDAGEM

Intentando estabelecer aqui outro eixo de reflexão sobre as feiras, em paralelo à óptica histórico-econômica, nos apoiamos em autores como Burke (2010), Bakhtin (1987) e Canclini (1983), que destacam aspectos da cultura e da política também encontrados nas feiras. Alguns autores ressaltam a relação da feira com a festa, com a cultura popular, enfim um espaço transposto ao econômico. Burke (2010), referindo-se às feiras italianas, acentua que os dias de mercado e de feiras eram organizados para coincidir com as festas religiosas e assim durarem mais dias.

> A feira era programada de modo a coincidir com uma grande festa: a festa de Ascensão, em Veneza (com uma feira de quinze dias), a festa de Santo Antônio, em Pádua (outra feira de quinze dias), e assim por diante. Nas feiras, os camponeses teriam a oportunidade de comprar livretos ou figuras de cerâmica que, de outra forma, talvez nunca chegassem a ver. O que requer aqui maior destaque são os aspectos não econômicos dessa instituição. As feiras não eram apenas locais para o comércio de cavalos ou carneiros e a contratação de empregados, mas também, como nos países menos desenvolvidos de hoje, locais onde os jovens se encontravam sem ficarem sob a supervisão da família, e onde todos podiam assistir aos artistas ambulantes, dançar ou ouvir as últimas novidades (BURKE, 2010, p. 156).

Mikhail Bakhtin (1987) é outro autor que, ao se referir à cultura popular na Idade Média e no Renascimento, alude à relação entre a feira e a festa, destacando o papel da praça pública como espaço de alegria e liberdade em relação à ordem estabelecida. Aí havia contraposição do espaço oficial, em relação à ordem, com o espaço de atuação do povo, tendo em vista que os períodos de feiras coincidiam com os dias de festa que duravam muito tempo. A praça pública parecia ser o *locus* da liberdade, e a feira era favorecida com um espaço à parte ao largo da ordem, onde a expressão popular parecia se realizar por completo, principalmente, nos dias de festa e de feira.

> A cultura popular não oficial dispunha na Idade Média e ainda durante o Renascimento de um **território próprio**: a praça pública, e de uma **data própria**: os dias de festa e de **feira**. Essa praça entregue à festa, já o dissemos várias vezes, constituía um segundo mundo especial no interior do mundo oficial da Idade Média. Um tipo especial de comunicação humana dominava então: o comércio livre e familiar. (BAKHTIN, 1987, p. 133; negrito nosso).

Com amparo no autor, podemos deduzir que a praça pública era o território próprio das festas e das feiras – espaço e tempo do comércio livre.

Ressaltamos aqui o contexto vivido pelo escritor francês François Rebelais e seu profundo conhecimento do “chão da feira”, iniciado, ainda jovem, na famosa feira francesa de *Fontenay-le-Comte*. Essa feira, conhecida em todo o Território Francês, era realizada três vezes por ano e reunia grande quantidade de comerciantes e compradores originados não somente da França, mas também de países vizinhos, em grande parte, de alemães. O autor assim define o público já numeroso que vinha para essa feira: “[...] Pequenos vendedores ambulantes, ciganos, diferentes elementos desclassificados [...]” (1987, p. 133).

Assim como François Rebelais teve a oportunidade de observar e de prestar atenção na vida das feiras das cidades francesas como *Fontenay-le-Comte, Poitou, Montmorillon, Saint-Maixent, Poitiers*, no século XVIII, também buscamos, guardados os devidos distanciamentos, nesses três anos de pesquisa doutoral, acompanhar as feiras de Caruaru/PE, Aprazível-Sobral/CE e Serrinha/BA, verificando aspectos concernentes à ordem cultural e política. Embora não tenha sido este nosso objeto de estudo específico, eles não passaram despercebidos. A maneira encontrada de fazer isso foi por meio das visitas de observação, algumas programadas e outras espontâneas, esperando sempre pela surpresa do encontro com as pessoas, com os sujeitos, também em trânsito, que se deslocavam para essas feiras; enfim, os feirantes, sacoleiros, lojistas, dentre outros. Tivemos a oportunidade de deparar esses sujeitos em várias oportunidades as quais buscaremos detalhar nas seções seguintes.

A feira da cidade de *Lyon* é outro exemplo clássico da imbricação feira/festa. Consoante anota Bakhtin (1987), essa feira, que se estendia por 15 dias, era realizada quatro vezes por ano, totalizando dois meses inteiros durante um ano, destacando Lyon como uma cidade que conhecia a vida de feira, sendo esta um termômetro da cidade e de sua dinâmica.

Bakhtin (1987) destaca, ainda, nesse sentido, o caráter observador de Rabelais, dos aspectos da vida de rua, da liberdade de expressão e da proximidade quase confusa entre os sujeitos da praça pública, dos vendedores de produtos da medicina popular aos promotores da arte popular. “É isso que explica que o comediante das ruas e o comerciante de drogas fossem, às vezes, uma única e mesma pessoa.” (Pp.137-138). Ressalta, ainda, o estilo típico dos charlatães de feira e camelôs.

A feira também era o lugar da venda de obras literárias de vários gêneros. Bakhtin reporta-se às publicações que eram vendidas na feira de *Lyon* e que só perdiam para a feira de *Frankfurt*, na Alemanha. Ele estabelece, portanto, uma ligação entre François Rabelais e a feira de *Lyon*, por conta da venda dessas publicações, sobretudo de “Prognósticos” e “Almanaques”, que eram tipos de obras muito ligadas ao chão de feira, naquele momento. E, ainda, muitos editores publicavam “[...] seus livros ‘na ocasião da feira (da primavera, do outono e do inverno) [...]”, e, dessa maneira, a feira de *Lyon* acabava determinando o calendário das publicações na França (Pp. 135-136).

Outro aspecto cultural também destacado pelos autores no estudo da cultura popular, a exemplo dos já citados por Bakhtin, diz respeito ao vocabulário, às falas, jargões na praça pública, onde acontecia a feira. Por meio do jogo livre, brincalhão, do estilo de comércio que fugia das normas rígidas, foi que o discurso dos camelôs, charlatães, criou uma atmosfera especial na praça. Isso permitiu que as charlatanices da feira sempre escapassem dos imperativos hierárquicos e convenções, gozando dos privilégios da rua. Por fim, na análise de Bakhtin, o vocabulário grotesco da praça pública é um universo margeado entre os louvores e as injúrias e que “[...] estava orientado para o mundo e para cada fenômeno desse mundo em estado de perpétua metamorfose, de passagem de noite a dia, de inverno a primavera, do velho ao novo, da morte ao nascimento.” (1987, p. 138). Conforme aponta o autor, o caráter ambivalente das linguagens familiares salpicadas de louvores e injúrias residia

> [...] na idéia de um mundo em estado de perpétuo inacabamento, que morre e nasce simultaneamente, um mundo bicorporal. A figura de dupla tonalidade que reúne os louvores e as injúrias esforça-se por apreender o próprio instante da mudança, a própria passagem do antigo ao novo, da morte ao nascimento. Essa imagem coroa e destrona ao mesmo tempo. Durante a evolução da sociedade em classes, essa concepção de mundo só podia expressar-se na cultura não-oficial, pois ela não tinha direito de cidadania na cultura das classes dominantes, onde os louvores e as injúrias estavam, nitidamente delimitados e imóveis, na medida em que o princípio da hierarquia imutável, onde o superior e o inferior não se misturam jamais, estava na base da cultura oficial. Por outro lado, ela se presta perfeitamente ao da cultura popular na praça pública. (P. 143).

Hoje em dia, podemos destacar essa dinâmica do que foi expresso, debatido e vendido na feira, em consonância com a cultura popular, de modo a inferirmos que a confecção popular, do jeito como é produzida e comercializada, se

insere também nesse âmbito. À medida que temos uma sociedade cada vez mais urbanizada, a feira também passa por tais mudanças, não somente como adequação ou atualização, mas também como inacabamento, ou, ainda, como perpétua metamorfose. De modo prático, vemos que, nas feiras de confecção, o traje ou modelo da atriz principal da novela de TV, de maior audiência, pode estar da noite para o dia nas bancas da feira que se atualiza, se reinventa quase que cotidianamente, como poderemos confirmar um pouco mais à frente.

Bakhtin (1987), fazendo menção à obra *Pantagruel*, de François Rabelais, destaca o estilo da praça pública marcada por tons vulgares. Segundo ele, ouvia-se "[...] o 'grito' do vendedor de feira, do charlatão, do mercador de drogas miraculosas, do vendedor de livros de quatro centavos, ouvimos enfim as imprecações grosseiras que se sucedem aos reclames irônicos e os louvores [...]" (P. 144). No Prólogo de *Gargantua*, segundo livro de Rabelais, o vocabulário da praça pública permanece como elemento essencial desse volume em que as injúrias e elogios continuam imbricados na linguagem familiar da praça pública marcadas por elogios injuriosos e injúrias elogiosas, consoante anota o citado autor:

> Todo o Prólogo, do começo ao fim, é construído como uma conversação familiar do mesmo vendedor de feira com o seu público aglomerado em volta do tablado. Reencontramos sem cessar fórmulas como 'não teríeis dado por isso uma casca de cebola [...] [...] ao abrir esta caixa teríeis encontrado dentro [...] [...] meus bons discípulos, e alguns outros loucos desocupados [...] abristes alguma vez uma garrafa?' etc. O tom familiar e vulgar de todas essas interpelações aos ouvintes é perfeitamente evidente. A sequência do Prólogo está salpicada de injúrias diretas dirigidas dessa vez a terceiros: 'parasita', 'malsinado', 'crápula', 'casmurro'. (P. 145).

Contrapondo-se às injúrias, os elogios aparecem nos reclames e pregões[19] dos mercadores e vendedores de feira, a exemplo de expressões como: "[...] 'O odor de vinho, oh, quão mais apetitoso, risonho, atraente, celestial e delicioso que o do azeite!' '[...] esses bons livros de alto teor de gordura'.". Segundo Bakhtin, o primeiro exemplo refere-se ao reclame dos mercadores na praça pública ou na rua.

[19] Bakhtin destaca que os pregões são "[...] os reclames que os mercadores da capital gritam em alta voz, dando-lhe uma forma rimada e rítmica; cada 'pregão' particular é uma quadra destinada a propor uma mercadoria e a louvar-lhe as qualidades." (P. 156). Antes da língua nacional ser a da grande literatura, da ciência e da ideologia, ela antes fora a "[...] do folclore, da praça pública, da rua, do mercado, dos pequenos vendedores, dos 'pregões de Paris' [...]". (P. 157). Segundo o autor, o papel dos "pregões de Paris" era de grande relevância nas praças públicas e nas ruas, pois esses "[...] zumbiam literalmente com os mais variados apelos. Cada mercadoria (alimentos, bebidas ou vestimentas) possuía o seu próprio vocabulário, a sua melodia, a sua entonação, isto é, a figura verbal e musical." (P. 157).

Já no segundo exemplo, a expressão ‘alto teor de gordura’ era aplicada como o qualificativo às aves e à carne de primeira qualidade (1987, p. 147).

Com relação às tradições, Eric Hobsbawm (2008a, p. 9) assinala que, por vezes, estas “[...] que parecem ou são consideradas antigas são bastante recentes, quando não inventadas.”. Para o autor, a tradição inventada pode ser entendida como

> [...] um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita e abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (P. 9).

Um estudo da feira tradicional ou da tradição da feira nordestina implicaria a análise das permanências das práticas de comércio e produtos simbólicos que perduram nas feiras e, desse modo, incorreríamos num sério risco de fuga da realidade das feiras hoje.

Muitas vezes, vemos no senso comum a visão da cultura popular como algo puro que não pode ser tocado pela Modernidade, muito menos pelo desenvolvimento capitalista. Como disse Canclini (1983), são pensados como resíduos de modos de produção pré-capitalistas. Em geral, é o que verificamos quando se fala na feira nordestina e logo passamos a idealizar, muitas vezes, de modo sentimental, uma feira dotada de produtos que se repetem como símbolos “tradicionais” que não podem faltar naquele espaço de comércio. Nesse sentido, a feira ainda está situada no passado e, à medida que não é mais vivenciada pelos sujeitos, tende a não coincidir com a feira de hoje.

Canclini (1983, p.11) indaga sobre o que é a cultura popular: “[...] criação espontânea do povo, a sua memória convertida em mercadoria ou o espetáculo exótico de uma situação de atraso que a indústria vem reduzindo a uma curiosidade turística?”. Não podemos prescindir da ideia de que a feira dos dias atuais reflete a dinâmica do seu espaço e tempo e, como uma manifestação da cultura popular, é uma criação espontânea do povo. Muitas vezes, a memória da feira é convertida em tradição cristalizada no tempo e no espaço e reduzida a ponto turístico, onde se adquirem os produtos da terra e/ou regionais. Não obstante, concordamos com Canclini, no sentido de que a feira absorve as ideologias dominantes e as contradições das classes oprimidas.

A feira de confecção, desse modo, passa a descaracterizar o que há de puro, no que se refere às manifestações da cultura popular e sua memória, que em algum momento passa a ser preservada de modo sentimental na lembrança afetiva dos sujeitos que dela fizeram parte. Não é raro vermos tentativas de salvaguardar a feira como tradição, principalmente, dos produtos feitos artesanalmente.

Conforme exprime Hobsbawm (2008a, p. 10), “O objetivo e a característica das ‘tradições’, inclusive das inventadas, é a invariabilidade. O passado real ou forjado a que elas se referem-se impõe práticas fixas (normalmente formalizadas), tais como a repetição.”. Segundo o Dicionário de Língua Portuguesa, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, a feira é “[...] um lugar público, não raro descoberto, onde se expõem e vendem mercadorias.” (2010). O ato, assim, perpetua a feira de produtos do campo, do abastecimento, que, em geral, é montada e desmontada ao lado do mercado ou no largo da igreja, guardando ainda suas reminiscências com um passado da formação territorial do Brasil e da região Nordeste. Existem várias denominações para o termo feira sejam eles: feira de gado, feira de mangaio, feira de artesanato, feira de troca, feira livre, feirão, feirinha etc.

Canclini (1983, p. 12) nos orienta no sentido de que é preciso abandonar a visão do artesanato como uma coleção de objetos e da cultura popular como um conjunto de tradições. Para o autor, a cultura deve se entendida como “[...] um instrumento voltado para a compreensão, reprodução e transformação do sistema social, através do qual é elaborada e construída a hegemonia de cada classe.”. Ele compreende as culturas das classes populares como “[...] resultado de uma apropriação desigual do capital cultural, a elaboração específica das suas condições de vida e a interação conflituosa com os setores hegemônicos.” (P. 12). Mas quem são as classes populares? São somente os trabalhadores iletrados?

Nestor Garcia Canclini (1983) nos adverte, acentuando que “[...] quase não existem mais feiras e mercados exclusivamente regionais, onde apenas são negociados os bens de uma região pequena entre os próprios produtores, em postos de venda controlados por eles mesmos.” (P. 94). Segundo ele, os mercados locais acabaram se transformaram em pontos de articulação da “[...] economia camponesa com o sistema capitalista nacional e internacional.” (P. 94). Diferentemente da maneira de operar dos supermercados, para ele, o mercado popular age de modo diverso, funcionando em “[...] espaços abertos e ruidosos, frequentemente em

praças, favorece as relações interpessoais múltiplas e costuma interromper o trânsito ou misturar-se com ele.” (P. 96). Para o antropólogo portenho, a denominação popular aparece como o “[...] outro nome do primitivo: um obstáculo a ser suprimido ou um novo rótulo pertencente a mercadorias capazes de ampliar as vendas a consumidores descontentes com a produção em série.” (P. 11). Essas visões das classes populares, sua instrução e universo de atuação, contrastam com as frequentes mudanças da modernização capitalista. Nesse sentido, recebem o rótulo da tradição de maneira quase imutável, como anota Hobsbawm: “É o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social que torna a ‘invenção da tradição’[...]”. (HOBSBAWM, 2008a, p.10).

Outro ponto expresso por Canclini se refere à dimensão do popular como um novo rótulo, sobretudo, para as mercadorias artesanais capazes de se inserirem como estratégia de mercado ante a produção industrial (em série). Quando olhamos, contudo, para a expansão do comércio da confecção nas feiras livres nordestinas, entendemos que esse popular ocorre justamente por atingir um público cada vez maior. A confecção é popular, justamente, por ser mais barata em virtude da produção em série. A confecção torna-se um produto popular e, por isso, defendemos a ideia de que há uma nova dinâmica marcada por outra tipologia de feira, ou seja, a feira de confecção popular.

A redefinição do que seja cultura popular hoje perpassa estudos e pesquisas que privilegiam a produção, a circulação e o consumo (CANCLINI, 1983). No caso da feira, podemos asseverar que passado e presente se mesclam, à medida que o produto que se vendia na feira tradicional é o mesmo vendido hoje. A feira passou, todavia, a ofertar uma grande quantidade de barracas de comércio de confecção, que nos remete às relações estabelecidas, permitindo a criação/produção confeccionista numa facção, sua distribuição nos espaços da feira e o consumo por parcela da população que vai à feira para comprar roupas. Vejamos no próximo capítulo a representatividade da feira no Nordeste brasileiro e suas manifestações socioespaciais.

3 A FEIRA E SUAS MANIFESTAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO NORDESTE BRASILEIRO

Fumo de rolo, arreio de cangalha
Eu tenho pra vender, quem quer comprar
Bolo de milho, broa e cocada
Eu tenho pra vender, quem quer comprar
Pé de moleque, alecrim, canela
Moleque sai daqui me deixa trabalhar
E Zé sai correndo pra feira de pássaros
E foi passo-voando pra todo lugar.

Feira de Mangaio (1979) - Glorinha Gadelha e Sivuca.

As feiras sempre tiveram grande importância na dinâmica socioespacial da região Nordeste[20] do Brasil. Em princípio, atreladas, sobretudo, ao importante papel da pecuária, destacando-se nesse sentido as feiras de gado que deram, ao mesmo tempo, origem a vilas e cidades. O papel desempenhado pela pecuária no sertão nordestino fomentou o aparecimento da feira, que foi se ampliando de modo a tornar essa modalidade de comércio muito popular no Nordeste. As feiras tiveram grande importância nos núcleos urbanos de povoamento na região, de modo que várias cidades se originaram com a feira. Essa acessão é reforçada por Ab'Saber (2003), quando ele ressalta que várias cidades[21] do interior nordestino cresceram pela importância do comércio e movimentação de suas feiras, abastecidas pelas áreas de brejo. Em seguida, com a incorporação de produtos da agricultura e do artesanato e, posteriormente, com a venda de produtos da indústria, as feiras foram assumindo outras feições, sempre atreladas, porém, a dinâmica urbana e regional.

Neste capítulo, cuidamos dos aspectos relativos a essa dimensão econômica e também abordamos os aspectos culturais da feira. Fica evidente a necessidade de um aprofundamento das questões relativas à dimensão cultural que, no nosso sentir, não se restringe apenas ao econômico. Por tal pretexto, enfocamos o cultural e o vivido, mesmo não sendo este o objeto principal da tese sob relação.

---

[20] Francisco de Oliveira (1981, p. 32) assinala que o reconhecimento da "região" Nordeste passou por mutações ao longo da história econômica e social nacional. Segundo o autor, o Nordeste como região "[...] somente é reconhecível a partir de meados do século XIX, e, sobretudo, neste século. Há, pois, na história regional e nacional, vários 'nordestes'. Reconhecia-se, no período da Colônia, 'regiões' dentro do que hoje é o Nordeste, com amplitudes muito mais restritas [...]".

[21] "Cidades como Campina Grande, Feira de Santana, Mossoró, Caruaru, Crato, Sobral, Garanhuns, entre outras, possuem uma expressão regional consolidada pelo número e pela qualificação de suas funções: no campo do comércio, na movimentação de suas feiras [...]" (AB'SÁBER, 2003, p.93; Sublinhamos).

3.1 A ATIVIDADE COMERCIAL E A FEIRA COMO EXPRESSÃO ECONÔMICA E CULTURAL DA REGIÃO NORDESTE

Para entender melhor o papel da feira na economia urbana brasileira, e nordestina em particular, começamos do Período Colonial, remetendo-nos a Caio Prado Júnior (1981), que caracteriza a economia brasileira nessa fase como dividida em duas atividades produtivas: a economia de exportação e a economia acessória de subsistência. A primeira é marcada pela grande lavoura, tendo como produto principal o açúcar, gênero produzido e exportado em larga escala com a finalidade de abastecer o comércio europeu. Já a economia de subsistência envolvia outras espécies de organização, mas, em geral, funcionava em pequenas unidades produtivas de gêneros de consumo cujo objetivo era fornecer meios de subsistência para a parcela da população que trabalhava nas grandes culturas exportadoras.

A ação monopolizada do plantio de cana-de-açúcar, e suas condições de maior rentabilidade, relegavam aos pequenos produtores autônomos o papel de abastecimento dos núcleos de povoamento colonial. A falta de alimentos era sentida, principalmente, nos centros urbanos coloniais que, para satisfazerem suas necessidades alimentares, apelavam para os produtos de subsistência da cultura indígena, com destaque para a produção da mandioca e de seus subprodutos, em particular, a farinha. “Este gênero será a base da alimentação vegetal da colônia, e cultivar-se-á em toda parte. Depois da mandioca vem o milho, cujo valor é acrescido pelo fato de tratar-se de excelente forragem animal. O arroz e o feijão seguem nesta lista.” (PRADO JUNIOR, 1981, p. 43).

No que se refere ainda ao setor de subsistência, cabe destacar o fato de que a pecuária também integrava as atividades acessórias à grande lavoura, tendo a função de abastecimento da população. A carne bovina foi, assim, um dos “[...] gêneros fundamentais do consumo colonial. Mas a pecuária, apesar da importância relativa que atinge, e do grande papel que representa na colonização e ocupação de novos territórios, é assim mesmo uma atividade nitidamente secundária e acessória.” (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 44). Vale lembrar que Caio Prado se refere ao contexto brasileiro, pois, para a realidade do semiárido nordestino e, principalmente, cearense, a pecuária assume grande relevância na ocupação, economia e cultura desses espaços.

Oliveira (1981), entretanto, considera que a pecuária não teve grande expressão para a economia colonial, sendo, para ele, mais uma "[...] forma de desdobramento marginal, da atividade econômica principal, [...]" (OLIVEIRA, 1981, p. 45) no caso, a cana-de-açúcar. O mencionado autor chega até mesmo a comparar a economia pecuária dos sertões às atividades extrativas, dado o caráter extensivo, de não apropriação das terras pelas fazendas de criação. O contato dessa atividade com o capital mercantil ocorria somente por intermédio da "região do açúcar". Aí todas as forças e recursos eram dedicados a produzir a cana e fabricar o açúcar. A monocultura exclusiva da cana-de-açúcar, todavia, recriava maneiras de acumulação primitiva, mesclando "[...] a atividade de produção do açúcar e as chamadas 'culturas de subsistência' [...]". Essa economia semicamponesa, formada nas franjas da "região açucareira", tinha o objetivo de abastecê-la de gêneros alimentícios, produzindo a própria subsistência (OLIVEIRA, 1981, p. 46).

Essa subordinação às grandes lavouras de cana-de-açúcar promoveu várias contingências e restrições dessa atividade no Período Colonial, sobretudo, relativamente a sua localização. A pecuária foi impelida para o interior do País, ou seja, para os sertões[22], compreendendo-se aqui as condições históricas, geográficas e fisiográficas que o termo encerra. A atividade criatória teve grande peso na formação de feiras de gado, bem como no provimento de carne para a população dos núcleos urbanos, conforme comentaremos mais adiante.

Caio Prado Junior relata que, apesar das condições ambientais adversas, as fazendas de gado se dispersaram e se multiplicaram com rapidez, em decorrência, em parte, da facilidade com que se estabeleciam, em geral, às margens de rios (às ribeiras), mas também pela demanda de carne nos núcleos urbanos litorâneos. Os centros de irradiação das fazendas de gado ocorreram desde os Estados da Bahia e de Pernambuco, sendo que, do primeiro,

> [...] elas se espalham sobretudo para o norte e noroeste em direção do rio São Francisco, que já é alcançado em seu curso médio no correr do séc. XVII. De Pernambuco, o movimento também segue uma direção norte e noroeste, indo ocupar o interior dos atuais Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Um núcleo secundário que também deu origem a um

[22] Moraes (2003, p. 3) realiza uma discussão conceitual sobre o sertão pela perspectiva da Ciência Geográfica. De modo sintético, ele nos explica que esse conceito é "[...] comumente concebido como um espaço para a expansão, como o objeto de um movimento expansionista que busca incorporar aquele novo espaço, assim denominado, a fluxos econômicos ou a uma órbita de poder que lhe escapa naquele momento.".

> certo movimento expansionista de fazendas de gado é o Maranhão [...] (PRADO JÚNIOR, 1998, p. 45).

Apesar de grande parte dos produtos manufaturados consumidos no período colonial ser importada do mercado externo, havia também uma produção local (olaria, metalurgia, curtumes, fiação, têxtil, ourivesaria etc.) que, embora não fosse significativa, atendia às necessidades de moradores mais afastados dos centros mais populosos (PRADO JÚNIOR, 1981).

A manufatura de pano e vestuário ficava a cargo de escravos mais hábeis ou de mulheres donas de casa que, "[...] embora obscura e passando à primeira vista despercebida, tem seu papel na vida da colônia, pois completa essa autonomia dos grandes centros rurais [...] e que representa traço tão característico e importante da vida econômica e social da colônia." (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 106).

Talvez a existência de várias peças utilitárias, dentre as quais o vestuário na feira livre, advenha, de um lado, dessa familiaridade das populações rurais com as atividades autônomas, dos ofícios, dos artesãos ambulantes que ofereciam produtos e serviços de porta em porta, conforme aponta Caio Prado Júnior. De outro lado, a tradição das costuras no Nordeste, talvez, esteja ligada à máquina de costura como utensílio doméstico destinado às mulheres - donas de casa direcionadas para as artes do saber-fazer (costurar, bordar, tecer) e, por conseguinte, tornou-se uma habilidade reaproveitada no período atual, gerando maior autonomia na produção da confecção popular, comercializada nas feiras.

Do mesmo modo, Reis Filho (1968) assinala que, no século XVIII (referindo-se ao Recife de 1703), em virtude da falta de condições para atuar nos negócios da importação e exportação, o pequeno comércio se desenvolveu na cidade, voltado para a preparação e distribuição de gêneros alimentícios. As feiras são citadas como sendo humildes e de índios, convivendo com outras feições de comércio (quitandas, padarias, tavernas e ambulantes). O autor acrescenta que "[...] era nas feiras que se realizava o comércio regular de produtos agrícolas, mas sobretudo o do pescado." (P. 55). Reportando-se a Salvador, destaca que as antigas feiras situavam-se tanto na cidade baixa, junto à praia, quanto na cidade alta, na praça principal. Citando Sampaio (1949), detalha melhor a localização e funcionamento dessas feiras.

> ‘Por facilitar o mercado consentia-se que a feira se realizasse a beira-mar, na Praia dos Pescadores, visinha da ermida da Conceição, onde abicavam as canôas vindas de toda parte’ e ‘na praça da cidade, em face da Camara e das casas do governador, e em torno do pelourinho, que de começo ahi se assentou, fazia-se ao mesmo tempo outra feira’ [...]. ‘Mais tarde mudou-se a feira para o Terreiro de Jesus, onde a Camara mandou fazer uns cobertos’. (SAMPAIO, 1949 apud REIS FILHO, 1968, p. 55).

Nas feiras de Salvador, eram vendidos produtos “da terra” entre os quais a famosa farinha de mandioca, milho, feijão, raízes comestíveis, frutas variadas, animais vivos, peixes e mariscos. (SAMPAIO, 1949 apud REIS FILHO, 1968, p. 55). Dois aspectos chamam a atenção nas observações dos autores, além do caráter urbano da feira. Primeiro, a localização à beira-mar e, segundo, a oferta de produtos como a farinha de mandioca e a tapioca feita da goma, matéria-prima proveniente desse produto, além de frutas regionais, milho, feijão, portanto, produtos da agricultura de subsistência.

Richard Graham (2013, p. 29), reportando-se também à cidade de *São Salvador da Bahia de Todos os Santos*, assinala que, em 1780, os moradores da cidade “[...] recebiam a maior parte dos alimentos, à exceção da carne, por barco.”. O autor chama atenção para a conformação de Salvador em “cidade baixa” e “cidade alta” que se dava por meio de um penhasco que “[...] servia para dividi-la socialmente, numa organização do espaço urbano que lembra outras cidades portuguesas mundo afora.” (P. 31). A cidade “baixa” é, assim, descrita:

> Canoas e barcos eram puxados para a praia a fim de descarregar alimentos trazidos através da baía. Um intenso comércio de escravos africanos transformava a cidade baixa num grande mercado de escravos. Armazéns do cais com molhes serviam para a exportação de açúcar, tabaco, café, algodão e couros, e para o manejo de grandes fardos e barris de mercadorias que chegavam da Europa e até da Índia, com tecidos, ferramentas, especiarias, vinho, azeite de oliva e bacalhau salgado. Fregueses encontravam fornecedores de suprimentos tanto para navios como para engenhos de açúcar, além de lojas de ferragens, relojoeiros, armarinhos, lojas de brinquedos e escritórios de seguradoras — tudo na cidade baixa. Era um lugar de azáfama e falatório. (GRAHAM, 2013, pp.31-32).

A cidade alta era dotada de ruas largas e nela circulavam vendedoras de rua, em geral, escravas, que buscavam “[...] fregueses por conta própria e fixavam seus preços, e geralmente até viviam com independência. Entregavam certa quantia em dinheiro para seus senhores em intervalos regulares, e ficavam com o que sobrava [...]” (GRAHAM, 2013, p. 46).

Segundo Reis Filho (1968) citando Thales de Azevedo, era muito frequente a venda de comida[23], incluindo-se doces, nas ruas de Salvador. Em geral, esse comércio era praticado pelas escravas que vendiam "[...] meúdos, carne cozida e frutas." (P. 56), tudo isso a mando dos seus senhores que ficavam com os lucros das vendas.

As relações escravistas nas ruas de Salvador, no século XIX, conforme aponta Soares (1994), caracterizavam-se pelo sistema de ganho com o comércio ambulante de rua, realizado, principalmente, por negras escravas ou libertas. As ganhadeiras[24], como eram denominadas, tinham que entregar aos seus donos "[...] uma quantia previamente estabelecida, a depender de um contrato informal acertado entre as partes. O que excedesse o valor combinado era apropriado pela escrava, que podia acumular para a compra de sua liberdade ou gastar no seu dia a dia." (SOARES, 1994, p. 49). A autora observa, ainda, que a maioria das negras libertas dedicava-se ao pequeno comércio e, por isso, raramente estavam ocupadas no serviço doméstico. A maior parte tinha a ocupação de *quitandeira* ou *mercandeja*, não obstante houvesse aquelas que se ocupavam como domésticas, costureiras, lavadeiras, roceiras, dentre outras. Elas comercializavam, sobretudo, produtos alimentícios como "[...] hortaliças, verduras, peixes, frutas, comida pronta, fazendas e louças. Embora não formassem um grupo homogêneo, as vendedeiras conseguiam mais facilmente integrar-se no pequeno comércio urbano, [...]" (SOARES, 1994, p. 53).

A astúcia para o comércio era atribuída à experiência que muitas negras escravas já traziam de seus países de origem, haja vista o fato de que em países africanos, o pequeno comércio era uma tarefa essencialmente feminina. Foi assim que as ganhadeiras obtiveram o monopólio dos produtos alimentícios na cidade de Salvador, no século XVIII, principalmente do comércio de pescado e de frutas. Elas, além "[...] de circularem com tabuleiros, gamelas e cestas habilmente equilibradas sobre as cabeças, [...] ocupavam ruas e praças da cidade destinadas ao mercado público e feiras livres, onde vendiam de quase tudo." (SOARES, 1994, p. 56). Posteriormente, com a destinação de tabuleiros fixos na área urbana para o

[23] Para Henrique S. Carneiro (2005, p. 72), os costumes alimentares de uma civilização, de um povo, podem revelar "[...] desde a sua eficiência produtiva e reprodutiva, na obtenção, conservação e transporte dos gêneros de primeira necessidade e os de luxo, até a natureza de suas representações políticas, religiosas e estéticas.".

[24] Para detalhes sobre a atividade das escravas de ganho, conferir o segundo capítulo da dissertação de Soares (1994) sobre o papel da mulher negra na Bahia, no século XIX.

comércio varejista, vários pontos de venda de negras ganhadeiras se espalharam pela cidade em pontos de grande valor pela intensa movimentação comercial, a exemplo da praça do comércio.

Seja trabalhando como ambulantes seja em pontos fixos, em geral o produto que as ganhadeiras mais vendiam nas ruas: “[...] era, sobretudo, comida, e em segundo plano tecidos e miudezas.” (SOARES, 1994, p. 59). Os pontos de venda fixos, geralmente, eram formados com a montagem de esteiras ao longo dos passeios. A autora denomina as pequenas vendas e barracas de *quitandas*, e ali eram ofertados “[...] ‘peixes, carne mal assada a que dão o nome de moqueca, toucinho, baleia no tempo da pesca, hortaliças etc.’ [...]” (VILHENA, 1969, p. 93 apud SOARES, 1994, p. 59). Com relação aos tabuleiros, estes “[...] podiam ser fixos em pontos das ruas ou carregados na cabeça, eram oferecidos outros tantos produtos e utensílios [...]". (SOARES, 1994, p. 59). Quanto às *vendedeiras de comida nas ruas*, estas

> Podiam também improvisar cozinhas, onde colocavam pratos prontos e quentes, preparados à base de farinha de mandioca, feijão, carne seca, aluá, frutas, verduras, alimentos feitos com miúdos de boi, cujo processamento doméstico se baseava em técnicas da culinária indígena e africana. Não era incomum encontrar, junto às barracas de comidas, negros sentados, fazendo suas refeições em meio a muita conversa e goles de cachaça. (SOARES, 1994, p. 58).

Bacelar (2013), referindo-se ao comércio de alimentos em Salvador, no final do século XVIII, corrobora a noção de quitanda descrita por Soares, acentuando o uso das feiras livres para o comércio de comida. Esse autor aponta pelo menos três locais na cidade de Salvador onde as quitandas se instalavam. A primeira delas estava “[...] localizada na Praia; a outra, que ‘indecentemente’ estava no Terreiro de Jesus, fora transferida para uma rua chamada Nova, com poucas casas, e as que o Senado mandou edificar, por serem tão pequenas, as quitandeiras não quiseram alugar.” (P. 298). A terceira quitanda localizava-se “[...] nas Portas de São Bento, onde o Senado mandou fazer outras cabanas, que, por serem ‘espaçosas, quase nunca ficam por alugar’.” (P. 298). Interessante é observar com esta citação que, já no século XVIII, as feiras ou quitandas demandavam a ocupação de áreas favoráveis a uma maior circulação de pessoas, e já eram submetidas à ação do poder publico da época.

Quanto à apropriação desse comércio, Mott (1976, p. 87) relata que havia uma divisão étnica entre o “[...] comércio estabelecido, privilégio dos portugueses e luso-brasileiros e o comércio ambulante, manipulado por gentes de cor, [...]”. Nesse sentido, o autor aponta uma série de documentos (alvarás, decretos etc.) que cerceavam ou proibiam o exercício do comércio entre negros e mulatos, embora nas cidades houvesse uma tolerância maior com o comércio ambulante realizado por negros. Mais à frente esse autor ressalta que “[...] sem as negras vendedeiras das ruas, seria praticamente inviável viver no Rio de Janeiro, Salvador e Recife, especialmente durante os séculos XVIII e XIX." (P. 100).

Debret (1835) aponta onde se encontravam esses sujeitos na cidade do Rio de Janeiro. Segundo ele, estavam nas praias, nos pontos de desembarque, nas grandes ruas e locais públicos, perto das oficinas de trabalho. Nesses espaços, podia-se encontrar “[...] les *negros de ganho* (commissionnaires publics), les *pedreiros* (maçons), les *carpenteiros* (charpentiers), les *marinheiros* (rameurs des petites embarcations), et les *quitandeiras* (négresses revendeuses de fruits et de légumes).” (DEBRET, 1835, p. 49).

Os negros escravos ou libertos comercializavam como vendedores ambulantes uma grande diversidade de produtos (cestos, carvão, capim, leite, limão, palmito, aves etc.). Dentre esses produtos, destacavam-se os alimentos preparados como o angou (angu), pandelós, atacaça, sonhos, manoé, aloá, dentre outros (DEBRET, 1835). Debret comenta, todavia, que o comércio de pandeló era bastante rentável em razão do grande consumo. Em geral, as negras vendedoras de pandeló (Figura 2) saíam da casa de seus senhores por volta das seis horas da manhã, retornando às dez. Descansavam até às duas horas da tarde e daí iam até as seis e meia da noite (DEBRET, 1835).

Retornando o assunto para o Nordeste brasileiro, não se tem de fato uma data ou um período de criação da feira como se tem no Rio de Janeiro, pois, nesse caso, eram mais feiras urbanas. No Nordeste do País, conforme já foi comentado, as primeiras feiras estiveram atreladas inicialmente ao papel da pecuária nesta região. Cardoso e Maia (2007) reforçam tal asserção, assinalando a importância do gado e, por conseguinte, a feira no processo de ocupação territorial e fixação da população região Nordeste.

Figura 2 – Escravas vendendo pandelós nas ruas do Rio de Janeiro.



Fonte: DEBRET (1835).

Outros autores, como Barbosa Leite, também destacam a importância da feira para a vida sertaneja. Em seu artigo intitulado *Feiras do sertão nordestino*, de 1975, ele reforça a relevância da feira não só pela concentração de várias atividades, comercialização de produtos, mas também como elemento de aproximação de lugares distantes, áreas rurais, marcadas pela precariedade dos meios de transporte (LEITE, 1975). Podemos apreender, com amparo nesse autor, que as feiras foram fomentadoras de centralidades, não obstante as difíceis condições dos meios de circulação da época.

As cidades nordestinas, sobretudo aquelas no interior, são marcadas pelas feiras estabelecidas de longa data. Cardoso (1965) já evidenciava a centralidade exercida por Caruaru como cidade comercial e centro regional em relação a cidades menores em sua área de influência. Se antes o lugar serviu à função básica de troca dos produtos da lavoura e de criação, tanto das zonas de brejo quanto do sertão, isso pouco a pouco foi se transformando, ao ponto de, já naquele momento, contar com mercadorias vindas não somente da capital, Recife, como também de outros mercados brasileiros, bem como de indústrias locais que abasteciam as lojas comerciais e também a feira (P. 611).

Milton Santos (1956) ressalta o papel exercido pela cidade de Jequié sobre sua área de influência no interior baiano, referindo-se aos anos 1950. O autor

destaca a cidade como a quinta maior da Bahia em população. Um fato que conferiu importância a Jequié foi, sem dúvida, a rodovia Rio-Bahia, que passa pela cidade. Essa vantagem, na opinião do autor, trouxe grande progresso àquela localidade, em função do fluxo promovido pela rodovia, além de equipamentos urbanos que davam novos ares à cidade que se diferenciava do contexto do sertão baiano como tradicional pouso de mascates.

A cidade de Jequié é descrita por Santos (1956) como portadora de boa estrutura urbana, comércio próspero e movimento ativo dos transportes. Esse autor reporta-se à abrangência regional de Jequié, formada por paisagens distintas de uma "[...] zona semi-árida, onde se cria gado e se sofre de sêca e a zona úmida onde se planta cacau e chove todo o ano." (P. 71). Ele limitou, porém, sua análise à zona cacaueira, demonstrando, no entanto, que Jequié exercia o papel de capital regional.

Roberto Lobato Corrêa, um dos geógrafos brasileiros que mais contribuiu com os estudos sobre a rede urbana e localidades centrais, define as feiras como mercados periódicos, que são

> [...] aqueles núcleos de povoamento, pequenos, via de regra, que periodicamente se transformam em localidades centrais: uma ou duas vezes por semana, de cinco em cinco dias [...] fora dos períodos de intenso movimento comercial esses núcleos voltam a ser pacatos núcleos rurais, com a maior parte da população engajada em atividades primárias. (1988, p. 66).

Assim, as feiras são definidas como uma modalidade de comércio marcada pela periodicidade, ocorrendo, em geral, nos núcleos urbanos. No Nordeste do Brasil, elas são denominadas de mercados periódicos por Correa (2011) que as destaca como "[...] componentes fundamentais da rede de localidades centrais, coexistindo com outros componentes de localização fixa." (P. 66). Historicamente, desempenharam papel importante na vida de relações de pequenas e médias cidades interioranas ao estabelecerem um elo entre o rural e o urbano, expressando perfis de relação entre cidade e campo.

As feiras, apesar de se caracterizarem pela comercialização de produtos agrícolas tradicionais, sobretudo a farinha de mandioca, o feijão, e também o milho, a rapadura, a carne-de-sol (salgada), que por muito tempo constituíram os principais

alimentos na dieta[25] dos nordestinos, foram pouco a pouco incorporando artigos e utensílios artesanais, alguns deles feitos no campo. Mais tarde, foi a vez dos produtos industrializados de baixo custo, a exemplo de utensílios domésticos de alumínio e plástico, como panelas, bacias, baldes, copos, xícaras, jarras etc. Em meio à dinâmica da feira, ocorriam os períodos de seca que inibiam a atividade agrícola, afetando a oferta de produtos alimentícios na feiras e, também, nos mercados e armazéns das cidades nordestinas.

Em síntese, ao mesmo tempo em que esses mercados periódicos comercializavam artigos e utensílios feitos artesanalmente, alguns deles produzidos no campo e outros industrializados, como já citamos, torna-se difícil, como assinala Issler (1967, p. 37), "[...] distinguir até que ponto a feira depende da cidade ou a cidade depende da feira [...] para muitas cidades nordestinas é através da feira que se exerce a função comercial.".

Amora e Costa (2007, p. 361), reportando-se às cidades médias cearenses, ainda no período agrário-exportador, destacam que o afastamento de Fortaleza em relação a essas cidades favorecia "[...] o deslocamento da população do entorno para esses núcleos, *lócus* de comercialização da produção regional. Nas feiras e em outros estabelecimentos, os produtos regionais eram vendidos e adquiriam-se bens produzidos em outras áreas.". Para Sulamita Vieira (1980), a "feira típica" é resultado da relação campo/cidade, e, embora se comercialize a produção do campo, o feirante necessita de outros produtos que são adquiridos na cidade.

No que se refere à ocupação das feiras nos espaços urbanos, convém salientar que elas têm como principal característica o comércio de rua situado, em geral, nas áreas centrais, onde barracas são instaladas para abrigar os produtos comercializados. Em muitos casos, a dinâmica da cidade e a da feira fundem-se dada a importância dessa modalidade de comércio na constituição do lugar e das práticas espaciais cotidianas. A grande concentração e o fluxo de pessoas e mercadorias transformam a fisionomia das cidades sertanejas, alterando o ritmo da vida citadina (CARDOSO, 1975). Desse modo, a feira constitui uma centralidade,

[25] Com o levantamento das distintas áreas alimentares do Brasil, Josué de Castro realizou um estudo nos anos de 1940, em que elaborou uma "geografia da fome", isto é, das carências alimentares de cada região. No que se refere à região Nordeste, o autor concebeu duas áreas alimentares: a do Nordeste açucareiro, cuja dieta alimentar básica era marcada pelo consumo de charque, feijão, aipim e farinha de mandioca, e a área do sertão nordestino, cujos hábitos alimentares eram marcados pelo consumo de quatro alimentos básicos: milho, feijão, carne e rapadura. (CASTRO, 2001).

reunindo a comercialização da produção regional, atraindo pessoas do campo, de núcleos urbanos menores e de pequenas localidades.

Além dos espaços ocupados pela feira na cidade, há ainda o comércio de rua realizado por vendedores ambulantes, que podem ou não estar no espaço da feira. Resende (2007), baseado em Freyre, ressalta que, dentre os sujeitos escolhidos em narrativa feita pelo Sociólogo pernambucano, os vendedores ambulantes e o antigo mascate são figuras historicamente marcantes na paisagem recifense. Esta é uma situação, também, familiar a outras cidades nordestinas e brasileiras em geral.

A expansão do comércio ambulante nas áreas centrais das cidades nordestinas, ensejando conflitos com a norma urbana, levou os poderes públicos à definição de espaços exclusivos para a atividade autônoma, agrupando, assim, num só lugar, grande parte desses trabalhadores que antes perambulavam pela cidade.

Desse modo, uma nova geografia é tecida pelo comércio ambulante nas cidades nordestinas com o surgimento de "camelódromos" ou, ainda, de estruturas adaptadas à venda de mercadorias diversas, não obstante a permanência ainda de grande número de vendedores ambulantes, sobretudo nas áreas centrais e turísticas das cidades nordestinas. Esses ambulantes em número cada vez mais crescente transformam as ruas das urbes em locais de trabalho.

Resende (2007) estimou em 8.000 o número de ambulantes nas ruas do centro expandido do Recife, sendo que, deste total, cerca de 6.000 eram cadastrados pela Prefeitura, que já havia realizado nos anos 1990 um projeto de revitalização e ordenamento do comércio informal do centro dessa cidade, culminando na construção do denominado Calçadão dos Mascates[26]. Outro "camelódromo" concebido e executado para abrigar o comércio ambulante foi o *Shopping Popular Santa Rita*[27] nas imediações do Cais de Santa Rita. Esses locais, todavia, se mostraram insuficientes para equacionar a problemática do comércio de rua na Capital pernambucana, de modo que os ambulantes os abandonam, retornando às ruas.

[26] Segundo Costa (2004), o Calçadão dos Mascates foi um equipamento inaugurado em 1994. A estrutura era composta de seis módulos/ edificações construídas no canteiro central da Avenida Dantas Barreto, no bairro São José. Esse "camelódromo" tinha capacidade de receber 1.400 vendedores ambulantes.

[27] Matéria do *Jornal do Commércio de 04/04/2013* mostrava o estado de abandono e degradação do Shopping Popular Santa Rita que aguarda ações de revitalização da área. A circunstância de degradação e insegurança era apontada como motivos para o afastamento dos clientes que optavam por fazerem suas compras no Mercado São José.

Outro exemplo da construção de “camelódromos” foi a ação de ordenamento do comércio ambulante na área central de Fortaleza, ocorrida nos anos de 1990, com a construção do Centro de Comerciantes Ambulantes[28] que, posteriormente, recebeu o nome de Centro de Pequenos Negócios do Vendedor Ambulante, mas que ficou conhecido popularmente como “Beco da Poeira”. Mencionado centro está localizado na área central de Fortaleza, nas imediações de equipamentos importantes, como o Theatro José Alencar. O Beco da Poeira no centro de Fortaleza reafirma, de certo modo, o que Silva (1992) já expunha sobre a conversão do centro tradicional em centro da periferia, salientando, ainda, que as praças do centro, antes destinadas ao lazer da burguesia, transformaram-se “[...] em terminais de transporte coletivo (Praças José de Alencar, Castro Carreira, Lagoinha, Coração de Jesus) ou em mercados informais onde domina o comércio ambulante (Praças do Ferreira, Parque da Criança e General Tibúrcio).” (SILVA, 1992, p. 46).

Em meados dos anos 1990 e ao longo dos anos 2000, o comércio de confecção popular, antes restrito ao Beco da Poeira, se espraiou pelas várias praças do Centro de Fortaleza com um universo cada vez maior de trabalhadores ambulantes. No contexto dessa expansão, destacou-se a aglomeração de pequenos fabricantes de confecção e vendedores ambulantes na Praça Dom Pedro II, em frente a Catedral Metropolitana de Fortaleza. O crescimento do número de vendedores ambulantes de confecção na Praça da Sé e imediações chamou a atenção de vários pesquisadores[29] no sentido de compreender a dinâmica socioespacial e formação/produção dos territórios naquela área.

Retomando o tema da feira, propriamente dita, Cardoso e Maia (2007, p. 526) reafirmam que “[...] ainda é bastante comum às cidades do interior do nordeste terem a sua feira semanal ocorrendo aos sábados, domingos ou segundas-feiras, para onde convergem grande número de população rural de localidades menores [...]”. Marcel Bursztyn ao relatar seu reencontro com o sertão nordestino, em 2008, assim se expressa: “Nem tudo de novo é positivo e nem tudo o que permanece deve ser considerado como atraso ou obstáculo.” (2008, p. 21). O que há de novo e o que há de velho na feira? A feira nordestina, como se exprime hoje, é diferente das feiras do passado?

[28] Para mais esclarecimentos, ver Dantas (2014), em seu trabalho sobre a ação do Estado no disciplinamento da ocupação do espaço público de Fortaleza nos anos de 1970 e 1990.
[29] Conferir os trabalhos de Gonçalves (2009, 2014), Mendonça; Gonçalves (2011), Santos; Silva; Silva (2011), Silva (2013), Santos (2014); Sousa (2015), Mendonça (2015).

Para Santos (2008a, p. 202), o sítio é “[...] responsável por inúmeras circunstâncias da vida e da evolução urbanas, bem como da paisagem propriamente dita. Depende da história, uma vez que sua escolha se prende, geralmente, à função inicial, isto é, à atividade que fez nascer o organismo urbano.”. Pensar a feira nordestina contemporânea, sobretudo, o fenômeno de expansão das feiras de confecção no Nordeste, nos conduz a uma reflexão necessária sobre a formação dos lugares onde essas se desenvolveram, ou seja, das atividades que as fizeram surgir em dados lugares.

Santos assinala, ainda, que as “[...] especializações do território, do ponto de vista da produção material, assim criadas, são a raiz das complementaridades regionais: há uma nova geografia regional que se desenha, na base da nova divisão territorial do trabalho que se impõe.”. (2008b, p. 44). Entendemos que as dinâmicas contemporâneas, porém, chegam a esses lugares com uma força verticalizada e se impõem sobre as práticas ditas tradicionais. Essa força vertical vai adaptando as práticas cotidianas, amolecendo os costumes mais enrijecidos.

É nesse sentido que intentamos evidenciar, neste capítulo, a formação das feiras nordestinas no passado e presente para, ao longo do trabalho, revelar as metamorfoses do período atual. A feira livre, muitas vezes, é vista como algo atrasado, fruto da desorganização. No caso da feira de Caruaru, esta foi retirada das ruas do centro para uma área denominada Parque 18 de Maio, do outro lado do rio Ipojuca. Para Miranda (2009, p. 75), “[...] a falta de espaço para expansão, os engarrafamentos e a falta de infraestrutura levaram à discussão de como se daria a melhor maneira de requalificar a feira livre e trazer de volta aqueles que desistiram de comprar nesses locais.”. A cidade cresceu e se expandiu, passando em muito a margem do rio, de modo que o poder público local e setores da sociedade caruaruense discutem, no período atual, a retirada de parte da feira que comercializa produtos da confecção conforme trataremos em outra seção desse trabalho.

No caso de Feira de Santana, a feira central também foi retirada do centro nos anos de 1970. Já com relação à cidade de Sobral, a feira mais recente, de comércio de confecção, foi deslocada para o Distrito de Aprazível. De maneira geral, a feira parece, assim, um obstáculo a ser suprimido da paisagem urbana da cidade.

Tendo em vista apreender a feira contemporânea, procedemos a um exercício metodológico de aproximação com o objeto de pesquisa, retomando o histórico de constituição das principais feiras nordestinas. Assim, nos debruçamos

na apreciação das feiras consideradas de maior representatividade econômica e cultural, buscando analisar sua origem e o papel que tiveram e ainda têm na dinâmica regional. Para isso, optamos por analisar as feiras de Caruaru/PE, de Campina Grande/PB, do Crato/CE, de Feira de Santana/BA e a antiga feira de Água de Meninos, também conhecida como feira de São Joaquim, situada na cidade de Salvador/BA.

3.2 RESGATE DAS PRINCIPAIS FEIRAS NORDESTINAS: ORIGENS E DINÂMICA REGIONAL

Conforme já comentado, as feiras tiveram grande importância na economia, sociedade e cultura do Nordeste do Brasil desde o seu passado colonial, inicialmente com as feiras de gado e posteriormente com a incorporação de produtos da agricultura, do artesanato e, mais recentemente, da indústria. Elas contribuíram, como já assinalado, para a formação de vários núcleos de povoamento que se tornaram importantes centros urbanos. Marcantes na paisagem das cidades nordestinas, as feiras fazem parte também da nossa formação cultural, sendo motivação não somente para pesquisas do gênero da que estamos realizando, mas também para a música, as artes plásticas e para o cinema. Isso porque, muito mais do que um evento econômico, expressa o modo de viver do povo nordestino. Apesar de o trabalho estar inserido na Ciência Geográfica, portanto, no campo das Ciências Humanas e Sociais, entendemos que esses saberes dialogam e, por isso, os incorporamos como maneira de enriquecimento e ampliação do conhecimento sobre esse fenômeno.

As feiras nordestinas característica das cidades do sertão e do agreste muito contribuíram para a formação de centralidades importantes. Podemos citar as feiras de Caruaru, em Pernambuco, do Crato, no Ceará, de Campina Grande, na Paraíba, de Feira de Santana, no sertão baiano, além da feira de Água de Meninos (São Joaquim), na capital, Salvador/BA. Embora ciente da necessidade de comentários mais aprofundados e da ampliação do conjunto de feiras que não foram aqui estudadas, procedemos a uma breve caracterização daquelas que consideramos as mais significativas na região Nordeste, destacando-se, dentre outros aspectos, a situação geográfica, história e dinâmica regional.

3.2.1 A Feira de Caruaru: cidade-boca do sertão pernambucano

Embora a feira de Caruaru componha nosso objeto empírico de análise e seja dada a ela tratamento específico ao longo do trabalho, sentimos a necessidade de abordá-la neste item, que se reporta às feiras nordestinas mais significativas, privilegiando aspectos que a caracterizaram historicamente como uma das mais simbólicas do Nordeste. Segundo descreve a certidão que registra a Feira como bem cultural no livro de registro dos lugares do IPHAN,

> A Feira de Caruaru surgiu numa fazenda, situada num dos caminhos do gado entre o sertão e a zona canavieira, onde pousavam vaqueiros, tropeiros e mascates. No final do século XVIII, ali se construiu a capela de Nª Srª da Conceição, ampliando a convergência social e fortalecendo as relações de trocas comerciais em torno do lugar. Assim, a feira cresceu juntamente com a cidade e foi um dos principais motores do seu desenvolvimento social e econômico. A Feira de Caruaru é um lugar de memória e de continuidade de saberes, fazeres, produtos e expressões artísticas tradicionais que continuam vivos no comércio de gado e dos produtos de couro, nos brinquedos reciclados, nas figuras de barro inventadas por Mestre Vitalino, nas redes de tear, nos utensílios de flandres, no cordel, nas gomas e farinhas de mandioca, nas ervas e raízes medicinais. Sem sua dinâmica e o mercado que a Feira proporciona, esses saberes e fazeres já teriam desaparecido. [...] A Feira de Caruaru são muitas feiras, que podem se transformar ou desaparecer em função das transformações da própria sociedade e da própria cultura. É um lugar de referência viva da história e da cultura do agreste pernambucano, e, de modo mais geral, da cultura nordestina e por isto constitui o Patrimônio Cultural do Brasil. (BRASIL, 2007).

Situada na cidade pernambucana de Caruaru, a feira é expressão das atividades regionais, rurais e urbanas, convergindo para si grande variedade de mercadorias e pessoas oriundas de localidades próximas e distantes. Cardoso (1975), referindo-se a essa feira nos anos 1970, destaca o grande fluxo de mercadorias que para ali convergia, de modo a transformar a fisionomia urbana. Era grande a quantidade de pessoas, mercadorias e veículos provocando várias repercussões no cotidiano e ritmo da cidade. Na figura 3 a seguir, datada de 1955, pode-se visualizar a imensidão da feira com a existência de pessoas, barracas marcando a paisagem urbana.

O Município de Caruaru situa-se na Mesorregião do Agreste de Pernambuco, na Microrregião do Vale do Rio Ipojuca, considerada zona de transição entre a Mata úmida e o Sertão semiárido. A situação geográfica de Caruaru lhe conferiu o título de cidade-boca do sertão. Esse município conta com uma população

estimada de 347.088 habitantes (IBGE, 2015) e a cidade dista 136 quilômetros do Recife, capital do Estado, tendo como acesso principal a Rodovia BR-232, cuja duração da viagem entre as duas cidades é de duas horas.

A feira surgiu antes da cidade de Caruaru, pois o local onde se situou essa urbe era um caminho de transporte de gado do sertão para o litoral. Com o passar do tempo, a localidade, que era uma fazenda, começou a servir de entreposto para viajantes (tangerinos, tropeiros, mascates etc.), desenvolvendo-se aí um comércio de gêneros que deu início à feira (IPHAN, 2006).

Figura 3 – Extensão da feira semanal de Caruaru, no largo da igreja-matriz, em 1955.



Fonte: JABLONSKY, T. (1955) – Biblioteca IBGE.

Ao longo dos anos, a feira de Caruaru foi crescendo ao ponto de ser conhecida em todo o Nordeste, criando fama e servido de inspiração para a música popular e a literatura de cordel, que chamavam a atenção para a diversidade dos produtos alí vendidos. A feira constituiu espaço de manifestação da arte popular, haja vista que nela ocorriam apresentações de violeiros, cantadores e cordelistas que, ao mesmo tempo, a utilizava como fonte de inspiração. Nos anos de 1950, a feira ficou famosa com a composição “A Feira de Caruaru”, letra e música de Onildo Almeida e interpretada por Luiz Gonzaga, que ficou conhecido em todo o Brasil como o “Rei do Baião”. A música fez grande sucesso na época e ainda hoje é cantada por velhas e novas gerações, quando se fala da feira. A letra da música remete à riqueza e à dinâmica da feira, expressas em estrofes como: “A feira de

Caruaru; Faz gosto a gente ver; De tudo que há no mundo; Nela tem prá vender.”, reforçando o que afirmávamos antes sobre a riqueza cultural da feira. As figuras 4 e 5 expressam a venda de frutas e legumes que, apesar de serem fotografias pouco nítidas, nos concedem a ideia do burburinho de pessoas e da quantidade de produtos expostos, demonstrando modos mais espontâneos de ordenamento sem a demarcação dos espaços, à maneira que vemos atualmente.

Figura 4 – Banca de venda de frutas na feira semanal de Caruaru (1955)



Fonte: EGLER, W. A.; JABLONSKY, T. (1955) – Biblioteca IBGE.

Figura 5 – Comércio de legumes na feira semanal de Caruaru (1955).



Fonte: EGLER, W. A.; JABLONSKY, T. (1955) – Biblioteca IBGE.

A letra da música “Feira de Caruaru” destacava essa grande variedade de produtos regionais como constatamos na continuidade da letra a seguir: “[...] Na Feira de Caruaru; Tem massa de mandioca; Batata assada; Tem ovo cru; Banana, laranja e manga; Batata doce, queijo e caju; Cenoura, jabuticaba, Guiné, galinha, Pato e peru; Tem bode, carneiro e porco, se duvidar inté cururu.”. Onildo Oliveira descrevia uma feira de abastecimento de gêneros alimentícios que eram provenientes, sobretudo, do campo e, ainda, descrevendo outros produtos comercializados na feira: “[...] Tem cesto, balaio, corda; Tamanco, greia, tem boi tatu; Tem fumo, tem tabaqueiro; Tem tudo e chifre; De boi zebu; Caneco, arcoviteiro; Peneira boa; Mel de urucu; Tem carça de arvorada; Qué pra matuto; Não andar nu [...]”. Cabe destacar que o vestuário aparece na descrição de Onildo Oliveira, todavia direcionado para à população rural que naquela época era formada por agricultores,

no entanto, demonstrava a relação cidade–campo, na qual a feira assumia o papel de abastecedora dos grupos sociais residentes nas cidades. Já a roupa vendida na feira era destinada à população do campo, ou seja, os matutos.

A arte popular nordestina passou também a figurar na feira por meio da comercialização de objetos de cerâmica figurativa. A feira de Caruraru ficou também famosa pela venda de obras de artesãos como Vitalino Pereira dos Santos, conhecido como Mestre Vitalino. A produção e a comercialização desses produtos na feira foram registradas pelo fotógrafo Pierre Verger nos anos de 1940, conforme se observa na figura 6. As peças de cerâmica figurativa[30] de Mestre Vitalino, a nosso ver, representam o universo do campo marcado pela figura do boi, cenas da vida sertaneja, manifestações artísticas e do folclore regional. Atualmente, as obras de Vitalino e de outros mestres-artesãos podem ser vistas em espaços museológicos, conforme ilustra na figura 7.

Figura 6 - Mestre Vitalino e sua banca na feira de Caruaru, em 1947.



Créditos: Pierre Verger (1947).
Fonte: <http://artepopularbrasil.blogspot.com.br/search/label/Mestre%20Vitalino>.

Figura 7 – Cerâmica figurativa do boi exposta no Museu do Barro, Caruaru/PE.

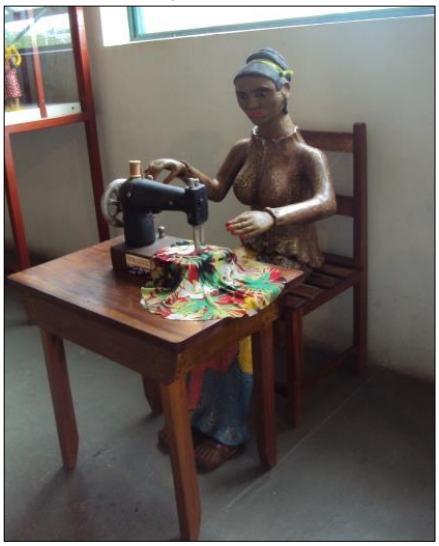


Créditos: Mestre Vitalino, s/d. Museu do Barro – Caruaru/PE.
Fonte: Próprio autor (2015).

[30] A cerâmica figurativa que Mestre Vitalino comercializava na feira pode ser admirada em catálogos de exposições temporárias ou no acervo de museus de arte popular brasileira, a exemplo da figura do boi, já comentada, que era uma marca própria de Vitalino. Hoje está exposta no Museu do Barro em Caruaru/PE ao lado de obras de outros artistas populares, a exemplo de Mestre Galdino, cujas obras retratam santos e seres imaginados na cabeça desse artista. Para detalhamento conferir: **Arte do barro e o olhar da arte**: Vitalino e Verger. 1 ed. [exposição] 5 jun. à 30 ago. 2009. Instituto Cultural Banco Real.

Enquanto Mestre Vitalino expressava em suas obras a vida sertaneja (a pega do boi, um homem tirando o leite da vaca), os fatos da seca (os retirantes) e também manifestações artísticas (os violeiros), e os ofícios e profissões a exemplo do dentista e o veterinário, outros artistas populares da região retrataram mulheres trabalhando no ofício da costura (Figuras 8 e 9). Essas manifestações culturais nos levam a considerar a relação já estabelecida no passado entre o vestuário e a feira, embora estejamos estudando esse fenômeno na contemporaneidade.

Figura 8 - A costureira na cerâmica figurativa exposta no Museu do Barro, Caruaru/PE.



Fonte: Próprio autor (2015).

Figura 9 – A costureira na cerâmica figurativa da artesã Terezinha Gonzaga, no Alto do Moura, em Caruaru/PE.



Fonte: Próprio autor (2015).

Quanto à localização da feira, vale destacar que, a princípio, ela se desenvolveu no centro da cidade, na rua 15 de Novembro, em frente à capela Nossa Senhora da Conceição. Com o passar do tempo, a feira foi crescendo, tomando as ruas intermediárias e impedindo o movimento de pessoas e carros nessa área onde se desenvolveu o comércio da cidade (Figura 10).

O crescimento da feira provocou uma série de conflitos com a norma urbana, pois houve um grande aumento do número de bancas, de feirantes, alterando, consubstaciamente, o espaço da feira e, consequentemente, ensejando problemas de ordenamento. Foi quando a feira foi deslocada[31] do centro para outra

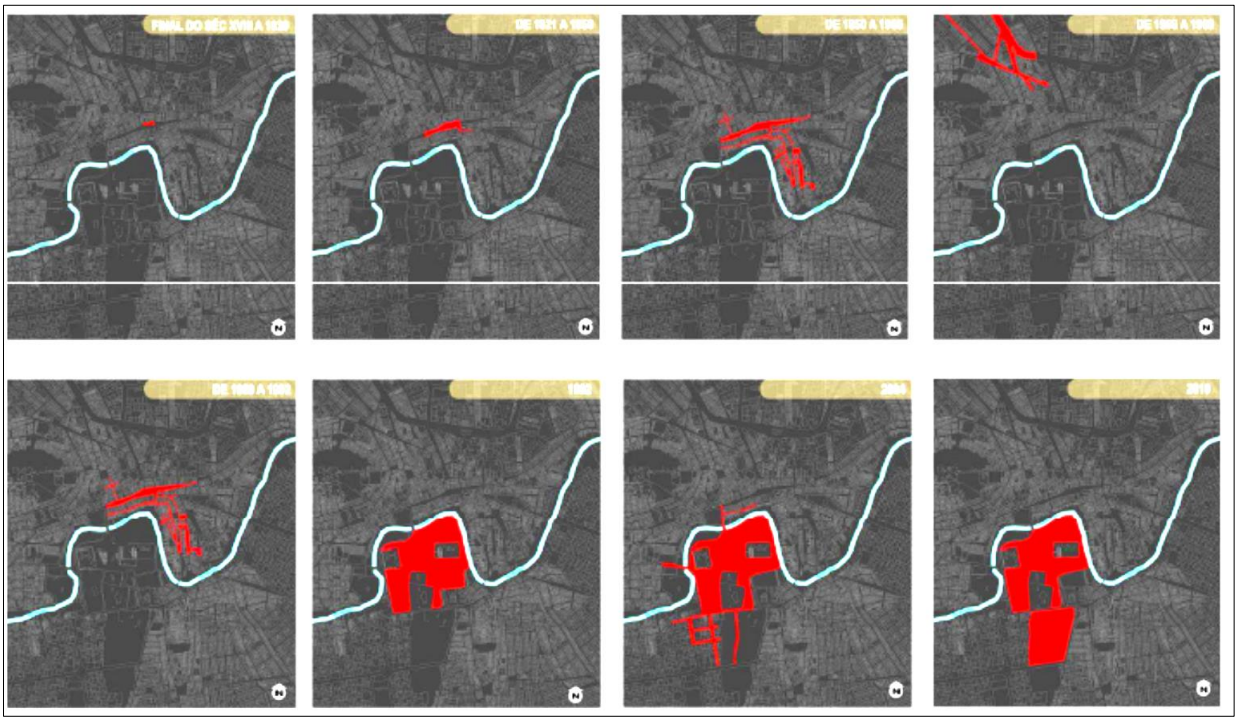
[31] A última feira realizada no centro da cidade foi no dia 16 de maio de 1992. "[...] Às seis horas do dia 17 de maio, os feirantes caminharam com seus produtos de trabalho com destino ao Parque 18 de Maio [...]" (IPHAN, 2006, p. 38).

área da cidade, o “Parque 18 de maio”, não muito distante dali, do outro lado do rio Ipojuca.

Em razão da grande quantidade de barracas e de mercadorias comercializadas, a feira foi subdividida em outras feiras setoriais, ou seja, a feira livre (de frutas e verduras, raízes, ervas medicinais, flores, plantas ornamentais etc.), a feira dos importados (denominada de feira do Paraguai), a feira do artesanato e a feira da Sulanca, todas essas funcionando no Parque 18 de Maio, porém algumas em dias diferenteciados (IPHAN, 2006).

Nosso destaque é para a feira da Sulanca que surgiu em 1984, ainda no centro da cidade, e é considerada a maior feira-livre de confecção do País em razão do importante comércio da confecção e também pela quantidade de mão de obra ocupada. Conforme dados da Prefeitura Municipal de Caruaru – PMC, referentes a 2011, a feira tinha 12 mil barracas dedicadas à venda de confecção, onde também eram comercializados calçados e acessórios. O mesmo documento indicava uma movimentação financeira de R$ 40 milhões/mês, ocupando cerca de 76 mil pessoas. Da confecção vendida, cerca de 21,6% eram produzidos em Caruaru/PE, 43,3% em Toritama/PE, 16,5%, em Santa Cruz do Capibaribe/PE e os 18,6% restantes eram produzidos em outros municípios vizinhos (PMC, 2011).

Figura 10 - Evolução da mancha de ocupação da feira de Caruaru.



Fonte: Prefeitura Municipal de Caruaru (2011).

Cabe salientar que, em meio aos trabalhos de campo realizados na feira de Caruaru, vários relatos de feirantes destacavam a queda das vendas, em decorrência da crise econômica, bem como dos anos seguidos de estiagem hídrica na região. Pudemos verificar, também, na área do terreno da antiga FUNDAC, situado na rua Ruy Limeira Rosal, onde ocorre parte da feira, que houve uma redução do número de barracas de feirantes.

Desse modo, a feira da Sulanca somou-se à feira tradicional de Caruaru que, segundo Gomes (2002), tinha 160 anos. A citada autora acrescenta que o termo Sulanca surgiu da aglutinação das palavras Sul e Helanca, em referência aos retalhos desse tipo de tecido que eram trazidos do Sul e Sudeste do Brasil, em específico, de fábricas paulistas, para servirem como matéria-prima para as confecções de fundo de quintal. A Sulanca teria também o sentido de uma "[...] confecção de menor qualidade, voltada para a população de baixa renda." (GOMES, 2002, p. 142). A oferta de retalhos de tecidos, provenientes das fábricas do Sul e Sudeste, deram início à produção de confecção. Parte desses retalhos servia como matéria-prima na fabricação de tapetes e colchas que eram vendidos na feira. Então, surgiram outros tipos de confecção conforme trataremos no capítulo quatro.

Dada a importância da feira para a economia e cultura regionais, esta passou por um processo de reconhecimento, de modo que em 20 de dezembro de 2006 foi conferido à feira de Caruaru o título de Patrimônio Cultural do Brasil, conforme consta na certidão expedida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em 08 de fevereiro de 2007 (Anexo 1).

3.2.2 A feira de Campina Grande, cidade-mercado da Borborema

Assim como Caruaru, a cidade de Campina Grande, no Estado da Paraíba, tem uma feira considerada uma das mais afamadas do Nordeste brasileiro. A cidade de Campina Grande está situada no planalto da Borborema e está distante 121 quilômetros da Capital do Estado, João Pessoa. Em 2010, possuía uma população de 385.213 habitantes, sendo que a população estimada em 2015 foi de 405.072 habitantes, portanto um acréscimo populacional de quase 5% nesse intervalo de tempo (IBGE, 2015).

Elpídio de Almeida (1957), reportando-se à história de Campina Grande, destaca, além da situação topográfica privilegiada, a importância dessa feira. A

localização da feira em Campina Grande representava a demonstração do poder político local, de modo que ocorrendo “[...] a mudança de gabinete, sem demora se procurava em Campina Grande transferir o local da feira. O lugar da sua realização constituía assim um indicador público do domínio partidário.” (ALMEIDA, 1957, p. 269). O revezamento entre Partido Liberal e Conservador, do final da Monarquia ao início da República, fez com que o local de realização da feira mudasse por várias vezes da praça municipal, em frente ao velho mercado de Baltazar Luna (Liberal), para a praça da independência em frente ao mercado novo de Alexandrino Cavalcante (Conservador).

Outro fato histórico associado à feira de Campina Grande, ainda no Império, foi a Revolta do Quebra-Quilos. Ocorrido em 14 de novembro de 1874, o movimento popular contestava a aplicação da Lei nº 1.157, de 26 de junho de 1862, que substituía o Sistema de Pesos e Medidas usados no Império pelo Sistema Métrico Francês, em específico, as medidas lineares, de superfície, capacidade e peso. Conforme exprimia o artigo 2º, § 1º: “O systema metrico substituirá gradualmente o actual systema de pesos e medidas em todo o Imperio, de modo que em dez anos cesse inteiramente o uso legal dos antigos pesos e medidas.” (BRASIL, 1862). Mencionada lei estabeleceu também que as escolas de instrução primária realizassem o ensino do novo sistema métrico nas lições de Aritmética, em comparativo com o sistema de pesos e medidas vigentes naquele momento. Por fim, a referida lei estabelecia pena de prisão de até um mês e multa de 100$000 réis para aqueles que a infringissem.

Essa lei repercutiu, evidentemente, se estendendo à dinâmica da feira de Campina Grande em virtude dos pesos e medidas que passaram a ser adotados para a compra e venda dos produtos e gêneros na feira. Segundo relata Irineu Joffily (1977), os matutos[32] como eram chamados os trabalhadores do campo estavam mais acostumados a “[...] lidar com cuias, covados e arrobas, em vez de litros, metros e quilos. A exigência de novos pesos e medidas foi o fator desencadeante da revolta tomando por isso o nome de Quebra-Quilo, [...]” (P. 379).

[32] Ainda segundo Joffily (1977, p. 79), cada povoação ou vila “[...] tinha o seu dia de feira, de modo a não prejudicar as feiras das localidades vizinhas. Os matutos saiam dos seus roçados à noite, levando suas cargas de gêneros os mais diversos, desde o milho e o feijão até as gaiolas de passarinho e carnes de caça salgadas; de madrugada já estavam no pátio das feiras, desamarrando as cangalhas, enquanto os meninos dormiam sobre os sacos e as mulheres iam rezar nas igrejas ou capelas, surgindo as conversas e espalhando-se as notícias, divulgadas pelos mercadores de farinha ou de rapadura, que dispunham de tropas de animais organizadas para correr várias feiras.”.

O geógrafo Pierre Monbeig caracteriza a cidade de Campina Grande, no final dos anos 1940, como uma típica *cidade-mercado*. Situada na zona do "brejo", na chapada da Borborema, era para o mercado dessa cidade que o sertanejo levava a mandioca, o algodão, carnes e cordas para serem comercializadas. O homem do brejo, como também eram denominados os pequenos agricultores, também para lá se dirigiam com intuito de vender o milho, as frutas, a cana, a aguardente, madeira e até móveis (MONBEIG, 1948).

O mesmo autor observou que a existência de estradas e a chegada da via férrea, em 1907, trouxeram novas indústrias de fiação do algodão, fazendo dessa cidade não somente "[...] um mercado local, mas um centro regional em contacto direto com a capital do Nordeste, Recife." (MONBEIG, 1948, p. 470). A cidade de Campina Grande, a exemplo de outros núcleos urbanos do interior do Nordeste, foi um importante centro coletor e distribuidor da produção algodoeira do sertão paraibano no início de século XX[33]. Boris Fausto (1995) observa que o algodão era uma cultura que já vinha desde o período colonial no Norte e, posteriormente, Nordeste do país, estava concentrado nos Estados do Maranhão, Pernambuco, Alagoas e Paraíba. De acordo com o autor, o cultivo do algodão ocorria por meio da produção de "[...] pequenos e médios lavradores em combinação com culturas de alimentos para a própria subsistência e para venda nos mercados locais." (P. 238-239).

O algodão chegava à cidade de Campina Grande em tropas de animais de carga, havendo empresas que se encarregavam de comprar o algodão produzido, a exemplo do armazém da firma Demósthenes Barbosa & Cia, conforme podemos visualizar na figura 11, enquanto outras empresas faziam a prensagem e enfardamento do algodão para exportação (Figura 12).

[33] O Estado da Paraíba chegou a ser o maior exportador de algodão da América nos anos de 1920, perdendo esse posto no início dos anos de 1930.

Figura 11 – Armazém de compra de algodão da firma Demóstenes Barbosa & Cia (1930).



Fonte: Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande. Próprio autor (2014).

Figura 12 – Anúncio da firma de presagem e enfardamento do algodão para exportação.



Fonte: VILLAR, Euclydes (Dir.). Almanaque de Campina Grande. 1933.

Nos anos de 1920, a cidade de Campina Grande era o segundo maior exportador de algodão do Mundo, perdendo somente para Liverpool, na Inglaterra. A cidade recebia a produção de algodão de região, de modo que os fardos de algodão eram guardados em armazéns que estavam concentrados na antiga rua do algodão. Em virtude, porém, da grande quantidade da matéria-prima, o número de armazéns se tornava insuficiente, fazendo com que os fardos fossem empilhados no meio da antiga praça do algodão (Figura 13) aguardando para seguir de trem até Recife e João Pessoa de onde era exportado para a Inglaterra. (ANÚARIO, 1982).

O Almanaque de Campina Grande, publicado unicamente nos anos de 1932[34] e 1933, registrava a existência de três fábricas[35] de tecido e fiação em Campina Grande. Segundo as informações que constam na exposição permanente do Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande, a primeira fábrica a se instalar na cidade foi a Fábrica de Tecelagem e Fiação Marques de Almeida. Inaugurada em 1925, fabricava fios de juta que eram exportados para a Inglaterra e também tecia a tela para o enfardamento do algodão. Outra fábrica que surgiu nesse período foi a S. A. Indústria Têxtil de Campina Grande, instalada no bairro Bodocongó, ao oeste do centro da cidade de Campina Grande, conforme Figura 14 abaixo.

[34] A primeira edição do já citado Almanaque registrava a ocorrência de 14 armazéns de compra de algodão e de outros dez estabelecimentos de armazenamento dessa matéria-prima. (VILLAR, 1932).
[35] Constavam nos registros do Almanaque de Campina Grande para o ano de 1934 três fábricas de tecelagem e fiação: S. A. Indústria de Campina Grande, Marques de Almeida e Cia. e Ulysses Silva e Cia. (VILLAR, 1933).

Figura 13 – Fardos de algodão empilhados, aguardando exportação (1920).



Fonte: Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande. Próprio autor (2014).

Figura 14 – Fábrica de fiação e tecelagem de tecidos de algodão Bodocongó.



Fonte: Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande. Próprio autor (2014).

Além dos armazéns de algodão, a cidade já contava, naquele momento, com 16 comércios de fazendas a retalho, 12 alfaiatarias, três ateliers e duas agências de comércio de máquinas de costura (VILLAR, 1932). A existência desses estabelcimentos de comércio sugere que o modo de vestir-se, naquele tempo, passava pela regra social de encomendar a feitura de trajes personalizados, a exemplo do trabalho das alfaiatarias ou, ainda, com a aquisição de peças de fazenda importadas em lojas especializadas do ramo para encomendar roupas em *ateliers* de costura. Quanto aos mais despossuídos, cabia a habilidade das costuras caseiras para vestir a família, de modo que aquelas mais pobres faziam suas roupas de tecidos mais grosseiros ou de menor qualidade, a exemplo dos tecidos de chita popularmente conhecido no comércio de feira pelas cores fortes e motivos florais.

Com a valiosa contribuição do Prof. Antônio Albuquerque Costa, podemos compreender melhor as origens e dinâmica socioespacial da cidade e da feira de Campina Grande. Segundo ele, a feira teve várias localizações desde sua origem, ocorrendo, até os anos de 1940, nas ruas do centro da cidade, especificamente, nas ruas Maciel Pinheiro e Venâncio Neiva, na confluência com a rua Cardoso Vieira.

Com o projeto de modernização da cidade, a feira foi retirada, em 1941, para uma área que naquele momento constituía os arrebaldes, onde se construiu também um mercado. Ali, a feira se expandiu ganhando importância na vida econômica e social de Campina Grande (COSTA, 2003). Nos anos de 1950 e 1960, como podemos verificar nas figuras 15 e 16, um grande número de barracas se aglomerava no entorno do mercado central, estendendo-se por várias ruas próximas, tendo a carne e farinha como os principais produtos comercializados.

Figura 15 – Vista das ruas ocupadas pelas barracas da feira no entorno do mercado central de Campina Grande (1940).



Fonte: Fundação Getúlio Vargas – FGV/CPDOC

Figura 16 – As barracas montadas na rua ao lado do mercado central de Campina Grande (1940).



Fonte: Biblioteca IBGE.

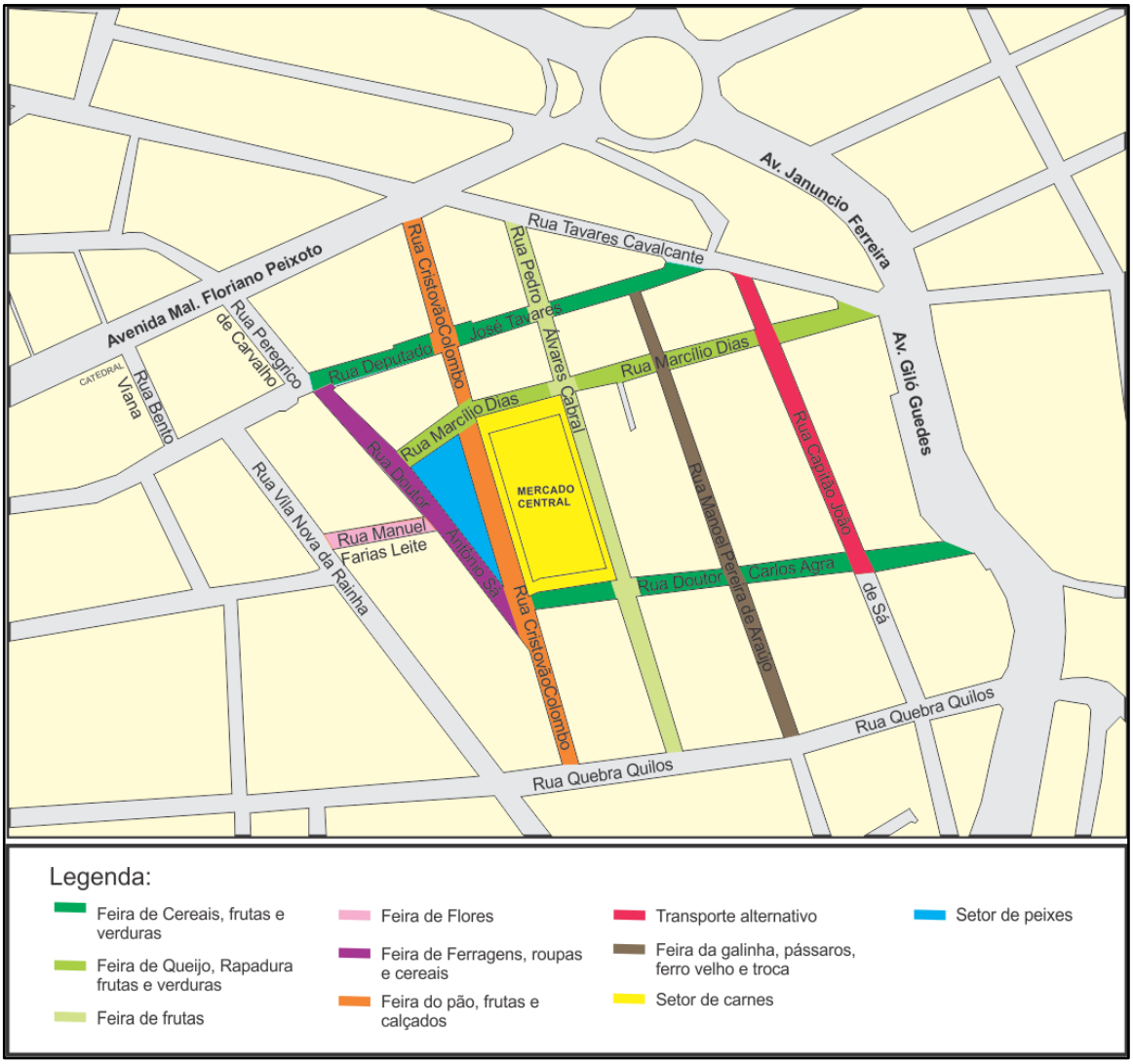
A feira ocorria nas quartas e sábados, isso até os anos de 1970. Nos dias atuais, ela funciona todos os dias, sendo que o maior movimento da feira ocorre aos sábados, quando muitas barracas são montadas nas ruas no entorno do mercado. Algumas barracas de madeira permanecem montadas, comercializando produtos, nos outros dias da semana.

A feira central, como é conhecida por todos na cidade, compreende uma área que ocupa cerca de oito ruas no entorno do Grande Mercado que está no centro da feira. Apesar do grande número de bancas de madeira disposto nas ruas, há, ainda, boa quantidade de estabelecimentos comerciais varejistas e armazéns de comércio atacadista que funcionam naquele entorno. Conforme podemos verificar, existe certa especialização das ruas da feira em relação aos produtos comercializados, muito embora possamos encontrar uma diversidade de produtos em todas as ruas percorridas e, ainda, existem outras feiras distribuídas pelos bairros, a exemplo da feira da Prata que também reúne grande número de feirantes e compradores aos domingos.

Na feira atual, predomina o comércio de hortifrutigrangeiros, sendo dividida por tipologias de mercadorias (Figura 17). Além desses produtos, são comercializados também flores, cerâmicas e peixes de maneira setorizada, chegando até a parte interna do mercado onde ficam concentrados os boxes de carnes e miúdos. Assim, as barracas de cereais, frutas e verduras podem ser encontradas, em sua maioria, nas ruas Deputado José Tavares, rua Doutor Carlos Agra e rua Marcílio Dias. As barracas de queijo e rapadura se concentram na rua Pedro Alvares Cabral. As barracas de flores e arranjos florais são encontradas em

toda a extensão da rua Manuel Farias Leite, findando na histórica rua Vila Nova da Rainha. O setor de ferragens, roupas e calçados está na rua Doutor Antônio Sá.

Figura 17 – Croqui da distribuição das barracas da feira, pelo tipo de mercadoria.



Fonte dos dados: Prefeitura Municipal de Campina Grande (2007).
Elaboração do autor.

Conforme Costa (2003, p. 103) demarca, a feira de Campina Grande "[...] acompanhou toda a história da cidade, adaptando-se ao advento dos diversos meios que se sucederam. Conservando elementos dos meios pretéritos, ao mesmo tempo em que absorvia as modernidades dos meios emergentes.". A cidade passou por um processo de requalificação das ruas do centro, de modo a retirar o comércio ambulante e, com essa intervenção urbana, foram criados dois centros destinados a abrigar o comércio ambulante, denominados Áreas de Comércio Ambulante –

ARCAS. Desse modo, foram criadas as Áreas de Comércio Ambulante – ARCAS que foram denominadas ARCA Titão e a ARCA Catedral, ambas situadas na avenida Marechal Floriano Peixoto, porém em pontos distintos dessa via (Figuras 18 e 19).

Figura 18 – ARCA Catedral, localizada na Avenida Floriano Peixoto, em Campina Grande.



Fonte: Próprio autor (2014).

Figura 19 – Ocorrência da confecção popular nos boxes da ARCA Titão.



Fonte: Próprio autor (2014).

Características marcantes da feira central hoje são a ocupação e a fixação dos boxes no meio da rua, indo contra o seu caráter temporário e periódico da feira tradicional. Conforme se pode constatar na figura 20, as bancas são fixadas e fechadas com portas de correr. Do mesmo modo, constroem-se pisos sobre a via pública apontando a fixação das barracas das feiras.

Embora o comércio da confecção tenha maior concentração na rua Doutor Antônio Sá, outras barracas surgem ao longo das ruas de modo mais improvisado, conforme é constatado na figura 21, em meio a outras barracas de frutas e legumes, encontramos barracas de moda íntima. Antes mesmo de se chegar à rodoviária de Campina Grande, ainda na BR-230, podemos visualizar *outdoors* de indústrias de confecção de Santa Cruz do Capibaribe/PE anunciando coleções de roupas da estação, provavelmente direcionadas aos feirantes e lojistas que comercializam esses produtos na cidade.

Figura 20 – Barraca com portas de correr e a construção de piso no pavimento.



Fonte: Próprio autor (2014).

Figura 21 – Barraca de confecção lado a lado com barracas de frutas.



Fonte: Próprio autor (2014).

Observamos, todavia, que, no quantitativo de barracas distribuídas nas ruas da feira, o número de barracas de confecção é significativo de acordo com a tabela 1, pois totaliza-se um número de 217 barracas que vendem esse tipo de mercadoria, no entanto, em relação ao universo de cerca de 3.287 barracas da feiras, o setor de comércio de confecção representa apenas 6,6% do número total de barracas. Mencionada tabela ajuda-nos a comprovar que a feira central de Campina Grande é, sobretudo, uma feira de abastecimento de gêneros alimentícios.

Tabela 1 - Distribuição do número de pontos comerciais da feira central de Campina Grande, por ruas e mercado, por tipo de mercadoria (2010).

Discriminação da logradouro/Mercado	Nº de boxes/ bancas	Tot. (%)	Tipo de mercadaoria															
			Frutas e verduras	Cereais	Queijo	Aves	Carnes	Peixes	Temperos	Alimentação/ Lanches	Fumo	Miudezas/ Utensílios domésticos	Flores	Bijuteria	Calçados	Confecções	Depósitos	Variedades/ Diversos
1. Rua Cristóvão Colombo	410	12,47	147	48	9	-	-	8	8	44	-	-	1	23	71	11	-	40
2. Rua Deputado José Tavares	397	12,08	296	5	1	-	-	-	13	18	-	-	-	-	3	24	-	37
3. Rua Dr. Antonio de Sá	324	9,86	47	35	3	-	1	9	15	22	4	38	-	18	8	83	-	41
4. Rua Dr. Carlos Agra	152	4,62	97	14	-	-	-	7	2	18 (L)	-	1	-	1	1	4	-	7
5. Rua Manoel Farias Leite	85	2,60	33	1	1	-	-	-	2	5	13	-	15	-	-	-	-	15
6. Rua Manoel Pereira de Araújo	145	4,41	42	1	-	55	-	-	12	30	-	-	-	-	-	3	-	2
7. Rua Marcílio Dias	429	13,05	233	6	64	5	-	-	7	9	-	-	-	-	-	78	-	27
8. Mercado Central	931	28,32	99	160	54	-	390	-	36	84	2	-	-	-	27	11	-	68
9. Rua Pedro Álvares Cabral	177	5,39	146	4	-	-	-	1	5	13	-	-	-	1	-	-	-	7
10. Terrenos dos Martins	231	7,02	22	14	-	-	2	71	4	66	-	-	-	-	3	3	22	24
11. Pendências	6	0,18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	3.287	100,00	1.162	288	133	60	393	96	104	309	19	39	16	43	113	217	22	268
Tot. (%)	100,0		35,40	8,80	4,04	1,82	11,95	2,92	3,16	9,40	0,58	1,18	0,48	1,30	3,43	6,60	0,66	8,15

Fonte: Gerência de Feiras e Mercados/PMCG (2010).

No início dos anos 1980, foram construídos calçadões nas ruas centrais do comércio de Campina Grande, especificamente, nas ruas Cardoso Vieira, Sete de Setembro, Venâncio Neiva e Maciel Pinheiro. Estes visavam a melhoria da locomoção das pessoas na área de maior movimento do comércio varejista. Esses calçadões, todavia, com o tempo, foram sendo ocupados por vendedores ambulantes, de modo que a grande quantidade de bancas passou a dificultar a circulação de pessoas naqueles passeios. Apesar das reclamações dos estabelecimentos comerciais situados nessa área, não houve uma ação de ordenamento por parte da Prefeitura Municipal naquele ano eleitoral, de sorte que, no final do ano de 1982, era possível adquirir uma infinidade de produtos nessas bancas de camelôs, pois ali

> [...] vendia-se de panela, bijouterias, adornos para o lar, frutas dos mais variados tipo como abacaxi, mamão, coco verde, manga, goiaba e laranja, bolsas de viagem, jarros e quadros, cintos, pratos e copos, miudezas de todos os tipos, garrafas térmicas, cartões de natal, sorvetes e picolés, toalhas de banho, confecções em malha e até marrecos. (ANUÁRIO DE CAMPINA GRANDE, 1982, p. 18; grifamos).

O grande número de vendedores ambulantes justificava-se pela elevação do desemprego na cidade naquele período, mas também em função da vantagem do comércio ambulante ante o rebaixamento salarial, haja vista que a venda ambulante era "[...] mais rendosa do que o salário mínimo pago por alguns comerciantes e industriais." (ANUÁRIO DE CAMPINA GRANDE, 1982, p. 18).

Beatriz Pontes (2006), analisando as mudanças do processo produtivo capitalista e suas repercussões sobre as cidades médias nordestinas, observa que as cidades de Feira de Santana, Caruaru e também Campina Grande emergiram no cenário nordestino como tecnopolos[36] em virtude das "[...] transformações ocorridas nas suas economias com o advento da reestruturação produtiva, das mudanças no processo de trabalho e em face das novas tecnologias que nelas se estabeleceram."

[36] Santos Filho (2007, p. 147) assevera que a cidade de Campina Grande formou um tecnopolo constituído por "[...] um conjunto de IES e técnico, centros de P&D e uma centena de EBT's que exportam seus produtos e serviços para EUA, Canadá, Europa, América do Sul e alguns países da Ásia.". Todavia, esse *território-rede da tecnologia* tem enfrentado alguns reveses, pois, segundo o autor, o resultado da inovação de produtos e processos favoreceu "apenas" ao capital transnacional. Outros fatores como a falta de recursos que via de regra necessita do maior aporte do Estado, a concentração dos "sistemas de engenharia" na região Sudeste, sobretudo, no eixo São Paulo-Campinas e o direcionamento da política econômica empreendida pelas últimas gestões municipais que deram privilégio à promoção da atividade turística (Turismo de eventos) levaram o autor à constatação do notável "esvaziamento do Tecnopólo Campina Grande/PB".

(P. 337). Para ela, embora esse processo modernizador tivesse reformulado os quadros produtivos no espaço urbano dessas cidades, abrangendo atividades modernas com vínculos externos, não houve a absorção da comunidade residente nas atividades internas. De acordo, ainda, com Pontes, “[...] não foi possível ignorar o desemprego em tais centros, bem como o aumento de suas periferias empobrecidas e problemáticas.” (P. 337).

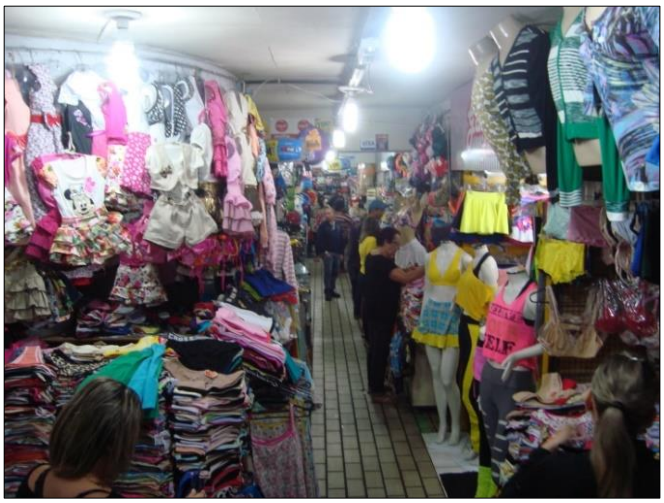
Não obstante a grandeza da feira de Campina Grande e a inserção nela do comércio de confecção, outro espaço constituiu referência quando se trata do comércio de confecção popular nessa cidade como é o caso do *Shopping Centro Edson Diniz*, um prédio composto por 375 boxes, que recebeu camelôs que antes estavam em bancas montadas nas ruas centrais de Campina Grande (ruas Maciel Pinheiro, Cardoso Vieira, Venâncio Neiva e Monsenhor Sales) acompanhando uma tendência das cidades nordestinas voltadas para o comércio da confecção, ou seja, a criação de espaços exclusivos para esse fim. (Figuras 22 e 23).

Figura 22 – Vista frontal do *Shopping* Popular Edson Diniz (2014).



Fonte: Próprio autor (2014).

Figura 23 – Vista interna das galerias com expositores de roupas (2014).



Fonte: Próprio autor (2014).

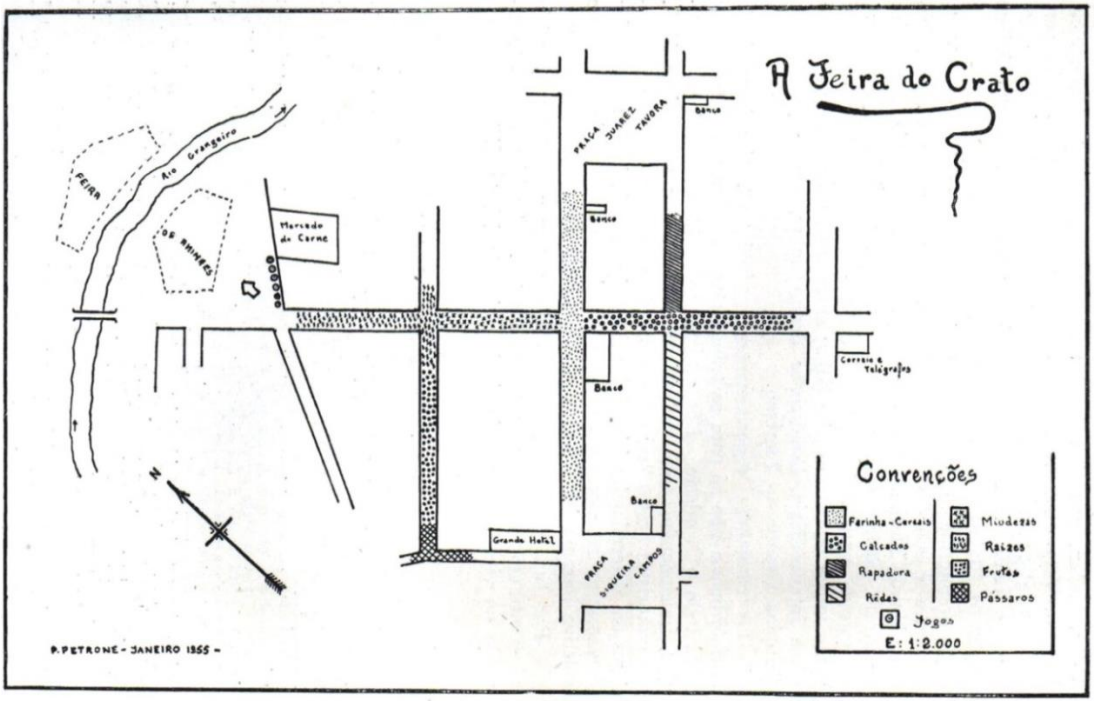
Segundo entrevista com o administrador do *Shopping* Centro Edson Diniz, ele nos informou que a confecção comercializada nesse centro de comércio popular em grande parte vinha do agreste pernambucano, conforme podemos constatar na sua fala: “A confecção daqui é toda de Santa Cruz do Capibaribe. Alguns viajam de tempos e tempos para trazer uma mercadoria diferenciada de São Paulo, mas isso é o mínimo, acho que não tem mais de três lojas aqui que faça isso.”.

3.2.3 A feira do Crato, cidade-boca de sertão cearense

No Ceará, o destaque é para a feira do Crato, na região do Cariri, que, como escreveu Petrone em sua obra de 1955, intitulada: *Crato, "Capital" da região do Cariri*, foi responsável pela vida econômica e a dinâmica dessa região. Embora as feiras fossem comuns em todas as cidades da região, a feira do Crato foi a que mais se destacou. O Crato tinha primazia em relação às demais cidades do vale do Cariri (Missão Velha, Caririaçu, Juazeiro do Norte, Barbalha, Jardim e Brejo Santo), além de manter relações comerciais com municípios dos Estados do Piauí, Pernambuco e Paraíba. Por esse motivo, ela era considerada como a capital do Cariri (ALVES, 1946).

O Crato está situado na Microrregião Sul do Estado do Ceará e foi elevado à categoria de cidade em 1853, e a de vila em 1764, com a instalação da freguesia de Nossa Senhora da Penha, em 1768. Martins Filho e Girão (1966) destacam que a principal riqueza econômica do Município, nos anos 1960, era a agricultura, cuja maior importância era conferida à cultura da cana-de-açúcar, utilizada nos engenhos para a fabricação de açúcar, aguardente e rapadura. A figura 24 mostra o croqui da feira do Crato, apresentado por Petrone, no qual estão representadas as mercadorias comercializadas na feira.

Figura 24 – Croqui da Feira do Crato, por tipo de mercadoria comercializada.



Fonte: PETRONE (1955).

Ali podemos observar a distribuição, em rua, de oito produtos vendidos na feira (farinha, calçados, rapadura, redes, miudezas, raízes e pássaros). O croqui, além de nos conceder uma dimensão da distribuição desses produtos pelas ruas do Crato em dia de feira, nos indica, primeiro: a existência marcante dos produtos agrícolas, como a farinha, as frutas e, também, a rapadura, fabricada de cana de açúcar, produto de destaque na região do Cariri, resultante da atividade agrícola local. Em segundo lugar, aparecem as miudezas e calçados, denotando que, naquele momento, já se identificava a venda de produtos fabricados, quer sejam artesanalmente quer sejam industrializados.

Menezes (1918) reporta-se à feira do Crato como sendo marcada pelo grande fluxo de consumidores que ocupavam as ruas nos dias em que ela acontecia e pela diversidade de produtos vendidos, segundo ele, característicos da fértil região do Cariri. Enfatizou ainda o seu alcance para os municípios vizinhos e outros estados da Federação. A longa - e necessária - citação que se segue retrata com riqueza de detalhes a diversidade de produtos vendidos na feira do Crato, inclusive com suas origens.

> Uma nota característica é a feira, exposição dos produtos locaes e dos municípios circunvizinhos e Estados limítrofes, Piauhy, Pernambuco e Parahyba. Realiza-se sempre a céo aberto, às segundas-feiras formando uma cruz dupla que extende os seus braços pelas ruas da California, do Commercio e do Fogo. A sua frequência é calculada de 6 a 7.000 pessôas. Os principais produtos expostos são: rapaduras (as mais procuradas pela bôa qualidade fabricam-se nos sítios Bebida Nova, Francisco Gomes, Lameiro, S. Vicente), farinha de mandioca (da serra do Araripe e de todo o município), alfenins batidos (dôce feito de mel bem grosso e batido frio), tijolinhos de assucar e casca de laranja, doces de bananas, goiaba e burity; cereais, aguardente (principaes do sítio Batateira, Lameiro, Lagôa Encantada, S. Bento, Engenho do Meio, S. Gonçalo e Cruz), fumo, sal, tapioca, artefactos de couro: chinelos, botas, sellins, etc.; queijos de diversas procedências, borracha de maniçoba e mangaba, café das encostas do Araripe, cordas de fibras vegetaes, gado vacum, cavalar, caprino, lanígero, etc.; facas e punhaes (já em pequena escala).
> Nos bons tempos, de muita chuva, a rapadura e os cereais são cotado a preços reduzidos: uma rapadura (800 a 1.000 grammas) vende-se de 40 a 100 réis, a farinha de 20 a 60 réis o litro, o milho de 20 a 40 réis, feijão a 100 réis, carne sem osso $800 o kilo-gramma.
> De Dezembro a Abril aparecem varias qualidades de saborosas fructas sylvestres, taes como o piqui nutriente e de sabor agradável, mangaba, maracujá peroba e de capoeira, ariticum, marmelada, araçá, Muricy, cajuhy, etc. Tudo isto vem da Serra do Araripe. (MENEZES, 1918, pp. 161-162).

O exposto nos leva a crer na expressão que a feira do Crato tinha em relação à região, sobretudo, pelo comércio de produtos agrícolas característicos do vale do Cariri, sobressaindo-se a produção da cana-de-açúcar, matéria-prima da

rapadura, alimento componente da dieta do nordestino por muito tempo. Outros produtos vendidos eram o arroz, a farinha, o milho, o feijão, a mamona e o algodão, que abasteciam a população das zonas urbanas e rurais. Em geral, eram comercializados no meio da rua em sacas e baús. A figura 25 ilustra muito bem esse comércio com sacos em plena via pública, de modo espontâneo e sem equipamentos de proteção e expostos ao sol e à chuva. O dia de feira alterava o ritmo da cidade, transformando-a num grande mercado. As ruas e praças eram ocupadas por vendedores e compradores, levando Petrone a usar a expressão "*formigam de gente",* referindo-se ao admirável movimento de pessoas na feira. (PETRONE, 1955, p. 53).

Guilherme Studart (1888) comenta, em artigo que descreve o Munícipio de Barbalha em 1888, que havia uma rivalidade entre a feira de Barbalha e a do Crato e, referindo-se à primeira, acentua que "[...] sua feira rivaliza com a do Crato, é a segunda do Cariry, porque o commercio de fazendas em grosso e a retalho tem para ella attrahido a atenção de muitos ponto, ate das províncias limítrofes." (P. 12). Nos períodos de seca, a população sertaneja recorria à feira do Crato para o abastecimento de gêneros, visto que o vale do Cariri se apresentava como um refúgio para todos os que sofriam com os períodos de estiagem prolongada.

Figura 25 – Os cereais vendidos em sacas dispostas no meio da rua.



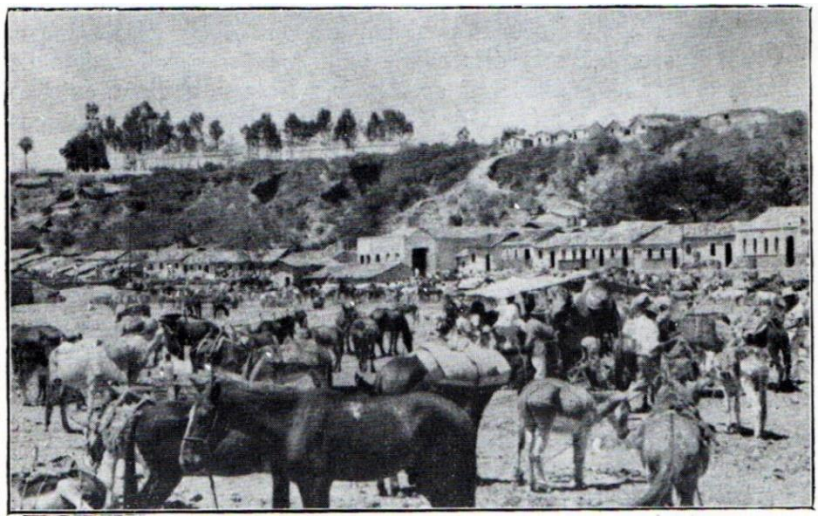
Fonte: AB'SABER apud PETRONE (1955).

Conforme já mencionado - mas cabe ainda reforçar - a feira do Crato tinha destacado papel regional. Essa cidade, também como Caruaru, foi denominada cidade-boca de sertão (PETRONE, 1955). De acordo com o eminente geógrafo da USP, ela não era apenas a sede de uma das mais movimentadas feiras da região, mas também

> [...] e principalmente, um importante centro de comércio de mamona e rapadura, sendo esta distribuída pelo alto Sertão pernambucano, oeste paraibano, sul do Piauí, além de inúmeros mercados cearenses. Por outro lado, usufrue das vantagens de uma verdadeira **'boca de sertão**, sendo ponto terminal da R.V.C. (PETRONE, 1955, p.45). [Negrito nosso]

Ainda retomando a leitura de Petrone, destacam-se os aspectos relativos ao transporte das mercadorias comercializadas na feira, que eram transportadas primeiro em tropas de burros (Figura 26) e depois em caminhões mistos.

Figura 26 – Tropa de animais usados no transporte de mercadorias na feira do Crato.



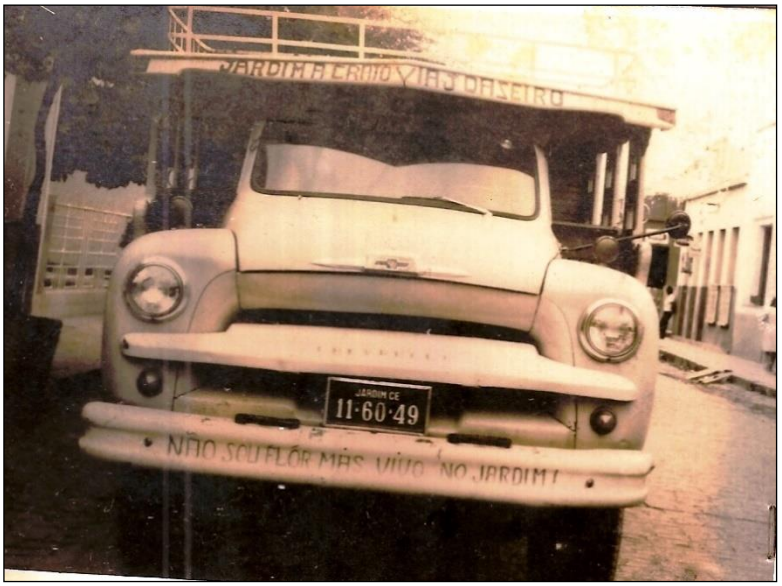
Fonte: AB'SABER apud PETRONE (1955).

Os caminhões "mistos" tiveram importância fundamental no transporte de pessoas e distribuição de mercadorias que saíam do Crato para várias cidades do Nordeste, principalmente, do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco (PETRONE, 1955). O "misto" é descrito por Issler (1964) como um caminhão com duas funções: o transporte de passageiros e o transporte de cargas. Nesse tipo de veículo, a "[...] cabine ou 'boléia' é modificada, dando lugar a três ou quatro filas de bancos, cada um recebendo cinco ou seis passageiros. Esta improvisação ocupa

metade do comprimento do veículo. O restante da carroçaria recebe a carga." (ISSLER, 1964, p. 133).

Os mistos partiam de uma localidade, que era sede de atividades ou mesmo um centro regional, e percorriam grandes distâncias, apanhando outros passageiros[37] já à espera na beira da estrada. O destino dos mistos, conforme relata o autor, estava indicado numa "[...] *tabuleta de madeira, pintada a capricho* fixada no alto do pára-brisas do carro, que indicava os pontos de partida e de chegada." (ISSLER, 1964, p. 133), conforme podemos verificar na figura 27, que mostra o misto que fazia a linha Crato-Jardim, via Juazeiro do Norte.

Figura 27 – Caminhão misto que fazia a linha Crato–Jardim via Juazeiro do Norte.



Fonte: Centro Cultural da Federação dos Transportes – FETRANS.

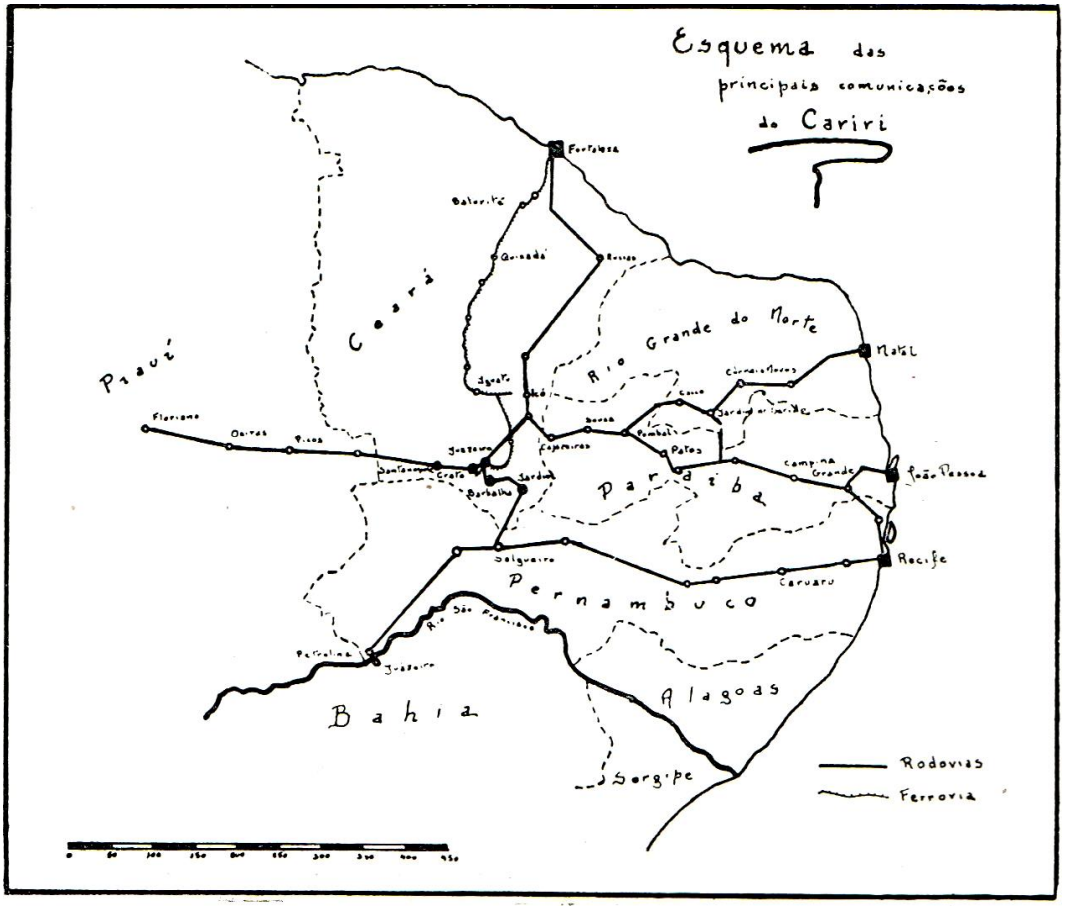
Petrone (1955), todavia, aponta a ocorrência de pelo menos cinco "linhas" regulares que saíam da cidade do Crato e faziam vários itinerários usuais[38]. Na

[37] Em um desses percursos feito de caminhão misto, Bernardo Issler deparou um desses passageiros típicos, "[...] foi João das Latas (assim o chamávamos). Creio que vinha do Bacabal, no Maranhão e ai para o Crato, no Ceará. Seis sacos de latas vazias de marmelada, já usadas, constituíam sua bagagem. Como tinha negócios a fazer no Ceará, juntara as latas para vendê-las e assim 'salvaria' os gastos da viagem [...]." (ISSLER, 1964, p.133).

[38] Os itinerários apontados por Petrone eram: 1 – Crato – Araripe – Fronteira – Picos (para Teresina) – Oeiras – Floriano (sopas e caminhões). 2 – Crato - Juazeiro do Norte – Caririaçú – Lavras – Icó – Russas – Pacajus – Fortaleza (caminhões). 3 – Crato – Juazeiro do Norte – Caririaçú – Lavras – Cajazeiras – Souzas – Pombal (Triângulo) - Catolé do Rocha – Brejo da Cruz – Caicó – Jardim do Seridó – Acari – Currais Novos – Santa Cruz - Macaíba – Natal ('mixtos'). 4 – Idêntico na anterior até Caicó – Jardim do Seridó – Parelhas – Barra – Joazeirinho – Soledade – Campina Grande (para João Pessoa e Recife) Mixtos. 5. Idêntico ao anterior até Pombal – Patos – Barra – Joazeirinho – Campina Grande ('sôpas e caminhões). 6. Crato – Juazeiro do Norte – Barbalha – Missão Velha – Milagres –

figura 28, podemos visualizar a distribuição dessas linhas que cobriam praticamente quase todo o Nordeste. A feira do Crato ainda atua como um centro distribuidor varejista de gêneros, cuja área de abrangência carece de uma pesquisa específica. Embora se registre uma prática intensiva do comércio de confecção popular nesta feira, ela não foi foco do nosso trabalho. Do ponto de vista das atividades agrícolas, a feira ainda comercializa o piqui, fruto muito apreciado na região. A rapadura foi perdendo importância na feira, haja vista o declínio da produção canavieira na região do Cariri em razão do fechamento dos engenhos que forneciam esse produto.

Figura 28 – Principais rotas dos caminhões mistos e ônibus que saiam do Crato.



Fonte: PETRONE (1955).

Os engenhos da região, que no passado foram grandes produtores e distribuidores de rapaduras, fecharam, e os que restaram têm grandes dificuldades em se manter como atividade viável. É o que podemos verificar na fala de um dono de engenho do Distrito de Arajara, no Município de Barbalha: “Eu acho que uma das

Já í – Salgueiro – Parnamirím – Petrolina (para São Paulo) (‘sôpas’ até Salgueiro, caminhões e ônibus) (PETRONE, 1955, p. 49).

coisas foi a concorrência das fábricas de doces, né. Bolacha, chocolate e doce, acho que a concorrência vinda de outros estados, [...] e ai o pior, a rapadura vai perdendo, o preço vai caindo até se tornar inviável a produção [...]". Constatou-se em pesquisa de campo que as áreas antes ocupadas com a plantação da cana-de-açúcar têm sido ocupadas por outras culturas ou perderam a condição de terras agrícolas, sendo transformadas em loteamentos, principalmente aqueles que margeiam os perímetros urbanos.

Atualmente, a feira do Crato não tem a mesma importância do passado, entretanto, se manteve a tradição da feira livre mais voltada ao abastecimento da população local. Essa feira não constou como nosso objeto principal de estudo, razão por que não temos elementos para discorrer sobre sua dinâmica no momento atual e provável inserção da confecção popular, conquanto haja indícios desse fato. Vale salientar que o Crato é sede de uma grande feira agropecuária que não remete à feira livre tradicional, mas é realizada como um grande evento denominado ExpoCrato, e bem diferente da feira do passado. A expoCrato é uma grande feira agropecuária que reúne criadores e compradores de animais bovinos, equinos etc., e, nos últimos anos, atraiu milhares de pessoas durante uma semana, sempre no mês de julho, quando também promove eventos artísticos e culturais que atraem um grande e diverso público não só da região, mas também de outros municípios cearenses e de outros estados brasileiros.

3.2.4 A feira de Feira de Santana, portal do sertão baiano

A cidade de Feira de Santana, na Bahia, também surgiu como ponto de encontro e aglomeração de tropas de viajantes que traziam o gado do sertão para ali ser comercializado. O comércio do gado naquela localidade deu origem à feira e, com o desenvolvimento do comércio local, aflorou a vila de Feira de Santana dos Olhos D'Água, que ascendeu à condição de cidade de Feira de Santana em 1873.

Situada entre a Zona da Mata e o Sertão Baiano, a uma distância de 117 quilômetros da capital, Salvador, Feira de Santana se consolidou como importante praça de comércio localizada no entroncamento de importantes rodovias que fazem a ligação do Sul/Sudeste do País com a região Nordeste (BR's 116, 101, 324). Hoje, Feira de Santana é uma cidade média baiana, com população estimada de 622.639 habitantes (IBGE, 2016). Talvez a distância da Capital tenha forjado a centralidade

da cidade, tendo sido institucionalizada, em 2011, como cidade principal de uma região metropolitana composta por seis municípios[39].

Segundo Almeida (2002, p. 253), a origem da cidade de Feira de Santana ocorreu no início do século XVIII com a compra e desmembramento da Fazenda Santana dos Olhos D'Água, da localidade de São José dos Itapororocas, hoje Distrito de Maria Quitéria. A propriedade, que media cerca de seis quilômetros de cumprimento (Norte/Sul) e três quilômetros de largura (Leste/Oeste) pertencia ao casal, descendente de português, Tenente Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandão. Após a compra da propriedade, o casal resolveu doar 100 braças, em quadra, de suas terras para a construção da capela consagrada a São Domingos e Sant'Ana no topônimo denominado Alto da Boa Vista. Conforme relata o autor:

> O sítio, em redor da capela, tornou-se ponto de convergência e repouso para transeuntes, tropeiros e boiadeiros que ali pernoitavam e no outro dia, bem cedinho, rumavam em direção aos portos da Cachoeira e Santo Amaro. [...] Com o vai e vem dos viajantes, criou-se de maneira espontânea um pequeno comércio de quase tudo que, com o passar dos anos foi se desenvolvendo a ponto de se tornar a Feira conhecida. (ALMEIDA, 2002, p. 253).

A feira teve início com o surgimento do povoado, em 1819, e se consolidou com o crescimento daquela pequena aglomeração para vila, criada em 1833, e cidade, em 1873. O pequeno povoado de casas se estabeleceu como ponto de troca e comércio de viajantes, vindo a crescer de tal maneira que auferiu *status* de uma grande feira livre, esparramando-se pelas ruas, becos e praças da cidade, cujo nome era feira em alusão à santa padroeira, Nossa Senhora de Sant´Ana.

O historiador americanista Richard Graham (2013), especializado em História do Brasil e da América Latina, assinala que, "Em 1824, Feira de Santana sediava uma feira, realizada todas as terças-feiras, que atraía de 3 mil a 4 mil pessoas. Era, sem dúvida, a mais importante da província, e em 1855 ainda abastecia a cidade de gado 'em grande escala'." (P. 174).

Conforme aponta Prado Júnior (1981), as fazendas de gado do Piauí foram de grande importância por fornecer carne para todo o Nordeste. Segundo ele, " [...] a maior parte do gado consumido na Bahia provém delas, embora tivesse de

[39] A Lei Complementar Nº 35, de 06 de julho de 2011, instituiu a Região Metropolitana de Feira de Santana, sendo composta pelo agrupamento dos Municípios de Feira de Santana, Amélia Rodrigues, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, São Gonçalo dos Campos e Tanquinho.

percorrer para alcançar seu mercado cerca de mil e mais quilômetros de caminho.” (P. 45).

Apesar das condições desvantajosas - em parte graças a elas porque forçaram uma grande dispersão - as fazendas de gado se multiplicaram rapidamente, estendendo-se, embora numa ocupação muito rala e cheia de vácuos, por grandes áreas. Constituem seus centros de irradiação Bahia e Pernambuco. Desde o primeiro, elas se espalharam, sobretudo, para norte e noroeste em direção ao rio São Francisco, que já é alcançado em seu médio curso no correr do século XVII. De Pernambuco, o movimento também segue uma direção norte e noroeste, indo ocupar o interior dos atuais Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

A importância do comércio tradicional do gado em pé na cidade de Feira de Santana pode ser percebida na letra da música *Feira de Gado*, composição de Luiz Gonzaga e Zé Dantas, datada de 1954. Em meio aos aboios e toadas dos vaqueiros conduzindo a boiada, Gonzaga faz menção justamente à cidade de Feira de Santana como destino final para o comércio de gado.

> Companheiro, esse gado tá enfadado;
> Vamo aproveitar essa sombra aqui;
> embaixo desse pé-de-pau?
> Vame'mbora véi.
>
> Ê gado;
> Mundo novo Adeus;
> Adeus minha amada;
> Eu vou pra feira de Sant'ana;
> Eu vou vender minha boiada;
> Ê boiada, ê boiadão.
>
> De quem é esse gado menino?
> É de seu João
> Que João?
> Serafim
> [...]
> É gado baiano meu fí,
> É gado gordo liso, zelado
> [...]
> É meu fí
> Isso aqui é gado de feira de Sant'ana, meu fí
> Pra onde é que vai com esse gado?
> É gadão, É gado bom, gado bravo
> Ê boiada, ê boiada, ê
> [...]
> Música: GONZAGA, Luiz.; DANTAS, Zé. *Feira de Gado - Abôio* (1954).

Poppino (1968, p. 170) atenta para o fato que, em 1950, a feira de gado de Feira de Santana destacava-se como a mais importante do gênero na região

Nordeste. Sua fama de feira tradicional já se estendia pelo País, tanto que, em esfera nacional, somente a feira de gado de Três Corações, em Minas Gerais[40], lhe era superior (POPPINO, 1968). Outras feiras locais rivalizavam em *tamanho e colorido* com a feira de Santana. O autor faz menção a outras feiras concorrentes, como as de Quixadá e Baturité, no Ceará, e a feira de Campina Grande, na Paraíba.

Prosseguindo em sua leitura, Poppino nos relata que vários produtos, além do gado em pé, eram ofertados, primeiramente, na feira. “Com exceção do fumo, do algodão e do sisal, os demais produtos agrícolas cultivados em Feira de Santana vendiam-se na feira semanal. Até mesmo o feijão, a farinha e o milho eram oferecidos primeiramente à venda, a retalho, na feira.” (1968, p.186). Percebe-se pelo exposto que a feira semanal tinha um caráter distribuidor da produção agrícola local. Dedicava-se, contudo, ao comércio no varejo, com produtos comercializados a granel, a frente ao mercado municipal (Figura 29) na confluência da avenida Getúlio Vargas com a rua Sales Barbosa.

Figura 29 – Feira livre no centro de Feira de Santana, em 1969, em frente ao mercado.



Fonte: Museu do Sertão/ Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS.

A gigantesca feira, na fala de Oscar de Almeida, que tinha início ao largo do mercado e se alastrava pelas ruas, praças e becos da cidade (Figura 30), foi retirada das ruas centrais e realocada no centro de abastecimento construído, em

[40] Para detalhes sobre a formação, auge e crise da feira de gado de Três Corações/MG, considerada como importante centro de abastecimento e distribuição de carne verde, consultar o trabalho de Saes e Rosa (2013).

área próxima, acolhendo todos os gêneros alimentícios e produtores da região. O antigo mercado foi transformado em um mercado de arte, no início dos anos 2000, recebendo o nome de Mercado de Arte Professor Dival Pitombo, e, atualmente, é composto de boxes de comércio de artesanatos e comidas regionais.

Figura 30 – A extensão da feira livre ao longo da Avenida Getúlio Vargas.



Fonte: Museu do Sertão - UEFS.

Vários fatores concorreram para a decadência da feira de gado de Feira de Santana. Segundo Poppino (1968), um deles foi a instalação de currais em forma de U, reduzindo o número do gado em pé vendido no campo solto nos limites da cidade. Araújo (2005), com base em entrevista realizada em 2004 com remanescentes da antiga feira, aponta os motivos para a retirada da feira do centro da cidade e a sua transferência para o Centro de Abastecimento:

> O Centro de Abastecimento surge da grande preocupação em retirar a feira livre do centro da cidade, ligado ao discurso da necessidade de uma reorganização do espaço urbano, constantemente ocupado por esta atividade. Além das segundas-feiras destinadas à mesma, os outros dias da semana também ficavam comprometidos por conta da movimentação dos feirantes. Já na quinta-feira à tarde começavam a mobilizar o centro da cidade, instalando suas barracas para a feira de sábado. Estas já ficavam prontas para a feira de segunda-feira, só sendo desarmadas a partir de terça-feira pela manhã, assim, o centro da cidade só ficava desocupado entre a terça-feira à tarde e a quinta-feira pela manhã (P. 49).

A princesa do Sertão, como a cidade é chamada carinhosa, buscou por ares de modernidade nos anos de 1960/70. Isso levou os agentes políticos a

discutirem o papel da feira para a cidade de Feira. A expansão urbana de Feira de Santana – liberação do espaço público ocupado pela feira para o fluxo de veículos, justificado pela centralidade dessa cidade como entroncamento rodoviário de ligação entre o Sudeste e Nordeste brasileiro - legitimou a retirada da feira nos anos de 1970.

A área central de Feira de Santana parece, ainda, guardar remanescentes da antiga feira livre que ocorria na avenida Getúlio Vargas, nas imediações do Mercado Municipal, hoje, Mercado de Artes (Figura 31). Embora não haja uma feira no sentido tradicional da palavra, a dinâmica desse modo de comercializar na rua permaneceu ali, justamente, com a predominância do comércio de confecção popular (Figura 32) nas alamedas no entorno do antigo mercado. O comércio ambulante da rua Sales Barbosa, não obstante a grande quantidade de vendedores de confecção, concentra várias outras bancas de produtos acessórios (óculos esportivos, relógios, aparelhos eletrônicos etc.) que podem ser vistos em outras áreas da cidades.

Figura 31 – Concentração de bancas na rua Sales Barbosa - Feira de Santana/BA



Fonte: Próprio autor (2015).

Figura 32 – Banca de comércio de confecção na rua Sales Barbosa - Feira de Santana/BA



Fonte: Próprio autor (2015).

Além das feiras, do centro de abastecimento e do comércio ambulante nas ruas de Feira de Santana, outro espaço que marca o comércio popular da cidade é o, assim denominado, Shopping Popular Feiraguay (Figura 33). Este espaço caracteriza-se pelo comércio de produtos importados que, no início dos anos 1990, vinham do Paraguai, porém, atualmente, a maioria é originária da China. Os produtos comercializados são, sobretudo, eletroeletrônicos, além de calçados e roupas copiados de marcas famosas. Em trabalho de campo, também, constatamos

a existência de bancas de comércio de confecção popular nesse espaço de comércio.

Figura 33 – Vista frontal do Shopping Popular Feiraguay - Feira de Santana/BA



Fonte: Próprio autor (2014).

“A feira de Feira não existe mais.”. Foi o que apreendemos da fala saudosa de uma moradora da cidade. Apesar disso, não há como falar que a cidade ainda não viva a memória da feira central. Ela ocorre nas práticas espaciais dos seus cidadãos, no grande número de barracas e vendedores ambulantes de frutas, hortaliças, cereais e cereais espalhados pelas ruas centrais de Feira de Santana.

Foi, justamente, em virtude da grande concentração de vendedores ambulantes na área central da cidade que a Prefeitura Municipal de Feira de Santana - PMFS lançou o Projeto “Pacto de Feira”, em 25 de fevereiro de 2013. Trata-se de um projeto de requalificação que visa o ordenamento, disciplinamento das vias públicas e reestruturação do centro comercial da cidade.

Nesse sentido, várias ações têm sido empreendidas a fim de reduzir a aglomeração do comércio ambulante nas calçadas do centro. Uma dessas ações foi a reunião de vendedores de frutas e verduras em galpões denominados Feira Verde. Outra ação em curso é o projeto de construção do Centro Comercial Popular de Feira de Santana que visa abrigar os camelôs situados nas vias públicas no centro da cidade. Esse centro de comércio popular está sendo construído em um terreno, no Centro de Abastecimento, e prevê a construção de três pavimentos com cerca de 1.800 boxes padronizados (5m²). A execução do projeto previu um gasto de cerca

de 50 milhões de reais, sendo resultado de Parceria Público-Privada. O empreendimento será administrado por um consórcio de quatro empresas que venceu a licitação pública. O equipamento pretende trazer dignidade para o comerciante ambulante, entretanto, esta ação não pode ser isolada, necessitando do apoio constante dos órgãos do poder público municipal para que seja exitoso, senão, será mais um camelódromo construído para confinar os vendedores ambulantes do restante da cidade.

3.2.5 A antiga feira de Água de Meninos (feira de São Joaquim) – Salvador/BA

A cidade de Salvador, conforme vimos, foi marcada, desde o período colonial, pelo comércio de alimentos em suas ruas e praças, em geral, por quitandas e feiras populares que ocupavam o espaço da rua, tornando-os espaços populares do comércio tradicional de gêneros alimentícios que servem à mesa dos baianos. Vasconcelos Maia já destacava, nos anos de 1950, o fato de que aqueles que iam à Bahia não poderiam deixar de visitar as feiras do povo. Ele cita várias delas - Mercado Modelo, Largo dois de julho, Curtume, Sete Portas, Porto da Lenha – porém, de todas estas, a feira de Água de Meninos era a mais típica, ou seja, a mais representativa da cultura baiana. Ela localizava-se, conforme orienta o autor, “[...] na cidade-baixa, meio do caminho entre o Elevador Lacerda e a Igreja do Bonfim, antes da Estação Ferroviária de Calçada, esparrama-se à beira-mar, ao pé da Igreja do Pilar, debaixo de várias ladeiras baianas [...]” (MAIA, 1955, p. 2).

Milton Santos (2008c) analisando as funções do Centro de Salvador, ressalta que a feira de Água de Meninos era “[...] a mais importante da cidade; espécie de feira grossista, é um verdadeiro entreposto em relação às demais feiras urbanas.” (P. 87). Carybé, artista plástico argentino, que se radicou em Salvador, com seu traço de grande sensibilidade, registrou magistralmente a cultura baiana. Em suas obras, há vários registros feitos tanto em desenhos quanto em telas da feira Água de Meninos. Conforme figura 34, podemos visualizar o registro que esse artista fez do movimento dos trabalhadores descarregando os produtos dos saveiros que aportavam na enseada onde a feira desembocava.

Figura 34 – Gravura do desembarque de mercadorias dos saveiros.



Fonte: Carybé (1955).

Carybé (2014) também nos ajuda a descrever a feira de Água de Meninos na cidade de Salvador. Segundo ele, a feira beirava o mar em um "[...] amontoado inverrossímil de barracas, divididas por becos, ruelas e passadiços, formigando de gente, de saveiros, de jegues, frutas, legumes, jabá, cestas e tamancos, camarão seco e raladores de coco, fifós, cana e farinha de guerra." (P. 5). Maia (1955) também nos descreve como era a paisagem da feira:

> De longe, é só um ajuntamento de barco, barraca, mercadoria e gente, é um cheiro agudo de mangue e maresia. [...] a feira é de quem chega, uma vila pitoresca e também, triste é confessar, uma vila suja, de chão batido, lamacenta se chove, poeirenta se faz verão, detritos apodrecendo pelos cantos. (P. 2).

Pela descrição desse autor, é possível atestar o caráter precário da aglomeração da feira, em geral, dotado de pouca infraestrutura, sem pavimento, desprovido de limpeza sistemática, localizado em uma área pouco privilegiada da Baia de Todos os Santos; uma feira situada a beira-mar, exposta à maresia e ao odor do mangue. Aquela feira era uma aglomeração de barracas que comercializavam mercadorias diversas vindas de cidades, vilas e arraiais do interior

do Recôncavo Baiano, cujo transporte principal era o saveiro. O modo popular de comércio na feira e seus personagens típicos também podem ser percebidos na descrição de Maia (1955):

> Uma variedade sem conta de tipos humanos, comprando ou vendendo, navega diariamente nas ruelas estreitas, entre as barraquinhas feitas de taboa, cobertas de lona desbotada. Brancos, pretos e amarelos, mulatos, sararás, caboclos, gazos e cabo-verdes, de todos os sexos e idades, de classe média e proletária, encontram-se, falam, pechincham, discutem, numa algazarra de várias línguas onde impera um português bem brasileiro, vibrante de gíria local. (P. 2).

Essa mesma profusão de pessoas, barracas e mercadorias diversas pode ser notada na representação da feira expressa nos quadros pintados por Carybé, na figura 35. Esse artista também registrou em suas obras outros sujeitos inscritos no movimento da feira. Entre as barracas montadas, vendedores comercializam seus produtos em pequenos molhos dispostos em esteiras no chão da feira, tropas de animais carregadas de mercadorias, vendedores que carregavam a mercadoria na mão, vendedores de aves, de peixes, de frutas, verduras e temperos; barracas de ferragens, de cerâmicas, tanto utilitárias quanto figurativas, negras preparando seu fogareiro e tabuleiros, carregadores que passam equilibrando cestos de frutas ou verduras na cabeça, uma diversidade representada pelo colorido dos produtos expostos do lado de fora da barraca.

Figura 35 – Pintura de Carybé retratando a paisagem da feira baiana.



Fonte: Jornal *Folha do Estado*.

Uma diversidade de temperos e comidas regionais era encontrada na feira, a exemplo da erva-cidreira, jenipapo, gengibre, azeite de dedê, pimenta malagueta e cocos. Estes são ingredientes certos no preparo do vatapá, efó, caruru, xinxin de galinha, que, juntamente ao feijão e arroz, farinha, carne de sol, rapadura e cachaça, completavam as refeições mais baratas feitas nas barracas-restaurantes da feira. As panelas e tabuleiros das negras vendedoras ofertavam o mingau de tapioca, quindins, acarajés, abarás, pamonhas, acaçás, cocada-puxa, doces, milho assado, umbu, carambola, sapoti e amendoim torrado ou cozido. No espaço da feira, também podiam ser encontradas "[...] *barracas de fazendas, de artigos de armarinho* e couro, de ervas medicinais e ferragens, de gaiolas para passarinhos e papagaios, exposições permanentes da rica cestaria nativa." (MAIA, 1955, p.3; itálico nosso). Embora a feira fosse predominantemente de comércio de produtos de abastecimento, lá era possível encontrar fazendas e aviamento para as costuras das donas de casa que, assim, cosiam vestes para toda a família.

As obras de Carybé são marcadas pelo destaque do artista para a temática baiana, sobretudo, do universo religioso africano e os costumes da cultura baiana. Conforme acentua o jornalista Roberto Midlej (2014), com uma simplicidade no traço e grande poder de síntese e simplificação, Carybé privilegiou as figuras humanas e locais do dia a dia. Dessa maneira, homens, mulheres e crianças apareciam em suas criações, no conteúdo dos seus desenhos, quadros, gravuras e esculturas. Dentre esses lugares elegidos pelo artista, destacam-se várias pinturas das feiras do sertão e do litoral. Carybé tratou, em específico, de registrar a dinâmica e ambiente da feira de Água de Meninos, feira histórica localizada na cidade baixa de Salvador que, segundo ele, era composta de

> Cerâmica de todo o recôncavo. De todos os feitios e para todos os usos. Como os depósitos de inflamáveis invadiram o território da feira, um areal alvo onde se comia, à noite, sarapatel e mocotó, onde se amava, se dormia ou se ouviam histórias do mar ao pé dos saveiros – areal que deu nome aos famosos capitães de areia – pois bem, como os depósitos de inflamáveis invadiram seu território, a feira invadiu a rua. Começa do lado de fora entre as palmeiras reais. Mercam-se alí panelas de alumínio, bacias, canecos e bules. Banha de jibóia para reumatismo, canela de ema para a asma e folhas, cascas e paus para curar de tudo. Quase sempre há uma barraca onde se exibe 'o homem-fera' ou 'a mulher-macaco', bancas de ferro-velho e algum cego tirando cantigas.
>
> Na principal rua, a rua que atravessa a feira, mal se pode passar de tanto povo, carroças, caminhões, jegues encangalhados, vendedores, camelôs, balaios. Para andar com sossego relativo é preciso passar às estreitas ruas entre barracas: alí o espetáculo humano é inesgotável, as mulheres do carimã peneirando a puba, sumidas no cone de sombra de seus enormes

> chapelões, quando mercam deixam ver seu riso tão branco como os cubinhos de goma que estão oferecendo. Há barracas especializadas em passarinhos onde esvoaçam campeões do canto e da cor, às vezes algum macaco enriquece a fauna, e, um pouco avacalhado com a cor das cuiúbas e dos sofrês, se movimenta amarrado pelo meio fazendo caretas e obscenidades para regozijo da molecada.
> Há montanhas de cachos de banana, de laranja, de pinhas, de limas e cana-de-açúcar, pois é aí que se abastecem os vendedores ambulantes, os hotéis, restaurantes e as famílias pobres. Hercúleos carregadores descarregam os saveiros, entram na água até o umbigo e voltam carregados com tijolos, carvão, balaios imensos de jiló, porcos, capoeiras de galinhas d'angola ou feixes de caibros. Numa técnica toda especial, passam a carga a outro e este a outro mais, conforme a distância entre o saveiro e o depósito.
> No setor de carnes verdes há um personagem sinistro, é o homem que tira miolos e língua das cabeças de boi. Com seu cepo de jaqueira e seu grande machado, este carrasco proletário destrincha as cabeças esfoladas onde os grandes olhos esbugalhados parecem perguntar ondes está rodeado de mandíbulas e ossos e descarrega suas machadadas com a mesma precisão que seu velho antepassado inglês, o encarregado de decapitar Ana Bolena.
> Em Água de Meninos se concentra a produção do Recôncavo. Chegam as mercadorias de Santo Amaro, Nazaré das Farinhas, Cachoeira, São Francisco do Conde e outras cidades, estivadas na barriga chata dos saveiros, que esperam banzos, adernados, que os livrem desse peso todo.
> O mal da feira é o cheiro espesso a maresia, o barro se chove ou a poeira se faz sol. Mas o colorido e a vida compensam e um gole de cachaça com arruda de um dos inúmeros botequins nos limpa a goela e o coração, fazendo-os esquecer o cheiro de mangue na maré de vazante, o pó e a inchaca das capoeiras de galinha. (CARYBÉ, 2014, p. 5).

Ataíde (2008, p. 1) revela-nos que essa feira, bem como outros comércios ali existentes, decorre da construção do Porto de Salvador. Chegavam ali dezenas de barcos a vela, trazendo mercadorias do Recôncavo, que iam de cerâmica a artesanato, fazendo da feira um grande centro abastecedor da cidade de Salvador. O fato relatado por Carybé, entretanto, da ocupação do espaço da feira pelos depósitos de inflamáveis aponta o período de conflito da feira com os projetos modernizadores do espaço urbano soteropolitano. Talvez tenha sido o primeiro registro do confronto dos feirantes com os interesses do poder público e seus programas de modernização e reestruturação urbana.

A feira também foi pano de fundo na composição do universo de algumas obras do escritor baiano Jorge Amado[41]. A feira de Água de Meninos é apresentada

[41] A feira Água de Meninos surge mais uma vez no romance *Mar Morto*, acreditamos que muito por sua proximidade e trajetos símiles com os trabalhadores da beira do cais que, assim, cruzam os caminhos dos velhos marinheiros, dos mestres de saveiros, dos pretos, malandros e canoeiros, ou seja, a tradição dos saveiristas. Por fim, a feira torna-se uma opção de sobrevivência para o personagem Rodolfo, que abandona o saveiro deixado pelo pai e vai viver da venda no mercado e na feira de Água dos Meninos. Já no romance *Tieta do Agreste*, é a feira do interior que aparece como uma referência para quem vai e de quem vem na cidade de Santana do Agreste. Como disse o autor, "A Feira de Agreste é uma festa semanal". O desenlace do enredo, em vários trechos da obra, se

na novela *A morte e a morte de Quincas Berro D'água* como um ponto de encontro para a prática de rodas de capoeira. Nesse ínterim, o autor nos aponta os personagens comuns que compunham a paisagem da cidade baixa e da feira.

> A roda, em frente à rampa dos saveiros, na feira noturna de Água dos Meninos aos sábados, nas Sete Portas, nas exibições de capoeira na estrada da Liberdade, era quase sempre numerosa: marítimos, pequenos comerciantes do Mercado, babalaôs, capoeiristas, malandros participavam das longas conversas, das aventuras, das movimentadas partidas de baralho, das pescarias sob a lua, das farras na zona. (AMADO, 2008, p. 55).

A feira ainda aparece como ponto de referência no desenvolvimento do entrecho de anúncio da morte de Quincas Berro D'água entre seus companheiros Curió, Negro Pastinha e Cabo Martim.

> Estava ele [Cabo Martim] exercendo suas habilidades na feira de Água dos Meninos, ao baralho. Ao fazê-lo com tanta simplicidade, concorria para a alegria espiritual de alguns choferes de marinete e caminhão, colaborava na educação de dois molecotes que iniciavam seu aprendizado prático da vida e ajudavam uns quantos feirantes a gastar os lucros obtidos nas vendas do dia. Realizava assim obra das mais louváveis. Não se explica, por consequência, que um dos feirantes não parecesse entusiasta de seu virtuosismo ai bancar, rosnando entre dentes que 'tanta sorte fedia a bandalheira'.
> [...]
> A voz do Negro Pastinha chegava estrangulada:
> – Morreu o pai da gente...
> – Jesus Cristo ou o governador? – perguntou um dos molecotes com vocação de piadista. A mão do negro o suspendeu no ar, atirou-o no chão.
> Todos compreenderam que o assunto era sério, Curió levantou a garrafa, disse:
> – Berro D'água morreu!
> Caiu o baralho da mão de Martim. O feirante malicioso viu confirmarem-se suas piores suspeitas: ases e damas, cartas do banqueiro, espalharam-se em quantidade. Mas também até ele chegara o nome de Quincas, resolveu não discutir. Cabo Martim requisitava a garrafa de Curió, acabou de esvaziá-la, atirou-a fora com desprezo. Olhou longamente a feira, os caminhões e marinetes na rua, as canoas no mar, a gente indo e vindo. Teve a sensação de um vazio súbito, não ouvia sequer os pássaros nas gaiolas próximas, na barraca de um feirante. (AMADO, 2008, p. 58-60).

Fazer a feira era um costume da cidade, mas com os dois pés assentados no interior ligados, principalmente, pelo Recôncavo. A feira se massificou pela

---

passa na feira que é realizada na praça do mercado (praça Coronel Francisco Trindade), estendendo-se pelas ruas vizinhas. O dia de movimento na feira é o sábado, apesar do acanhado comércio nas lojas contadas, conforme descreve o autor. Apesar disso, a feira viveu momentos de festa com a ida de Tieta à feira de Santana do Agreste. Nesse momento, outras tonalidades e cheiros abundam na feira pelas mãos do autor com os montes de frutas comercializadas: goiabas, mangas, araçás, cajus, jenipapos, mangabas, cajás, cajaranas, umbus, pitangas e jacas.

oportunidade de ocupação de parcela da população sem emprego e também pela possibilidade de abastecer com aquisição de mercadorias com preços acessíveis, principalmente, no final de feira, onde os preços dos produtos eram mais baratos.

A resistência dos feirantes à retirada da feira Água de Meninos tomou tamanha proporção de modo que virou palco e argumento do filme *A Grande Feira*, de 1961, com direção de Roberto Pires, tendo como produtor executivo Glauber Rocha. O filme tinha um tom contestador, de denúncia da tentativa do poder público extinguir a feira que estava situada às margens da Baia de Todos os Santos e formava diariamente uma grande aglomeração de compradores e feirantes, conforme podemos ver na figura 36, cujas mercadorias chegavam nos saveiros para abastecer a feira de toda sorte de gêneros alimentícios. A grande questão que o longa-metragem de 94 minutos expunha era o conflito entre feirantes e a especulação da área da feira pelo capital internacional, especificamente, por empresas petrolíferas que queriam obter aquela área para a instalação de depósitos de combustíveis.

Figura 36 – Aglomeração de feirantes e compradores na feira Água de Meninos (1961).



Créditos da foto de divulgação: Roberto Pires.
Disponível em: <http://cadernodecinema.com.br/blog/wp-content/uploads/2012/05/GrandeFeira31.jpg>. Acesso em: 09 jan. 2015.

As cenas do filme revelam vários aspectos de uma feira rural que, apesar de estar disposta na cidade, ainda mantinha, por exemplo, o transporte dos produtos com animais de carga e carroças. Além disso, a feira guardava um estereótipo social

como lugar de cabarés, jogatinas (jogo do bicho), zona de cais e de marginais. As barracas da feira tinham o aspecto que pequenas habitações fixas, não necessitando do trabalho diário de montagem e desmontagem. Observa-se também que a exposição das mercadorias ocupava áreas fora da barraca, nas alamedas de passagem conforme se pode verificar no filme. A retirada da feira desalojaria aproximadamente 4.000 feirantes para que houvesse a ampliação da estrutura do porto de Salvador.

O filme já levantava, naquele momento, o debate sobre a função da feira e sua relação com a cidade. O personagem do Marinheiro Ronny, também conhecido por Sueco, conforme Carvalho (2002) descreve, era um marinheiro que havia perdido seu navio a acabara se envolvendo com a prostituta Maria da Feira – companheira do ladrão Chico Diabo. Sueco, por já ter estado em vários países como marinheiro, compara as feiras de Salvador e de Hong Kong. Para ele, era tudo a mesma coisa.

O papel histórico de abastecimento da população e sua relação conflituosa com a visão modernizadora da cidade são revelados nas falas dos personagens Ricardo, Filósofo e Neco - o Líder do sindicato, respectivamente, discutindo a proposta de retirada dos feirantes em um bar da feira:

> (Timeline - 05:26)
> R – O problema não é somente nosso, mas é de todos nós. Vocês já souberam que vão acabar com a feira.
> F – É o progresso meu amigo. É o progresso. Infelizmente vamos ter que nos mudar.
> R – Não, mas eu não vou mudar daqui não.
> F – Não depende de você. Concorde ou não, o progresso virá.
> [...]
> (Timeline - 09:41)
> F – Temos que andar de acordo. A cidade precisa de nós para comer e nós precisamos dela para viver.
> R – Para os diabos com a cidade, como se ela pensasse em alguém.
> N – Não se esqueça que você mora nela moço. Talvez ela é que não se orgulhe muito de você. [...] (A GRANDE, 1961).

O filme expõe o anúncio de extinção da feira que chega aos feirantes com base no discurso do “progresso” como algo fatídico, atingindo a todos de alguma maneira, a quem caberia apenas adequar-se aos ditames. A visão de modernização travestida pela alcunha progressiva questiona o sentido dessa forma de comércio tradicional na cidade, mas levanta ainda o debate sobre a função da feira e sua relação com a cidade. Não obstante, a resistência dos feirantes à saída da feira para

outro terreno é registrada pela mobilização do sindicato, cujo papel e poder de atuação são postos em dúvida. Isso sugere outras medidas, como o uso da força para resistir às ações do poder público em desocupar o espaço da feira. Em uma reunião informal do grupo de feirantes, Neco - líder do sindicato - indaga ao personagem Chico Diabo sobre sua intenção de tocar fogo na feira. Na fala de Chico, é uma mensagem aguda, uma medida extrema que revelava a real ameaça de explosão dos tanques de combustíveis próximos à feira.

> N – E desde quando o senhor tem autoridade pra resolver o problema dos feirantes e muito menos com fogo?
> CD – Isso é cá comigo. Eu vou tocar fogo nessa droga você goste ou não.
> [...]
> CD – O pessoal de lá *sempre achou que essa feira era o intestino da cidade?!* Pois bem, a barriga tá suja?! Vou dá um purgante para valer. É fogo, fogo em tudo!
> (A GRANDE, 1961, 01:09:38, itálico nosso).

Carvalho (2002) explana que, na visão dos seus realizadores, o filme A Grande Feira era uma “crônica amarga” de Salvador. A feira era um pano de fundo para ampliar a discussão sobre as condições de vida e opressão do povo brasileiro. A mesma autora comenta que, para Glauber Rocha, essa opressão do povo, como ato maior de denúncia, era apresentada “[...] logo em sua primeira sequência pelo poeta popular Cuíca de Santo Amaro ao anunciar que ‘a feira de Água de Meninos vai acabar...engolida pelos tubarões’.” (CARVALHO, 2002, p.132). O empenho dos feirantes na luta pela permanência da feira perpassa três posicionamentos defendidos pelos personagens: “Neco defende a luta por vias negociadas, o Filósofo aceita o seu fim como consequência natural do progresso, enquanto Ricardo está entre aqueles que não aceitam passivamente a mudança.” (CARVALHO, 2002. p. 133).

Não obstante as intenções em retirar os feirantes, o filme expõe a ação do governo de promover o uso da feira como maravilha primitiva e exótica da cultura baiana para a divulgação turística. Na figura 37, vemos o enquadramento que mostra o uso da “parte bela” da feira representada pelas barracas de cerâmica como pano de fundo para a posse de mulheres, representando a classe média baiana. No desenrolar da cena, entretanto, o dono da barraca é afrontado com a ordem para que saísse do seu ponto de venda para que a sessão de fotografia fosse realizada.

Figura 37 – Cerâmica exposta no ambiente da Feira Água de Meninos.



Fonte: Cena do filme *A Grande Feira* (Timeline: 44:06).
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=W72RsbiusEk>. Acesso em: 09 jan. 2015.

O movimento de resistência em mudar o lugar da feira e a ação contra-especulativa de grupos econômicos aparece na película pela luta dos feirantes contra os ditos “tubarões”, conforme verificamos no cartaz da assembleia de feirantes na figura 38. Isso reafirma a asserção de Carybé referente à invasão do território da feira pelos tanques de óleo do porto de Salvador, levando os feirantes a invadirem a rua. O sindicato prometia a luta pela permanência dos feirantes.

Figura 38 – Mobilização dos feirantes contra a extinção da Feira Água de Meninos.



Cena do filme: A Grande Feira. Time: 01:15:19
Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=W72RsbiusEk>. Acesso em: 09 jan. 2015.

“A feira guarda as pessoas que por ela anda”, assim, dizia um personagem do filme; e entre barracas de madeira, vendas de cestos de fibra, becos estreitos. Afora a entrada central, a feira representava um risco em caso de incêndio. Esta era a intenção do personagem Chico Diabo, que tenta ao final do filme tocar fogo na feira com uma banana de dinamite entre os tanques de combustíveis.

Em distintos momentos, a arte inspira a vida e a vida imita a arte. Acreditamos que, de alguma maneira, isso ocorreu com o filme *A Grande Feira*, lançado em 1961. Ele revelava o momento de tensão social e denúncia das condições de vida da população. Na tarde de sábado de 5 de setembro de 1964, todavia, ocorreu um incêndio na feira que destruiu quase a totalidade das barracas. Os jornais da época[42] apontavam para o ato criminoso ocorrido na feira de Água de Meninos. O Estado brasileiro já estava submetido ao regime ditatorial civil-militar desde março de 1964. A feira Água de Meninos resiste até os dias atuais, como forma e conteúdo na paisagem urbana de Salvador, porém, com a denominação de feira de São Joaquim.

[42] O incêndio da feira de Água de Meninos foi pauta do jornal *A Tarde* de 08 de setembro de 1964.

4 AS FEIRAS DE CONFECÇÃO: APRAZÍVEL, EM SOBRAL, NO CEARÁ; CARUARU, EM PERNAMBUCO; E SERRINHA, NA BAHIA

Olha aqui, eu tenho moda!
Olha aqui, eu tenho moda!
Olha só freguesa,
É quinze reais qualquer modelo;
Bora moça, tem calça, tem bermuda,
tem blusa, tem short, tem saia.

Pregão do Vendedor da feira de Serrinha/BA

Ao refletirmos acerca das modalidades de comércio nas cidades, ao longo da história, verificamos que as feiras e os mercados são modos seculares que permanecem até os dias de hoje no espaço urbano. Pintaudi (2006a, p. 81), em seu estudo sobre as transformações dos mercados públicos, salienta que as "[...] formas espaciais (estrutura e função incluídas) têm uma duração no tempo e o seu movimento requer permanente reinterpretação.". Foi nesse sentido que buscamos refletir sobre o porquê das feiras-livres permanecerem até hoje nas cidades, mesmo diante de formas modernas de comércio, a exemplo dos *shoppings centers*.

Entendemos que a permanência das feiras-livres até o presente momento como formatos de comércio urbano suscita releituras e reinterpretações que não podem ser postas de lado, pois, como veremos no corpo deste capítulo, as feiras-livres, em específico, as de confecção, desencadeiam um grande fluxo de mercadorias, pessoas e capitais em várias cidades nordestinas, como demonstraremos com o estudo das três selecionadas como objeto empírico da tese: a feira de distrito de Aprazível, em Sobral, no noroeste do Ceará; a de Caruaru, no agreste pernambucano, e a de Serrinha, na Bahia.

Acolhemos, assim, a orientação de Pintaudi quando assinala que o uso do método histórico pode nos conduzir à análise das dimensões espaciais e sua gênese, sem perder de vista, a definição atribuída a esta forma espacial de comércio por uma sociedade a cada momento da história. Para essa autora, os mercados públicos compuseram "[...] uma das primeiras formas que marcam a separação homem/natureza, ou seja, do momento em que o homem deixa de produzir sua própria existência, anunciando outros ritmos para o tempo/espaço social, através da troca de produtos." (PINTAUDI, 2006a, p. 81). Segundo a autora, as metamorfoses

do mercado público e sua relação com o espaço urbano são reveladas por meio da adaptação às variadas lógicas racionalizadoras do espaço social atual.

Transpondo essa reflexão para o nosso objeto de estudo, isto é, a feira-livre, conforme vimos no capítulo anterior, ela teve gênese no comércio errante, muitas vezes livre das regras locais ou submetidas às normas especiais (isenções de impostos) distintas das praticadas pelo comércio local. A feira teve também um papel fundamental no desenvolvimento das cidades comerciais, sobretudo, na Idade Média, estabelecendo redes de comércio que tinham as grandes feiras como centros distribuidores. Estas, tamanha a grandeza e importância, ficaram conhecidas pela alcunha das cidades que as acolhiam, a exemplo da feira de *Lyon* ou de *Champagne*. As feiras atravessaram os séculos, a transição do regime feudal ao do capital, adequando-se à nova lógica como importantes centros de câmbio de moedas e de crédito entre mercadores e compradores de mercadorias. As feiras transpassaram mares, ganharam outros continentes. Entraram em declínio com o surgimento das bolsas e a substituição do fluxo comercial contínuo no lugar do intermitente. O progresso dos meios de transporte e infraestruturas de apoio permitiram maior eficiência das redes de distribuição de mercadorias.

No contexto da formação social brasileira[43], a feira foi marcada pelos modos de ocupação e produção dominante no período colonial, isto é, a produção de açúcar para exportação. A feira, no período colonial, destacou-se, principalmente, pelo comércio do gado criado no sertão, longe do plantio de cana, destinado ao abastecimento das regiões monocultoras. Posteriormente, a feira agregou junto a si a produção do campo, das pequenas propriedades, visando ao abastecimento dos núcleos urbanos. Vários destes núcleos tiveram origem no comércio da feira de gado.

A feira, a exemplo do mercado, teve que se adaptar às racionalidades da urbanização da sociedade, pondo à prova sua razão de ser no espaço urbano. A indagação poderia ser a seguinte: para que serve a feira-livre? Qual é o papel desempenhado por ela hoje? Com o desenvolvimento de outros espaços dedicados ao comércio, como as lojas de departamento, os centros comerciais e, mais recentemente, a chegada de *shopping centers*, o papel reservado às feiras e

[43] Para Santos (2004, p. 236), é por meio de "[...] cada Formação Social que se cria e recria, em permanência, uma ordem espacial de objetos que é paralela à ordem econômica, à ordem social, à ordem política, todas essas ordens atribuindo um valor próprio particular, às coisas, aos homens e às ações promanando dela.".

mercados parece ter se restringido ao abastecimento de alimentos, e isso também é objeto da concorrência dos grandes centros atacadistas e redes de supermercados. Assim, o que restou para a feira-livre? Diante das modernas formas de comércio, as feiras se mantiveram e prosperaram em setores tradicionais e marginais da economia urbana[44].

Conforme mencionado no capítulo anterior, quando Gilberto Freyre tomava nota dos pregões dos vendedores ambulantes das feiras e mercados do Recife, ele ressaltava as falas e dizeres dos vendedores de pitomba, de macaxeira, de mungunzá, de bolo e caldo de cana que, no geral, eram produtos que remetiam ao universo do campo.

Em nossas pesquisas, observamos que as feiras não perderam essa característica da típica agitação que os feirantes fazem para atrair compradores, usando do colorido das barracas sortidas ou da sonoridade dos dizeres dos pregões. Como divisamos, porém, na fala de um vendedor na feira de Serrinha/BA, estes não ressaltavam somente a doçura das frutas, mas anunciavam outros produtos, dizendo: "*Olha aqui, eu tenho moda! [...] É quinze reais qualquer modelo; Bora moça, tem calça, tem bermuda, tem blusa, tem short, tem saia*.". Ao nosso ver, esse fato é revelador de outro momento histórico vivido nos espaços das feiras-livres dedicados ao comércio de confecção. Esse é o "leitmotiv" que conduz para o encadeamento dos capítulos.

No contexto urbano marcado pelo desemprego decorrente da modernização capitalista, a inserção crescente do comércio da confecção popular na feira tradicional surge como adaptação criativa à dinâmica contemporânea que agrega novos elementos à feira nordestina. Acreditamos que ela se metamorfoseia, muitas vezes, tende à mudança de configuração, estrutura e periodicidade para permanecer atual. Isso, todavia, não ocorre sem conflitos e resistências.

Buscamos comprovar, por meio dos recortes estudados, que essa expansão do comércio de confecção popular nas feiras-livres do Nordeste brasileiro

[44] Verificamos isso em nossa dissertação de mestrado, quando estudamos a feira de artesanato da avenida Beira-Mar em Fortaleza/CE, no final da primeira década do século XXI. Essa foi criada por artesãos que comercializam suas peças de artesanato nas calçadas em frente aos primeiros hotéis que se estabeleceram na orla marítima de Fortaleza no final dos anos de 1970. A feira de artesanato foi aumentando à medida que a atividade turística foi se expandindo na Capital. Essa feira dedicada ao comércio de artesanato, todavia, no momento da pesquisa, já contava com um número significativo de vendedores de confecção. Dos 100 questionários aplicados na feira, em 2009, a maioria era de artesãos, correspondendo a 43%, 22% eram de vendedores de artesanato, outros tipos de mercadorias (5%), enquanto 30% eram de vendedores de confecção (GONÇALVES, 2009).

não se restringiu somente àquelas situadas nas capitais nordestinas, mas também se difundiu por inúmeras cidades médias e pequenas no interior dessa região, ensejando novas geografias, outros fluxos em feiras antes dedicadas apenas ao comércio de subsistência.

Novas feiras foram criadas dedicadas, exclusivamente, ao comércio de confecção, por isso estamos nos apropriando da expressão Feira de Confecção, haja vista a influência que a confecção popularmente produzida tem em formar novas aglomerações de comércio no formato de feiras. Estas passaram a influenciar, sobremaneira, a dinâmica socioespacial de várias aglomerações urbanas, dinamizando fluxos de pessoas, capitais e mercadorias, o mercado de trabalho, fazendo com que espaços, pouco permeados pelo capital comercial, uma vez submetidos a essa lógica, passassem por mudanças a submeter, mesmo que em parte, à sua lógica.

De modo geral, as feiras contemporâneas guardam as mesmas características das feiras medievais, sobretudo, quanto à periodicidade e a maneira de ocupação temporária do espaço público, com bancas de madeiras ou, mais recentemente, com barracas montadas com estruturas de ferro tubular onde as mercadorias são expostas. Em alguns casos, essa inserção do comércio da confecção ocorreu com a adaptação de feiras. Foi o que observamos nas feiras estudadas, nas quais muitas bancas que comercializavam gêneros alimentícios ou artesanato foram sendo substituídas, pouco a pouco, por bancas de comércio de confecção popular. A produção confeccionista, marcada, sobretudo, por pequenos agentes produtores autônomos ou microempresas, fações, impulsionou o comércio da confecção popular nas feiras, todavia, buscaremos aprofundar esse e outros aspectos nos capítulos seguintes.

Intentaremos, neste capítulo, melhor caracterizar a figura do feirante no universo das três feiras estudadas e suas trajetórias de vida. De outro modo, buscamos apreender a dinâmica das feiras estudadas, principalmente, no que se refere aos aspectos de organização e funcionamento no que tange às relações de trabalho e à comercialização dos produtos. Primamos, ainda, por identificar o papel exercido pelos sujeitos envolvidos quanto à posição que ocupam no circuito da feira, identificando, de modo específico, as atividades desenvolvidas, origem e situação. Passamos, a seguir, à caraterização das três feiras relacionadas para estudo, iniciando por aquela considerada como uma das maiores feiras de confecção do

interior do Estado do Ceará, a feira de confecção do Distrito de Aprazível, no Município de Sobral. Em seguida, tratamos da feira da Sulanca, em Caruaru, uma dos principais feiras de comercialização de roupas do polo de confecção do agreste pernambucano, finalizando com a de Serrinha, no sertão da Bahia.

4.1 A FEIRA DO APRAZÍVEL, SOBRAL/CE: EXTENSÃO GEOGRÁFICA DA PRODUÇÃO E COMÉRCIO DE CONFECÇÃO POPULAR DE FORTALEZA/CE

A feira do Aprazível está localizada no Distrito de mesmo nome, situado a cerca de 20 quilômetros do Distrito-Sede do Município de Sobral, no Ceará, conforme a figura 39, a seguir. Embora a cidade seja denominada carinhosamente como a “Princesa do Norte”, o Município de Sobral compõe a mesorregião noroeste cearense e, de modo particular, a microrregião de Sobral, estando localizado a uma distância de 232 quilômetros de Fortaleza, contando com 13 distritos[45]. A população do Município é de 188.233 habitantes, entre os quais Aprazível situado em sua porção oeste, tem uma população de 2.996 habitantes (IBGE, 2010). A população do Município estimada para o ano de 2016 foi de 203.682 habitantes (IBGE, 2016). Criado em 1998, este Distrito encontra-se em um entroncamento de duas rodovias estaduais e uma federal (CE-364, CE-253 e BR-222). A feira de confecção, nosso objeto de estudo, localiza-se, justamente, às margens da rodovia BR-222[46] e destaca-se por ser uma das mais movimentadas do interior do Estado e vem modificando a dinâmica daquele distrito.

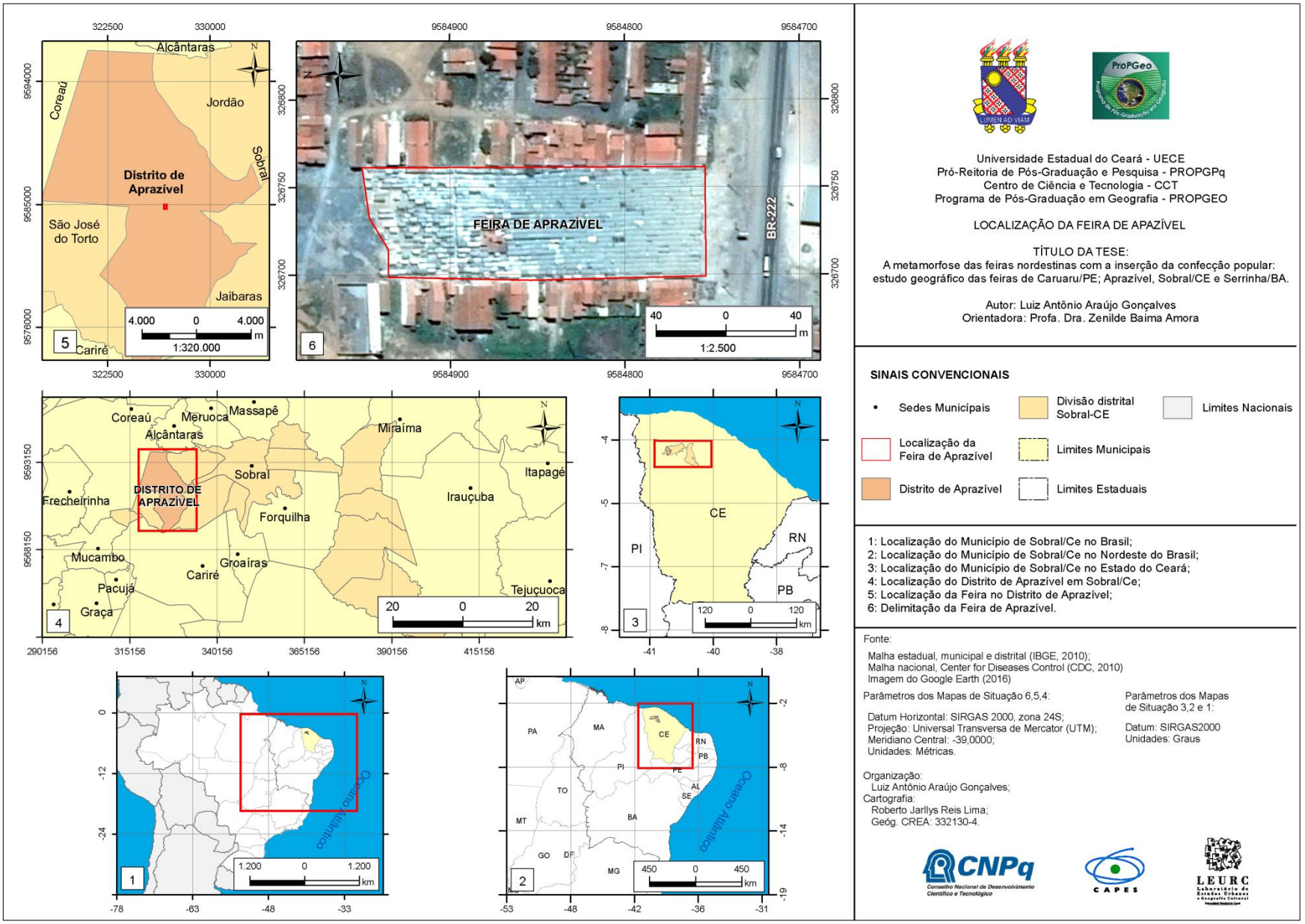
O comércio de confecção popular dessa feira ocorria, entretanto, na Sede do Município de Sobral, mais especificamente, na praça de Cuba, antes denominada de praça da Meruoca. Trataremos a seguir, de modo breve, da origem e tradição comercial de Sobral, destacando os espaços de comércio, ou seja, a feira e o mercado, para, em seguida, apontarmos o contexto que levou a feira de confecção para o Distrito de Aprazível.

---

[45] A divisão distrital do Município de Sobral/CE: Sobral (1772), Caracará (1933), Jordão (1935), Patriarca (1938), Aracatiaçu (1843), Taperuaba (1943), Jaibaras (1951), Rafael Arruda (1957), Bonfim (1963), Caioca (1964), São José do Torto (1989), Aprazível (1998), Patos (2003). (IPECE, 2012).

[46] Referida rodovia tem sentido Leste-Oeste, ligando vários municípios e estados da região Nordeste com os da região Norte do País e vice-versa. A rodovia tem início em Fortaleza, passando por cidades como Sobral, Frecheirinha e Tianguá, ainda, no Ceará, até chegar a Piripiri, no Estado do Piauí. Desta cidade até Chapadinha, no Maranhão, ela passa por trechos intermitentes, coincidindo com várias rodovias estaduais (PI-117, MA-034, MA-234). De Chapadinha/MA, segue por trecho pavimentado até a cidade de Marabá, no Pará. Dai em diante, a BR-222 tem trecho planejado de interligação com a BR-158 que termina em Altamira/PA (DNIT, 2013).

Figura 39 – Mapa de localização da feira de confecção do Distrito de Aprazível, Sobral/CE.



Universidade Estadual do Ceará - UECE
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - PROPGPq
Centro de Ciência e Tecnologia - CCT
Programa de Pós-Graduação em Geografia - PROPGEO

LOCALIZAÇÃO DA FEIRA DE APAZÍVEL

TÍTULO DA TESE:
A metamorfose das feiras nordestinas com a inserção da confecção popular: estudo geográfico das feiras de Caruaru/PE; Aprazível, Sobral/CE e Serrinha/BA.

Autor: Luiz Antônio Araújo Gonçalves
Orientadora: Profa. Dra. Zenilde Baima Amora

SINAIS CONVENCIONAIS

- Sedes Municipais
- Divisão distrital Sobral-CE
- Limites Nacionais
- Localização da Feira de Aprazível
- Limites Municipais
- Distrito de Aprazível
- Limites Estaduais

1: Localização do Município de Sobral/Ce no Brasil;
2: Localização do Município de Sobral/Ce no Nordeste do Brasil;
3: Localização do Município de Sobral/Ce no Estado do Ceará;
4: Localização do Distrito de Aprazível em Sobral/Ce;
5: Localização da Feira no Distrito de Aprazível;
6: Delimitação da Feira de Aprazível.

Fonte:
Malha estadual, municipal e distrital (IBGE, 2010);
Malha nacional, Center for Diseases Control (CDC, 2010)
Imagem do Google Earth (2016)

Parâmetros dos Mapas de Situação 6,5,4:
Datum Horizontal: SIRGAS 2000, zona 24S;
Projeção: Universal Transversa de Mercator (UTM);
Meridiano Central: -39,0000;
Unidades: Métricas.

Parâmetros dos Mapas de Situação 3,2 e 1:
Datum: SIRGAS2000
Unidades: Graus

Organização:
Luiz Antônio Araújo Gonçalves;
Cartografia:
Roberto Jarllys Reis Lima;
Geóg. CREA: 332130-4.

4.1.1 A feira e o mercado na cidade de Sobral/CE

O Município de Sobral originou-se, de acordo com Martins Filho; Girão (1966), da povoação formada da fazenda Caiçara, erigindo-se a Vila Distinta e Real de Sobral em 05 de julho de 1773, sendo elevada à categoria de cidade pela "[...] Lei nº 229, de 12 de janeiro de 1841, com o título de Fidelíssima Cidade de Januária do Acaraú, nome que a Lei º 244, de 25 de outubro de 1842, extinguiu, restabelecendo a anterior denominação de Sobral." (P. 504).

De acordo com Dom José Tupinambá da Frota [47], o núcleo da povoação se formou sem alinhamento nem praças. Havia uma manifestação da Câmara para dar solução à tortuosidade e irregularidade das ruas e casas construídas. Com o tempo, algumas edificações foram sendo demolidas, as casas foram numeradas e as ruas, becos e travessas receberam denominações, conforme segue a citação: "Na sessão de 19 de outubro de 1842, a Câmara resolveu a numeração e denominação das ruas, becos e travessas da cidade." (FROTA, 1974, p. 447).

Havia uma inquietação pelo ordenamento das ruas e o embelezamento da cidade, algo perseguido pelos sujeitos ilustres na segunda metade do século XIX. Dentre as ações de alinhamento das ruas, abertura de becos e travessas, Frota (1974) nos relata a construção de uma praça idealizada pelo Capitão Ângelo José Ribeiro Duarte. Em sessão ordinária da Câmara Municipal de Sobral, ocorrida em 10 de outubro de 1884, ele solicitava a concessão para o estabelecimento de uma praça acima de sua propriedade. A resposta da Câmara Municipal veio somente em 17 de janeiro de 1885 com o parecer da comissão nomeada para o caso:

> A comissão nomeiada em sessão de 10 de novembro de 1884 para dar seu parecer acerca de hua requisição do Capitão Angelo José Ribeiro Duarte, afim de se crear hua praça na rua do Rosário onde o mesmo está edificando, apresentou o seu parecer a respeito da criação da Praça no fundo do Rosário, estrada da Serra, ao depois de ter observado os estados da linha de muitas ruas que se dirigem aquele lugar hé de opinião que se forme huma praça [...] devendo a Praça ter 523 palmos entre hua e outra, que hé o espaço vazio que existe: dar-se-há 300 palmos de largo para frente e dos quarteirões que se findarão formando outros dois, o que tudo se mostra pela planta juncta a este parecer.
> **A Praça denominar-se-há Praça da Meruoca** [...] a Comissão espera hé que a Câmara dê providências para não se levantar mais casas sem respeito huma das outras como está acontecendo e que não se consinta reaparecerem as casas já edificadas que posam servir de obstáculo à

[47] Foi o primeiro bispo de Sobral, eclesiástico de grande influência em Sobral.

> formação da mesma praça e que as casas de novo edificadas sejam todas esquadriadas. Tudo isto que a Comissão lembra já se acha determinado por posturas e somente exige a observação delas [...] [sic] (FROTA, 1974, pp.450-451; negrito nosso)

A Praça da Meruoca, renomeada posteriormente, de Praça General Tibúrcio, será retomada mais à frente, dada sua importância no contexto do surgimento da feira de confecção do Distrito de Aprazível. No que se refere ao desenvolvimento das atividades comerciais em Sobral, no entanto, Frota (1974) nos relata que o primeiro mercado da cidade foi construído de modo muito rudimentar, provavelmente associado ao comércio do gado[48], haja vista sua localização próxima ao curral do açougue e da rua da Gangorra[49]. O segundo mercado foi edificado em fevereiro de 1821 em uma praça que passou a ser denominada de Praça do Mercado. No dia 28 do mesmo mês e ano, a Câmara Municipal decretava dez posturas para quem tencionasse comercializar no novo mercado:

> 1º Que do dia 5 de Março em diante deve haver somente no Mercado Público toda a compra e venda de mantimentos e gêneros do paiz.
> 2º Permitta-se nelle também a venda de líquidos e ainda de bebidas espirituosas, guardada nesta a moderação à tranquilidade publica.
> 3º Nenhum ronceiro ou outro qualquer vendedor, tendo de vender os seus mantimentos, legumes ou pescado, poderá fazê-lo senão no dito Mercado, aonde dirigirá os seus carros e cargas em direitura, sem que dê logar a ser-lhe convocada a venda por travessia, a qual é proibida em toda a sua extensão, quer da parte do vendedor, quer da do atravessador: Bem entendido, que se não compreendem neste artigo as cargas que cada um manda vir para o consumo de sua casa e sustento da sua família.
> 4º Deverão os vendedores, donos dos mantimentos de todas as qualidades entrar na Praça e expor ao povo a venda franca do que tiverem a vender pelos preços que lhe fizerem conta.
> 5º Não poderão, caso não achem extração ao que têm a vender, levantar a venda ao povo, enquanto não tiverem assim estado três horas ao menos.
> 6º Findas ditas três horas, para benefício da agricultura e povo lhes é permitido vender pelas ruas ou a quem quiserem; devendo porém para assim praticar, obter primeiro bilhete de licença do Almotacé, escrita pelo Escrivão de que este lhe levará um vintém, quer de muitas quer de poucas cargas, contanto que sejam de um só dono: sem o qual é prohibida dita venda pelas ruas ou a quem quizer.
> 7º Contemplando este Concelho os commodos que experimentão os lavradores e mais pessoas na mesma Praça, em que se gastou tão utilmente grande somma de dinheiro, e há falta de rendimentos do Concelho, devendo-se conciliar por todos os modos o interesse publico

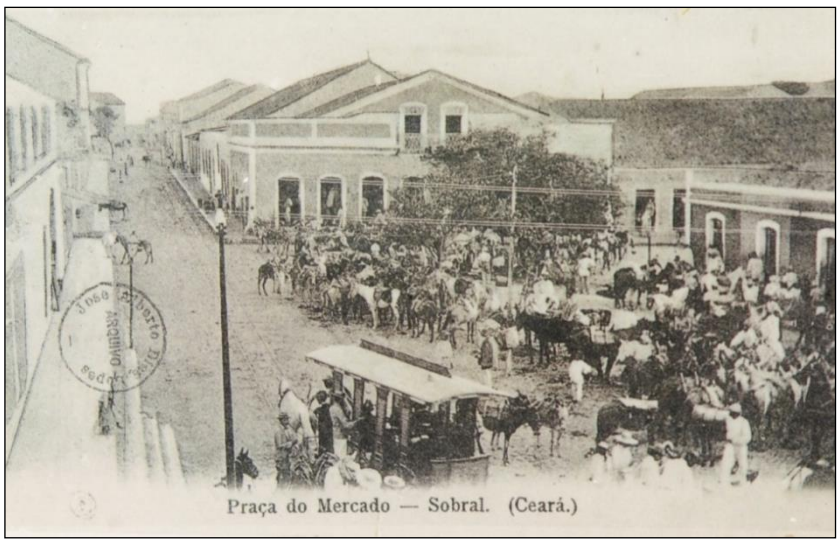
[48] A cidade de Sobral tem origem com o ciclo do gado e, consequentemente, do comércio do couro e da carne salgada (charqueada). No final do século XIX, a atividade criatória juntou-se ao cultivo do algodão, formando assim o binômio gado-algodão. Sobral tornou-se, assim um centro coletor de produtos vindos do sertão e das serras do oeste cearense (HOLANDA, 2000, p.36).

[49] Frota (1974, p. 455) relata que essa rua era "[...] assim chamada por haver naquele sítio uma gangorra para prender gado.".

> com o particular: Ordena mais o mesmo Senado o seguinte – De cada carro que conduzir à praça gêneros e mantimentos do seu consumo, pagar-se-ão oitenta reis, e de cada uma carga de cavalo, vinte reis.
> 8º Haverá no Mercado huma pessoa capaz, que a Camara eleger para cobrador; e observar-se-há nesta cobrança a maneira seguinte – O Juiz Almotacé nomeará de seus officiaes semanalmente, hum, o qual será obrigado a estar na Praça. Este hirá dar entrada a todos os Carreiros, e condutores de carga; ele os lançará em hum quaderno com seos nomes, quantias, e qualidades de mantimentos. Depois hirão pagar ao Cobrador, que fará igual assento; e no fim da Semana, cada hum levará e receberá o que tiver produzido; e dará contagem à Camara de qualquer duvida, ou inconveniência para ser providenciada; devendo ao mesmo tempo o juiz Almotacé ter toda a vigilância nisto; podendo fazer todos os exames, e indagações afim de obter-se a exatidão; e como tanto o oficial, como cobrador ficarão onerados nesta cobrança, concede este Senado a cada hum deles cinco por cento da cobrança liquida, que lhes poderão ser entregues pelo Procurador; quando veja que procedem com lisura e atividade eloquente.
> 9º Os regatoens não poderão por meios directos ou indirectos atravessar mantimentos, nem tão bem aumentar escandalosamente os seus preços.
> 10º Toda e qualquer pessoa que contrariar por qualquer forma o determinado nas presentes Posturas, incorrerá nas penas de trinta dias de cadêa e seis mil reis de condenação para as despesas do Concelho. Os Juizes Almotacés ficão responsáveis por seu inteiro, activo e zeloso cumprimento.' (FROTA, 1974, pp.455-457; negrito nosso).

Conforme podemos verificar na citação anterior, com a construção do novo mercado, a Câmara Municipal logo tratou de regulamentar o comércio, estabelecendo horários, controles e onerações. Assim, o comércio de mantimentos e gêneros, como legumes e pescados, só poderia ser realizado num só lugar – a Praça do Mercado (Figura 40) – para onde deveriam ser direcionadas todas as cargas de animais e carros que vinham da zona rural.

Figura 40 – Concentração de cavalos e burros de carga na Praça do Mercado, de Sobral/CE.



Fonte: Museu Dom José, Sobral/CE.

Tendo em vista a acomodação dos vendedores no espaço da Praça do Mercado, o Conselho Municipal estabeleceu a cobrança pela ocupação daquele espaço. Dessa maneira, para cada carro de transporte de gêneros e/ou de mantimentos, era cobrado o valor de 80 réis e de 20 réis para cada cavalo carregado. Um cobrador era nomeado pelo Conselho Municipal para fazer essa cobrança semanal na praça, sendo remunerado com 5% da arrecadação líquida das cobranças. Ao mesmo tempo, o Conselho não permitia o aumento exorbitante do preço dos alimentos, muito menos a ação de atravessadores na Praça do Mercado.

A Praça do Mercado foi uma referência espacial para o comércio da cidade. Conforme podemos verificar nas figuras 41 e 42, os armazéns de estivas, dentre outros estabelecimentos comerciais, faziam anúncios, nos jornais da época, usando a Praça do Mercado como ponto de localização para seus clientes. De outro modo, a feira era tomada como ponto de referência no caso de mudança de ponto comercial, conforme podemos verificar no anúncio do comerciante que comercializava tecidos e fazendas, informando aos seus clientes da mudança do seu estabelecimento para o outro lado da feira.

Figura 41 – Anúncio de armazém de estivas localizado na Praça do Mercado.



ANNUNCIOS

Armazem de Estivas

DE

JOAÕ BAPTISTA RANGEL

PRAÇA DO MERCADO N.

Neste estabelecimento o respeitavel publico
desta localidade e do interior
encontrará um completo sortimento de Estivas,
molhados e Miudezas por Preço sem competencia

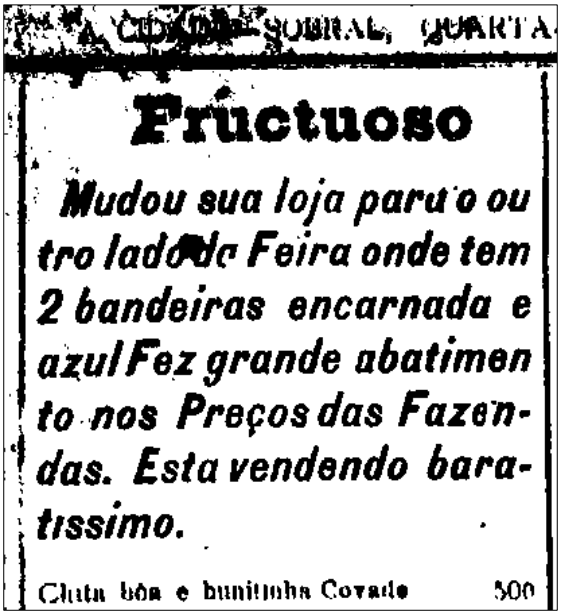
Joaõ Baptista Rangel

PRAÇA DO MERCADO N.

SOBRAL

Fonte: Jornal *A Cidade*, de 22/02/1899 (Acervo NEDHIS/UVA).

Figura 42 – Anúncio de mudança de loja para o outro lado da feira.



A CIDADE — SOBRAL, QUARTA

Fructuoso

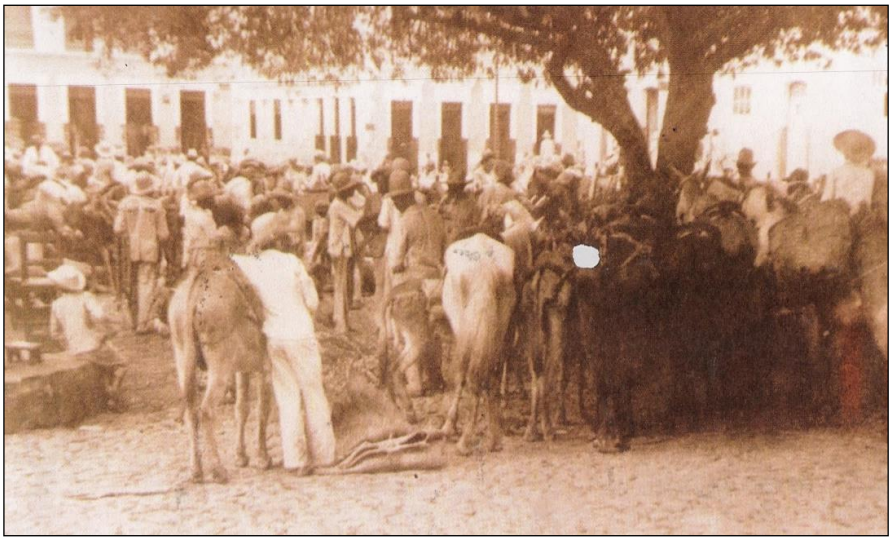
Mudou sua loja para o outro lado da Feira onde tem 2 bandeiras encarnada e azul Fez grande abatimento nos Preços das Fazendas. Esta vendendo baratissimo.

Chita bôa e bunitinha Covado 500

Fonte: Jornal *A Cidade*, Sobral/CE, 29/11/1899 (Acervo NEDHIS/UVA).

Apesar de não haver em Frota (1974) uma menção mais clara e incisiva sobre a ocorrência de uma feira na cidade de Sobral, entendemos que o comércio de gêneros e mantimentos por vendedores que vinham da zona rural para o comércio a céu aberto na Praça do Mercado constituía aí uma feira livre[50]. Esta se estendia ao longo da Praça do Mercado. É o que podemos verificar por meio da figura 43, colhida no acervo iconográfico do Museu Diocesano Dom José, em Sobral, que mostra a aglomeração de pessoas e animais de cargas na Praça do Mercado, em 1905.

Figura 43 – Feira-livre que ocorria em 1905, na Praça do Mercado.



Fonte: Acervo Museu Dom José, Sobral/CE.

O Mercado Público edificado na Praça foi demolido na Gestão do então, prefeito Vicente Antenor Ferreira Gomes, nos anos 1940. A justificativa deu-se pelo anseio de embelezamento daquela praça. Para isso, a construção de outro mercado público foi iniciada em 1937, no bairro Junco, nas proximidades do Cemitério Público São José, não obstante a oposição de quase todos os negociantes que estavam instalados ao redor daquele prédio (FROTA, 1974, p. 458). O “Novo” Mercado

[50] Em trabalho de campo realizado em Sobral, buscamos, em conversas informais com pessoas idosas sentadas no Beco do Cotovelo, afamado local de encontro das pessoas da cidade, algum registro oral na memória coletiva sobre a existência de uma feira livre na cidade de Sobral. Vários senhores, recorrendo às suas lembranças, relataram desconhecer a existência de outra feira livre que não fosse a de confecção da Praça da Meruoca, a não ser a presença de vendedores de rua que comercializavam frutas e verduras em frente ao mercado. Segundo eles, estes sujeitos também foram impedidos de trabalhar alí pela Prefeitura; todavia, lembravam-se de uma “feira de roupas” que ficava na Praça da Meruoca, rebatizada de Praça de Cuba na gestão do prefeito Cid Ferreira Gomes (Gestão 2000-2004).

Público de Sobral foi inaugurado em 03 de março de 1940, onde ainda hoje permanece como um ponto de referência central (Figura 44) de compras[51] e abastecimento da população da cidade e região de influência de Sobral.

Figura 44 – Atual Mercado Público de Sobral, situado próximo ao Cemitério Público São José.



Fonte: Próprio autor (2015).

Passado mais de um século, justamente na Praça da Meruoca[52], teve início uma feira-livre nos anos 1990 (1994-95). Segundo o relato dos feirantes com quem podemos conversar, a feira se originou de pequenos fabricantes e feirantes que vinham de Fortaleza uma ou duas vezes por semana para comercializar a confecção fabricada na Capital cearense e também (como extensão) em outras feiras de cidades da região noroeste do Estado, a exemplo das feiras do Ipu, São Benedito, Tianguá, Viçosa do Ceará, dentre outras.

A feira de comércio de confecção popular, que se iniciou na Praça da Meruoca, viu crescer o número de barracas e feirantes com o passar dos anos, causando incômodo ao setor lojista (CDL), que pressionou o poder público pela sua retirada da área central da cidade de Sobral. Foi, todavia, nesse contexto que teve origem a atual feira de confecção de Aprazível.

[51] O escritor Lustosa da Costa (2011, p. 186), em suas crônicas sobre Sobral para o entardecer, declara sua predileção pelos ambientes da feira e do mercado. Em um de seus retornos a Sobral, relata sua passagem pelo Mercado Público, percorrendo os balcões de carne, peixes, frutas, verduras e gêneros. Naquele dia, o motivo de sua visita foi as rapaduras e cajus.

[52] Segundo o relato dos moradores mais antigos com quem pudemos conversar no Beco do Cotovelo, a Praça da Meruoca recebia esse nome devido ser aquela praça o ponto de concentração dos carros que faziam o transporte de passageiros e cargas entre Sobral e o Município de vizinho de Meruoca.

Os feirantes que antes estavam na Praça da Meruoca foram removidos nos anos 2000 com a reforma desse logradouro. Parte deles foi realocada no Mercado Central, ou seja, aqueles que eram originários de Sobral, enquanto outra parte ocupou por um curto período a praça do Centro de Convenções. Os feirantes transferidos para o Mercado Central foram instalados em boxes padronizados localizados no primeiro pavimento desse prédio conforme observamos na figura 45.

Figura 45 – Boxes de confecção instalados no 1º piso do Mercado Central de Sobral.



Fonte: Próprio autor (2015).

Com a retirada da feira de confecção da Praça da Meruoca, a Prefeitura Municipal de Sobral, por meio da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Econômico - STDE, passou a desenvolver vários projetos, como parte integrante do Programa Trabalho Pleno nas áreas de: Artesanato, Beleza, Empreendedor Itinerante – EI, Confecção e Circuito de Feira nos bairros e distritos. Dentre estes, os dois últimos projetos chamam a atenção, tendo em vista que o penúltimo tem como público-alvo os confeccionistas autônomos, grupos produtivos de confecção (formais e informais) e empresas formalizadas, tanto na Sede quanto nos Distritos. Segundo informações constantes no *site* da STDE, o projeto Confecção tem como objetivo a organização tecnológica, gerencial de empreendimentos, com foco na geração de emprego e renda por meio do alcance de padrões de competividade. Já o segundo projeto que visa à formação de um circuito de feiras nos bairros e distritos. Criado em 2003, com a parceria do SEBRAE local, teve como objetivo a comercialização de produtos e serviços dos micro e pequenos empreendedores, profissionais autônomos e artesãos.

4.1.2 A feira de confecção do Distrito de Aprazível: outra feira, outra dinâmica

Torna-se difícil falar da feira de Aprazível sem nos remetermos à cidade de Sobral e às intervenções decorrentes do ordenamento urbano nesta cidade, o que envolveu o enquadramento das feiras e mercados. Segundo Parente (2015), em virtude “[...] das inúmeras reclamações, o sindicato dos lojistas, que julgara a feira prejudicial ao comércio local, conseguiu transferi-la da sede do município, Sobral, para o Distrito de Aprazível em julho de 2001,[...]” (P. 32). A princípio, houve certa indecisão quanto à escolha do local para aqueles feirantes não beneficiados com um boxe no mercado, porém, a reclamação dos lojistas e as intervenções urbanísticas na Praça da Meruoca contribuíram para que se buscassem outras áreas fora da Sede do Município, principalmente, para os feirantes vindos de fora.

Após algumas indicações, por parte de feirantes e lideranças locais, de localidades próximas para a instalação da feira de confecção, a escolha recaiu sobre o Distrito de Aprazível, localidade com situação geográfica favorável em razão do entroncamento rodoviário, já comentado, viabilizador dos fluxos como um ponto intermediário de Fortaleza com o mercado consumidor dos estados das regiões Norte-Nordeste, constituindo, assim, uma nova centralidade do comércio da confecção.

A feira se instalou fora dos limites da Sede de Sobral e do maior rigor das normas urbanas. Isso nos permite fazer algumas analogias com as antigas feiras medievais que se instalavam fora dos muros da cidade, por serem feiras realizadas por mercadores “estrangeiros”. No caso de Aprazível, como trataremos oportunamente, grande parte dos feirantes também é originária de outros municípios. Durante nosso trabalho de campo, deparamos com vários sujeitos que empreendiam esse trabalho, passando por várias cidades que não a sua de origem, comercializando seus produtos e reafirmando o caráter do comércio errante, mascate.

Parente (2015), tratando da feira de Aprazível, destaca o fato de que, nos anos 1960-70, a feira que havia nesse Distrito e que ocorria aos domingos, era formada por agricultores e pequenos pecuaristas da região. Esta deixou de existir dando lugar à outra que surgiu nos anos de 1980 nas proximidades da BR-222. Eram feiras bem diferentes da atual, haja vista que estavam voltadas ao comércio de

abastecimento de produtos agrícolas, não tendo, portanto, grande relação com a feira de confecção atual.

Os conflitos relacionados ao crescimento do número de feirantes, a pressão gerada pela adequação à norma urbana e a concorrência do comércio de confecção popular na feira, frente a outros estabelecimentos do setor do comércio, fizeram com que esta fosse transferida para o Distrito de Aprazível. Este não tinha muita expressão, a não ser o fato de ser um entroncamento rodoviário e, mesmo assim, mais afastado da Sede do Município. Segundo informações dos feirantes, a feira de confecção foi transferida para Aprazível, em 2001, com 376 feirantes. Ali, os feirantes se organizaram e criaram a Associação dos Feirantes do Aprazível - AFA.

No início, a feira funcionava às segundas-feiras, passando, posteriormente, a funcionar aos domingos. Seu funcionamento, atualmente, ocorre nas sextas-feiras, começando sempre nas madrugadas e terminando por volta das dez horas da manhã. Podemos afirmar que a feira de Aprazível se tornou uma das maiores feiras de confecção do interior do Estado do Ceará, contando com média de 700 feirantes.

Conforme conversa informal com o ex-gerente de Feira e Mercados de Sobral, ele nos informou que, do ponto de vista administrativo, essa Gerência foi transferida da Secretaria de Conservação e Serviços Públicos para a Secretaria de Tecnologia e Desenvolvimento Econômico (STDE). Tal ação pode ser justificada pela relevância e dinâmica ensejadas pela feira de Aprazível. Ele nos falou, ainda, que, no período atual, a cidade de Sobral não possui feiras-livres[53] em outros bairros da cidade, tendo apenas o Mercado Central como referência para o abastecimento de gêneros.

A feira de Aprazível também está, de certo modo, articulada com outras feiras de confecção que ocorrem na região Noroeste do Estado, formando assim uma rede de feira que acontecem em distintos dias da semana. Constatamos no decorrer da pesquisa que um comboio de dez ônibus alugados pela AFA sai de Fortaleza na quarta-feira, tendo como primeiro destino a feira de confecção localizada no Município de São Benedito, na chapada da Ibiapaba. Na madrugada da quarta para quinta-feira, ocorre a feira na Sede do Município de São Benedito, conforme vemos nas figuras 46 e 47.

[53] Relatou, também, que a antiga feira livre situava-se nas imediações do mercado no começo da rua Domingos Olímpio, mas não há mais registro da ocorrência de uma feira ali.

Figura 46 – Desembarque dos fardos de confecção e acessórios das barracas.



Fonte: Próprio autor (2013).

Figura 47 – Montagem das barracas e organização das mercadorias e expositores.



Fonte: Próprio autor (2013).

A feira de São Benedito ocorre na Praça do Santuário de São Francisco, no quadrilátero entre as ruas Abdoral Rodrigues, a leste; Rua Capitão Carapeba, ao oeste; Rua Antônio Avelino ao sul e rua Eleazar Gomes. Os ônibus estacionam nas ruas próximas da Praça do Santuário nas frias madrugadas de quinta para sexta-feira. São os fardos de confecção desembarcados dos ônibus e transportados por carregadores em carrinhos, juntamente com outros acessórios da barraca, a exemplo de manequins, expositores, lona para coberta, dentre outros. Nesse momento – de montagem da feira – os carregadores, figuras quase anônimas, exercem importante papel de distribuição dos fardos de confecção entre as barracas. Em geral, utilizam carrinhos de carga para levar as mercadorias desembarcadas dos ônibus, passando pelas ruas até chegar às barracas. Estas, ao serem montadas, vão moldando a fisionomia à feira em meio a escuridão da noite de modo que, ao amanhecer, a feira já está completamente montada, conforme podemos verificar nas figuras 48 e 49.

Figura 48 – **Montagem das barracas na Praça da Igreja de São Francisco - São Benedito/CE**.



Fonte: Próprio autor (2013).

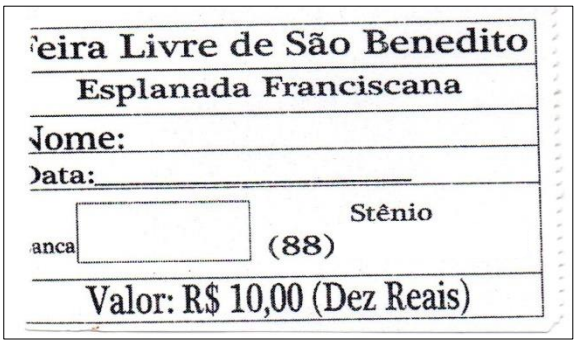
Figura 49 – **Barracas montadas no entorno da Igreja de São Francisco - São Benedito/CE.**



Fonte: Próprio autor (2013).

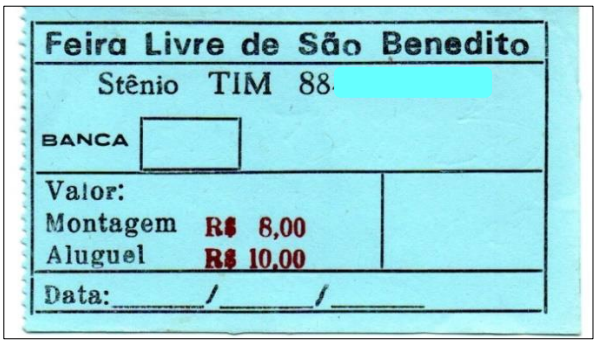
Para a organização da feira, são cobradas duas taxas aos feirantes. A primeira, no valor de R$ 10,00 (em 2013), refere-se à ocupação do espaço no largo da igreja de São Francisco e é encaminhada à Ordem Franciscana. Já a segunda taxa é referente à cobrança do aluguel e montagem da barraca (Figura 50 e 51).

Figura 50 – Bilhete de cobrança pelo uso da Praça da Igreja de São Francisco.



Fonte: Próprio autor (2013).

Figura 51 – Bilhete de cobrança do aluguel e montagem da barraca.



Fonte: Próprio autor (2013).

A feira de confecção de São Benedito é encerrada por volta das 11 horas da quinta-feira. Ai começa outro trabalho para recontagem dos produtos de confecção e reembalagem em fardos, juntamente com os manequins expositores. A barraca é desmontada com a retirada da lona, das esteiras e desmonte das estruturas de ferro da barraca, conforme podemos visualizar nas figuras 52 e 53.

Figura 52 – Reembalagem das confecções, manequins e expositores.



Fonte: Próprio autor (2013).

Figura 53 – Retirada da lona de coberta e das estruturas de ferro da barraca.



Fonte: Próprio autor (2013).

Na quinta-feira, após o meio dia, os ônibus com as mercadorias e os feirantes descem o planalto da Ibiapaba com destino à cidade de Ipu. O tempo de desmonte das barracas, embarque dos fardos de mercadorias e transporte de ônibus até a cidade de Ipu é o necessário para a montagem de mais uma feira, nesta cidade situada no sopé da Ibiapaba. O deslocamento leva o tempo necessário para que os feirantes consigam montar as barracas, organizar as mercadorias ao final da tarde e atenderem ao grande número de pessoas que visitam a feira de confecção de Ipu. Esta feira, antes, ocorria nas ruas do centro da cidade, sendo transferida em 2010 para o clube Grêmio Recreativo Ipuense[54] (Figuras 54 e 55), em

[54] O *Diário do Nordeste* de 22/01/2010 publicou matéria em seu caderno regional com o seguinte título: “Feira de Ipu se realizará em clube”. Segundo a matéria, a feira de confecção antes era realizada na praça principal da cidade, acarretando uma série de dificuldades, como a alteração do trânsito nos dias de feira, a falta de infraestrutura para feirantes e compradores, bem como o acúmulo de lixo nas ruas. A mudança da feira, entretanto, dividiu a opinião dos feirantes, pois, para uns, a feira deveria continuar na praça devido ser um lugar central para todos. Já para outros feirantes, a transferência da feira para o Grêmio Recreativo Ipuense traria mais conforto com a infraestrutura de sanitários, praça de alimentação e serviços de iluminação, limpeza pública e segurança. Segundo a matéria, o espaço do clube contava com cerca de 18 banheiros e estacionamento com capacidade para 100 ônibus, todavia ficava mais afastado da área central da cidade e tinha deficiências de vias de acesso. A questão do pagamento de taxas pela ocupação do solo também foi um pauta considerada para mudança do local da feira, haja vista que, segundo a fala do secretário de Desenvolvimento Econômico da época, Sr. Antônio Cicero Jerônimo, o prefeito Sávio Pontes havia liberado a realização da feira por cinco semanas sem o pagamento de tributos ao Município. Entendemos que essa medida foi usada para atrair mais feirantes para o novo local. Com a vinda da feira para o Grêmio Recreativo Ipuense, esta passou a ter a capacidade de montagem de 1.100 barracas. Ainda segundo a matéria do referido jornal, um grupo de 100 feirantes descontentes com a decisão de mudança do local da feira, havia decidido montar suas barracas na cidade vizinha de Varjota. Importante é ressaltar que a feira de confecção de Ipu também é organizada pela Associação dos Feirantes de Aprazível – AFA.

razão de vários impasses e reclamações da população referentes aos incômodos que a feira trazia.

Figura 54 – A feira de confecção do Ipu/CE, em primeiro plano, e a escarpa do planalto da Ibiapaba, em segundo plano.



Fonte: Próprio autor (2013).

Figura 55 – Barracas montadas perto ao palco do Grêmio Recreativo Ipuense.



Fonte: Próprio autor (2013).

A feira de Ipu é encerrada por volta das 22 horas. A desmontagem das barracas e o embarque dos fardos de mercadorias no comboio de ônibus do grupo de feirantes termina tarde da noite, de modo que muitos feirantes chegam ao Distrito de Aprazível para ali pernoitar já quase de madrugada para poucas horas depois estarem de pé para mais uma feira, a terceira em dois dias. A feira de Aprazível (Figuras 56 e 57) é a maior e mais importante da rede de feiras de confecção do noroeste cearense, pois é a que mais atrai feirantes e compradores de municípios próximos, de outros estados e até de outras regiões, como podemos verificar nos capítulos seguintes deste trabalho.

Figura 56 – Início da feira de confecção do Aprazível, ainda de madrugada.



Fonte: Próprio autor (2012).

Figura 57 – Vista frontal da feira de confecção do Aprazível - Sobral/CE.



Fonte: Próprio autor (2014).

Além dos ônibus, é também expressivo o fluxo de “vans” que fazem o transporte coletivo e também de carros particulares. Ainda cedo da madrugada, chegam veículos de várias localidades, municípios próximos, e também de outros estados, conforme podemos verificar na figura 58. Do mesmo modo, vários carros (*Topics, Sprinter* etc.) fazem rotas de vários municípios e distritos para Aprazível em dia de feira (Figura 59).

Figura 58 – Veículos particulares vindos de outros estados para a feira do Aprazível.



Fonte: Próprio autor (2014).

Figura 59 – Veículos de transporte alternativo estacionados em frente à feira do Aprazível.



Fonte: Próprio autor (2013).

Por volta das dez horas da manhã, a feira de confecções de Aprazível vai diminuindo o ritmo e o Distrito retornando ao seu cotidiano pacato, que durará até o próximo dia de feira, estabelecendo-se, com efeito, uma paisagem contrastante como podemos visualizar nas figuras 60 e 61. Isso reafirma a característica da periodicidade dos *mercados periódicos* apontada por Corrêa (2011) e que existe na feira de Aprazível.

Figura 60 – Fluxo de feirantes e compradores no dia de feira em Aprazível, Sobral/CE.



Figura 61 – Corredores e barracas vazias em dias da semana.











Fonte: Próprio autor.

Fonte: Próprio autor.

Na rede de feiras de confecção, ainda estão incluídas duas feiras: a do Distrito de Deserto, em Itapipoca/CE e a feira da rua José Avelino em Fortaleza/CE que acontece aos domingos, finalizando esse circuito. Na sexta-feira, encerrada a feira do Aprazível, os feirantes formam grupos, tomando direções diversas. Uma parte deles se desloca para outras cidades do Planalto da Ibiapaba para estarem no sábado nas feiras livres de Tianguá e Viçosa do Ceará, enquanto que outra parcela dos feirantes se dirige para o Distrito de Deserto, situado no Município de Itapipoca/CE, às margens da rodovia estadual CE-354.

A montagem das barracas tem início no dia anterior, na tarde de sexta-feira. Às 16 horas, já podemos ver praticamente todas as barracas montadas e enfileiradas na praça da capela de São João Batista e ruas adjacentes, conforme podemos visualizar na figura 62. No sábado, a feira vira um labirinto de roupas expostas em manequins e cabides pendurados nas barracas (Figura 63), atraindo grande número de compradores das localidades e municípios próximos.

Figura 62 – Barracas montadas em frente à capela de São João Batista - Distrito de Deserto, Itapipoca/CE.



Fonte: Próprio autor (2013).

Figura 63 – Barracas com roupas expostas em manequins e cabides - Distrito de Deserto, Itapipoca/CE.



Fonte: Próprio autor (2013).

O Distrito é pacato, sem maiores movimentações, a não ser da rodovia e da linha férrea que cruza a estrada justamente na via de acesso ao Distrito (Figura 64). Esta feira, a exemplo das outras já mencionadas, comercializam, sobretudo, confecção popular, e, portanto, contribui para a economia local. Segundo o relato de um morador do Distrito, “A feira movimenta o lugar, deixa ganho para o lugar. O Distrito na semana é um buraco, a feira deixa uma ganhozim pra cá.”.

O depoimento nos aponta a importância da feira de Deserto na dinamização da economia do Distrito, que atrai compradores de vários municípios do litoral oeste e vale do rio Curu, a exemplo dos Municípios de Amontada, Bela Cruz, Miraíma, Umirim, Tururu, São Luis do Curu, Pentecoste, Uruburetama, Itapajé, Trairi, Paraipaba e São Gonçalo do Amarante. Por volta de cinco horas, já podemos observar o grande fluxo de camionetas que fazem o deslocamento de pessoas de vilas e lugarejos para aquele Distrito, durante toda a manhã do sábado, quase sempre congestionando o fluxo de veículos na rodovia estadual (Figura 65). Aqui podemos refirmar que a feira é um grande evento, conforme podemos comprovar em conversa com o motorista de uma camioneta (D-20) que fazia o percurso Umirim-Deserto cuja distância era de 38 quilômetros, custando R$ 3,00 (três reais) a passagem.

Figura 64 – Cruzamento da via férrea com a rodovia CE-354 no Distrito de Deserto - Itapipoca/CE.



Fonte: Próprio autor (2013).

Figura 65 – Veículos e compradores no dia da feira de confecção do distrito de Deserto - Itapipoca/CE.



Fonte: Próprio autor (2013).

Podemos afirmar que essas camionetas são versões mais contemporâneas dos antigos caminhões mistos que faziam no passado o transporte de pessoas e mercadorias dos lugarejos, vilas e distritos, tendo a feira como ponto de parada e desembarque de pessoas (Figura 66). Constatámos, também, nas visitas de campo, vários veículos particulares com placas referentes aos municípios supracitados que se encontravam estacionados no entorno da feira. Era grande também o fluxo de veículos de transporte alternativo (*Vans, Sprinters*) que faziam o transporte de passageiros de municípios vizinhos para a feira. Mesmo, porém, considerando o predomínio do comércio da confecção, identificamos, em meio a grande profusão de barracas dessa mercadoria, agricultores comercializando sua pequena produção: uma ave de criação, um punhado de maxixe, um jerimum (Figura 67).

Figura 66 – Desembarque de pessoas em frente à feira do Deserto, em Itapipoca/CE.



Fonte: Próprio autor (2013).

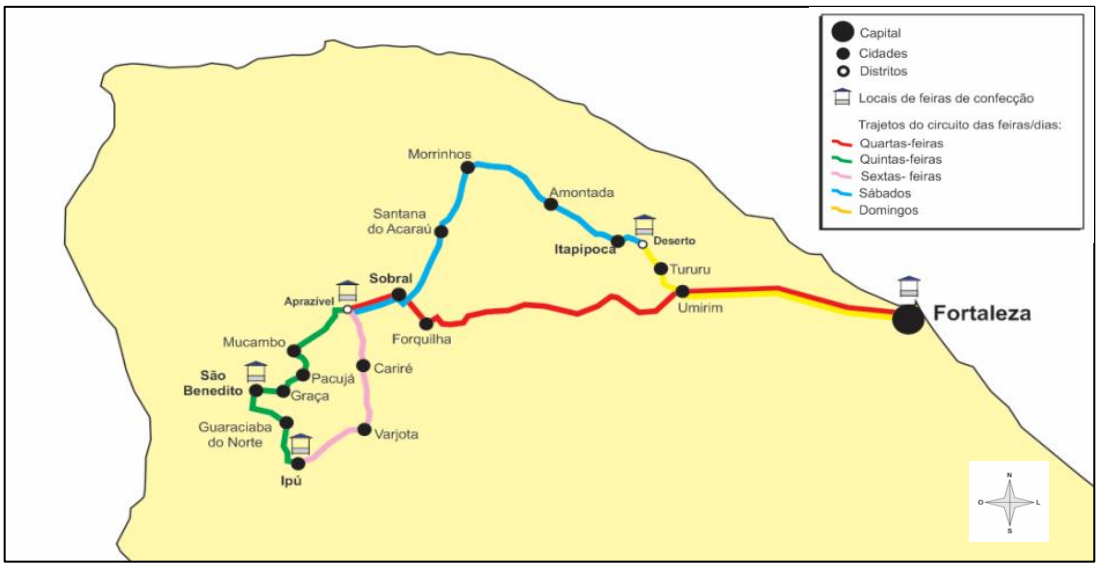
Figura 67 – Agricultor vendendo jerimum na feira do Deserto, em Itapipoca/CE.



Fonte: Próprio autor (2013).

O ponto final dessa rede de feiras em circuito, conforme podemos visualizar na figura 68, é a feira da rua José Avelino, que funciona nas proximidades do Mercado Central de Fortaleza, na madrugada do sábado para o domingo, assunto esse que será abordado em momento mais oportuno deste trabalho.

Figura 68 – Rede de feiras de confecção do noroeste cearense, em razão dos dias de feiras.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Retomando a principal feira desse circuito, objeto de nosso maior interesse, enfocamos o seu funcionamento e os feirantes nelas envolvidos. Salientamos que, em certos momentos, a feira de Aprazível nos faz lembrar o papel que mercadores tinham no Período Medieval quando, se deslocavam de cidade em cidade, de lugarejo em lugarejo, para comercializar, na feira, mercadorias como tecidos. Esse circuito intenso e desgastante realizado pelos feirantes percorrendo mais de 750 quilômetros e a cada dia numa cidade diferente nos leva a indagar: quem são esses feirantes, qual é o perfil da feira, como se organizam? O que motiva a saírem de Fortaleza para realizar feiras nos municípios do interior do Estado? O que justifica a realização de tantas feiras em tão pouco tempo? É o que esperamos revelar a seguir.

4.1.3 Os feirantes e a organização e funcionamento da feira

Na perspectiva de Corrêa (1997, p. 279), as *interações espaciais* "[...] constituem um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas,

mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico.". A feira, nesse sentido, passa novamente a ser valorizada em sua dimensão espacial, sobretudo, pela capacidade de escoar a produção da confecção de pequenas unidades produtivas (facções). A feira assume um componente espacial na distribuição, circulação e consumo, que não tem como premissa a fixação/imobilização no espaço, mas utiliza-se, justamente, da territorialização, da ação multiescalar, das articulações espaciais mediante um ponto de fixação temporária mínima ao espaço. De outro modo, as redes tendem a ser requeridas nesse processo, com vistas a articular os circuitos da produção e distribuição aos circuitos da circulação e consumo. Importante é ressaltar, ainda, o perfil e a trajetória dos feirantes que fazem parte da feira. Cabe precisar, entretanto, como se define essa categoria de trabalhador.

Uma noção sintética do que seja o feirante no contexto contemporâneo é dada por Sá (2011, p. 247), em seu estudo sobre os feirantes de alimentação na feira de Caruaru. Para ele, os feirantes são "[...] aquelas pessoas que realizam e mantém negócios no espaço da feira.". Mott (1975) estabelece uma distinção dos feirantes em duas categorias - produtores e revendedores. A primeira se refere aos feirantes que produzem a mercadoria vendida na feira, enquanto a segunda categoria abrange os feirantes que apenas revendem os produtos. Assim, para ele, o feirante é "[...] toda e qualquer pessoa, produtor ou revendedor, homem ou mulher, adulto ou criança, que esteja vendendo algum bem ou mercadoria na feira." (P. 92).

Para traçar um perfil dos feirantes lançamos mão de alguns indicadores listados nos questionários aplicados na feira de Aprazível, que totalizaram 30 formulários. Eles começaram a ser aplicados nas primeiras horas do dia da feira, quando ela começava a se instalar. Os questionários foram divididos pelas cinco tipologias de confecção mais representativas da feira, ou seja, Modinha, Moda *Jeans*, Moda Íntima, Moda Infantil e Cama, Mesa e Banho. Foram aplicados seis questionários por tipo de mercadoria, de modo a se ter um olhar mais apurado sobre as particularidades das tipologias de confecção que são vendidas nas feiras.

De um modo geral, a feira de confecção de Aprazível é formada por pequenos fabricantes confeccionistas que apresentam, em sua barraca, uma ou duas tipologias de confecção. Os feirantes são compostos, em sua maioria, por homens na faixa etária de 50 a 60 anos, predominando como estado civil o de casado. Os feirantes na faixa etária de 46 a 60 anos representam a metade dos

respondentes. Isso nos mostra a quantidade de pessoas com idade mais avançada que estão ocupadas no comércio de feira (Tabela 2). Reafirma essa condição o relato de um feirante: “A gente chega aos 40 anos, ai as empresas coloca pra fora. Onde a gente vai arranjar ocupação é vendendo roupa na feira.”.

Tabela 2 – Caracterização do trabalhador da feira, por faixa etária, sexo e estado civil.

FAIXA ETÁRIA	Número		Sexo		Estado Civil				
	Abs.	Relat.(%)	Masc.	Femin.	Divorciado	União Est.	Casado	Solteiro	Viúvo
De 20 a 25 anos	5	16,7	3	2	-	-	2	3	-
De 26 a 30 anos	2	6,6	1	1	-	-	1	1	-
De 31 a 35 anos	2	6,6	2	0	-	-	2	-	-
De 36 a 40 anos	3	10,1	2	1	-	-	2	1	-
De 41 a 45 anos	2	6,6	2	0	-	-	2	-	-
De 46 a 50 anos	5	16,7	3	2	1	-	3	1	-
De 51 a 55 anos	6	20,0	5	1	-	-	6	-	-
De 56 a 60 anos	4	13,4	3	1	-	-	3	-	1
Acima de 60 anos	1	3,3	1	0	-	-	1	-	-
TOTAL	30	100,0	22	8					

Fonte: Elaborado pelo autor.

Atentamos também para o número de homens e mulheres de 20 a 30 anos que trabalham na feira, entre solteiros e casados, bem como, para aqueles de 31 a 40 anos, que constituem um segmento de trabalhador que já começa a ter dificuldade na obtenção de trabalho. Nesse sentido, o discurso do empreendedor passa a compor a atmosfera da feira como elemento motivador para aqueles que dela retiram o sustento de cada dia.

De acordo com a tabela 3, podemos verificar a diversidade de municípios de onde são originários os feirantes, o que indica não haver necessariamente uma região ou um só município do Estado emissor de pessoas que atuam na feira, o que reforça o papel desta na absorção de trabalhadores provenientes de vários pontos do Ceará e de outras unidades da federação.

Tabela 3 – Município onde nasceu o feirante de Aprazível, Sobral/CE

MUNICÍPIO	Número		
	Abs.	Relat. (%)	(%) Acum. Cresc.
1 Acopiara/CE	1	3,3	3,3
2 Aracati/CE	1	3,3	6,6
3 Barro/CE	1	3,3	9,9
4 Catunda/CE	1	3,3	13,2
5 Fortaleza/CE	7	23,5	36,7
6 Granja/CE	1	3,3	40,0
7 Ibiapina/CE	1	3,3	43,3
8 Iracema/CE	1	3,3	46,6
9 Irauçuba/CE	1	3,3	49,9
10 Morrinhos/CE	1	3,3	53,2
11 Mucambo/CE	1	3,3	56,5
12 Parnaíba/PI	1	3,3	59,8
13 Quixadá/CE	1	3,3	63,1
14 Quixeramobim/CE	2	6,8	69,9
15 Rio Grande do Norte (RN)*	1	3,3	73,2
16 Santana do Acaraú/CE	1	3,3	76,5
17 São Benedito/CE	2	6,8	83,3
18 Sobral/CE	2	6,8	90,1
19 Souza/PB	1	3,3	93,4
20 Umirim/CE	1	3,3	96,7
21 Umari/CE	1	3,3	100,0
Total	30	100	

Fonte: Elaborado pelo autor.
* Não identificou o município.

De um lado, podemos inferir que são pessoas originárias de município localizados em quase todas as sub-regiões do Estado do Ceará, mas com um destaque para a Capital, Fortaleza, com 23,5%. Por outro lado, podemos constatar também que outra grande parte dos feirantes nasceu em municípios próximos a Sobral ou que pertencem a sua região de influência. Têm ressalto, também,

feirantes nascidos em outros estados, como Rio Grande do Norte, Paraíba e Piauí. Já em relação ao município onde constituem domicílio, constata-se que a maioria dos feirantes vem de Fortaleza. A feira também mobiliza, contudo, muitos feirantes das cidades da região de Sobral. Há dois pontos a serem esclarecidos com relação à origem dos feirantes. O primeiro refere-se ao fato de a maioria dos feirantes proceder de Fortaleza e o segundo é que, depois de Fortaleza, predominam os feirantes que são originários da região noroeste (Tabela 4).

Tabela 4 – Município onde mora o feirante de Aprazível, Sobral/CE.

MUNICÍPIO DE DOMICÍLIO	Número	
	Absoluto	Relativo (%)
Catunda/CE	1	3,3
Caucaia/CE	1	3,3
Distrito Taperuaba – Sobral/CE	1	3,3
Distrito de Sitio Alegre – Morrinhos/CE	1	3,3
Distrito de Ubaúna – Coreaú/CE	1	3,3
Fortaleza/CE	17	56,8
Itapipoca/CE	1	3,3
Morrinhos/CE	2	6,7
Mucambo/CE	1	3,3
São Benedito/CE	3	10,1
Sobral/CE	1	3,3
Total	30	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor.

No que se refere aos anos de escolaridade (Tabela 5), verificamos um número considerável de feirantes com formação fundamental incompleta. Considerando o fato de os feirantes serem homens com idade média acima de 50 anos, acreditamos que, se houvesse maior ocorrência de pessoas na faixa etária de 20 a 30 anos e do sexo feminino, a situação talvez fosse outra, isto é, maior escolaridade. Há, entretanto, um grupo significativo de feirantes que informou ter ensino médio, bem como aquelas pessoas que cursaram ou estão cursando o nível superior - Filosofia, Física, Gestão Comercial, Pedagogia (Tabela 5).

Tabela 5 – A escolaridade do feirante de Aprazível, Sobral/CE

NÍVEL DE ENSINO	Número		
	Absoluto	Relativo (%)	(%) Acum.
Alfabetizado	1	3,3	3,3
Fundamental Incompleto	12	40,1	43,4
Fundamental completo	1	3,3	46,7
Médio Incompleto	3	10,0	56,7
Médio completo	9	30,0	86,7
Ensino Superior incompleto	3	10,0	96,7
Ensino Superior completo	1	3,3	100,0
TOTAL	30	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quando perguntados se exerceram alguma outra ocupação antes de vir trabalhar como feirante em Aprazível, muitos relataram sua trajetória profissional, relacionando-a a antigos empregos, em sua maioria, no setor do comércio e serviços. No caso, foram comerciários que ocuparam funções de balconista, vendedor de loja, operador de caixa; prestadores de serviços, como faxineira, repositora, conferente, mecânico, garçon, açougueiro, padeiro, vigia, motorista, serígrafo. Dentre aqueles que já trabalharam no setor de serviços, registra-se a ocorrência de feirantes que militaram como professores e hoje estão operando como feirantes. Dos que já passaram pelo setor da indústria, destacam-se aqueles que trabalharam no ramo da construção civil, exercendo as atividades de pedreiros e/ou serventes. Outros feirantes indicaram que já trabalharam na indústria confeccionista e, na oportunidade, adquiriram conhecimento técnico do processo de produção como costureiros e conferentes de produção. É importante evidenciar homens identificados como feirantes que, antes de virem trabalhar na feira, eram ou, ainda, são agricultores. Suas trajetórias de vida, entretanto, foram marcadas pelo comércio na feira, ou seja, cresceram e ingressaram na vida profissional como vendedores ambulantes e comerciantes em feiras livres. Há, no entanto, feirantes que nunca passaram pela experiência do emprego formal com carteira assinada.

Outro ponto que emergiu ao tratarmos da trajetória profissional dos feirantes foi a migração motivada por trabalho. Muitos registram que houve a necessidade de migrar para outros estados, no caso, São Paulo e Rio de Janeiro, no Sudeste; Bahia e Rio Grande do Norte, no Nordeste; e Pará no Norte do Brasil.

Registramos o relato de feirantes moradores de municípios vizinhos que migraram para a capital, Fortaleza, a fim de obter melhores perspectivas de trabalho. Há, porém, os que retornaram para seus municípios de origem e, com a produção da confecção e seu comércio na feira, conseguiram prosperar, melhorando suas condições de vida. Interessante é notar o ofício de vendedor ambulante que retoma o comércio errante (mascate) relatado por alguns feirantes que têm uma trajetória de passagem por vários estados, como Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Goiás, Alagoas, São Paulo, Sergipe, Piauí. E, ainda, feirantes que tinham ou ainda têm a prática de fazer parte de outras feiras em outros estados, como é o caso das feiras de Caruaru e de Santa Cruz do Capibaribe, em Pernambuco.

No que se refere aos equipamentos utilizados na feira de Aprazível, registra-se a ocorrência de três tipos de equipamentos: o boxe de alvenaria, a barraca de ferro e a barraca de madeira. Dos feirantes respondentes, a metade (15) utiliza o boxe de alvenaria e, destes, a maior parte dos boxes é própria, embora haja boxes que são alugados e outros cedidos. Entre as barracas de ferro (dez), apenas uma é alugada, enquanto as barracas de madeira são em sua totalidade dos próprios feirantes. A tipologia de barraca nos ajuda a compreender o modo de ocupação da feira como um todo. Os feirantes mais antigos e com praça de comércio consolidada na feira dispõem de boxes de alvenaria com espaços para guardarem as suas mercadorias que ficam protegidas de roubos e livres de intempéries (Figura 69).

A feira tem uma estrutura constituída, em sua maioria, por este tipo de equipamento, isto é, por boxes de alvenaria que imprimem o caráter intrínseco de estrutura fixa da feira. Já as barracas de ferro e de madeira permitem maior mobilidade e flexibilidade, podendo ser transferidas de um ponto a outro da feira. (Figura 70). Portanto, elas estão, em geral, localizadas à frente e nas laterais da feira. Nos fundos do terreno, ainda podemos constatar a construção de boxes de alvenaria, apontando o aumento de sua área fixa em meio às barracas de ferro e de madeira. A estrutura dos boxes de alvenaria faz com que a feira adquira uma disposição em fileiras identificadas pelas letras do alfabeto e numeração das barracas. O início das fileiras é composto por boxes de alvenaria e, à medida que se chega ao final do terreno, estes vão dando lugar às barracas de ferro ou de madeira. Verificamos também que, quando as barracas de ferro e boxes de alvenaria não estão ocupadas no dia de feira, são alugadas para outros feirantes. Embora haja

barracas disponíveis, muitos feirantes optam por comercializar sua mercadoria no calçadão em frente à entrada da feira[55], colocando lonas ou sacos de cereais para servirem como suporte para expor as mercadorias.

Figura 69 – Estrutura do boxe de alvenaria com guarda-volumes, na feira de confecção de Aprazível, em Sobral/CE.



Fonte: Próprio autor (2015).

Figura 70 – Estrutura das barracas de ferro na feira de confecção de Aprazível, em Sobral/CE.



Fonte: Próprio autor (2015).

Outro aspecto relevante a ser considerado na feira do Aprazível, e que está bem visível na figura 71, é a estrutura das cobertas, tanto dos boxes quanto das barracas. Elas são de telhados de zinco, salientando-se dois aspectos - um positivo e outro negativo. O primeiro aspecto, o positivo, é que traz maior conforto para o feirante do ponto de vista não só de ter que montar a barraca que, assim como o boxe, permanece montada durante os dias em que não há feira, mas também pelo fato de não ter que ficar colocando e tirando lona de proteção de sol e chuva. Acreditamos que esse constitui, e podemos verificar isso em todas as feiras estudadas e visitadas, de que o ato de montar e desmontar barraca constitui tarefa cansativa para o feirante. No caso da feira do Aprazível, a estrutura dos boxes e barracas, muito provavelmente, foi concebida, considerando essas demandas do cotidiano de quem trabalha na feira.

[55] Parente (2014) atentou, em seu trabalho, para a denominação de “Sem Terras”, para esta modalidade de ocupação em frente à feira.

Figura 71 – Vista das cobertas das barracas com telhado de zinco



Fonte: Próprio autor (2015).

O fator negativo desse tipo de estrutura, isto é, do telhado de zinco, diz respeito ao fator ambiental local. O Distrito de Aprazível, onde se realiza a feira, está situado no semiárido cearense, numa região de pluviometrias irregulares e temperaturas médias que variam de 27ºC a 34ºC das 8 às 12 horas. Com isso, a sensação térmica relacionada às altas temperaturas, debaixo dessas estruturas metálicas, é muito maior. Por esse motivo, talvez, a feira comece a se encerrar por volta das nove horas da manhã.

4.2 A FEIRA DE CARUARU – A CENTRALIDADE DO ARRANJO PRODUTIVO DE CONFECÇÃO DO AGRESTE PERNAMBUCANO

4.2.1 O surgimento da feira da Sulanca de Caruaru

Diferentemente da feira de Aprazível, a de Caruaru constitui-se numa centralidade histórica marcada pelo comércio na feira. Nelson Barbalho (1980), na obra *Caruaru, de vila à cidade*, apontava a importância deste município Caruaru em relação a outras localidades do centro-agreste pernambucano já no século XIX.

O agreste pernambucano é uma região marcada, atualmente, por grande desenvolvimento econômico e dinâmica espacial, principalmente, em função da aglomeração produtiva do setor confeccionista, tratado nos trabalhos de Lira (2009) e Espírito Santo (2013). Dados do Cadastro Industrial de Pernambuco – 2011/2012 apontam que as regiões do Agreste Central, com 476 unidades fabris, e Agreste

Setentrional, com 606 unidades fabris, acumulam a maior quantidade de indústrias do setor confeccionista no Território Pernambucano (Tabela 6).

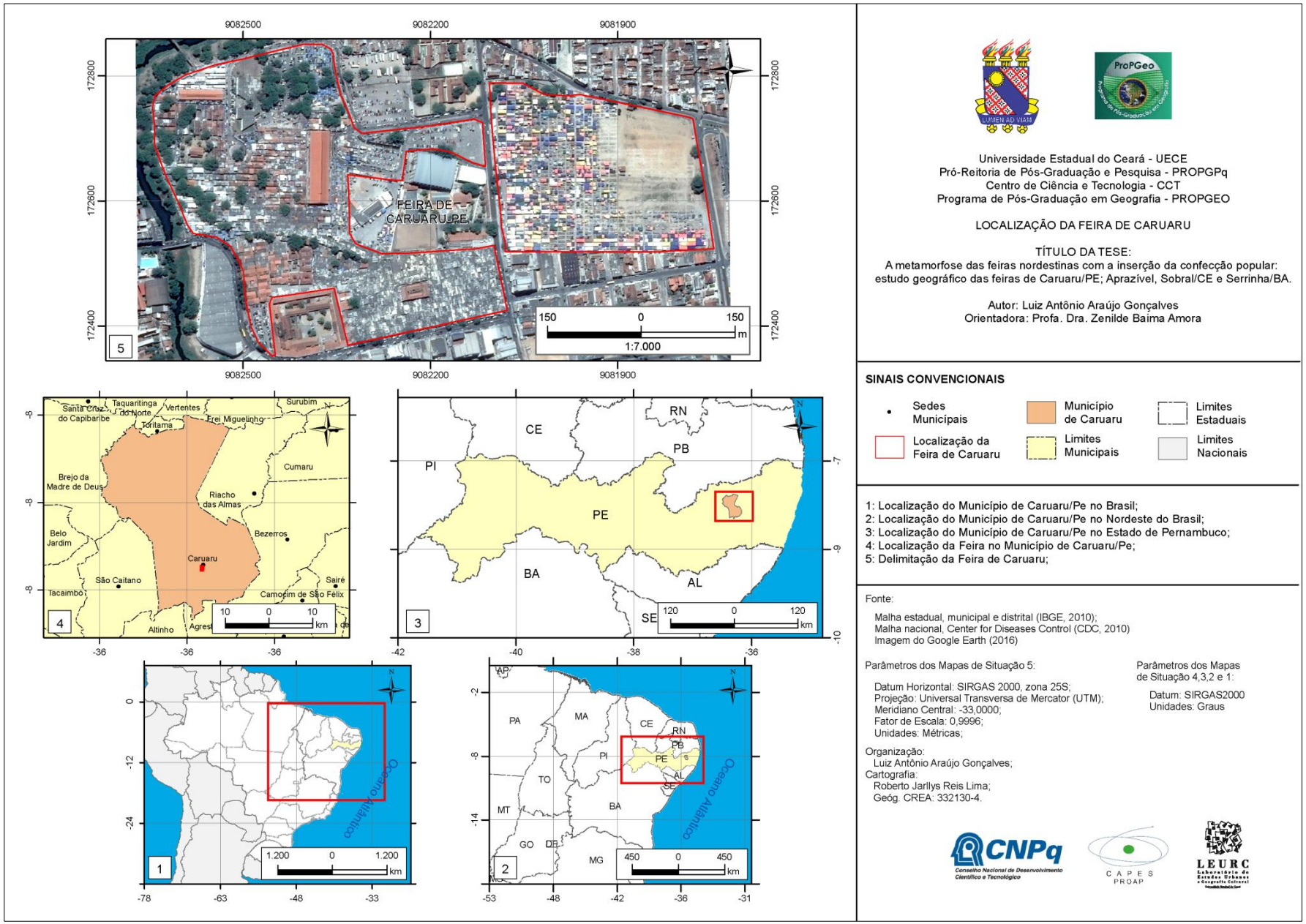
Tabela 6 - Quantidade de Indústrias nas Regiões de Desenvolvimento e indústrias do vestuário -PE

Regiões	Quantidade	%	Indústrias do vestuário
RMR	4.095	50,7	329
Agreste central	1.213	15,0	476
Agreste setentrional	878	10,9	606
Mata norte	341	4,2	27
Sertão do São Francisco	341	4,2	0
Mata sul	319	3,9	30
Sertão do araripe	314	3,9	0
Agreste meridional	231	2,9	21
Sertão do pajeú	167	2,1	11
Sertão do moxotó	87	1,1	0
Sertão central	68	0,8	0
Sertão do itaparica	27	0,3	0
TOTAL	**8.081**	**100,0**	**1.500**

Fonte: FIEPE/ SEBRAE, 2012.

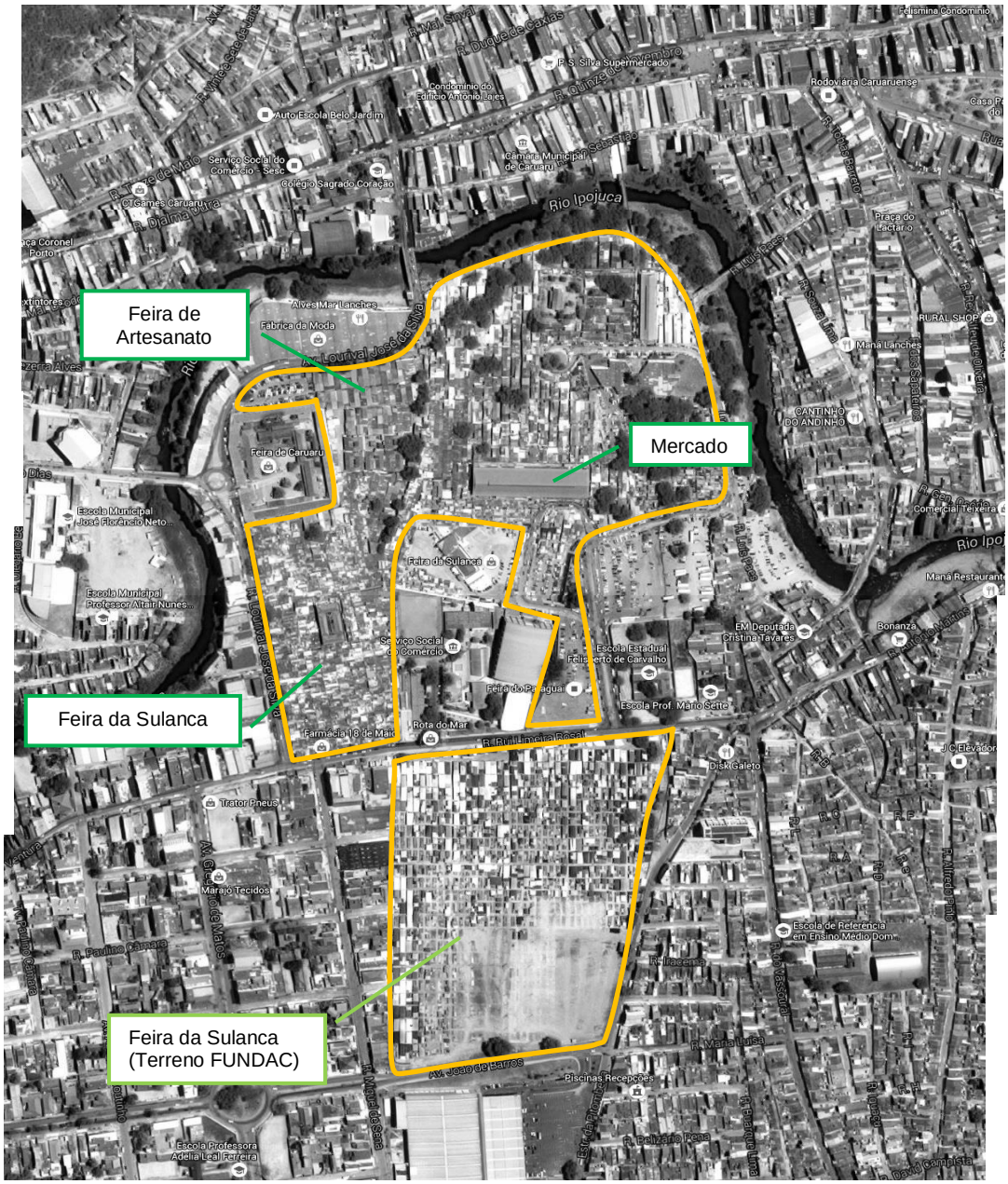
Hoje o Município se destaca como um dos principais polos produtores de confecção do Nordeste brasileiro, tendo também grande destaque o comércio de confecção popular nas feiras livres do agreste pernambucano. A feira principal é a da Sulanca, que é uma dentre as várias feiras setoriais que estão instaladas no Parque 18 de Maio, em Caruaru/PE, conforme já referenciamos. No mapa de localização (Figura 72), podemos visualizar a feira de Caruaru que em virtude da sua extensão e importância, é uma referência não só para o comércio mas também para a cidade e a região.

Figura 72 – Mapa de localização da feira de Caruaru no Parque 18 de Maio.



A feira de Caruaru exprime particularidades que não se restringem ao seu papel econômico, histórico e regional, mas também por ser formada por várias feiras setoriais compondo um aglomerado de barracas, como se pode visualizar na figura 73. É tamanha a sua dinâmica ao ponto de transformar as ruas do seu entorno num verdadeiro formigueiro de pessoas, compradores, sacoleiras e sacoleiros, incluindo novos feirantes que buscam prosperar no comércio da feira, sobretudo em tempos de crise.

Figura 73 - Perímetro do Parque 18 de Maio, onde está situada a feira de Caruaru/PE.



Fonte: *Googlemaps,* 2015 (Imagens editadas e sobrepostas). Acesso em: 13 set. 2015.

Desse modo, a feira deveria ser valorizada como prática espacial, resguardada como patrimônio do povo de Caruaru, mas parece haver antes uma reivindicação pela privatização do espaço da feira, que está se transformando em *shopping* popular com desenhos padronizados de barracas de feira, ou seja, pequenos boxes com medidas de 2x1m. O feirante deveria defender o espaço da feira, mas a lógica do empreendedor também sugere que este somente será um homem de sucesso fora da feira em espaços construídos nos moldes de centros de compras mas que, todavia, mantém a estrutura da feira. Subtrair a feira do espaço urbano da cidade é um empobrecimento cultural, é uma visão homogeneizante das formas comerciais modernas.

4.2.2 Os feirantes da "Sulanca"

No que concerne ao perfil dos feirantes em Caruaru, podemos constatar algumas distinções em relação a Aprazível, mas também semelhanças. Na variável faixa etária, constatou-se que há um percentual maior na faixa etária de 26 a 35 anos, porém apontando uma tendência de concentração de feirantes nas faixas etárias de 36 a 50 anos. Dessa idade em diante, reduz-se o número de trabalhadores na feira. Embora não representem o universo da feira, os dados qualitativos nos ajudam a identificar feirantes trabalhando nessa faixa etária. A idade de 35 anos ainda aparece como de transição do estado civil de solteiro para casado. Este último estado civil predomina nas faixas etárias seguintes (Tabela 7).

Tabela 7 – Caracterização do trabalhador da feira, por faixa etária, sexo e estado civil – Caruaru/PE

FAIXA ETÁRIA	Número		Sexo		Estado Civil				
	Abs.	Relat.(%)	Masc.	Femin.	Divorciado	U. Estável	Casado	Solteiro	Viúvo
Menos de 20 anos	1	3,3	1					1	
De 20 a 25 anos	1	3,3	1					1	
De 26 a 30 anos	6	20,0	2	4				5	
De 31 a 35 anos	6	20,0	2	4			1	5	
De 36 a 40 anos	5	16,7	3	2			4	1	
De 41 a 45 anos	4	13,4	3	1			2	1	
De 46 a 50 anos	3	10,0	1	2			3		
De 51 a 55 anos	2	6,7	2				2		

De 56 a 60 anos	1	3,3		1	1				
Acima de 60 anos	1	3,3		1					1
TOTAL	30	100,0							

Fonte: Elaborado pelo autor.

A tabela também aponta os extremos, isto é, de jovens que começaram a trabalhar cedo na feira e que não tiveram condições para cumprir o ensino fundamental e médio, tendo a feira como alternativa para se ocupar produtivamente e obter uma renda. No outro extremo, estão os grupos mais idosos e com maior tempo de trabalho. Com menor escolaridade, precisam e continuam trabalhando na feira para sustentar-se; quiçá tenham toda uma trajetória de vida dedicada ao trabalho como feirante. Há, ainda, aqueles que não sabem ler nem escrever e que, quando necessário, arriscam a assinatura do seu nome, conforme constatamos no relato de uma feirante viúva e de mais de 60 anos: “Só sei assinar meu nome.”.

No tocante ao local de nascimento, os dados qualitativos e quantitativos nos permitem reafirmar a predominância do caráter regional da feira, atraindo pessoas nascidas em municípios vizinhos ou próximos de Caruaru, a exemplo dos Municípios de Agrestina, Belo Jardim e Bezerros. De acordo com a Tabela 8, cerca de 46,7%, ou seja, quase metade dos entrevistados, haviam nascido em Caruaru.

Tabela 8 – Município onde nasceu o feirante de Caruaru/PE

MUNICÍPIO	Número		
	Abs.	Relat. (%)	(%) Acum. Cresc.
1 Agrestina/PE	3	10,0	10,0
2 Belo Jardim/PE	3	10,0	20,0
3 Bezerros/PE	3	10,0	30,0
4 Bonito/PE	1	3,3	33,3
5 Camocim de São Félix/PE	1	3,3	36,6
6 Caruaru/PE	14	46,7	83,3
7 Panelas/PE	1	3,3	86,6
8 Pesqueira/PE	1	3,3	89,9
9 Recife/PE	1	3,3	93,2
10 Surubim/PE	2	6,8	100,0
Total	30	100	

Fonte: Elaborado pelo autor.

A tabela 9, que registra o quantitativo por local de nascimento dos feirantes, indica, por extensão, a centralidade da feira, haja vista que mais de 75% dos feirantes que responderam ao questionário residiam em Caruaru, diferentemente de Aprazível, cuja maioria dos feirantes era originária de Fortaleza. No caso de Caruaru, são trabalhadores de municípios vizinhos e de sua região de influência, inclusive de áreas rurais.

Tabela 9 – Município onde mora o feirante da feira de Caruaru/PE.

MUNICÍPIO DE DOMICÍLIO	Número	
	Absoluto	Relativo (%)
1 Agrestina/PE	2	6,7
2 Bezerros (Encruzilhada de São João)	1	3,3
3 Camocim de São Félix/PE	1	3,3
4 Caruaru	23	76,7
5 Cupira/PE	1	3,3
6 São Caetano	2	6,7
Total	30	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto ao nível de escolaridade do feirante, conforme Tabela 10, observa-se o acesso à educação básica (ensino fundamental) e, posteriormente, o ensino médio, aí se estabelecendo uma parcela maior que conseguiu concluir o nível médio e que abrange a faixa etária de 35 a 50 anos. Já aqueles que concluíram o ensino fundamental se enquadram numa faixa etária mais avançada, chegando-se a identificar feirantes que concluíram o ensino superior, no caso da feira setorial da Sulanca.

Tabela 10 – A escolaridade do feirante de Caruaru/PE.

NÍVEL DE ENSINO	Número		
	Abs.	Relat. (%)	(%) Acum.
Não sabe ler	1	3,3	3,3
Fundamental incompleto	6	20,0	23,3
Fundamental completo	6	20,0	43,3
Médio incompleto	4	13,4	56,7
Médio completo	9	30,0	86,7

Ensino superior incompleto	3	10,0	96,7
Ensino superior completo	1	3,3	100,0
TOTAL	30	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quando foram indagados se exerceram outro ofício ou ocupação antes de virem trabalhar como feirantes, a maioria deles relatou haver assumido antes outro trabalho. As ocupações eram diversas, como açougueiro, ajudante de cozinha, ajudante de pedreiro, ajudante de padeiro, empregada doméstica, diarista, garçom, merendeira de escola pública, cozinheira, vendedora, professora, técnico de enfermagem, motorista por conta própria (toyoteiro), e ainda aqueles que fabricavam balas por encomenda. Identificamos, também, pessoas na condição de funcionário público, mas que utilizam o comércio da feira como meio para aumentar suas rendas. Paralelamente ao trabalho na feira, desenvolvem-se outras ocupações que lhe servem de suporte, destacando-se a função de motoristas de veículos (Toyota) muito comuns na paisagem do agreste pernambucano. Por serem veículos de tração e de carga, são utilizados para transportar pessoas e mercadorias nos dias de feira, inclusive os fardos de confecção na feira, conforme podemos visualizar nas figuras 74 e 75.

Figura 74 – Veículo Toyota para transporte de passageiros e cargas – Caruaru/PE.



Fonte: Próprio autor (2013).

Figura 75 – Embarque de passageiros e cargas na feira da Sulanca.



Fonte: Próprio autor (2013).

A experiência de migrar para outra cidade ou para outro estado foi uma experiência de poucos entre os que responderam ao questionário. Talvez a atividade do polo de confecção e do comércio na feira tenha absorvido a força de trabalho que

no passado migrava para outras regiões e cidades brasileiras em busca de melhores oportunidades de trabalho. Dentre os que migraram, o destino foram os Estados da Bahia e de São Paulo. Como em Aprazível, encontramos feirantes que não tiveram nenhuma ocupação antes de trabalhar na feira. Eles estão em todas as faixas etárias consideradas, porém foi no intervalo de 26 a 35 anos que esta situação foi mais recorrente. Tal constatação pode ter várias explicações, como a chegada mais tarde ao mercado de trabalho, a falta de oportunidade de outros setores de atividades, dentre outros, o que remete à necessidade de uma análise mais detalhada sobre o mercados de trabalho na região.

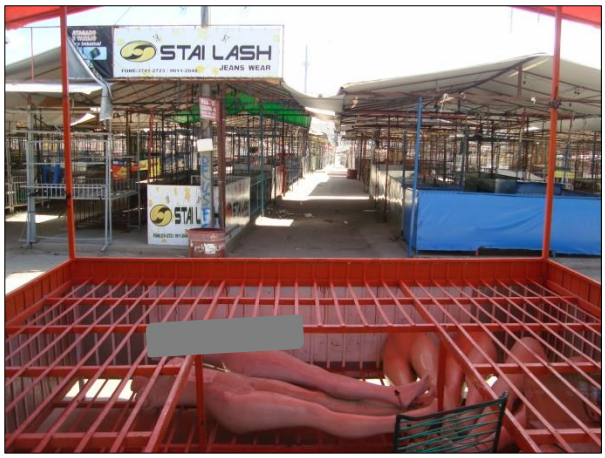
No que se refere ao tipo de equipamento utilizado na feira da Sulanca, podemos constatar que a maioria absoluta dos feirantes utiliza banca de madeira ou de ferro. Apesar de contar com boxes de alvenaria, não foi citado como de uso massivo, a exemplo de Aprazível, onde esse tipo de boxe predomina. As barracas de madeira (Figura 76) são maioria na área da feira próxima ao mercado de carne, enquanto que as barracas de ferro (Figura 77) são mais ocorrentes no terreno da antiga Fundação da Criança e do Adolescente – FUNDAC, que tem sua frente para a rua Ruy Limeira quando a feira foi ampliada.

Figura 76 – Bancas de madeira utilizadas na feira da Sulanca - Caruaru/PE.



Fonte: Próprio autor (2013).

Figura 77 – Barracas de ferro no terreno da antiga FUNDAC.



Fonte: Próprio autor (2013).

A regularização do uso das barracas é outro ponto a ser considerado, pois mais da metade dos nossos respondentes afirmaram que alugam as bancas de ferro ou de madeira para usar no dia da feira. O grande número de barracas, principalmente de comércio de confecção, dificultou a entrada de mais feirantes que

obtêm um ponto de comércio por meio do aluguel das barracas ou por intermédio de conhecidos que cedem o seu uso.

Notamos uma redução no número de feirantes e barracas, haja vista o fato de que, no período de nossa pesquisa, a região Nordeste atravessava seguidas estiagens, o que se tornou um fator de redução de público na feira. Outro fato que contribuiu na redução nas vendas foi o contexto econômico desfavorável que repercutiu de várias maneiras: aumento dos custos de produção, transporte, além das taxas pagas pelos feirantes pelo uso do espaço da feira. Despesas com o aluguel da barraca, o frete para que a mercadoria chegue à feira, a contratação de ajudantes de vendas, o pagamento de carregadores dos fardos de confecção até a barraca e as taxas pagas à Prefeitura pela ocupação do solo constituem os principais gastos que influenciam muito o faturamento dos feirantes.

4.3 A FEIRA DE SERRINHA/BA – A DIFUSÃO DO COMÉRCIO DA CONFECÇÃO NO SERTÃO BAIANO

4.3.1 A feira de Serrinha e sua localização

O Município de Serrinha está localizado no sertão baiano, distante 173 quilômetros da capital, Salvador, e tem população estimada em 82.621 (IBGE, 2016); 7,0% a mais do que a população de 2010 (76.762), resultando numa densidade demográfica de 122,97 habitantes/km². O Município é cortado pela rodovia federal (BR-116), chegando-se à Sede urbana por meio da rodovia estadual (BA-233).

A feira de Serrinha, à primeira vista, difere um pouco das duas primeiras já comentadas, não obstante traços comuns, como a grande movimentação de pessoas que dinamiza a cidade. No nosso sentir, essa feira caracteriza-se como uma autêntica feira nordestina pela diversidade de produtos. Tínhamos a possibilidade de provar das diversas variedades da região com os bolos, pães, bolachas, beijus e cocadas estavam dispostos em tabuleiros em frente ao mercado, na rua Araújo Pinho. Funciona próximo ao mercado [antigo] da farinha, na Praça Miguel Carneiro.

O movimento da feira, literalmente, transformava a cidade numa verdadeira festa, de festejar a fartura da colheita, a compra da mistura do dia, o encontro com os amigos. E, para completar a festa, encontrávamos, em pontos

distintos percorridos, a bombo da zabumba, o *lengo-tengo* de um triângulo e o folear da sanfona que tornavam aquele ambiente mais festivo. No quadrilátero da Praça Miguel Carneiro, conforme podemos divisar no mapa de localização abaixo (Figura 78), podíamos ver um labirinto de barracas demarcadas pelo comércio da confecção que ocupava praticamente todo o espaço da praça. No espaço de tempo de nossa pesquisa, verificamos uma mudança drástica no perfil da feira, em princípio, mais voltada para a comercialização de produtos agrícolas (hortaliças, frutas, feijão, farinha etc.) e agora caracterizada com o predomínio de barracas de venda de confecção.

Era grande o fluxo de carros de passageiros que vinham de vários municípios da região para se abastecer naquela feira. Conforme os relatos de vários feirantes, a feira funcionava antes na praça da antiga matriz, hoje Praça Luiz Nogueira, sempre aos sábados, e durava o dia inteiro.

No decorrer da pesquisa, observamos que a feira de Serrinha também passou por mudanças na sua estrutura e modo de organização. No ano de 2014, o setor de hortifrutigrangeiro foi retirado da rua e realocado no Mercado Público José Santana Lima (Figura 79), ficando autorizado a montar na praça somente as barracas de comércio de roupas (Figura 80).

Figura 78 – Mapa de localização da feira de confecção da cidade de Serrinha/BA.

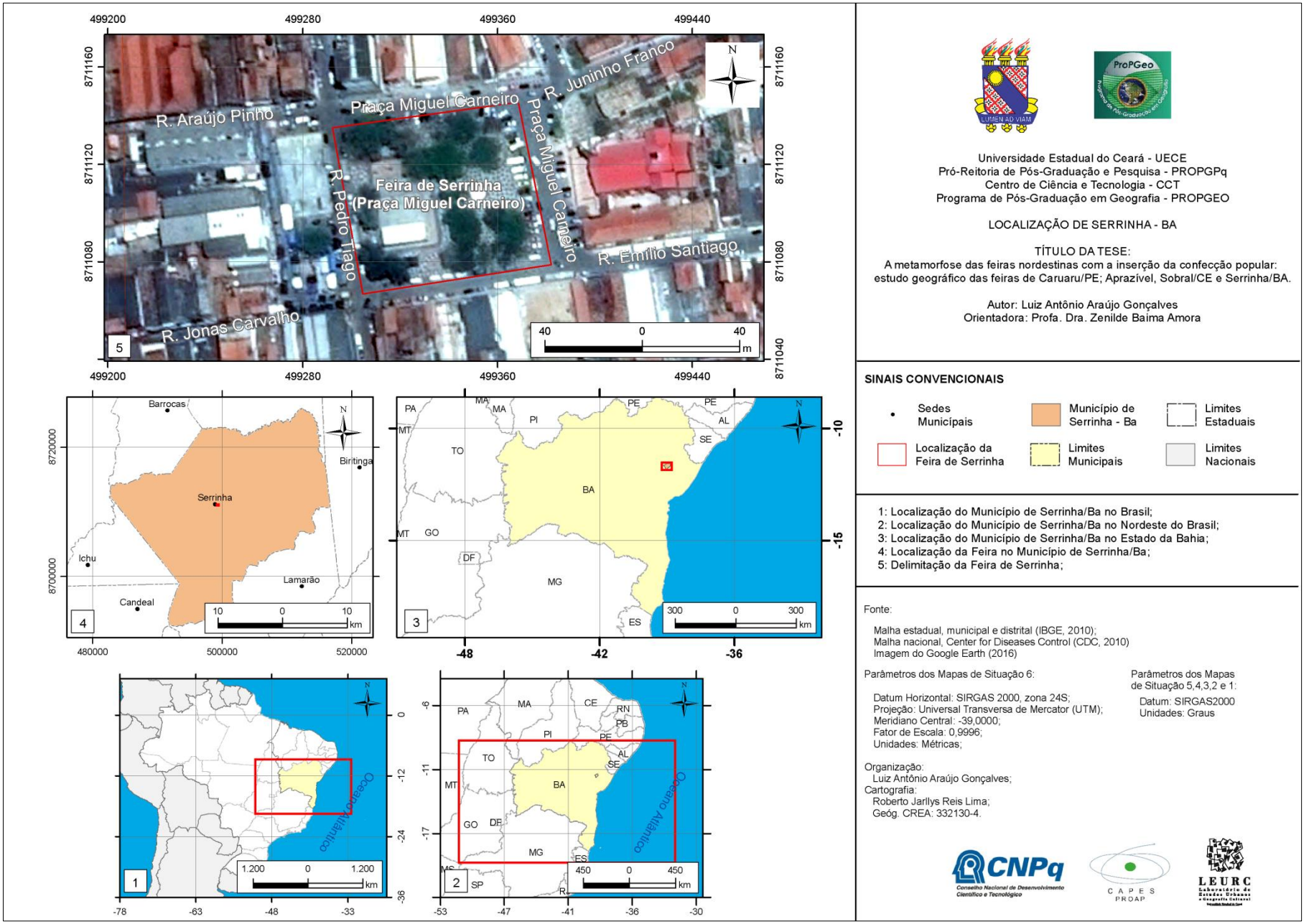


Figura 79 – Vista interna do Mercado José Santana Lima, em Serrinha/BA.



Fonte: Próprio autor (2014).

Figura 80 – Barracas de confecção na feira de Serrinha/BA.



Fonte: Próprio autor (2015).

Hoje a feira acontece na praça da igreja nova, Praça Miguel Carneiro, ocorrendo em dois dias - às quartas-feiras e aos sábados - permanecendo na rua e na praça apenas as barracas de roupas. Embora, muitas barracas e pontos de venda tenham sido retirados, a feira de Serrinha permanece sendo uma típica feira nordestina dotada de uma dinâmica regional.

4.3.2 Os feirantes – mercadores ambulantes do sertão

Em entrevista com os feirantes de Serrinha, pudemos apreender um pouco de suas histórias de vida. A fala de um feirante mostra um pouco dessa trajetória profissional. No passado, ele trabalhava na feira, vendendo produtos eletroeletrônicos. Deslocava-se em caravanas até o Paraguai a fim de trazer as mercadorias para vender em Serrinha. Por certo tempo, a atividade foi rentável, mas no momento em que o governo estabeleceu uma fiscalização mais rígida na fronteira e com a realização de barreiras de fiscalização nas estradas, seu trabalho ficou prejudicado. Foi então que migrou para o comércio da confecção.

Com suporte no questionário aplicado com os feirantes, pudemos verificar que, quanto à tipologia das mercadorias da barraca, deparamos uma especificidade dos feirantes daquela localidade. A maioria das barracas comercializava diversos tipos de confecção, ou seja, não há uma especialização do comércio de somente um produto. Talvez por estratégia de capturar todos os públicos, do homem à mulher, do adulto à criança, em sua barraca. Nesse sentido, verificamos que as barracas têm

uma tipologia predominante de mercadoria, em maior número, mas há um pouco de cada mercadoria. As barracas, assim, podiam ter a moda íntima como mercadoria principal, mas reservava espaço para modinha ou peças de moda-praia ou *fitness*. Vimos pouquíssimas barracas de feirantes comercializando somente um tipo de produto, a exemplo das barracas que comercializavam *jeans*.

Quanto ao perfil de idade dos feirantes, observamos que a feira de Serrinha acolhe grande margem de faixas etárias, isto é, de 26 até 60 anos, embora haja maior concentração na faixa etária de 31 a 45 anos, de modo geral, homem e casado. Tivemos, entretanto, a oportunidade de abordar várias mulheres, na feira de Serrinha, que gerenciam suas barracas de modo autônomo. Acreditamos que a situação de desemprego tenha levado muitos trabalhadores desempregados para o comércio da feira.

Tabela 11 – Caracterização do feirante de Serrinha/BA, por faixa etária, sexo e estado civil.

FAIXA ETÁRIA	Número		Sexo		Estado Civil			
	Abs.	Relat.(%)	Masc.	Femin.	U. Estável	Casado	Solteiro	Viúvo
De 26 a 30 anos	4	13,3	3	1	2	1	1	-
De 31 a 35 anos	6	20,0	5	1	-	4	2	-
De 36 a 40 anos	7	23,3	6	1	2	4	1	-
De 41 a 45 anos	3	10,0	1	2	-	3	-	-
De 46 a 50 anos	5	16,7	4	1	-	4	1	-
De 56 a 60 anos	2	6,7	-	2	-	1	-	1
Acima de 60 anos	3	10,0	1	2	-	1	1	1
TOTAL	30	100,0	20	10				

Fonte: Elaborado pelo autor.

Embora o maior percentual de feirantes seja originário de Serrinha, podemos observar na tabela 12 que outros feirantes procedem de vários municípios baianos, a exemplo de Salvador, Araci, Candeal, Conceição de Coité, Tucano, Simão Dias e Feira de Santana. Registramos, ainda, feirantes que nasceram em municípios de outros estados, como Caruaru/PE, Tobias Barreto/SE e Montalvânia/MG.

Tabela 12 – Município onde nasceu o feirante de Serrinha/BA.

MUNICÍPIO DE ORIGEM	Número			
	Abs.	Relat. (%)	(%)Acum. Cresc.	(%) Acum. Decres.
Serrinha/BA	12	40,1	40,1	100,0
Salvador/BA	1	3,3	43,4	59,9
Araci/BA	2	6,7	50,1	56,6
Candeal/BA	1	3,3	53,4	49,9
Caruaru/PE	1	3,3	56,7	46,6
Conceição do Coité/BA	7	23,4	80,1	43,3
Feira de Santana/BA	2	6,7	86,8	19,9
Montalvânia/MG	1	3,3	90,1	13,2
Simão Dias/BA	1	3,3	93,4	9,9
Tobias Barreto/SE	1	3,3	96,7	6,6
Tucano/BA	1	3,3	100,0	3,3
TOTAL	30	100		

Fonte: Elaborado pelo autor.

O maior percentual dos feirantes de Serrinha é domiciliado neste Município, pois ocorria que feirantes de outras cidades vinham comercializar confecção na feira de Serrinha e competiam de modo desleal com aqueles da cidade. Assim, a Associação dos Feirantes de Serrinha – AFS estabeleceu um acordo com a Prefeitura para que houvesse uma sobretaxa para os feirantes de outros municípios que viessem ali comercializar. Dessa maneira, vemos menor proporção de feirantes vindos de municípios próximos, como Araci, Conceição de Coité e Feira de Santana. Destaca-se aqui o feirante vindo de Tobias Barreto, cidade do Estado de Sergipe.

Tabela 13 – Município onde mora o feirante de Serrinha/BA.

MUNICÍPIO DE DOMICÍLIO	Número	
	Abs.	Relat. (%)
Araci/BA	1	3,3
Conceição de Coité/BA	6	20,0
Feira de Santana/BA	3	10,0
Serrinha/BA	19	63,4
Tobias Barreto/SE	1	3,3
Total	30	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação ao nível de escolaridade média do feirante, notamos na tabela 14 que mais da metade dos respondentes tinha o ensino médio completo, porém ainda temos feirantes não alfabetizados. Outro percentual de feirantes não conseguiu terminar o ensino fundamental. Nesse sentido, a feira foi o refúgio de ocupação para esses sujeitos que, muitas vezes, têm uma trajetória de vida calcada no trabalho dedicado ao comércio ambulante e de feira.

Tabela 14 – Escolaridade do feirante de Serrinha/BA.

Nível de ensino	Número		
	Abs.	Relat. (%)	(%) Acum.
Não sabem ler	2	6,6	6,6
Fundamental incompleto	8	26,7	33,3
Fundamental completo	1	3,3	36,3
Médio incompleto	3	10,0	46,6
Médio completo	16	53,4	100,0
TOTAL	30	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor.

A trajetória iniciada na feira ainda jovem implica afirmar uma série de falhas e falta de oportunidade na formação básica. A situação de falta de emprego conduz não somente as pessoas mais velhas e de baixa formação, mas também segmentos de mais jovens e com melhor nível de ensino, para o comércio da feira. A dificuldade em suas trajetórias laborais antes de ingressar na feira pode ser revelada por meio da trajetória profissional daqueles feirantes que já passaram por vários empregos com carteira assinada.

Muitos feirantes, antes ocupados no comércio, na indústria e nos serviços, deixaram empregos com carteira assinada para vir trabalhar na feira, conforme podemos constatar por meio dos questionários aplicados. Esses feirantes trabalharam antes como operadores de caixas de supermercados, vendedores de lojas em *shoppings* em Salvador ou, ainda, como empregados da indústria calçadista. Este foi um dos ramos industriais dinamizados no Nordeste com a reestruturação produtiva nos anos 1990 que culminou com a transferência de indústrias do Sul e Sudeste para esta região.

Para alguns, o primeiro emprego ajudou a ter a experiência profissional, uma referência em sua trajetória profissional. Haja vista a realidade de um centro

regional, todavia, não se espera que todos tenham sua trajetória marcada por empregos formais e com registro em carteira.

Outros feirantes nunca passaram pela experiência do emprego formal e sempre trabalharam no comércio ambulante, muitas vezes, migrando de feira em feira, de cidade em cidade. Esse perfil de ocupação se deu pela ausência de oportunidade no emprego formal. São pessoas de idade avançada que não tiveram as mesmas oportunidades dos mais jovens, que se engajaram anteriormente no emprego formal em atividades de indústria e comércio. A indústria calçadista que havia no município e que empregou essas pessoas mais jovens só chegou mais tarde às cidades pequenas e médias com a reestruturação produtiva nos anos 1990.

Este é um aspecto da modernização e das transformações das relações de trabalho no Brasil para aqueles que vivem nas pequenas e médias cidades. A experiência do emprego formal só passou a ser uma realidade nessas cidades com a chegada de indústrias incentivadas por programas e agências de desenvolvimento regional como a SUDENE, nos anos de 1950, ou ainda por meio de programas de renúncias fiscais de cada estado, ocasionando o que Milton Santos denominou de *Guerra de Lugares*.

Quando perguntado se já morou ou trabalhou em outra cidade ou estado da Federação, o que ouvimos foi uma diversidade de trajetórias realizadas ao longo do tempo. A tabela 15 evidencia o histórico caminho migratório da região Nordeste para a Sudeste, principalmente, para o Estado de São Paulo.

Evidencia-se, porém, a migração de retorno. No que tange às atividades exercidas anteriormente, chamou-nos atenção o fato de que não eram as atividades industriais de transformação as principais empregadoras, predominando as atividades de serviço e construção civil. Quanto ao tempo de duração nos lugares de moradia anterior, constatamos um intervalo de tempo, variando de três semanas à catorze anos. Apesar da migração de retorno, São Paulo mantém-se ainda atraente, indicando uma notória mobilidade entre Serrinha/BA e São Paulo/SP. Depois de São Paulo, a segunda cidade que aparece é Salvador. Acredita-se que a frequência maior desse deslocamento em direção a São Paulo seja facilitada pelo fato de Serrinha e outras cidades encontrarem-se perto do entroncamento rodoviário composto pelas rodovias BR-116, e BR-101, passando por Feira de Santana e Salvador, em direção à região Sudeste do Brasil.

Tabela 15 – Local de moradia e trabalho exercido anteriormente, por tempo de duração.

Nº	Local de moradia/ trabalho	Atividade exercida	Tempo de duração
1	Ibotirama/BA	Camelô	1 mês
2	São Paulo/SP	Babá	5 meses
3	Salvador/BA	Vigilante	8 anos
4	Inchu/BA	Camelô	3 semanas
5	São Paulo/SP	Vigilante	14 anos
6	São Paulo/SP	Ajudante de pedreiro	7 anos
7	São Paulo/SP	Servente	1 ano
8	Barreiras/BA	Camelô	1 mês
9	Salvador/BA	Gerente de produção	9 anos
10	Salvador/BA	Operador de caixa	3 anos
11	Conceição do Coité/BA	Montador de móveis	5 anos
12	Feira de Santana/BA	Auxiliar de produção	7 anos
13	São Paulo/SP	Porteiro	14 anos
14	Serrinha/BA	Chanfrador de calçado	3 anos
15	São Paulo/SP	Ajudante de pedreiro	4 meses

Fonte: Elaborado pelo autor.

Verificamos o fluxo migratório na fala de muitos feirantes. A busca por melhores oportunidades de trabalho foi uma das principais expectativas capturadas. A seta de imigração dava-se no sentido Nordeste-Sudeste, todavia, como podemos verificar, todos os feirantes já realizaram a migração de retorno, buscando outras modalidades de ocupação, mas atualmente estão inseridos no comércio da confecção na feira livre de Serrinha.

No que se refere à tipologia das barracas na feira de Serrinha, pudemos observar que a barraca de ferro tubular constitui seu tipo de equipamento básico. Para a maioria absoluta dos feirantes, a concessão do Município é própria. As barracas da feira começam a ser montadas por volta das quatro horas da manhã. Os feirantes e as mercadorias vão chegando aos poucos.

5 A INDÚSTRIA DA CONFECÇÃO DO VESTUÁRIO NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, BAHIA E CEARÁ

> *"*Concluída a circulação, o capital está apto a recomeçar o seu processo de produção".
>
> *(*MARX, Karl, Grundrisse, 2011, p. 450).

Este segmento reporta-se à produção confeccionista no Nordeste brasileiro, enfatizando sua distribuição, evolução e precariedade do trabalho, tão comum nesse ramo de atividade produtiva. Entendemos, como encaminhamento de método, que a explosão do comércio da confecção popular nas feiras-livres não pode ser compreendida sem estabelecermos as devidas correlações com a esfera da produção confeccionista nessa região como um todo. Quando Marx (1978) explica a relação geral da produção com a distribuição, troca e consumo, ele sintetiza essa relação acentuando que "A produção é, pois imediatamente consumo; o consumo é, imediatamente, produção. Cada qual é imediatamente seu contrário." (P. 109). O que ele buscou com tal asserção foi ressaltar que a mercadoria não se realiza efetivamente senão no seu consumo para daí ensejar nova produção que, por sua vez, só irá ocorrer mediante a necessidade criada pelo ato do consumo da mercadoria. É, pois, assim que o capital, ao concluir a esfera da circulação da mercadoria com o consumo, recomeça a produção.

Nesse sentido, com o fim de evidenciar e comprovar a relação entre a expansão do comércio da confecção popular nas feiras estudadas e a produção confeccionista, que tecemos, no primeiro tópico deste capítulo, algumas considerações sobre a evolução do número de estabelecimentos industriais de confecção do vestuário e acessórios, mais particularmente, nos Estados de Pernambuco, Bahia e Ceará. Nossa escolha justifica-se, por um lado, pelo fato desses estados congregarem as três feiras por nós estudadas e, de outra parte, por serem estados que historicamente concentraram o maior número de indústrias do gênero de confecção do Nordeste. Em seguida, demonstraremos a expressão da produção empreendida por pequenos produtores – em microunidades produtivas, o que pode explicar a grande profusão de confecções no espaço da feira. Evidenciaremos, ainda, o papel da feira, no contexto atual, como aglomeração precária necessária à circulação e ao comércio da confecção popular.

5.1 BREVE PANORAMA DA INDÚSTRIA CONFECCIONISTA: A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS ESTABELECIMENTOS

Podemos afirmar que a produção industrial confeccionista no Nordeste é algo relativamente recente no período histórico de desenvolvimento dessa região, ao contrário da indústria têxtil, cuja origem remonta ao século XIX. O I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste, de 1961 a 1963, posto em prática pela SUDENE, em suas diretrizes referentes à política de industrialização, preconizava a intervenção necessária na reorganização e reequipamento das indústrias tradicionais, com destaque para as indústrias têxteis algodoeiras, ao mesmo tempo em que visava à implantação de indústrias modernas e de base germinativas, a exemplo da indústria siderúrgica (BRASIL, 1966).

Amora (1978) nos explica, ainda, que os projetos industriais aprovados pela SUDENE eram divididos em dois tipos, ou seja, projeto de implantação de indústrias de modernização ou ampliação. O primeiro envolvia as empresas instaladas com os incentivos fiscais, enquanto o segundo tipo privilegiava as empresas que passariam por ampliação da sua produção ou por modernização de equipamentos.

O desenvolvimento da indústria têxtil no Nordeste ocorreu, desde a segunda metade do século XIX, com o beneficiamento da matéria-prima do algodão. O Nordeste tornou-se uma “região algodoeira”, dentre outras no Globo, fornecendo matéria-prima às indústrias têxteis estado-unidenses e inglesas (OLIVEIRA, 1981). Essa inserção do algodão no mercado mundial decorreu, sobretudo, da Guerra de Secessão, fato esse que resultou na queda da produção algodoeira nos Estados Unidos. Passadas a conjuntura do surto comercial favorecido pela Guerra de Secessão e a queda da demanda das fábricas inglesas pelo produto, os comerciantes, não tendo mais mercado para exportar o algodão, esse logo passou a ser utilizado como matéria-prima na indústria têxtil local (ANDRADE, 1970).

No que diz respeito ao Ceará, Amora (1978) atenta para o fato de que a indústria têxtil foi a primeira a aqui se instalar, o que ocorreu também em outros centros urbanos nordestinos para onde convergia a produção algodoeira. Ela ainda ressalta que, no referente à localização dos estabelecimentos contemplados com os incentivos do mecanismo 34/18, os Estados de Pernambuco, Bahia e Ceará foram os mais beneficiados. Vale ressaltar que a maior parte dos projetos industriais

aprovados de 1960 a 1971 foi direcionada, sobretudo, para as capitais Recife, Salvador e Fortaleza (AMORA, 1978).

Conforme comprovou a autora, dos 662 projetos industriais aprovados pela SUDENE, no período de 1960 a 1971, 217 (32,77%) foram para o Estado de Pernambuco, 127 (19,23%) para a Bahia e 112 (16, 91%) para o Ceará, totalizando quase 70% (68,91) dos projetos aprovados para todo o Nordeste. Ela observa, entretanto, que o Estado de Pernambuco obteve o maior número de projetos aprovados, a Bahia adquiriu o maior volume de investimentos (41, 22%) pela caraterística dos projetos, que tinham o foco na produção de bens de consumo duráveis e intermediários.

Amora (1978), tratando, mais especificamente, do ramo de confecções[56], mostra que este gênero se exprimia mesclado às atividades artesanais, a exemplo dos bordados feitos a mão ou a máquina tradicionais no Ceará. Para ela, naquele momento, tornava-se "[...] muito difícil estabelecer uma distinção precisa entre o artesanato e a pequena indústria." (P. 11).

Mesmo com a modernização do parque industrial de Fortaleza pela SUDENE, observou a autora que, das 44 empresas implantadas e 18 ampliadas, totalizando 62 organizações, apenas oito projetos eram do gênero de confecções, calçados e artigos do vestuário, sendo sete empresas implantadas e uma ampliada.

Apesar de terem sido relativamente poucas as indústrias de confecção implantadas pela SUDENE no Ceará, este ramo já absorvia grande quantidade de força de trabalho, não em decorrência da implantação de estabelecimentos de grande porte, mas, sobretudo, pela grande quantidade de pequenos estabelecimentos voltados à produção de artigos do vestuário, roupas íntimas femininas, uniformes profissionais, roupas infantis e artigos de cama, mesa e banho. Amora evidencia o papel relevante que esses pequenos estabelecimentos tinham no momento em que realizou a pesquisa (1978), asseverando, ainda, que eles utilizavam a produção mista (parte mecanizada, parte manual), funcionando em antigos casarões ou mesmo na residência do proprietário.

[56] Tomando o exemplo da indústria de confecções de Fortaleza, Amora (1978) explica que este ramo, até o final dos anos de 1950, não tinha grande expressão. Havia apenas firmas comerciais que exploravam "[...] o trabalho de artesãos, sendo entregue a estes o material necessário para executarem, em suas próprias residências, as tarefas encomendadas, como no caso da produção de redes." (P. 45).

Com relação a Pernambuco, o plano de industrialização da SUDENE reordenou a economia dos municípios no entorno da capital, Recife (SOUZA, 1985). Mesmo com a criação de indústrias e a modernização das indústrias tradicionais, porém, não foi possível "[...] equilibrar a oferta e a procura de empregos na região, e, ao contrário, reduziu a oferta em alguns ramos de atividade." (SOUZA, 1985, p. 54). Segundo o citado autor, foi o que ocorreu com a indústria têxtil, principalmente, aquela localizada na cidade de Paulista, que era uma grande produtora da região. Em 1960 e 1970, a oferta de emprego nesse setor decresceu 29,7%, parecendo ter havido um efeito inverso da política de industrialização da SUDENE com relação àquele setor, pois o que ocorreu foi a instalação de indústrias dedicadas à produção de bens intermediários, grande parte subsidiárias, que produziam para outras regiões do País, o que não promoveu o surgimento de um centro manufatureiro na região ou, ainda, indústrias complementares do setor têxtil. Souza (1985) acentua que foi, porém, o descompasso da criação de empregos em relação ao crescimento da população no meio urbano, juntamente com as alterações das relações no campo canavieiro e a estrutura fundiária do espaço metropolitano, que contribuíram para a criação e reprodução do trabalho autônomo[57], sobretudo o do comércio de confecção no meio urbano recifense, conforme retomaremos mais adiante (SOUZA, 1985).

No caso da Bahia, o setor têxtil-confeccionista parece não ter tido a mesma relevância do que outros setores, e também de outros estados nordestinos, como Ceará e Pernambuco. Tomando como referência os projetos de empresas que se beneficiaram da política de incentivos fiscais promovida pelo Governo Federal, por meio da SUDENE, no ano de 1985, e a distribuição espacial dos projetos concluídos nos estados nordestinos (Tabela 16), observa-se que os Estados de Pernambuco, da Bahia e do Ceará foram os mais privilegiados. O Estado de Pernambuco aparece com o maior número de empresas, ou seja, 234 projetos, seguido da Bahia, com 190 projetos, e por último, o Ceará, com 175 projetos. Isso revela a continuidade da concentração de projetos nas referidas unidades federativas, confirmando o que Amora já revelava para os anos de 1970.

[57] Para ele, o trabalho autônomo não é fruto de ações individuais, tampouco uma maneira criativa de sobrevivência dos não-assalariados, mas é um "[...] trabalho individual cooperado pela força familiar." (SOUZA, 1985, p. 50).

No que se refere aos setores de atividade, o maior destaque foi para o setor industrial, que representou 60,5% dos projetos concluídos até dezembro de 1985. O segundo lugar coube ao setor agropecuário, com 27,5% dos projetos, que, juntos, representaram 88% dos projetos distribuídos pelos estados nordestinos, acrescendo-se o norte do Estado de Minas Gerais. Os outros setores (agroindustrial, agrícola, avicultura, suinocultura, pesca, turismo e telecomunicação) somados completaram os 12% restantes. Cabe destacar o fato de que o setor industrial obteve o maior número de projetos nos Estados de Pernambuco, Bahia e Ceará, enquanto o maior número de projetos no setor agropecuário foi para os Estados do Maranhão, Paraíba e Minas Gerais (porção norte incluída na SUDENE).

Tabela 16 - Distribuição espacial das empresas, por setor de atividade, com projetos declarados concluídos até 31 de dezembro de 1985, nos estados da região Nordeste.

SETOR / Estado	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	MG	Total	Total (%)
Agropecuário	28	7	49	19	73	36	2	1	21	46	282	27,5
Agroindustrial	3	-	12	3	4	7	1	1	12	-	43	4,2
Agrícola	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Avicultura	1	-	3	1	1	9	1	1	1	1	19	1,9
Suinocultura	-	-	-	-	4	3	-	-	-	-	7	0,7
Industrial	10	10	105	43	64	170	21	24	138	35	620	60,5
Pesca	-	-	2	3	-	1	-	-	-	-	6	0,6
Turismo	-	-	3	2	3	7	3	1	17	2	38	3,7
Telecomunicação	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10	0,9
TOTAL	**43**	**18**	**175**	**72**	**150**	**234**	**29**	**29**	**190**	**85**	**1.025**	**100,0**

Fonte: SUDENE (1986).

Dos 170 projetos industriais registrados no Estado de Pernambuco, somente 11 eram do ramo confeccionista. Conforme a listagem dos projetos concluídos pelo sistema 34/18 e FINOR (SUDENE, 1986), apenas três dessas indústrias estavam situadas no Recife, enquanto as demais se distribuíam em cidades de sua Região Metropolitana (uma em Olinda, duas em Paulista, uma em

Jaboatão dos Guararapes e uma em Cabo de Santo Agostinho). Entrementes, apenas três estavam localizadas no interior desse Estado (uma em Limoeiro e duas em Gravatá). Com efeito, houve a reorganização e recuperação das tradicionais indústrias têxteis, registrando-se um número de 15 empresas industriais têxteis beneficiadas, um pouco superior aos projetos de confecções. A maioria delas estava situada ou na capital, Recife, ou em municípios de sua Região Metropolitana (duas no Recife, quatro em Paulista, duas em Camaragibe, duas em Cabo de Santo Agostinho, duas em Jaboatão dos Guararapes, uma em Moreno e outra em Abreu e Lima). Apenas uma indústria têxtil localizava-se fora da RMR, no Município de Ribeirão, na região da Mata Sul.

De modo geral, as indústrias de confecção produziam calças e camisas masculinas e femininas, blusas, vestidos, bermudas, cuecas, meias e pijamas. Algumas empresas, entretanto, atuavam tanto no gênero têxtil quanto no ramo confeccionista, produzindo sacos, tecidos e fios de algodão e poliéster, mas também na manufatura de cobertores, roupas de cama, mesa e banho (toalhas, lençóis, fronhas e colchas). Destaca-se, ainda, a ocorrência de indústrias de produção de botões, etiquetas e bordados, atendendo a uma condição de complementaridade entre indústrias.

Com relação à Bahia, foram 190 projetos industriais concluídos até dezembro de 1985, ficando em segundo lugar no ranque do Nordeste. Dos 138 projetos industriais, apenas dois eram do ramo de confecção, situados na capital, Salvador e voltados à fabricação de calças, ternos, camisas, cuecas, calções de banho e pijamas. Quanto às indústrias têxteis, apenas sete empresas beneficiárias atuavam nesse ramo. Dessa maneira, podemos dividi-las em dois segmentos: o primeiro composto por quatro empresas têxteis tradicionais algodoeiras, que fabricavam sacos, fios e tecidos de algodão. A primeira delas estava em Salvador e a outra em Simões Filho, na Região Metropolitana. As outras duas situavam-se em municípios mais afastados, como Valença e Nazaré. Desse modo, acreditamos que, em decorrência do pólo petroquímico, outro segmento, com três empresas localizadas em Salvador, Simões Filho e Camaçari, dedicava-se à fabricação de fibras, fios e tecidos sintéticos de poliamida (*nylon*) e *poliéster* (PES).

Os parques industriais de Pernambuco e da Bahia consubstanciaram-se como sendo mais robustos e complexos do que o parque industrial do Ceará, por contar com maiores investimentos em indústrias do ramo petroquímico, metal-

mecânico, químico-farmacêutico, considerados modernos e geradores de indústrias complementares. Dos 175 projetos executados no Estado do Ceará, 60% privilegiaram o setor industrial. Vale ressaltar que, dos 105 projetos deste setor, apenas 13 eram de indústrias do ramo da confecção. A maior parte, ou seja, dez empresas, estava localizada na capital, Fortaleza, enquanto as outras três situavam-se no Município de Maranguape, pertencente à Região Metropolitana. De modo geral, as indústrias de confecção produziam roupas íntimas masculinas e femininas (cuecas, meias, calcinhas, sutiãs, biquínis, maiôs), confecções masculinas, femininas e infanto juvenis (calças, camisas, bermudas etc.). Também eram fabricados produtos de cama e mesa, como colchas de *chenille,* tapetes e toalhas felpudas. Dentre as 12 indústrias têxteis beneficiárias, nove estavam localizadas em Fortaleza, uma em Maranguape, na RMF, uma no Município de Sobral, ao oeste do Estado, e outra ao leste, no Município de Aracati. Grande parte delas se dedicava à produção de fios e tecidos de algodão ou mistos de algodão e poliéster. Destacam-se, ainda, aqueles estabelecimentos produtores de tecidos e de redes de dormir, artigos muito valorizados na cultura nordestina, cearense em particular.

Quanto aos outros estados com empresas beneficiadas com incentivos fiscais, cabe mencionar o Rio Grande do Norte que, em dezembro de 1985, tinha sete indústrias de confecção e nove têxteis beneficiárias; a Paraíba, três confecções e seis têxteis; Sergipe, três confecções e sete têxteis; Alagoas, uma confecção e duas têxteis; Minas Gerais, uma confecção e uma têxtil; e Maranhão e Piauí, ambos com apenas uma indústria de confecção.

O fraco dinamismo da região, ou seja, o lento crescimento econômico que, por décadas, caracterizou a economia nordestina, deu lugar ao dinamismo de várias atividades econômicas no Nordeste segundo (ARAÚJO, 2000). Segundo essa autora, o Nordeste assumiu, com relação à indústria, um novo papel no contexto nacional da divisão inter-regional do trabalho, isto é, de uma região cuja tradição era a produzir de bens de consumo não duráveis, principalmente, têxteis e produtos alimentícios, para se transformar numa região produtora de bens intermediários.

A análise de Araújo, que se reporta até o início dos anos 1990, revelava as diferenciações “[...] existentes dentro da própria região Nordeste, destacando-se os novos subespaços dinâmicos, as diferentes trajetórias estaduais e metropolitanas e os focos de resistência a mudanças.” (ARAUJO, 1995, p. 125). A mesma autora assinala, ainda, que a realidade econômica no Nordeste caracterizava-se pela

grande diversidade e heterogeneidade econômica, marcada por áreas de modernização intensa. A autora cita algumas dessas áreas, denominadas de pólos dinâmicos[58], com destaque para o pólo têxtil e de confecções de Fortaleza. Araújo (1995), com base em Lima e Katz (1993), ressalta que o pólo têxtil e de confecções de Fortaleza despontava, no início dos anos de 1990, como

> [...] um dos importantes centros do setor, tanto em âmbito regional como nacional. Entre 1970 e 1985, o número de estabelecimentos têxteis do Ceará cresceu de 155 para 358, enquanto os ligados ao vestuário passavam de 152 para 850. Em 1991, segundo o Sindicato da Indústria de Confecções do Ceará, o pólo cearense reunia cerca de três mil empresas, gerava 60 mil empregos diretos e era responsável por 12% do ICMS do Ceará [...] (P. 133).

Em razão da ausência de uma análise mais recente que dê conta da trajetória do setor confeccionista nas décadas posteriores, não somente no Estado do Ceará, como também nas demais unidades federativas do Nordeste, buscaremos apreender, a seguir, uma evolução do número de estabelecimentos de confecção do vestuário e acessórios, considerando Ceará, Pernambuco e Bahia, analisando o período de 1985 até 2014. Procuramos apreender a continuidade do polo confeccionista de Fortaleza, sua dinâmica e poder irradiador, bem como comprovar a formação de outros polos confeccionistas semelhantes no agreste pernambucano no decorrer dos anos de 1990, 2000 e 2010, e, se possível, comparar com as análises empreendidas por Araújo em seu recorte temporal nos anos 1990.

Conforme vimos anteriormente, e segundo os dados da SUDENE, o número de indústrias de confecção beneficiárias dos incentivos fiscais foi considerado pequeno em relação ao montante dos projetos industriais aprovados e executados naquele momento. Depreendemos dai, então, a importância de uma análise temporal que possa nos mostrar a evolução do ramo de atividade confeccionista desde os anos de 1980 até o momento. Nesse sentido, nos apoiaremos adiante, nos dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, fornecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, de 1985 a 2014, visando a

[58] Dentre as áreas de modernização intensa, considerando o setor industrial, Araújo (1995) destaca: o complexo petroquímico de Camaçari, o polo têxtil e de confecções de Fortaleza e o complexo minero-metalúrgico de Carajás. No setor agroindustrial, a autora ressalta o polo agroindustrial de Petrolina/Juazeiro (agricultura irrigada do submédio São Francisco), as áreas de moderna agricultura de grãos (cerrados baianos e o sul dos Estados do Maranhão e Piauí), o polo de fruticultura do Rio Grande do Norte (agricultura irrigada do Vale do Açu). Além disso, o polo de pecuária intensiva (agreste pernambucano), os tecnopolos (em Campina Grande/PB e Recife/PE), e os polos turísticos situados nas cidades litorâneas nordestinas (ARAÚJO, 1995, pp. 132-133).

captar as tendências e movimentos de concentração e desconcentração desse ramo de atividade no decorrer das décadas.

Conforme verificamos, em tabela anterior, ainda nos anos de 1980, especificamente em 1985, os incentivos fiscais promovidos pela SUDENE ainda se concentravam nas capitais nordestinas, beneficiando, sobretudo, Recife, Salvador e Fortaleza. Essa mesma lógica ocorria em relação às indústrias têxteis e de confecção do vestuário que, em sua maioria, estavam instaladas nas capitais ou, quando não, em municípios próximos, nas regiões metropolitanas.

Conforme podemos observar na tabela 17, nos anos de 1980, os três estados já contavam com um número significativo de estabelecimentos industriais de confecção de artigos do vestuário, ou seja, superior a 200 unidades fabris. Vale destacar o fato de que, no Ceará, o número de estabelecimentos quase que dobrava em relação aos demais estados. Constatamos, de modo geral, que o setor confeccionista cresceu nessas UF's ao longo dos anos. O Ceará ultrapassou o patamar de 1.000 unidades fabris, já nos anos de 1990, em específico, 1995, algo que o Estado de Pernambuco fez somente dez anos depois, e a Bahia, passados 15 anos.

Essa evolução do número de estabelecimentos de confecção, mostrou-se um movimento ascendente nos três estados. Vale destacar o fato de que a primazia do Estado do Ceará, em relação ao número de estabelecimentos, avançou no início dos anos de 1990, registrando crescimento na primeira metade dessa década que, mesmo sendo considerada de crise e recessão econômica, ultrapassou o número de 1.000 unidades fabris. O Estado da Bahia registrou um pequeno crescimento desse número, isto é, de apenas 18 estabelecimentos no quinquênio 1991-95. Já o Estado de Pernambuco anotou uma redução do número de empresas do ramo de cerca de 150 estabelecimentos no mesmo período.

Tabela 17 – Estabelecimentos de confecção de artigos do vestuário e acessórios – Pernambuco, Bahia, Ceará (1985 – 2014).

ESTADO/ANOS	1985*	1990*	1995**	2000**	2005**	2010***	2014***
Pernambuco	334	632	478	693	1.180	1.987	2.628
Bahia	249	468	486	713	854	1.156	1.176
Ceará	550	984	1.187	1.531	2.007	3.027	3.254

Fonte: RAIS/MTE. * IBGE Subsetor ** CNAE 95 Grupo *** CNAE 2.0 Grupo

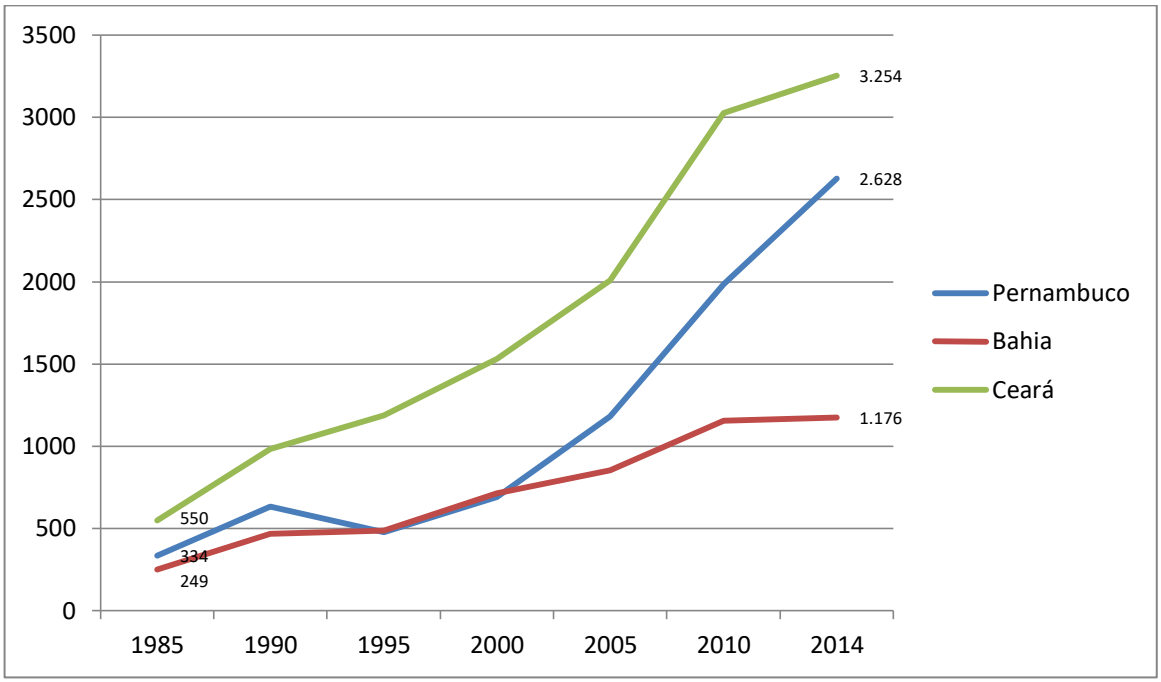
Tal asserção reforça o que Araújo (1995) demarcava sobre as heterogeneidades e diferenciações no âmbito da própria região Nordeste – tudo isto em função das particularidades das estruturas produtivas de cada estado, com a coexistência de estruturas econômicas modernas e a resistência de outras tradicionais, havendo, assim, o maior dinamismo de algumas economias estaduais, naquele momento conforme atesta a autora:

> Entre 1970 e 1990, algumas economias estaduais ganharam importância no conjunto da base produtiva instalada no Nordeste (com destaque para Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão), enquanto as principais economias estaduais perderam posição relativa, tal é o caso da Bahia e especialmente de Pernambuco [...] (ARAÚJO, 1995, p. 139).

O período de 1991 a 1995 foi reconhecidamente de crise econômica, com profundas consequências para a classe trabalhadora. Pernambuco sentiu esse contexto de crise com um retrocesso do número de estabelecimentos de confecção, bem assim em um recuo de 154 estabelecimentos de confecção. O mesmo não ocorreu com Ceará e Bahia, que tiveram crescimento do total de unidades fabris no setor, no mesmo período. Ressaltamos ai que o crescimento da indústria do setor do vestuário, no Estado do Ceará, já ultrapassava o patamar de 1.000 unidades fabris em 1995.

No nosso entender, a inserção da confecção popular no espaço da feira-livre está relacionada ao crescimento da produção confeccionista, tanto no Ceará e Pernambuco como também na Bahia. A evolução crescente do quantitativo de estabelecimentos de confecção e de artigos do vestuário e acessórios, desde os anos de 1980 até 2014, nos fornece indícios do aumento da produção de confecções. Conforme podemos verificar no gráfico 1, houve crescimento, quase ininterrupto, do número de estabelecimentos industriais de confecção de artigos do vestuário e acessórios nos três estados nordestinos. De 1995 a 2000, cresce a quantidade de estabelecimentos de confecção de artigos do vestuário nas três citadas UF’s. No Ceará, o setor cresceu 22,46%, nesse período, destacando-se por atingir uma marca superior a 1.500 unidades fabris (1.531). Enquanto isso, Pernambuco e Bahia obtiveram boa recuperação, crescendo 31%, em média, no número de estabelecimentos de confecção.

Gráfico 1 – Evolução do número de estabelecimentos de confecção de artigos do vestuário e acessórios nos Estados de Pernambuco, Bahia, Ceará (1985 – 2014).



Fonte: RAIS/MTE.

De 2000 a 2005, o setor confeccionista cresceu nos três estados, sendo que a Bahia obteve evolução de 16,5%, e o Ceará de 23,7%. Surpreende, entretanto, o crescimento vertiginoso do setor, em Pernambuco, no mesmo período, com destaque para o crescimento de 41% no total de estabelecimentos de confecção do vestuário. Tal significa expressar que o número de unidades fabris quase dobrou em cinco anos nesse Estado. No Ceará, o número de unidades fabris também cresceu, alcançando um patamar superior a 2.000 unidades fabris, em comparação a Pernambuco, que tem um pouco mais de 1.000 fábricas no setor.

No período de 2005 a 2010, o crescimento foi contínuo e simultâneo nos três estados, variando a intensidade de acordo com a UF. Na Bahia, o setor cresceu 26,12%, atingindo um número de estabelecimentos acima de 1.000 unidades fabris. No Ceará, houve um crescimento significativo, em média, 30% (33,69), chegando a um patamar acima de 3.000 unidades fabris (3.027). Impressionou, entretanto, o crescimento de 40,61% do número de estabelecimentos de confecção em Pernambuco.

O intervalo de tempo de 2010 a 2014 cobre o percurso de nossa pesquisa pelas feiras de confecção nos três estados. Nesse período, podemos observar na

fala dos feirantes discursos distintos. Muitos deles eram pequenos fabricantes que traziam sua ínfima produção para ser comercializada na feira. Vários feirantes acentuaram que a produção no fabrico, na facção montada nos fundos da casa, foi um meio de produzir, vender para sobreviver. Essa fase foi de turbulência na economia brasileira. A região Nordeste também passou por anos seguidos de estiagens e chuvas irregulares, abaixo da média, comprometendo a oferta de água. O crescimento do número de confecções, nesse período, foi mais modesto para Bahia (1,7%) e Ceará (7,0%). Mesmo assim, Pernambuco ainda cresceu 24,4% nesse período descrito, ultrapassando a marca de 2.500 unidades fabris.

No que se refere ao desenvolvimento do ramo da indústria de confecção de artigos do vestuário, os dados revelam a primazia histórica do Estado do Ceará nesse ramo, rebatendo a política de industrialização da SUDENE que privilegiou outros setores industriais. Demonstrado o crescimento do ramo de confecções nos estados do Ceará, Pernambuco e Bahia, pós-SUDENE, buscaremos verificar a localização dessa produção com suporte nas tendências de concentração e distribuição espacial das indústrias de confecções nos referidos estados e, sobretudo, comparar com a localização e concentração da indústria incentivada pela SUDENE.

Conforme podemos examinar na tabela 18, em 1985, a maior parte das indústrias de confecções estava localizada na cidade do Recife, concentrando 47% das empresas de Pernambuco. Nos Municípios de Olinda, Jaboatão dos Guararapes e Paulista, na Região Metropolitana do Recife – RMR, encontravam-se outras 32 empresas (9,6%), de modo que 56,5% dos estabelecimentos de confecção do vestuário estavam na Capital e RMR. Havia outro núcleo de aglomeração de indústrias de confecção, que já se destacava na região do agreste, concentrando-se nos Municípios de Caruaru (com 55 empresas) e Santa Cruz do Capibaribe (com 17 empresas), não obstante a ocorrência de uma empresa nas cidades próximas de Surubim e Taquaritinga do Norte. Os Municípios de Toritama e Riacho das Almas, naquele momento, eram inexpressivos na fabricação do vestuário. Destacam-se, ainda, outros municípios que, em 1985, foram listados entre aqueles com maior número de estabelecimentos de confecção. Estes são Belo Jardim (com nove empresas), Limoeiro (oito empresas), ambos situados na região do agreste central, e o Município de Garanhuns, no agreste meridional. Ainda podemos destacar a cidade

de Petrolina (cinco empresas), no extremo oeste do Estado, na região do sertão do São Francisco.

Tabela 18 – Pernambuco e os dez municípios com maior número de estabelecimento de confecção de artigos do vestuário e acessórios (1985 – 2014).

Estado e municípios/Anos	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2014
PERNAMBUCO	334	632	478	693	1.180	1.987	2.628
1 Caruaru	55	101	72	162	393	641	713
2 Santa Cruz do Capibaribe	17	21	18	103	205	395	510
3 Toritama	-	1	6	17	90	156	393
4 Recife	157	303	245	218	231	298	285
5 Surubim	1	4	1	3	14	40	56
6 Taquaritinga do Norte	1	4	-	9	18	43	54
7 Riacho das Almas	-	-	-	-	-	32	48
8 Jaboatão dos Guararapes	7	28	26	20	19	31	45
9 Olinda	11	27	21	25	31	29	44
10 Paulista	14	22	13	18	17	36	42

Fonte: RAIS/MTE.

No início dos anos de 1990, a concentração de indústrias aumentou para 60%, puxada pelo crescimento do número de estabelecimentos, tanto na cidade do Recife quanto naquelas da região metropolitana, com destaque para Olinda, que duplicou o número de estabelecimentos instalados. Jaboatão do Guararapes triplicou o número de confecções. O núcleo produtivo do agreste também experimentou um crescimento substancial, principalmente, por via de Caruaru, que chegou quase a dobrar o quantitativo de estabelecimentos em cinco anos, alcançando marca superior a 100 unidades fabris. Esse crescimento ocorreu de modo mais discreto em Santa Cruz do Capibaribe, Surubim e Taquaritinga no Norte. Estes últimos, que tinham apenas um estabelecimento de confecção, passaram a ter quatro empresas. Em 1990, Toritama registrou, formalmente, a primeira empresa do ramo, enquanto Riacho das Almas ainda não despertara para essa atividade produtiva.

Pernambuco chegou, na primeira metade dos anos de 1990, com uma redução do número de estabelecimentos em todos os municípios listados. No Recife, de 1990 a 1995, 58 estabelecimentos encerraram atividades. Em Caruaru, 29 confecções fecharam as portas. O mesmo ocorreu com os demais municípios, e, em menor número, com municípios metropolitanos. A exceção ocorreu com a cidade de Toritama, que nesse período viu crescer o número de estabelecimentos de um para seis. Destacou-se, também, Petrolina, no extremo oeste, aumentando de 12 para 15 estabelecimentos. As cidades de Garanhuns e Belo Jardim se mantiveram, registrando oito confecções cada qual. Já Limoeiro, que iniciara os anos de 1990 com nove estabelecimentos, sendo assim listado entre os dez municípios com maior número de estabelecimentos de confecção, chegou em 1995 com apenas duas empresas. Queixa maior ocorreu em Taquaritinga do Norte, onde as quatro empresas de confecções fecharam nesse espaço de tempo. Riacho das Almas ainda não dava sinais de sua inserção na produção confeccionista. De modo geral, o período de 1990 a 1995 foi de retração para o ramo confeccionista pernambucano.

O ramo de confecções se recuperou no quinquênio seguinte (1996-2000) com destaque para a desconcentração dos estabelecimentos de confecção do vestuário da cidade do Recife, que passou a representar apenas 31,4% do total de empresas do Estado. Essa mesma tendência foi seguida em Jaboatão do Guararapes e Paulista. Olinda registrou pequeno aumento de 21 para 25 empresas.

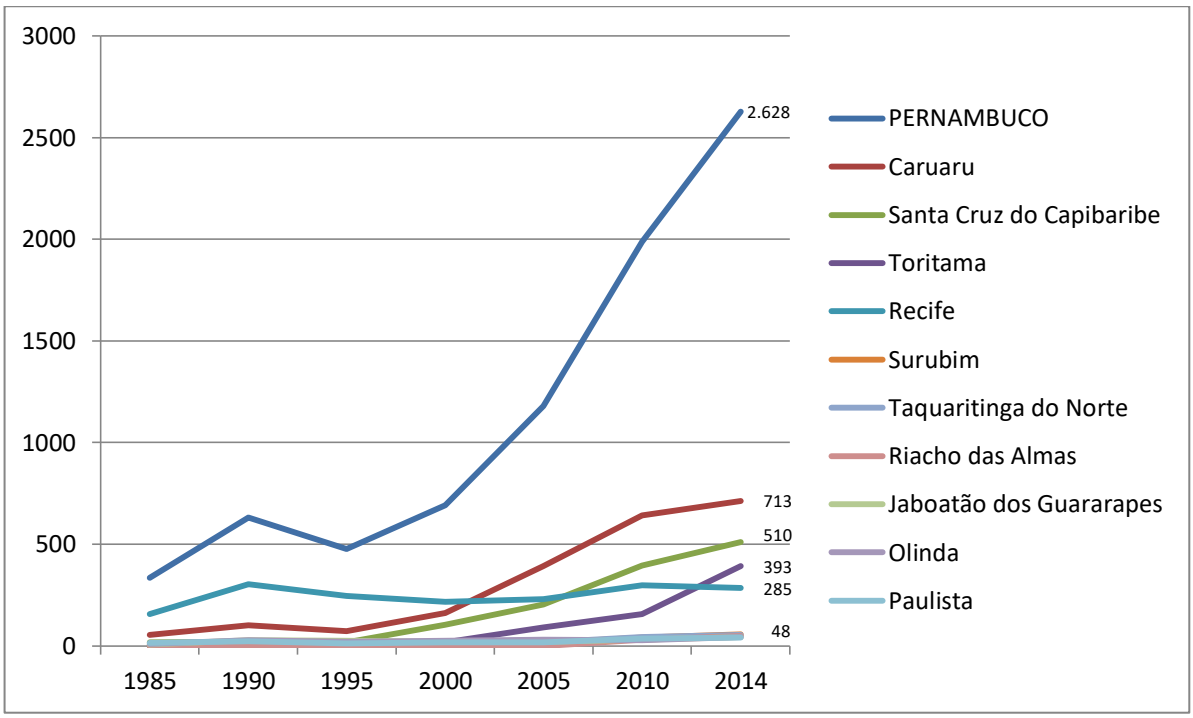
No mesmo período, podemos observar intenso movimento de concentração de estabelecimentos do vestuário nas cidades do agreste, com destaque para os Municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, que juntos passaram a deter uma aglomeração de 282 empresas, o que já era igual ou maior do que a da Capital, Recife, e municípios da região metropolitana, que registrava 281 empresas.

Esse movimento de interiorização das indústrias do ramo de confecções para o agreste foi revelado pelo Município de Caruaru, que duplicou ou mais o número de empresas do ramo, ou seja, de 72 para 162. Já em Santa Cruz do Capibaribe, viu-se um verdadeiro salto, elevando em quase seis vezes o número de estabelecimentos de confecção. De 18 empresas em 1995, o município registrou 103 empresas na virada do século XX. A cidade de Toritama teve um crescimento mais modesto, porém já demonstrava o impulso tomado com a especialização na fabricação de peças *jeans*.

Esse efeito multiplicador teve influência sobre outros municípios, como Surubim e Taquaritinga do Norte, que tinham quase paralisado a produção confeccionista havia cinco anos. A primeira, que tinha apenas uma empresa funcionando, passou a contar com três, e o segundo, que havia parado a produção local, retomou a produção com nove empresas em funcionamento. Destacaram-se, também, os Municípios de Petrolina (com 16 empresas), no extremo oeste pernambucano, de Pesqueira (com 11 empresas) e Belo Jardim (com 16 empresas), no agreste central. Os Municípios de Garanhuns e Limoeiro, que no passado ensaiavam maior dinâmica, mantiveram seis estabelecimentos em funcionamento.

O centro dinâmico da produção confeccionista foi deslocado definitivamente da Capital e região metropolitana para o agreste pernambucano. Dos anos 2000 a 2005, Caruaru passou a ser o principal município em concentração de estabelecimentos da indústria do vestuário, ultrapassando a Capital, Recife, conforme podemos verificar no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Pernambuco e os dez municípios com maior número de estabelecimentos de confecção de artigos do vestuário e acessórios (1985 – 2014).



Fonte: RAIS/MTE.

Ainda com base neste gráfico, vemos ter sido desde 1995 que as indústrias do ramo de confecções começaram a ter um crescimento, que se tornou

mais intenso nos anos 2000, puxado, sobretudo, pelo aumento do total de estabelecimentos de confecção do vestuário nas cidades de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama. Juntas, elas passaram a representar 58% do parque produtivo desse ramo de atividade no Estado, enquanto o Recife e os municípios da RMR passaram a ter 25,2% dessa representação. Nesse período, Toritama também registrou um aumento considerável, quintuplicando o número de empresas (de 17 para 90). A cidade de Taquaritinga do Norte assumiu a sétima colocação em número de estabelecimentos de confecção, seguida pelos Municípios de Paulista, Belo Jardim, juntamente com Petrolina e Surubim, que dividiam a décima posição (cada um com 14 empresas).

O período de 2005 a 2010, conforme o gráfico 2, evidenciou intensivo crescimento do ramo de confecções no Estado de Pernambuco, com destaque, então, para os municípios do agreste. O número de estabelecimentos de confecção em Caruaru cresceu quase no mesmo ritmo do Estado (38,6%), tendo já duas vezes mais indústrias de confecção do que a Capital, Recife, e respondendo por 32,2% das indústrias do ramo em Pernambuco. Isso confirma a centralidade de Caruaru no que se refere à produção de confecção do vestuário.

Em 2010, o Município de Santa Cruz do Capibaribe também ultrapassou o Recife em número de estabelecimento de confecção. Os três municípios do agreste, juntos, passaram a concentrar 60% das unidades fabris de Pernambuco. Esta é uma realidade que, talvez, fosse inimaginável para os anos 1960, quando se iniciou a política de industrialização incentivada pela SUDENE. O mesmo se poderia asseverar para o Município de Riacho das Almas, que não tinha um histórico da produção confeccionista, passando a sediar 32 estabelecimentos de confecção em 2010.

No período de 2010 a 2014, os dez primeiros municípios com maior número de estabelecimentos de confecção de artigos do vestuário e acessórios tiveram aumento das unidades fabris. Juntos, os municípios do agreste representaram, em 2014, 67,5% do total de estabelecimentos de Pernambuco, enquanto os municípios metropolitanos do Recife, juntamente com Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Paulista, eram responsáveis por 15,8% dos estabelecimentos de confecção. Esse dado reafirmou, no que se refere à distribuição espacial dos estabelecimentos de confecção, a inversão da localização territorial desse ramo que,

em 1985, estava concentrado no Recife e municípios da RMR. Atualmente, a indústria confeccionista de Pernambuco está concentrada, sobretudo, no agreste.

Com base no cartograma (Figura 81) que espacializa a evolução do número de estabelecimentos de confecção de artigos do vestuário e acessórios no período de 1985 a 2014, com intervalos de dez em dez anos, podemos verificar claramente o papel que a Capital, Recife, tinha nos anos de 1980, no que se refere à quantidade de indústrias de confecção em relação aos demais municípios do Estado. Destaca-se, já nesse momento, a concentração de estabelecimentos de confecção nos Municípios de Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe como segundo e terceiro maiores municípios em número de indústrias de confecções. Apenas 35 dos 184 municípios registravam esse tipo de indústria. A maioria tinha de uma a 20 unidades fabris, de modo que a maior concentração de indústrias de confecção estava no Recife e municípios metropolitanos de Paulista e Olinda.

Nos anos de 1990, esse ramo de indústria desapareceu em vários municípios, embora tenha surgido em outros. O detalhe fica por conta do crescimento do número de estabelecimentos de confecção na Região Metropolitana do Recife – RMR, principalmente, nos municípios de Jaboatão dos Guararapes e Olinda, que ultrapassam Santa Cruz do Capibaribe dentre os municípios com maior quantidade de unidades fabris de confecção, sem afetar, entretanto, o *status* de centralidade de Caruaru em meio ao agreste pernambucano. A produção confeccionista registrou redução considerável no sertão, onde teve maior queda no número de indústrias de confecção, sendo registrada a ocorrência desse tipo de indústria em apenas cinco municípios: Petrolina, Bodocó, Serra Talhada, Quixaba e São José do Egito.

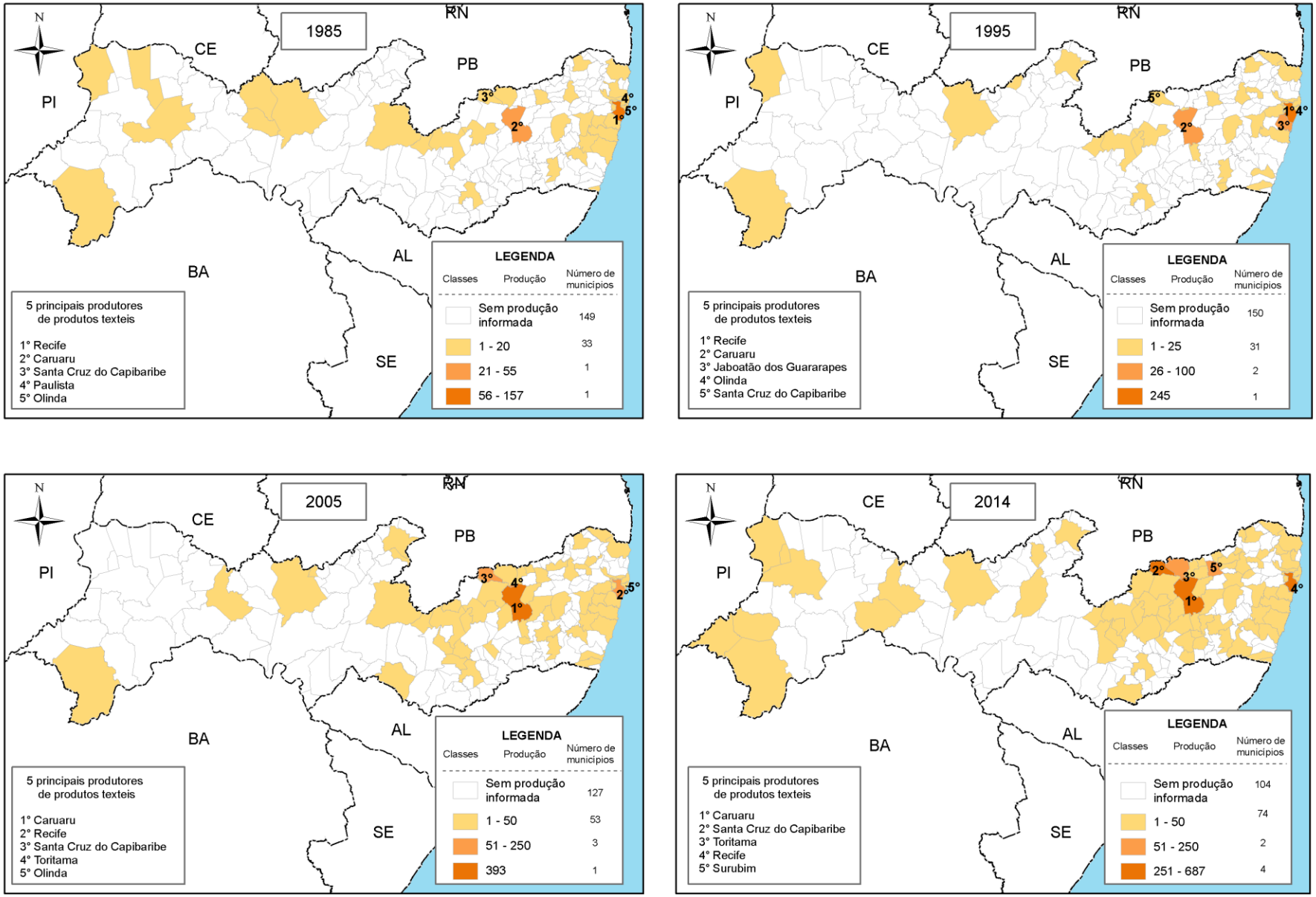
Os anos 2000, a inversão na concentração da indústria confeccionista se consolida na escala do Estado, isto é, quando o Município de Caruaru passou a ser o primeiro em quantidade de unidades fabris de confecção, invertendo essa posição com a capital, Recife. Essa concentração das indústrias de confecção na sub-região do agreste foi reforçada pelos Municípios de Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, como terceiro e quarto municípios em quantidade de indústrias de confecção. A RMR ainda mostra certa força de atrair esse tipo de indústria, com o registro do Município de Olinda na quinta posição. Essa década ainda aponta para o contexto econômico favorável que se refletiu na maior difusão espacial das indústrias de

confecção que passaram a existir em maior número de municípios do Estado, todavia, abrangendo um maior quantitativo de municípios na sub-região do agreste.

Em 2014, podemos constatar que a difusão espacial se consolidou definitivamente nas sub-regiões do agreste e zona da mata, onde quase a totalidade dos municípios possui indústrias de confecção. Destaca-se, no entanto, a consolidação do polo de confecções do agreste pernambucano, haja vista que dentre os cinco municípios com maior número de indústrias de confecção, quatro deles estão situados no agreste, no caso, Caruaru é o primeiro, Santa Cruz do Capibaribe o segundo e Toritama o terceiro. O Município do Recife aparece na quarta posição, ao passo que, em quinto, surge Surubim.

Em dado momento, o leitor pode ter se questionado em relação a esses dados quantitativos com a seguinte indagação: mas qual seria o porte dessas indústrias? Seriam, em sua maioria, de pequeno, médio ou grande porte? Retomaremos esse ponto mais adiante. Cabe-nos, ainda, analisar a distribuição espacial das indústrias de confecção nos Estados da Bahia e no Ceará.

Figura 81 – Evolução do número de estabelecimentos de confecção de artigos do vestuário e acessórios – Pernambuco (1985-2014).



Fonte: RAIS/MTE.

Em seguida, evidenciaremos a evolução e distribuição espacial dos estabelecimentos de confecção de artigos do vestuário e acessórios no Estado da Bahia, no mesmo período analisado para Pernambuco. Os estudos de centralidade realizados por Milton Santos sobre Salvador nos mostra a dimensão desse Estado e da representação de sua capital para o restante da Bahia no que se refere ao desenvolvimento da indústria.

O Estado da Bahia é o maior em extensão territorial na região Nordeste. Possui 417 municípios e ocupa 36,33% do território regional com 564.831 km². Conforme a tabela 19, podemos verificar que, apesar do crescimento do número de estabelecimentos do ramo de confecções no período de 1985 a 2014, na cidade de Salvador, esta perdeu, proporcionalmente, a concentração de 52,2% de unidades fabris que tinha em 1985, sobretudo, para outros municípios da Bahia.

Tabela 19 – Bahia, o Município de Serrinha e os dez municípios com maior número de estabelecimento de confecção de artigos do vestuário e acessórios (1986 – 2014).

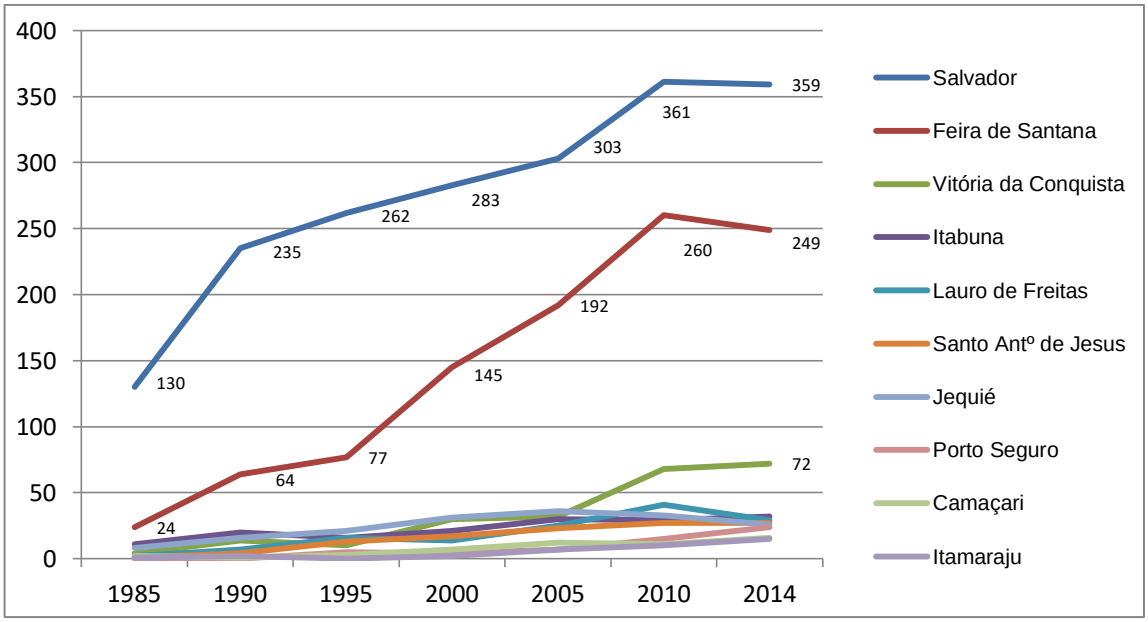
Estado e municípios/Anos	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2014
BAHIA	249	468	486	713	854	1.156	1.176
1 Salvador	130	235	262	283	303	361	359
2 Feira de Santana	24	64	77	145	192	260	249
3 Vitória da Conquista	4	14	10	30	32	68	72
4 Itabuna	11	20	16	21	30	29	32
5 Lauro de Freitas	2	7	16	14	25	41	29
6 Santo Antônio de Jesus	1	4	13	17	23	27	27
7 Jequié	8	16	21	31	36	33	26
8 Porto Seguro	-	-	5	4	7	15	24
9 Camaçari	2	1	3	7	12	11	16
10 Itamaraju	1	2	-	2	7	10	15
Serrinha*	3	-	-	2	4	7	10

* Município incluído como recorte da pesquisa.
Fonte: RAIS/MTE.

Em 2014, o número de estabelecimentos do ramo de confecção em Salvador era de apenas 30,5%. Os dados sistematizados na tabela abaixo indicam que, diferentemente do Estado de Pernambuco, onde houve maior concentração de estabelecimentos de confecção em municípios da RMR, no caso de Salvador, não houve dispersão dos estabelecimentos de confecção pelos municípios da sua região metropolitana. O que restou observado foi a ocorrência de núcleos produtivos situados em centros regionais mais afastados. Destaca-se ai a expressão de Feira de Santana, situada a 116 quilômetros de Salvador. Em 1985, esta cidade detinha apenas 9,6% das indústrias de confecções do Estado, chegando a 21, 2% em 2014.

Além dos dez municípios retrocitados, outros registraram a ocorrência de estabelecimentos de confecção nos anos 1980, a exemplo de Guanambi (com 11 empresas), Simões Filho (seis empresas), Conceição de Coité (cinco empresas), Jacobina (cinco empresas) e Brumado (quatro empresas). Outros municípios mais distantes da capital, como Vitória da Conquista (558 Km), Itabuna (454 Km), Santo Antônio de Jesus (193 Km), Jequié (374 km), Porto Seguro (730 Km) têm pequenos agrupamentos de empresas que não atingem o patamar superior a 50 estabelecimentos por município, conforme se observa no gráfico 3. A exceção é Camaçari, com 72 estabelecimentos de confecção, porém fora este município e o de Lauro de Freitas, ambos metropolitanos, o restante das unidades produtivas está fora da Região Metropolitana de Salvador – RMS.

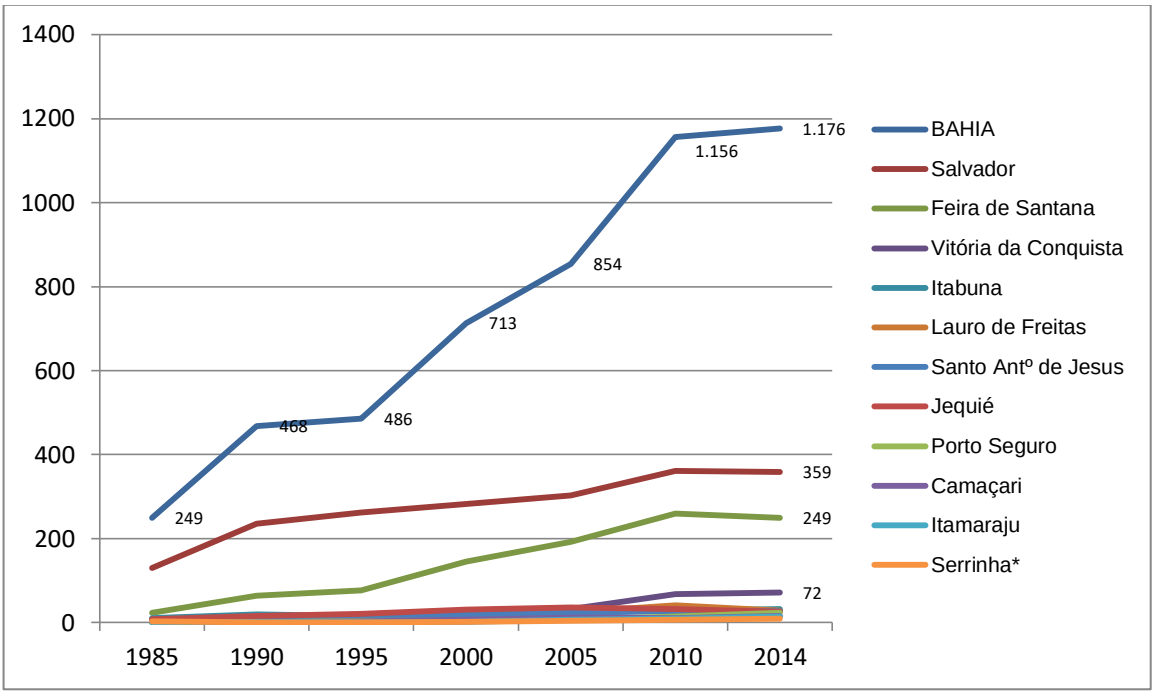
Gráfico 3 – Salvador e os municípios com maior número de estabelecimentos de confecção de artigos do vestuário e acessórios (1985 – 2014)



Fonte: RAIS/MTE.

Nos anos de 1990, outros municípios, como Ilhéus (17 empresas) e Juazeiro (seis empresas), contaram com estabelecimentos do ramo de confecção, no entanto, sem maior expressão na década seguinte. Conforme ilustra o gráfico 4, a produção confeccionista baiana, em sua maioria, está dividida entre a capital, Salvador, e a cidade de Feira de Santana, uma das principais do sertão baiano. No ano 2014, segundo os dados do RAIS/MTE, dentre os 249 estabelecimentos de confecção de artigos do vestuário e acessórios desse município, 20 eram de confecção de roupas íntimas, 193 de peças do vestuário, exceto roupa íntima, e 23 de confecção de roupas profissionais.

Gráfico 4 – Bahia e os 10 municípios com maior número de estabelecimento de confecção de artigos do vestuário e acessórios (1985 – 2014)



* Município incluído como recorte da pesquisa.
Fonte: RAIS/MTE.

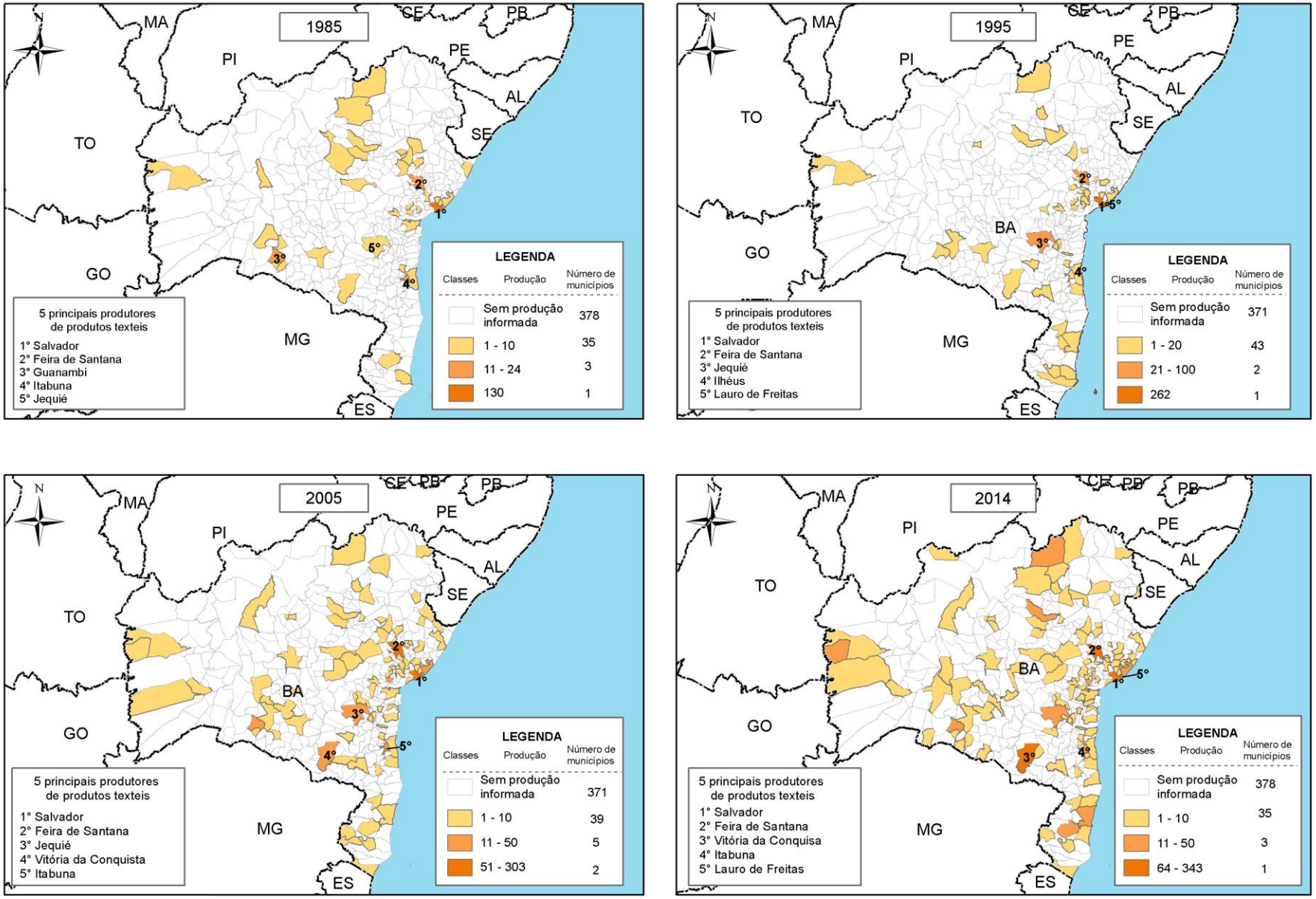
A distribuição espacial das indústrias de confecção no período de 1985 a 2014 pode ser comprovada no cartograma da figura 82. Em 1985, eram poucos os municípios que tinham indústrias de confecção, ou seja, dos 417 municípios, apenas 42 tinham registro de estabelecimentos de confecção. Em 1985, os municípios com maior número de indústrias de confecção eram Salvador, Feira de Santana, Guanambi, Itabuna e Jequié. Curiosamente, a produção confeccionista estava em sua maior parcela em Salvador, não se estendendo por sua região metropolitana, ao

contrário do padrão de concentração do Recife, onde os estabelecimentos de confecção se concentraram tanto no Recife quanto na RMR.

Com exceção de Salvador, o restante dos municípios tinha um total menor de confecções, em geral, abaixo de 25 unidades fabris. Nos anos de 1990, os centros regionais tradicionais, como Feira de Santana, Jequié e Ilhéus, apontam para uma dinâmica de produção e comercialização regional-local da confecção. Em 1995, o Município de Lauro de Freitas, na RMS, aparece como quinto com maior número de indústrias de confecção. Passados mais de dez anos, em 2005, via-se maior dispersão espacial desse ramo industrial com o aumento do número de municípios que passaram a registrar no seu território, indústrias de confecção. Nesse processo de maior espraiamento da atividade confeccionista por municípios fora do eixo metropolitano, destacam-se os centros regionais tradicionais, como Feira de Santana e Jequié, além de outros. A maior concentração de indústrias, todavia, ainda está em Salvador. Desse modo, o polo mais dinâmico, excetuando-se a Capital, é a cidade de Feira de Santana, que se destaca, comparando-se a outros centros regionais, porém ainda não podemos afirmar que esse polo confeccionista tem a mesma intensidade que constatamos no agreste pernambucano.

Em 2014, a atividade confeccionista denota maior dispersão do que se registrava dez anos atrás. Aparecem vários municípios, principalmente, no norte e oeste do Estado, cuja atividade da indústria de confecção não era registrada em décadas anteriores. Observa-se, ainda, uma maior quantidade de indústrias de confecção em municípios próximos ou limítrofes a RMS. Mesmo assim, não registram um número expressivo de unidades fabris.

Figura 82 – Evolução do número de estabelecimentos de confecção de artigos do vestuário e acessórios – Bahia (1985-2014).



Fonte: RAIS/MTE.

Relativamente ao Ceará, como ocorreu com Pernambuco e Bahia, consideramos também o período de 1985 a 2014, para nos referir à evolução e distribuição dos estabelecimentos da indústria confeccionista. Na análise de distribuição espacial da indústria confeccionista, ao longo dessas três décadas, buscamos levar em consideração "[...] as velhas e novas relações que ocorrem no processo de reestruturação do espaço cearense." (AMORA, 1999, p. 28). Ou seja, na análise da distribuição espacial das indústrias do ramo de confecções ao longo de décadas nesse Estado, buscamos considerar as mutações ocorrentes nesse período, considerando o papel atribuído a Fortaleza no contexto metropolitano.

A condição histórica da Capital alencarina como centro coletor da produção agrícola e distribuidor de produtos industrializados teve grande peso na configuração da rede urbana cearense, sobretudo, pela intensa concentração urbana[59] de sua Capital. Mais recentemente, essa concentração urbana atingiu os espaços metropolitanos, embora ainda hoje haja espaços vazios nesse contexto de urbanização (AMORA, 1999). Talvez isso justifique a grande concentração dos estabelecimentos de confecção de artigos do vestuário em Fortaleza ainda em 1985, quando esta cidade concentrava 430 estabelecimentos, ou seja, 78,2% das unidades fabris de todo o Estado.

Conforme os dados da tabela 20, nesse mesmo período, três outros municípios cearenses, registravam estabelecimentos de confecção. Um deles foi Maranguape, situado na Região Metropolitana de Fortaleza – RMF. Os dois outros foram Sobral e Juazeiro do Norte, centros tradicionais e de expressão regional. Outros municípios do interior do Ceará foram listados entre aqueles com maior número de estabelecimentos, a exemplo de Jaguaruana (com 15 empresas), Crato (cinco), Quixadá (cinco), Acopiara (quatro) e Icó (com três empresas).

O município de Acarape, situado no limite com a RMF, registra desde os anos de 1990 estabelecimentos industriais de confecções, expandindo esse ramo nos anos subsequentes, chegando em 2010, a 15 estabelecimentos de confecção e, nos últimos quatro anos, mais 12 unidades fabris ali se instalaram. Já Pacajus, na RMF, despertou para a atividade confeccionista por volta de 1995, quando surgiram

[59] Conforme Amora (1999, p. 31), Fortaleza é uma metrópole que concentra não somente "[...] a população urbana do Ceará, mas as atividades econômicas, o poder político e de gestão do território cearense.".

três estabelecimentos desse setor. Em 2000, contava sete empresas e chegou a 2005 com 18 estabelecimentos. Em 2010 eram mais 23 empresas do ramo de confecção, e, em 2014, já possuía 31 estabelecimentos confeccionistas.

Tabela 20 – Ceará e os dez municípios com maior número de estabelecimento de confecção de artigos do vestuário e acessórios (1986 – 2014)

Estado e municípios/Anos	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2014
CEARÁ	550	984	1.187	1.531	2.007	3.027	3.254
1 Fortaleza*	430	842	1.095	1.273	1.619	2.314	2.356
2 Maracanaú**	3	13	17	29	60	121	128
3 Caucaia*	2	3	4	21	33	75	112
4 Maranguape*	22	14	8	21	25	55	92
5 Juazeiro do Norte	9	18	13	43	62	72	55
6 Sobral	18	23	3	17	21	32	41
7 Pacatuba*	-	1	1	4	12	29	36
8 Aquiraz*	1	1	2	4	9	26	33
9 Pacajus***	-	-	3	7	18	23	31
10 Acarape	-	-	1	1	2	15	27

Fonte: RAIS/MTE.

* Municípios que constituíram a Região Metropolitana de Fortaleza – RMF em 1973.
** Município incluído na RMF em 1986.
*** Município incluído na RMF em 1999.

De modo geral, os municípios da RMF, sobretudo, Acarape, Pacajus, Aquiraz e Pacatuba, tiveram um movimento mais recente de crescimento do número de estabelecimentos de confecção do vestuário. Foi desde o final dos anos de 1990 e começo dos anos 2000 que os estabelecimentos passaram a se instalar e/ou surgir em municípios da RMF, e até além dela, em municípios limítrofes como é o caso de Acarape. Isso sugere uma dinâmica de metropolização das indústrias de confecção que passam a produzir na RMF, porém sua comercialização está voltada para a metrópole, Fortaleza. Conforme veremos mais à frente alguns desses espaços de comercialização da confecção popular se instalaram às margens das

rodovias, eixos de expansão da Metrópole, ou seja, a CE-060 e a BR-116 ao sul, escoando o fluxo de Fortaleza para os municípios da RMF e sertão central do Estado – a CE-020 ao leste e a BR-222 ao oeste.

Mesmo com esse movimento da dispersão dos estabelecimentos de confecção para os municípios metropolitanos, Fortaleza mantém elevada concentração em número de estabelecimentos (Gráfico 5). A concentração em Fortaleza permanece estável, embora nos anos de 1980, a Cidade detinha 78,2% do número de estabelecimentos do ramo de confecções de todo o Ceará, em 2014, houve um leve declínio, baixando para 72,4%. Paralelamente, houve crescimento do número de empresas em municípios mais próximos da Metrópole, principalmente, Maracanaú, Caucaia e Maranguape. O primeiro teve a dinâmica iniciada nos anos 1980, com a criação do I Distrito Industrial do Ceará e a instalação de projetos industriais apoiados pela SUDENE, favorecendo a instalação de indústrias[60], quando Maracanaú ainda era Distrito de Maranguape (AMORA, 1999).

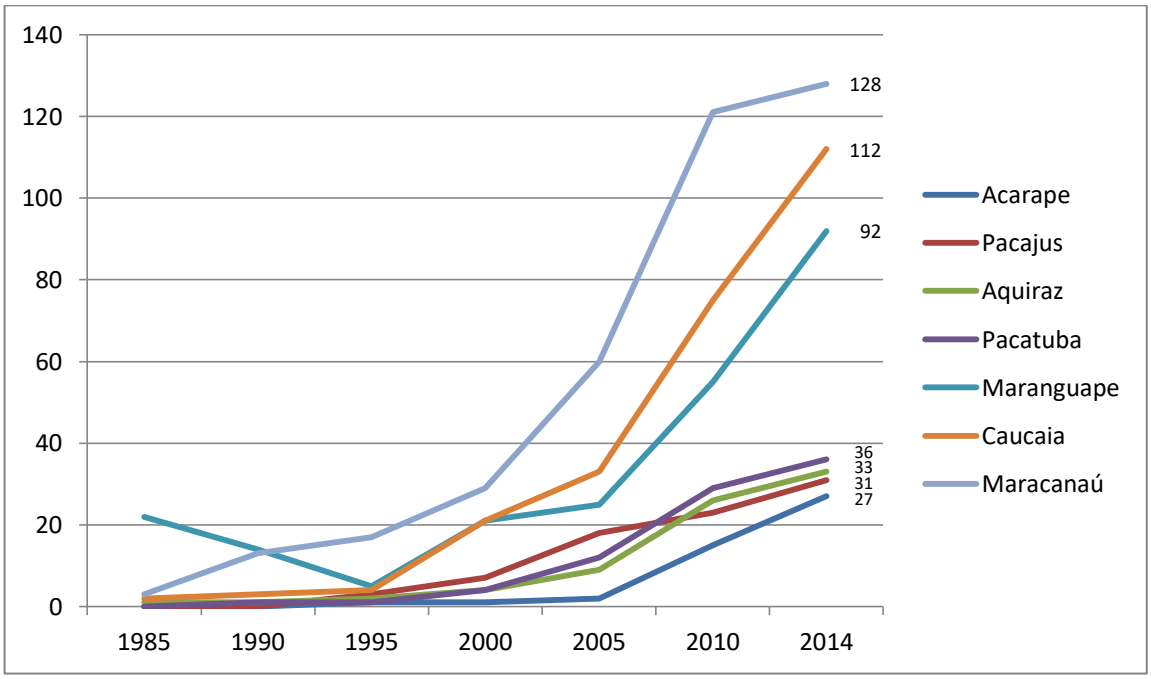
Nos anos de 1990, cresceu o número de confecções em Maracanaú e Caucaia, o que se repetiu até 2014. Maranguape já havia tido um histórico de implantação de indústrias do ramo de confecção incentivadas pela SUDENE nos anos de 1980. No início dos anos de 1990, foi notado um recuo do número de estabelecimentos do ramo confeccionista até 1995. Nos períodos seguintes, o Município registrou aumento do número de confecções, chegando a 92 unidades fabris em 2014.

Essa é uma dinâmica metropolitana que recebe, evidentemente, a influência da metrópole, Fortaleza. Maracanaú, Caucaia e Maranguape destacam-se dos demais municípios metropolitanos em razão do crescimento do número de confecções. Essa atividade confeccionista, todavia, quase não é percebida quando

[60] Carvalho (2009), em sua dissertação de mestrado sobre o I Distrito Industrial do Ceará – I DIC, constatou que o I DIC instalou diversas indústrias incentivadas, porém não se especializou em um determinado gênero produtivo. No Distrito Industrial, situado em Maracanaú, foram instalados estabelecimentos industriais de vários ramos e gêneros. Segundo a pesquisa empreendida em 2009, os gêneros produtivos com maior número de estabelecimentos industriais e maiores plantas fabris são as indústrias têxteis, químicas e metalúrgicas. A representação percentual do número de estabelecimentos, por gênero, em funcionamento, era a seguinte: químico (18,18%), têxtil (16,67%), metalurgia (15,15%), plástico (10,61%) e confecção (9,09%). Outros 30,3% representavam indústrias de outros gêneros (alimentos, artefatos de papel e celulose, bebidas, couro, minerais não metálicos, móveis, material elétrico e componentes de calçados).

comparamos com o grande número de estabelecimentos de confecções em Fortaleza.

Gráfico 5 – Evolução do número de estabelecimentos de confecção de artigos do vestuário e acessórios nos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza - RMF (1985 – 2014).

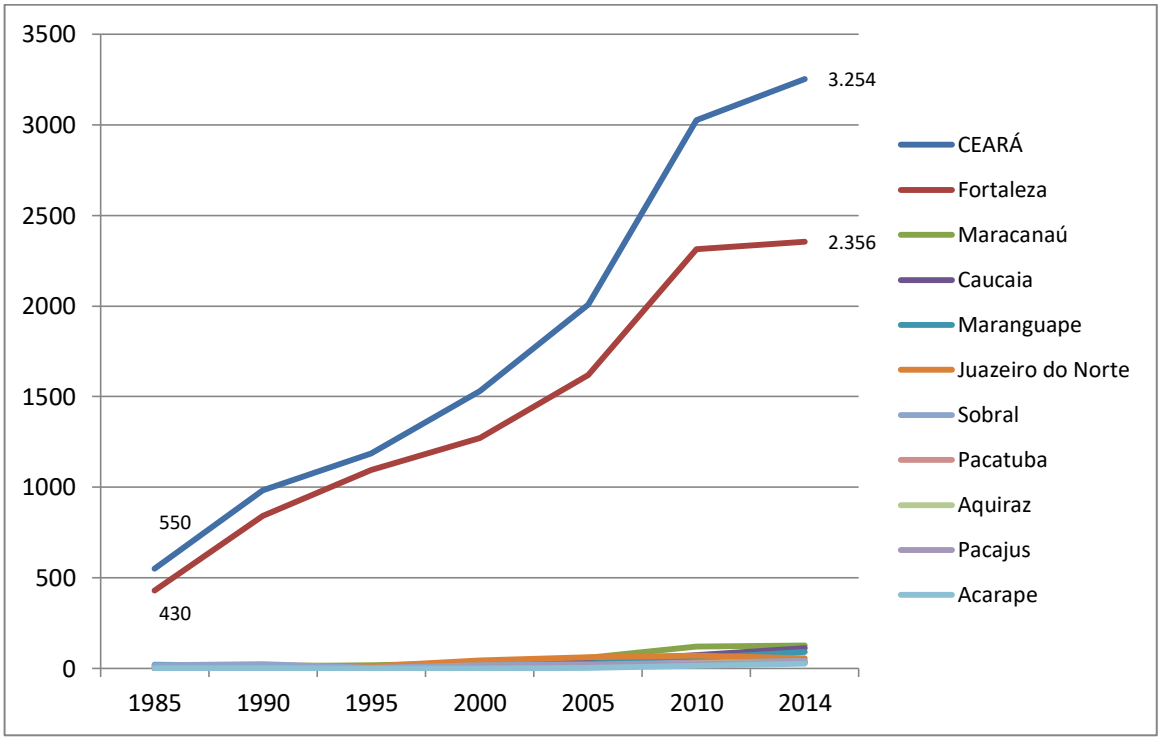


Fonte: RAIS/MTE.

Outro movimento captado refere-se aos municípios do interior do estado. No sul do estado, a região do Cariri, destacou-se o Município de Juazeiro do Norte como produtor de confecção desde os anos 1980. O número de estabelecimentos de confecção cresceu no Município de 1995 a 2010, tendo um recuo nos últimos anos. Já na região noroeste do Estado, tem ressalto Sobral, que em 1985 já tinha 18 estabelecimentos do ramo de confecção. Podemos observar que a atividade teve crescimento de unidades até 1990. Após isso, houve um recuo drástico dessa atividade em Sobral, recuperando-se nos anos de 2000, quando cresceu a quantidade de estabelecimentos de confecção no Município até o ano de 2014. Isto pode ser explicado, em parte, pela demanda suscitada pelo comércio popular de confecção em feiras e mercados. Nesse sentido, cabe destacar a feira de confecção de Aprazível, Distrito de Sobral e nosso objeto de pesquisa. Acreditamos o maior

dinamismo das fábricas de confecção de Sobral promoveu a demanda de espaços de distribuição e comércio da produção confeccionista, a exemplo da feira livre.

Gráfico 6 – Ceará e os dez municípios com maior número de estabelecimento de confecção de artigos do vestuário e acessórios (1985 – 2014).



Fonte: RAIS/MTE.

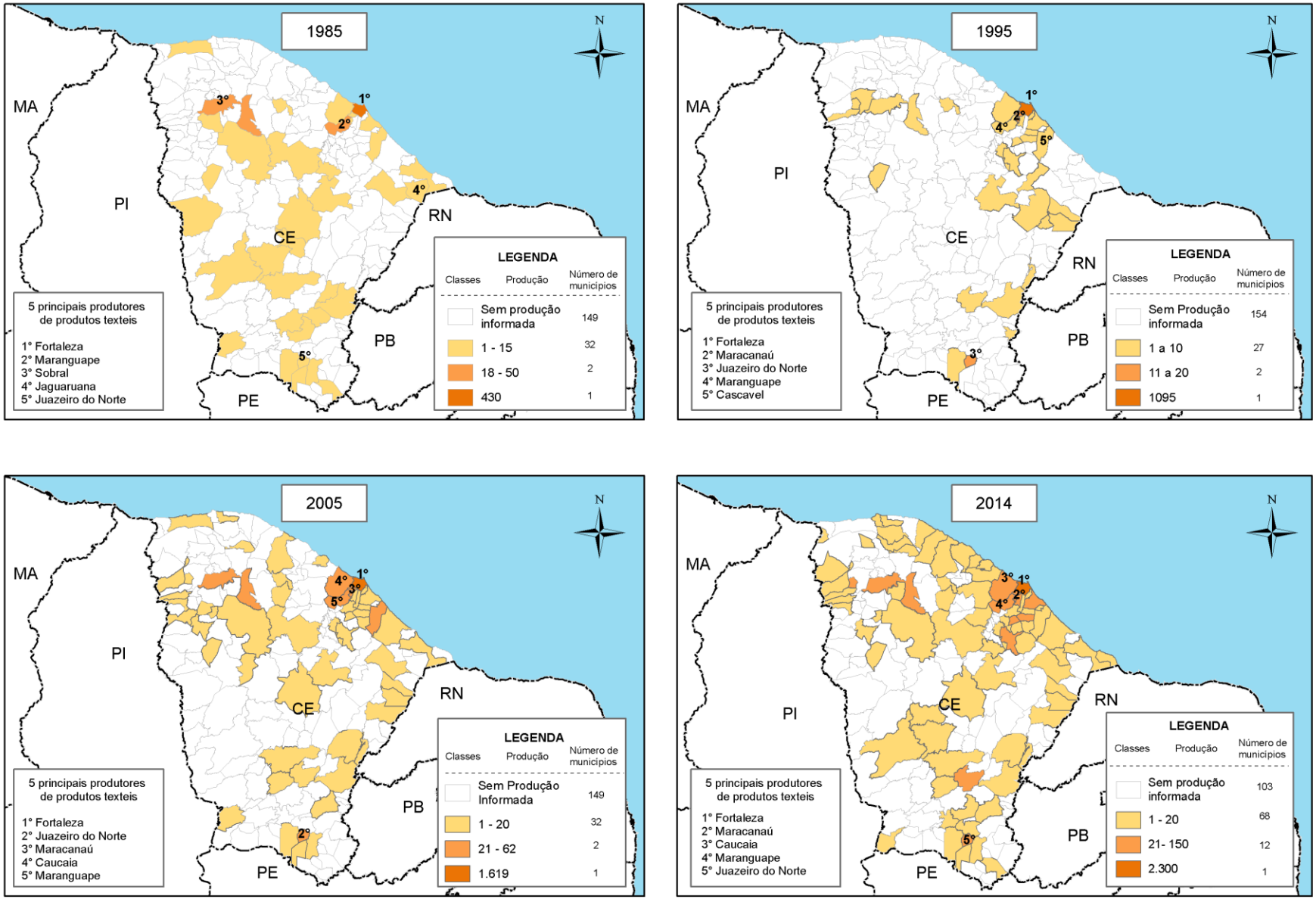
O crescimento do número de estabelecimento de confecção em Fortaleza era quase a totalidade do Estado. Se compararmos, enquanto Maranguape tinha 22 estabelecimentos de confecção nos anos de 1980, Fortaleza tinha 430. Esse ramo cresceu surpreendentemente desde então e, ainda hoje, concentra mais de 70% (72,4) da produção confeccionista do Estado. É uma realidade que pouco difere dos anos de 1980, quando a cidade concentrava 78,2% dos estabelecimentos desse ramo. O gráfico 6 não deixa dúvidas do fato de que a indústria confeccionista do Ceará está intensamente concentrada na Capital. Podemos asseverar que a produção e comercialização da confecção é um fenômeno da Metrópole e, apesar de já ter indícios de sua diluição pelos espaços metropolitanos e não metropolitanos, há uma grande densidade desse setor produtivo que tem inferências no espaço

urbano da Capital. Uma delas é a procura por espaços de comercialização popular da confecção produzida em Fortaleza e municípios da região metropolitana.

No que se refere à distribuição espacial dos estabelecimentos de confecção no Estado do Ceará, conforme figura 83, vemos que, em 1985, a concentração de indústrias desse ramo em Fortaleza já era enorme com relação ao restante do Estado. Maranguape, na RMF, se destaca nesse momento por abrigar várias fábricas de confecção, dentre as quais as que tinham o apoio dos incentivos fiscais da SUDENE conforme se exprimiu em passagem anterior desta tese. Fora da área metropolitana, destacavam-se os Municípios de Sobral, na região noroeste do Estado e Jaguaruana, ao leste, no vale do rio Jaguaribe. Este município é reconhecido pela tradição na produção de redes de dormir. E, ao sul do Estado, na região do Cariri, despontava Juazeiro do Norte. Em menor quantidade, porém, verifica-se a ocorrência de indústrias de confecção também nos municípios do sertão central e centro-sul cearenses.

Os anos de 1990 marcam o aumento de número de confecções, porém de modo por demais concentrado em Fortaleza. Expressava-se aí o esboço de uma metropolização dos espaços no entorno de Fortaleza, conforme já apontou Amora (1999). Notamos, nesse período, o início da dispersão de unidades produtivas por municípios da RMF, a exemplo de Maracanaú e, ainda, daqueles municípios próximos que atendiam aos comandos da Metrópole. Não obstante a grande concentração de confecções em Fortaleza, no sul do Estado, a produção confeccionista era puxada por Juazeiro do Norte. A metropolização dos municípios da RMF foi reafirmada nos anos de 2000, de modo que a atividade confeccionista já existia em quase todos os municípios metropolitanos, principalmente, em Maranguape, Maracanaú e Caucaia. Verificamos, também, que houve crescimento de confecções em vários municípios do Estado, ressaltando o papel de Juazeiro do Norte, no sul, como segundo maior em número de estabelecimentos de confecção. Destaca-se, ainda, o crescimento de atividade confeccionista em vários municípios da região noroeste, dentre eles Sobral, e do Planalto da Ibiapaba, na divisa com o Estado do Piauí. Em 2014, podemos observar que, embora se mantenha a concentração absoluta das indústrias de confecção em Fortaleza, essa dinâmica se irradia para sua região metropolitana.

Figura 83 – Evolução do número de estabelecimentos de confecção de artigos do vestuário e acessórios – Ceará (1985-2014).



Fonte: RAIS/MTE.

movimento que abrange municípios tanto do litoral leste quanto do litoral oeste com destaque para Aquiraz e Cascavel. Esta conserva uma das feiras livres mais tradicionais do Ceará. Atualmente, entretanto, grande desta é ocupada por barracas de confecção. Conforme trabalho de campo, em conversa com coordenadores e feirantes, parte desses comerciantes é de fabricantes do Município e de municípios vizinhos. Outra parte vem de Fortaleza.

Verificamos, assim, que essa concentração de fabricantes e comerciantes de roupas é, sobretudo, metropolitana, envolvendo outras feiras, como as dos municípios de Horizonte e Pacajus também na RMF. O comércio da confecção popular no espaço da feira, todavia, alcança outras escalas que veremos mais adiante. Concorre para isso o fato de, com exceção de Fortaleza, os municípios com maior número de confecções são Maracanaú, Caucaia, Maranguape e Juazeiro do Norte.

5.2 O PREDOMÍNIO DOS PEQUENOS ESTABELECIMENTOS

Retomamos aqui o ponto referente ao tamanho das indústrias de confecção, ou seja, ao porte das empresas entre pequenas, médias ou grandes[61]. Se, contudo, os projetos implantados da SUDENE tinham como foco as grandes empresas, conforme Oliveira (2003) assinalou e consoante já verificamos em tabelas anteriores, o número de projetos industriais aprovados no ramo de confecções foi reduzido, como justificar, por exemplo, que Fortaleza tenha 430 indústrias de confecções em 1985, senão pela inferência de que a maioria dessas unidades fabris era de pequenas e microempresas? Foi com esse intuito de comprovação que nos

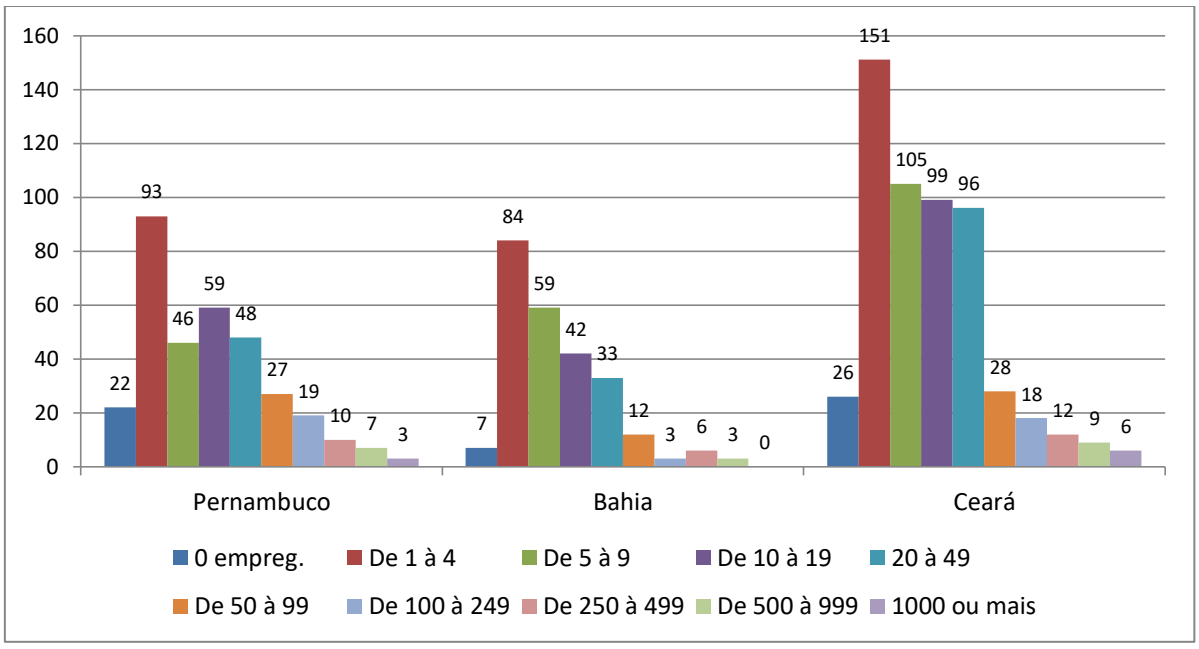
[61] O critério de classificação do porte das empresas pode ser feito de duas maneiras - pelo número de pessoas ocupadas e pelo faturamento das empresas. Na primeira, a atividade industrial tem critérios quantitativos de classificação distintos do setor de comércio e serviços. Assim, no setor industrial, são consideradas microempresas as indústrias que empregam até 19 pessoas. A pequena empresa é aquela que tem de 20 a 99 pessoas ocupadas. As médias empresas ocupam de 100 a 499 pessoas. Por fim, a grande empresa é representada pela indústria que emprega acima de 500 trabalhadores. (SEBRAE, 2014). No que se refere à receita auferida, as empresas foram classificadas de acordo com a Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme a Lei complementar nº 123, de 14/12/2006. De acordo com esse dispositivo, as microempresas são aquelas cuja receita bruta seja de até R$ 360.000,00(trezentos e sessenta mil reais). Já as empresas de pequeno porte devem ter receita bruta acima de R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais). Esta lei também criou a condição de Microempreendedor Individual – MEI, que visou a abranger os trabalhadores por conta própria que optarem por legalizar seu negócio. Neste caso, o microempreendedor pode ter receita bruta anual de até R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), optar pelo imposto Simples Nacional e empregar somente uma pessoa (BRASIL, 2006).

debruçamos sobre os dados da RAIS, referentes ao quantitativo de indústrias do ramo de confecções pelo tamanho do estabelecimento. O porte da empresa foi mensurado, obviamente, pelo número de trabalhadores empregados.

Dessa maneira, se tomarmos por base o quantitativo de indústrias de confecção pelo de empregados, vamos constatar conforme gráfico 7, que, em 1985, o maior número de indústrias de confecção formalizadas estava concentrado, sobretudo, na faixa que emprega de um a quatro funcionários. Esse segmento enquadrava a situação de 151 indústrias de confecção no Estado do Ceará, 93 em Pernambuco e 84 na Bahia. O segmento de indústrias que empregavam zero empregado, em geral, é composta pelo trabalho dos donos ou daquela indústria que encontra-se apenas com inscrição aberta, porém sem movimentar a produção.

Analisando a situação de cada Estado, contudo, podemos verificar que, no Estado de Pernambuco, a faixa de indústrias que tinham zero empregado ou empregava de um a quatro trabalhadores, representava cerca de 34%. O segmento de indústrias que empregava de cinco a 49 empregados era por volta de 46%. E a faixa de empresas que empregava acima de 50 empregados era cerca de 20% do total de indústrias. Destacam-se três fábricas de confecção que, em 1985, empregavam mais de 1.000 funcionários no Estado de Pernambuco.

Gráfico 7 – Indústrias do ramo de confecções, por tamanho do estabelecimento - Pernambuco, Bahia e Ceará (1985).



Fonte: RAIS/MTE.

Com relação ao Estado da Bahia, em 1985, 37% das empresas não tinham empregados ou empregavam de um a quatro. Cerca de 53% das indústrias de confecção contratavam de cinco a 49 empregados e por volta de 10% empregavam acima de 50 funcionários. Nesse ano, o Estado não tinha registro de indústrias de confecção que empregassem mais de 1.000 funcionários.

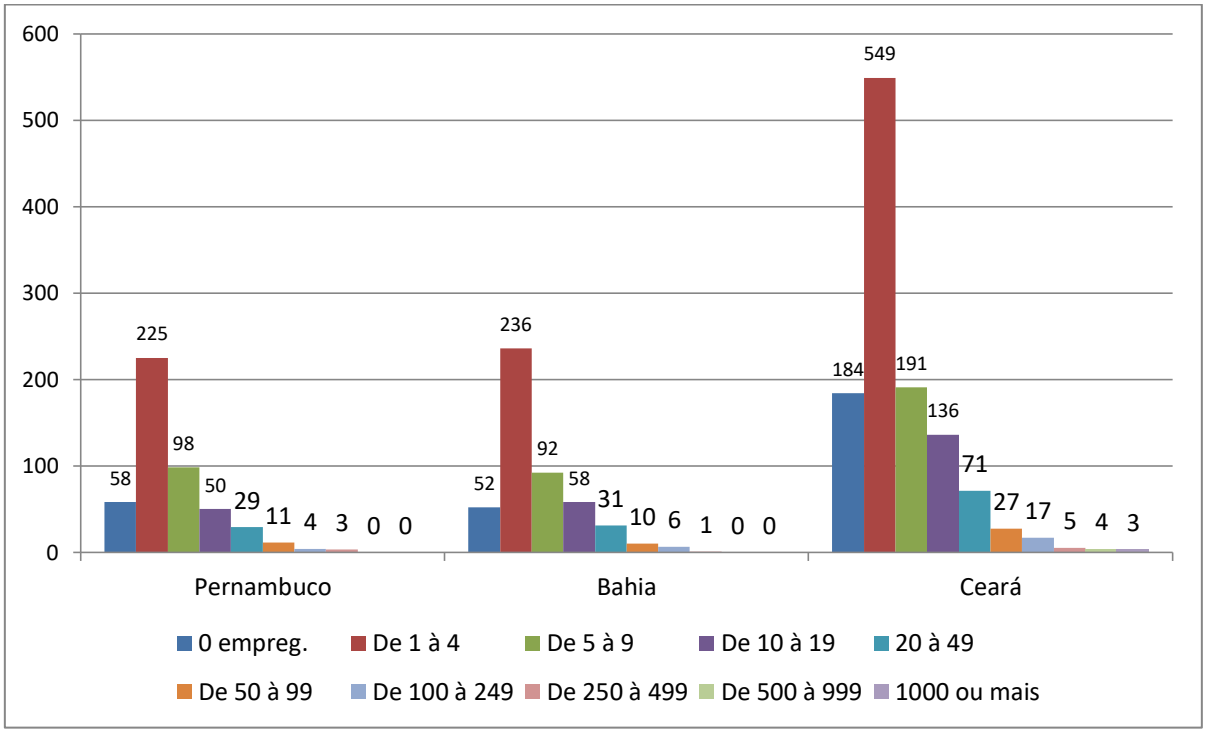
No Ceará, em 1985, as indústrias que empregavam zero empregado ou de um a quatro empregados representavam cerca de 32% do total. Notamos, ainda, um quantitativo considerável de indústrias inseridas nas faixas de emprego de cinco a nove, de dez a 19 e de 20 a 49 empregados, que representavam juntas cerca de 54% do total de indústrias de confecções. Considerando as empresas acima de 50 empregados, estas representavam por volta de 13% do total. O Ceará registrava seis indústrias do ramo confeccionista que empregava mais de 1.000 funcionários.

Passados dez anos, em 1995, podemos observar a agudeza, conforme gráfico 8, no que se refere ao número de indústrias que empregavam de um a quatro funcionários. Houve ainda um crescimento significativo no total de indústrias com zero empregado nos três estados. Verificamos, também, a redução considerável do número de indústrias que empregavam acima de 50 funcionários.

Observando essa dinâmica em cada estado, vemos que em Pernambuco houve importante crescimento do número de indústrias que empregavam de um a quatro trabalhadores (quase 2,5 vezes). Cresceu também, nesse período, o número de indústrias que não tinham nenhum empregado. Juntas somavam quase 60% das indústrias de confecção no mesmo ano. Esse período, marcado pela crise econômica, também fez retrair o número de indústrias que empregava acima de 50 trabalhadores. Não foram registradas indústrias acima de 500 funcionários nesse período.

A Bahia, em 1995, registra o crescimento das indústrias que empregavam de cinco a 49 trabalhadores e o retraimento das indústrias acima de 50 funcionários. Isso aponta uma tendência ocorrida de encolhimento do tamanho dos estabelecimentos com demissão de trabalhadores e diminuição de postos de trabalho no setor da indústria formalizada. No mesmo contexto, vimos crescimento das indústrias que empregavam de um a quatro trabalhadores, crescendo quase três vezes em uma década. O mesmo ocorreu com as empresas que registravam nenhum empregado; cresceram mais de sete vezes, ou seja, de sete empresas em 1985 para 52 em 1995.

Gráfico 8 – Indústrias do ramo de confecções, por tamanho do estabelecimento - Pernambuco, Bahia e Ceará (1995).



Fonte: RAIS/MTE.

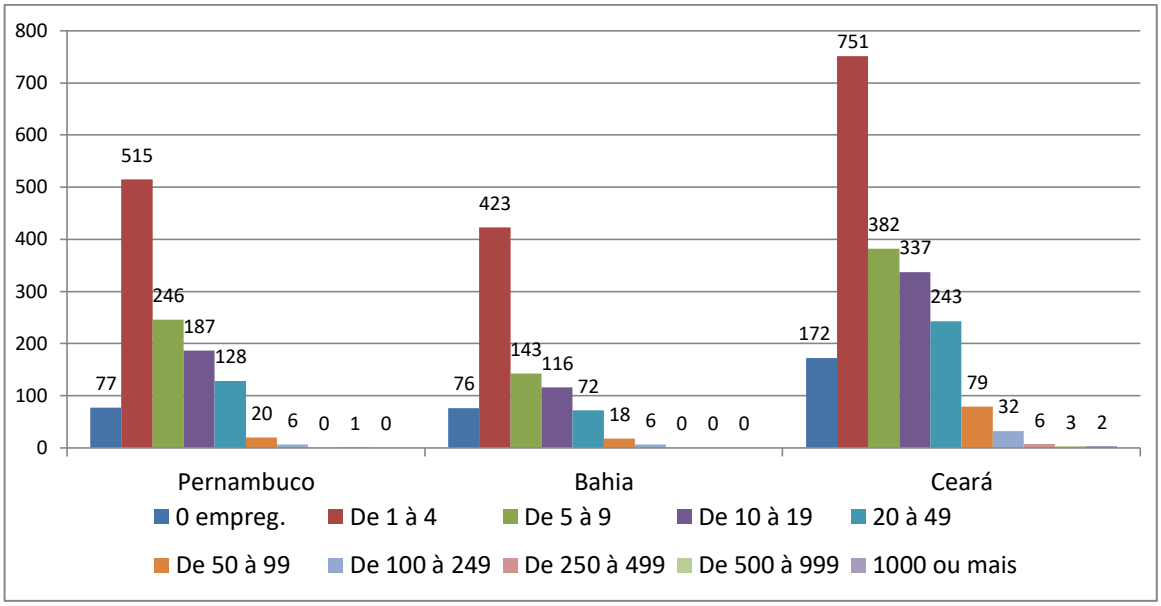
Se os dois estados analisados já mostravam essa tendência de maior concentração das indústrias de confecções no segmento que emprega de um a quatro trabalhadores, no que se refere ao Estado do Ceará, essa faixa de empresas ultrapassou o número de 500 indústrias de confecções. O mesmo ocorreu com as indústrias que tinham zero empregado. Quantitativamente, essas duas faixas de empresas representam mais de 60% do total de indústrias de confecções. No tocante ao segmento de estabelecimentos de cinco a 49 trabalhadores, houve crescimento, embora de intensidade menor, do número de empresas. Houve redução de empresas do ramo na faixa daquelas que empregavam acima de 50 funcionários, principalmente, nos segmentos que acolhiam de 250 a 1.000 ou mais trabalhadores. Essa redução foi quase pela metade, o que é bastante expressivo, pois nos mostrar duas situações: a primeira, de extinção daquela unidade fabril e, no caso de fechamento de fábricas, que empregavam acima de 1.000 trabalhadores, inferimos ter havido intensiva influência sobre o mercado de trabalho com uma grande quantidade de desempregados. Outra situação é a de redução de funcionários, haja vista que os anos de 1990 enfrentaram momentos de crise

econômica, o que também pode ter levado às empresas a enxugar sua massa de funcionários para manter-se no mercado. Isso pode justificar, em parte, o crescimento de estabelecimentos ocorrido no segmento de indústrias que empregavam de cinco a 49 funcionários.

Em circunstância diversa, os dados não têm como captar, relativamente à terceirização da produção, ou seja, de repasse de algumas ou de todas as etapas da produção para outras empresas de faccionamento ou unidades produtivas autônomas. Ai talvez se possa compreender o grande crescimento de indústrias que empregavam de um a quatro trabalhadores. Devemos, entretanto, ponderar que havia e ainda há uma grande quantidade de facções e pequenas indústrias de confecção que não têm qualquer notação de sua existência, muito menos do modo de funcionamento. Para tal, haveríamos de lançar mão de outras metodologias de pesquisa, oficiais ou não, a fim de podemos apontar a expressão desse segmento produtivo. Esse não foi, entretanto, um objetivo determinado para esta tese.

No gráfico 9, podemos constatar a predominância, pelo menos quantitativa, de microempresas no ramo confeccionista nos três estados analisados no ano de 2005. Ressaltamos o crescimento da faixa de indústrias que empregam de um a quatro trabalhadores comparativamente a década anterior. Em Pernambuco, o maior número de estabelecimentos era de indústrias que empregavam de um a quatro trabalhadores. Havia ainda uma concentração de microempresas que empregavam de cinco a 19 funcionários. Apenas uma tinha mais de 500 pessoas. Na Bahia, foi expresso nesse período número de confecções maior do que na década passada, todavia com estabelecimentos fortemente concentrados nas faixas de micro e pequenas empresas com maior quantitativo entre as indústrias que empregavam de um a quatro empregados, mas também nos segmentos que contratavam de cinco a nove e de dez a 19 pessoas. No Ceará, as microempresas representaram mais de 80% (81,8) das unidades fabris do Estado. As empresas com zero empregado e de uma a quatro empregados constituíam quase 46% (45,98) do total de indústrias de confecção. Havia um percentual de pouco mais de 12% de pequenas empresas no setor. Apenas três empregavam mais de 500 funcionários e outras duas 1.000 ou mais trabalhadores.

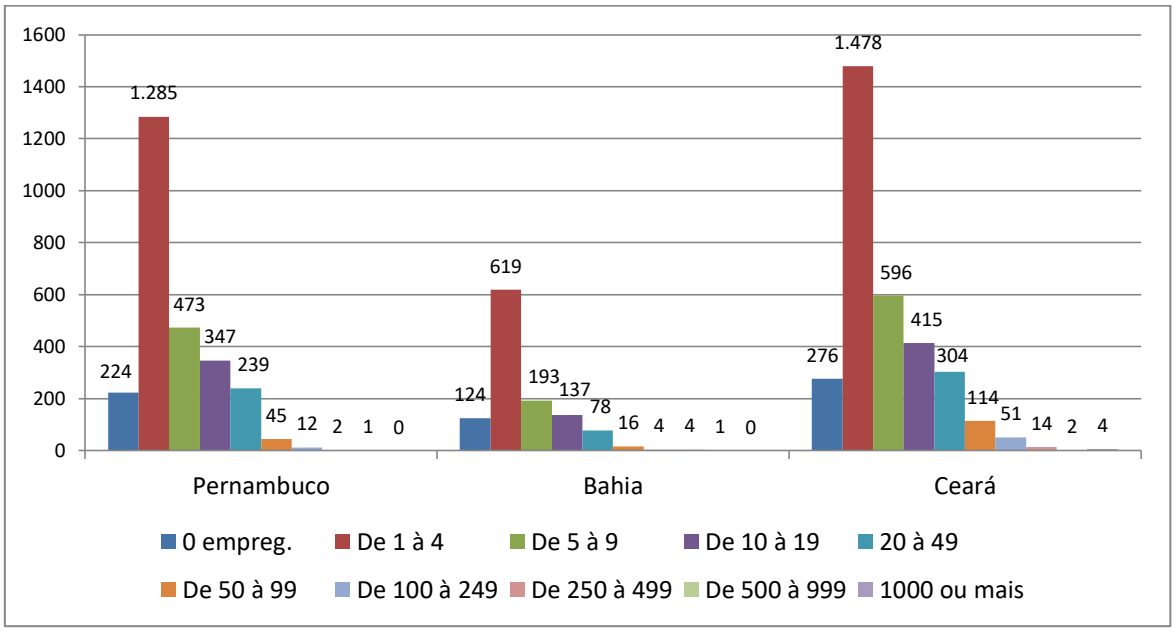
Gráfico 9 – Indústrias do ramo de confecções, por tamanho do estabelecimento - Pernambuco, Bahia e Ceará (2005).



Fonte: RAIS/MTE.

Em 2014, vemos que a concentração de indústrias na faixa que empregava até quatro trabalhadores foi aguçada nos três estados, de modo que alcançou a marca de mais de 1.200 unidades fabris em Pernambuco, 600 na Bahia e quase 1.500 no Ceará. É o que podemos verificar no gráfico 10.

Gráfico 10 – Indústrias do ramo de confecções, por tamanho do estabelecimento - Pernambuco, Bahia e Ceará (2014).

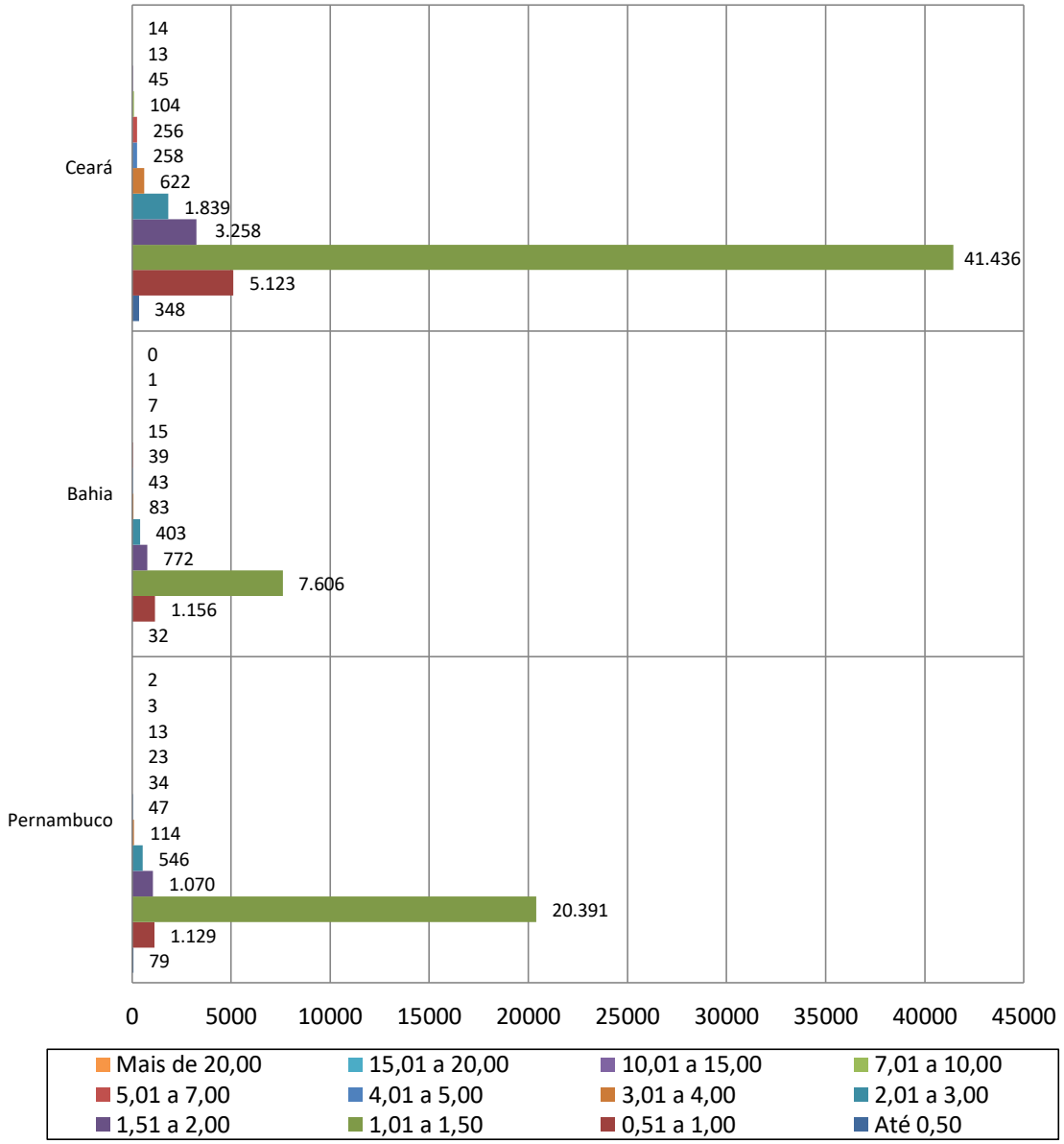


Fonte: RAIS/MTE.

É válido asseverar que os estabelecimentos de confecção de artigos do vestuário e acessórios nos três estados são constituídos, na maioria absoluta, por micro e pequenas empresas. Essa dinâmica das indústrias de confecções também é marcada por uma pequena retomada de grandes indústrias confeccionistas nos três estados.

Com relação aos vínculos empregatícios, em decorrência da remuneração média dos trabalhadores da indústria de confecção, verificamos que, em 2014 (Gráfico 11), a maioria teve remuneração média de 1 salário-mínimo a 1½ salário-mínimo. No Ceará, mais de 40 mil trabalhadores receberam esse salário.

Gráfico 11 – Vínculos empregatícios em razão da remuneração média do trabalhador - Pernambuco, Bahia e Ceará (2014)



Fonte: RAIS/MTE.

Verificamos, também, a grande quantidade de pessoas ocupadas que recebem de meio a um salário-mínimo, ou seja, mais de cinco mil trabalhadores. Outras faixas de rendimento, de 1,5 até 3,0 salários-mínimos. No caso da Bahia, mais de 7.500 trabalhadores da indústria de confecções recebem de 1,0 a 1,5 salário-mínimo, sendo que mais de 1.000 trabalhadores são pagos com um salário. Em Pernambuco, a maior parte dos trabalhadores também está na faixa de rendimento de 1,0 a 1,5 salários.

O fato de apontarmos aqui as faixas salariais dos trabalhadores da indústria de confecção se justifica, justamente, no intuito de revelar, por meio dos dados quantitativos, o rebaixamento dos salários pagos no setor dito formalizado, no *circuito superior* dessa atividade industrial. Essa realidade nos conduz ao segmento pouco revelado do circuito inferior, marcado pelo trabalho informal, precarizado, que pretendemos abordar mais à frente.

Os anos de 1980, consoante registra Alves (1999, p. 81), representaram a "década neoliberal", e isso trouxe profundos reflexos para o mundo do trabalho, tendo como resultado histórico a instauração de patamares de desemprego estrutural e a proliferação do trabalho precário. Em geral, há o consenso de que, malgrado a grande quantidade de microempresas, estas empregam poucas pessoas ou apenas mantêm a ocupação naquela atividade, diferentemente das médias e grandes organizações do setor, que absorveriam grande quantidade de pessoal ocupado. Em parte, o discurso pregado pelos defensores das ações da SUDENE difundiu um pouco desse consenso para a industrialização e urbanização do Nordeste.

Vejamos, entretanto, dados mais recentes para assim tecer essas comparações. Conforme podemos verificar na tabela 21, a respeito dos vínculos empregatícios nas indústrias de artigos do vestuário, de acordo com o tamanho dos estabelecimentos. Estas estão divididas pelas pessoas ocupadas. As microempresas - aquelas que empregam somente até 19 pessoas têm mais de dez mil trabalhadores e, se somamos com os trabalhadores empregados nas pequenas empresas do setor, somam cerca de 20 mil trabalhadores. Esse número, por si, supera o de trabalhadores nas médias e grandes indústrias do ramo de confecções instaladas em Pernambuco que reúnem por volta de 2.800 empregados.

Tabela 21 – Vínculos empregatícios, segundo o porte dos estabelecimentos de confecção de artigos do vestuário até 31/12 – Pernambuco (2014).

Tamanho do Estabelecimento								
Microempresa			**Pequena**		**Média**		**Grande**	
1 a 4	**5 a 9**	**10 a 19**	**20 a 49**	**50 a 99**	**100 a 249**	**250 a 499**	**500 a 999**	**1.000 ou mais**
2.533	3.032	4.560	6.999	3.025	1.536	592	750	-
(=) 10.125			(=) 10.024		(=) 2.128		(=) 750	
Subtotal= 20.149					Subtotal= 2.878			
Total= 23.027								

Fonte: RAIS/MTE.

Conforme vemos na tabela 22, na Bahia, a maior quantidade de empregados está, sobretudo em estabelecimentos de micro e pequenas empresas, que somam por volta de 7.500 funcionários, ou seja, mais de 70% do total de vínculos empregatícios no ano de 2014. É bem maior, se comparado com os trabalhadores empregados em estabelecimentos de médio e grande porte.

Tabela 22 - Vínculos empregatícios, segundo o porte dos estabelecimentos de confecção de artigos do vestuário até 31/12 – Bahia (2014).

Tamanho do Estabelecimento								
Microempresa			**Pequena**		**Média**		**Grande**	
1 a 4	**5 a 9**	**10 a 19**	**20 a 49**	**50 a 99**	**100 a 249**	**250 a 499**	**500 a 999**	**1.000 ou mais**
1.184	1.256	1.655	2.264	1.177	524	1.422	800	-
(=) 4.095			(=) 3.441		(=) 1.946		(=) 800	
Subtotal= 7.536					Subtotal= 2.746			
Total= 10.282								

Fonte: RAIS/MTE.

Já os dados referentes aos vínculos empregatícios no Estado do Ceará impressionam pelo quantitativo de trabalhadores empregados em relação aos estados supracitados. De acordo com a tabela 23, podemos constatar, do mesmo modo, que há uma grande quantidade de pessoas empregadas em microempresas, superior a 12 mil trabalhadores. É um indicador igual ou superior, se comparado à quantidade de trabalhadores empregados em estabelecimentos de médio e grande porte.

Tabela 23 - Vínculos empregatícios, segundo o porte dos estabelecimentos de confecção de artigos do vestuário até 31/12 – Ceará (2014).

Tamanho do Estabelecimento								
Microempresa			**Pequena**		**Média**		**Grande**	
1 a 4	**5 a 9**	**10 a 19**	**20 a 49**	**50 a 99**	**100 a 249**	**250 a 499**	**500 a 999**	**1.000 ou mais**
2.957	3.875	5.507	8.879	7.612	8.146	4.657	1.514	9.670
(=) 12.339			(=) 16.491		(=) 12.803		(=) 11.184	
Subtotal= 28.830					Subtotal= 23.987			
Total= 52.817								

Fonte: RAIS/MTE.

Acreditamos que essa atividade industrial é de grande importância para a economia dos referidos estados e para a região Nordeste como um todo. O objetivo de identificar em quais tipos e portes de empresas está reunida a maior parte dos trabalhadores não deve nos fazer esquecer a grande quantidade de trabalhadores informais que atuam em pequenas unidades produtivas, produzindo confecção popular. Essa produção, muitas vezes, é uma atividade que ocupa a família e se instala em um ou dois cômodos da moradia, ou então os fundos do terreno em um galpão improvisado, onde é desenvolvido o trabalho de costura. Desse modo, foi que muitas unidades faccionistas tiveram início. Para onde, entretanto, essa produção é distribuída? Acreditamos que grande parte chegue às várias feiras-livres do Nordeste brasileiro.

6 AS METAMORFOSES DA FEIRA: ELEMENTOS DA PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CIRCULAÇÃO E CONSUMO DA CONFECÇÃO POPULAR

> "Por que feirante que é feirante trabalha é no meio da rua".
>
> Heron Moreira – Presidente da União dos Feirantes do Estado do Ceará.

Etimologicamente e segundo o Dicionário Aurélio, a palavra metamorfose significa transformação. Do ponto de vista da Zoologia, indica mudança de forma e estrutura no ciclo de vida de um dado animal. Um exemplo ilustrativo de ordem biológica é da lagarta que um dia se transformará em bela borboleta, mas, para isso, deve passar por metamorfose de seu corpo. O verbo metamorfosear é a ação de passar por transformação, de modificar-se, implicando uma sequência de fatos e movimentos que ocorrem num dado espaço e em certo tempo, alterando as condições primeiras do objeto em metamorfose. Entendendo que a feira tem uma dinâmica socioespacial, ela passa por alterações e adaptações[62] com o comércio de confecção popular. Além disso, ela também expressa as contradições sociais marcadas pela precariedade do trabalho.

A comprovação de nossa tese a respeito da ocorrência de uma metamorfose nas feiras livres no Nordeste brasileiro nos conduziu a um resgate necessário dessa modalidade de comércio, de maneira que podemos captar o contexto histórico em que se formaram, sobretudo, em seus aspectos e características constitutivas. Nesse capítulo, nos reportaremos aos elementos da produção, distribuição, comércio e consumo relacionados às feiras de confecção popular. No primeiro item, são destacados elementos da cadeia produtiva, das etapas da produção em microfacções que abastecem a feira, ao mesmo tempo em que apontam para as transformações e adaptações do processo de produção da confecção popular. No segundo item, retomamos as três feiras estudadas, cuidando dos fluxos, percursos e mobilidades realizados pelos feirantes, indicando a existência de circuitos formados por essas feiras. O consumo também é abordado no item seguinte, quando enfatizamos o consumo, os fluxos por ele provocados e

[62] Aristóteles (2011, p. 57), assinala que as "[...] coisas são definidas pelas suas funções; e desde o instante em que elas venham a perder as suas características, não mais se poderá dizer que são as mesmas coisas, e sim que tão-somente têm o mesmo nome (homônima).".

dos novos mecanismos de divulgação e adequação aos padrões de consumo da moda, e, finalmente, no item quatro “Das feiras aos galpões: da desconstrução da feira-livre à construção de centros de comércio de confecção popular”, revelamos a essência dessas transformações e porque não metamorfoses de antigas feiras que foram dinamizadas pelo comércio da confecção e que se transformaram em centros comerciais. É nesse sentido que se estabelecem centros comerciais com base em feiras de confecção, mas que trazem consigo aspectos próprios do comércio de feira.

No que se refere à função exercida, as feiras permanecem como espaços de comércio desde o Medievo e, com o capitalismo, se adaptou à dinâmica social, econômica e cultural desse sistema. Daí a pergunta: até que ponto os centros de comércio da confecção popular, a exemplo do Moda Center Santa Cruz, no agreste pernambucano, ainda podem ser chamados de feira?

Não queremos, evidentemente, ser contundentes em afirmar que todas as feiras livres no Nordeste brasileiro mudaram ou mudam de forma, estrutura e função, deixando de ser feiras. A mudança do seu conteúdo, ou seja, da mercadoria comercializada - a confecção – provoca transformações significativas na dinâmica e estrutura das feiras populares, o que nos permitiu essa reflexão e o ensejo da pesquisa. A atividade de comércio de confecção destaca-se com a instalação de equipamentos fixos, dotados de infraestrutura e adequados à lógica de funcionamento do comércio em geral. Desse modo, se perde a essência do comércio de feira, embora ainda se mantenha esse nome. Acreditamos que existem vários fatores que comprovam a perda dessa essência, mas o primordial é que a feira, vem deixando de ocupar os espaços públicos, seja a rua ou a praça e, portanto, o caráter de feira livre.

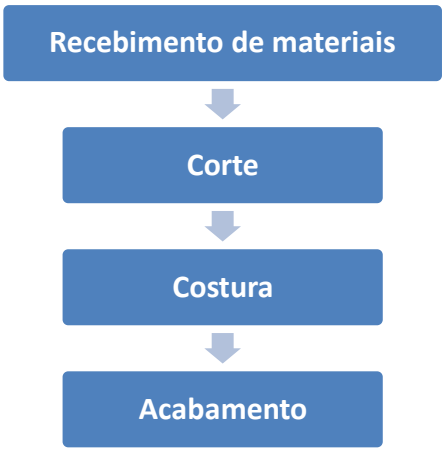
Chega-se ao consenso de que a metamorfose das feiras não se explica apenas pela esfera da comercialização. Sua materialidade também deve ser explicada pela produção, dado que a grande oferta da mercadoria confecção comercializada nas feiras suscita o surgimento de espaços dedicados exclusivamente ao comércio de confecção.

6.1 A PRODUÇÃO QUE ABASTECE AS FEIRAS DE CONFECÇÃO

6.1.1 A cadeia produtiva da confecção

As feiras de confecção do Nordeste brasileiro são abastecidas, principalmente, pelas pequenas e micro indústrias de confecção, distribuídas, sobretudo, pelos Estados de Pernambuco, Bahia e Ceará, onde se destacam alguns pontos, no território desses estados, com maior concentração de estabelecimentos, conforme vimos no capítulo imediatamente anterior. A cadeia produtiva da indústria de confecção envolve de um modo geral quatro etapas de produção: recebimento da matéria-prima, corte do tecido, costura das peças e acabamento (Figura 84).

Figura 84 – Cadeia produtiva da Indústria de Confecção.



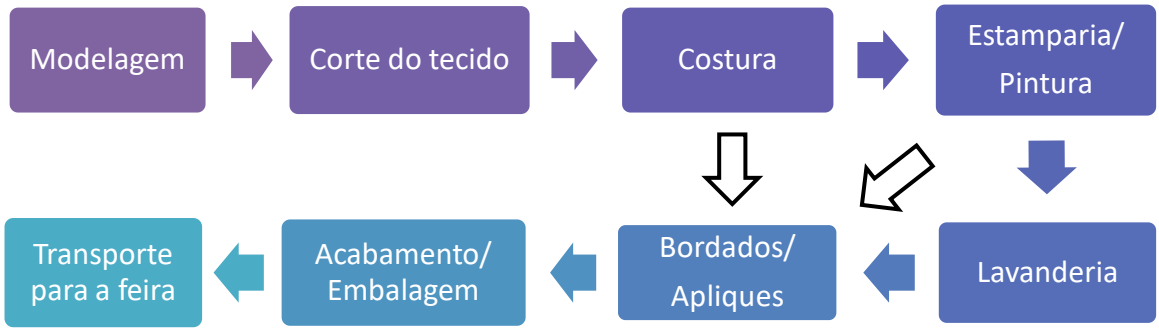
Fonte: BNB (2006).

Tratando-se, em específico, da produção da confecção popular, observa-se que as etapas de sua produção se assemelham ao fluxograma construído pelo BNB. A pesquisa de campo, entretanto, nos possibilitou maior detalhamento das etapas de produção das pequenas fábricas, nas quais aparecem etapas como modelagem, estamparia, transporte, lavanderia e bordados/apliques (Figura 85), que não foram contemplados no fluxograma apresentado pelo BNB, haja vista tratar do caráter mais geral da cadeia produtiva.

A primeira etapa da produção é a modelagem, que compreende a escolha ou escolhas de quais peças e modelos serão confeccionados e qual a quantidade a ser produzida. O processo de modelagem é dinâmico, pois envolve a

criação e habilidade por parte de quem executa essa etapa. Além disso, há uma atenção constante às tendências de moda exibidas pela grande mídia, que contribui para a popularização dos costumes, ao ponto de uma feirante relatar ser comum por parte dos compradores frases como: “Você não tem aquele modelo [de calça, saia ou camisa ou acessórios] da atriz da novela tal?”. Esse é um elemento importante a considerar na adequação do tecido, bem como na modelagem e no corte.

Figura 85 - Etapas da produção da confecção popular descrita pelos feirantes.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim como as modas aparecem repentinamente, também desaparecem no mesmo ritmo, exigindo maior flexibilidade e rapidez da produção em se adequar à demanda. As “roupas da moda” muitas vezes plagiadas de marcas famosas, saem de tendência, ou seja, saem do gosto dos compradores, caindo assim a sua procura na barraca da feira. Esse fato é determinante sobre a decisão do fabricante, muitas vezes feirante, quanto à quantidade de peças fabricadas. Nesse sentido, não seria exagero afirmar que a produção se torna flexível e ajustada aos momentos e tendências, adaptando o mercado da confecção popular à lógica dos grandes fabricantes. Com isso, a mercadoria seria vendida mais facilmente e, como dizem os feirantes, “não encalha”, pois é necessário sempre ter novidades na barraca. A produção, consequentemente, não pode ser em grande escala, devendo ser ajustada de acordo com a demanda de saída do produto na barraca, o que é sentido no dia a dia da feira, quando as pessoas chegam em busca de determinado tipo de roupa, influenciando o feirante que é impelido a se adequar ao mercado consumidor da feira.

Em suma, ter mercadorias diferenciadas na feira é um desafio, tanto pelas alterações nas tendências de moda quanto pela capacidade de adequação da

pequena produção à rapidez do fornecimento de novas mercadorias. Isso enseja alguns embates entre feirantes a respeito da comercialização de mercadorias similares ou, ainda, daqueles que se ressentem, conforme relatos, de vizinhos que copiam suas roupas, não obstante ouvirmos de muitos a afirmação conciliadora de que há espaço para todos na feira.

Definidos os moldes, cores e tipos de tecidos, os cortes são realizados. Muitos fabricantes ainda cortam suas peças do modo tradicional, ou seja, riscando-as com o giz, enquanto outros utilizam máquinas de corte[63] que permitem ter maior rapidez nessa etapa da produção. Após o corte, as peças são encaminhadas para a costura, atividade que consiste em uni-las. A essa etapa pode-se agregar outras, como pregar golas, mangas e botões.

Conforme o tipo de peça confeccionada, passa-se, ainda, pela etapa de customização que consiste em: pinturas, lavagens, bordados, apliques de estamparias, ilhoses, *strass*, botões, rendas, dentre outros aviamentos. No caso do *jeans*, cuja produção é considerável, passa por uma etapa exclusiva, que é a de lavanderia. Os tipos de lavagem do *jeans* acompanham as tendências de tons.

O acabamento constitui, evidentemente, uma das últimas etapas da produção e envolve a limpeza das peças com a retirada de sobras de costura e o controle de qualidade, mas que é feito, todavia, apenas por uma minoria de confeccionistas, pois o tempo de fabricação e a produtividade da pequena facção influenciam diretamente no preço das peças na feira.

Tratando-se ainda da etapa da customização das peças, muitos fabricantes denominam de "aprontamento da peça" que envolve as etapas de pregar botões, ilhoses, *tags*, etiquetas, tachinhas, cravinhos que dão destaques metálicos nas peças *jeans*, modinha ou acessórios. Depois disso, as peças ainda podem passar por aplique de brilhos. Segundo anúncio de uma facção de "aprontamento de roupas", em Toritama/PE, o custo do serviço de faccionamento ou, ainda de "aprontamento" da peça, era de R$ 0,40 (quarenta centavos de real) por peça, isto no ano de 2016. Esse valor é, ainda, subdividido pelas etapas executadas, ou seja, R$ 0,15 (quinze centavos de real) para a limpeza das peças, R$ 0,10 (dez centavos de real) para colocar brilho e R$ 0,15 (quinze centavos de real) para embalar em

[63] Conforme o relato de fabricantes que têm facções, o serviço de modelagem e corte do tecido também pode ser terceirizado. Já existem pessoas especializadas nesse serviço, cujo operador é comumente chamado cortador.

sacos plásticos. Em Caruaru, essas facções fazem o “aprontamento das peças” conforme podemos observar na figura 86. A última etapa é a embalagem das peças em sacos plásticos. Finalizadas as etapas de acabamento, entiquetamento e embalagem, as peças estão prontas para seguir para a feira.

Figura 86 – Peça *jeans* com etiquetas, *tags*, botões, ilhões.



Fonte: www.facebook.com/www.aliptronsaprontamento.com.br

6.1.2 Origem da produção e distribuição da confecção nas feiras

A confecção comercializada nas feiras de Pernambuco, Bahia e Ceará é produzida em diversos pontos do território desses estados, porém, produtos provenientes de outros estados brasileiros também são comercializados nas feiras nordestinas e até mesmo a confecção produzida na China, que constitui hoje, o grande exportador de artigos industrializados em todo o mundo.

No caso da feira de Aprazível, a confecção comercializada é produzida, sobretudo, em Fortaleza e sua região metropolitana, mas conta com fabricantes locais, isto é, que residem em Sobral e outros municípios no noroeste cearense (Figura 87). Assim, a produção que alimenta a feira de Aprazível, da mesma maneira que as outras feiras da confecção estudadas, tem origem nas diversas escalas - local, estadual, regional, nacional e até internacional.

Na escala do Município de Sobral, onde está o Distrito de Aprazível, o destaque é para o Distrito-Sede, que fornece modinha, seguido de Rafael Arruda,

Distrito produtor redes e Taperuaba, que fabrica moda infantil e para recém-nascido. Essa não é, entretanto, a produção mais representativa no conjunto de produtos que abastece a feira de Aprazível. Na escala estadual, a produção é proveniente, em sua maior quantidade, de Fortaleza conhecida como um grande polo de confecção, não somente do Nordeste, mas também do Brasil. Atualmente, as pequenas confecções distribuem-se nos bairros periféricos desta Metrópole, e nos municípios metropolitanos de Maranguape e Caucaia, que abrangem tanto pequenas facções caseiras quanto microempresas formalizadas. Estas últimas também se concentram em Maracanaú conforme apontado no capítulo anterior. Ainda no Estado do Ceará, destacam-se Frecheirinha e Morrinhos, municípios da microrregião de Sobral e próximos a Aprazível, que abastecem a feira com a produção de moda íntima. Na escala regional, isto é, entre os estados nordestinos, destacam-se a Paraíba, o Rio Grande do Norte e Pernambuco, que fornecem, sobretudo, produtos de modinha, *jeans*. Na escala nacional, o destaque é para os artigos do segmento cama, mesa e banho que procedem dos estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. E no plano internacional, conforme salientado, a China é o grande representante, com a comercialização, sobretudo, de calças, bermudas, camisas, bonés, em geral, cópias de grifes famosas que invadem o espaço da feira e evidenciam sua articulação com o mercado global (Figura 88).

Com relação à origem das confecções comercializadas na feira da Sulanca, em Caruaru, reafirma-se a centralidade desse município não apenas em função da feira, mas também como um importante polo produtor de confecção do agreste pernambucano. Dois terços dos feirantes entrevistados em Caruaru afirmaram que as peças de roupas comercializadas, em suas barracas, eram produzidas no próprio Município ou em seus distritos. A feira, contudo, também recebe produtos confeccionados em municípios vizinhos no caso: exemplos de Agrestina, São Caetano, Cupira, Camocim de São Félix, Bezerros, Riacho das Almas, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe (Figura 89). Embora estes tenham sido os locais de origem da produção confeccionista citados pelos feirantes, acreditamos que outras cidades da região escoem sua produção para a feira de Caruaru.

Figura 87 – Mapa de origem da confecção comercializada na feira de Aprazível, em Sobral/CE, no âmbito regional/local.

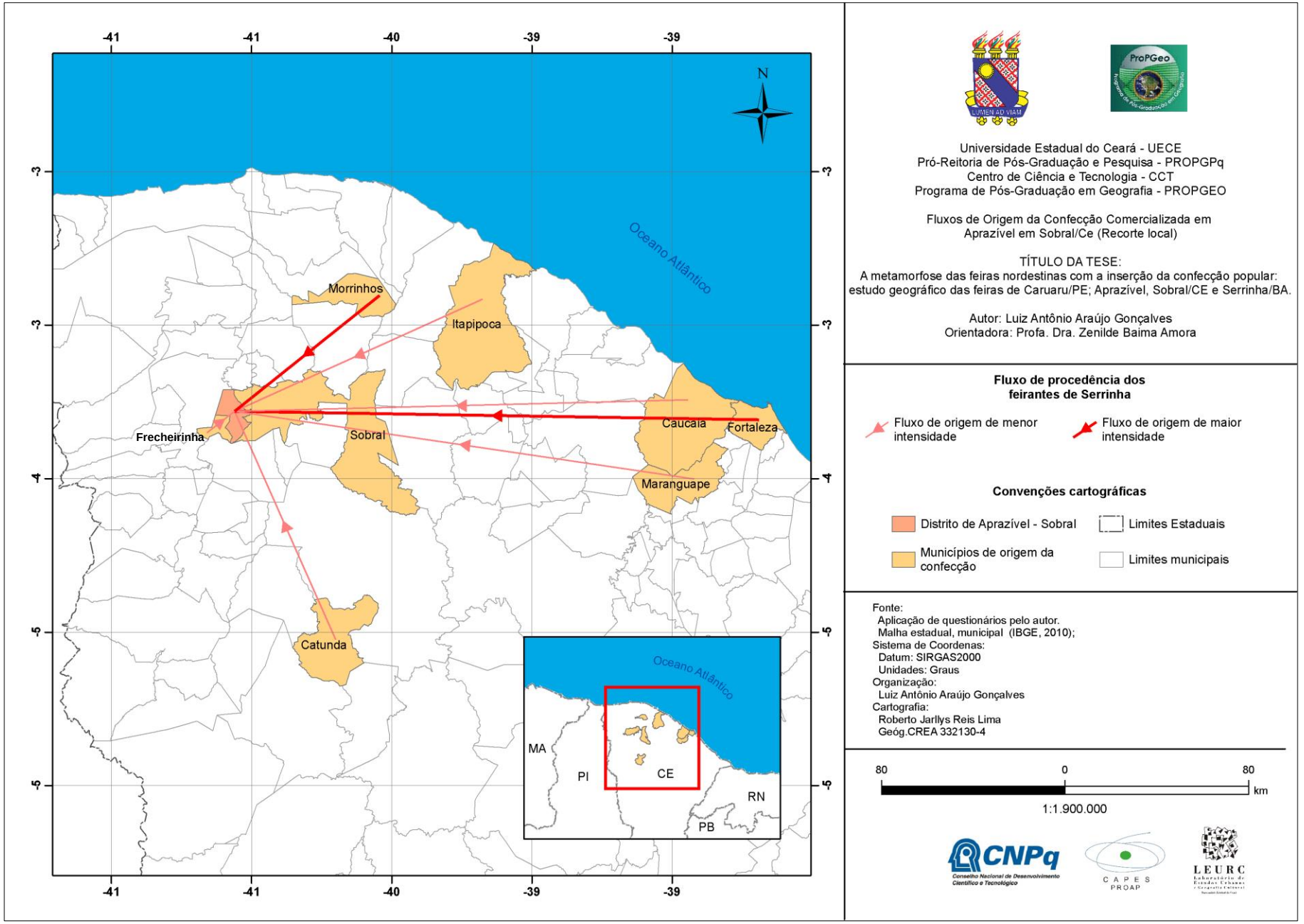


Figura 88 – Mapa de origem da confecção comercializada na Feira de Aprazível, em Sobral/CE, no âmbito nacional/internacional.

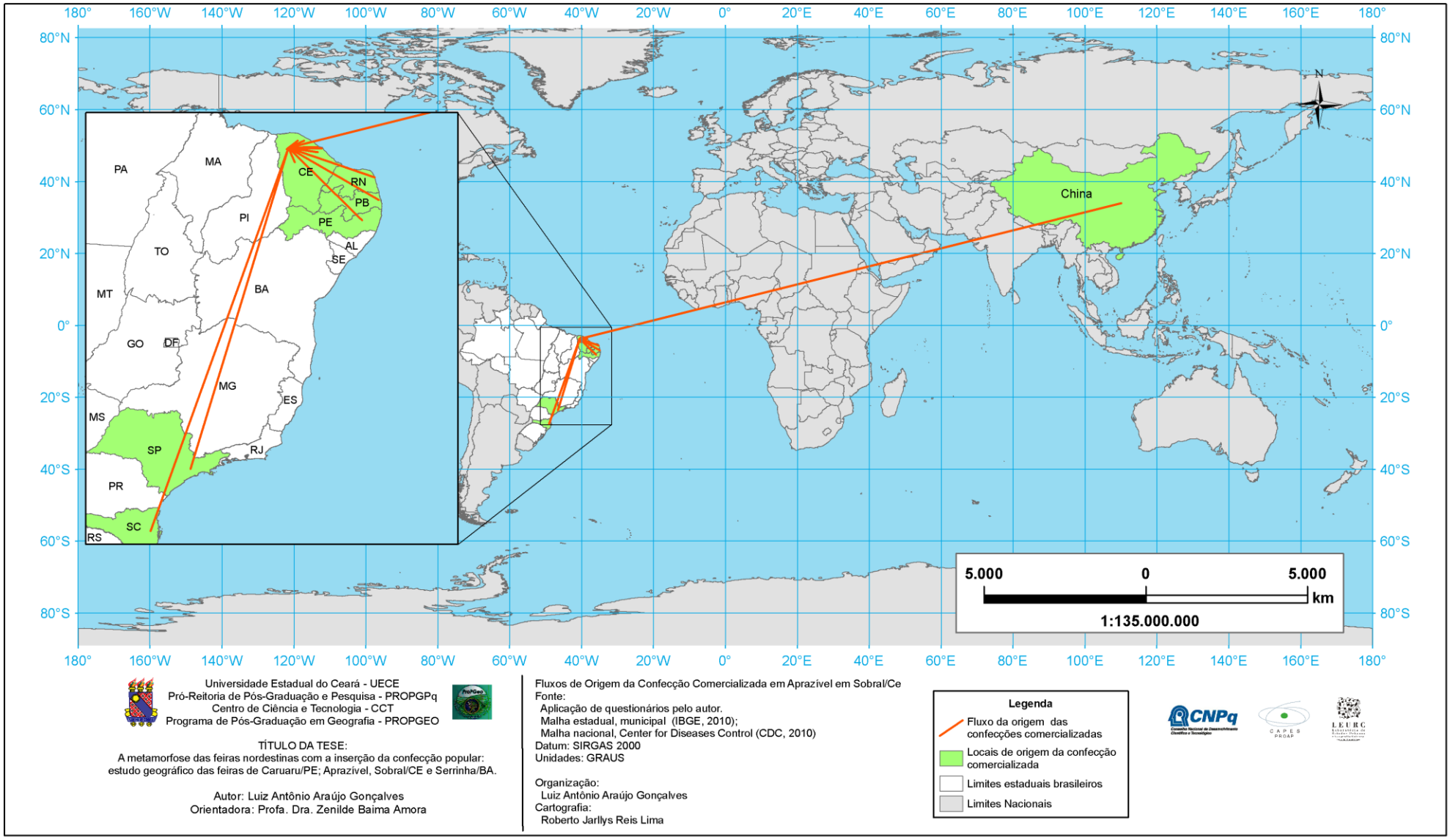
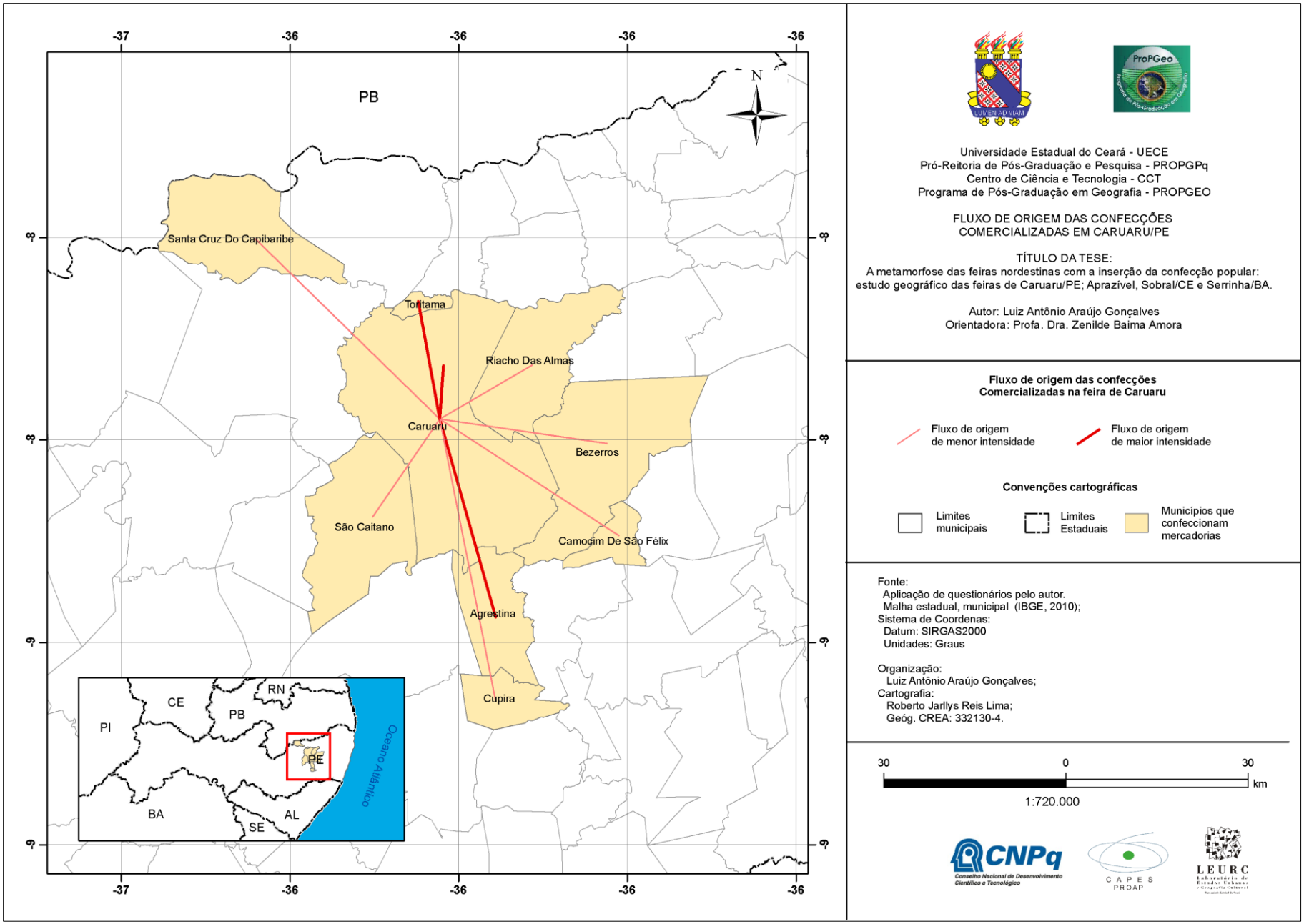


Figura 89 – Mapa de fluxo de origem das confecções comercializadas na feira de Caruaru – Pernambuco.

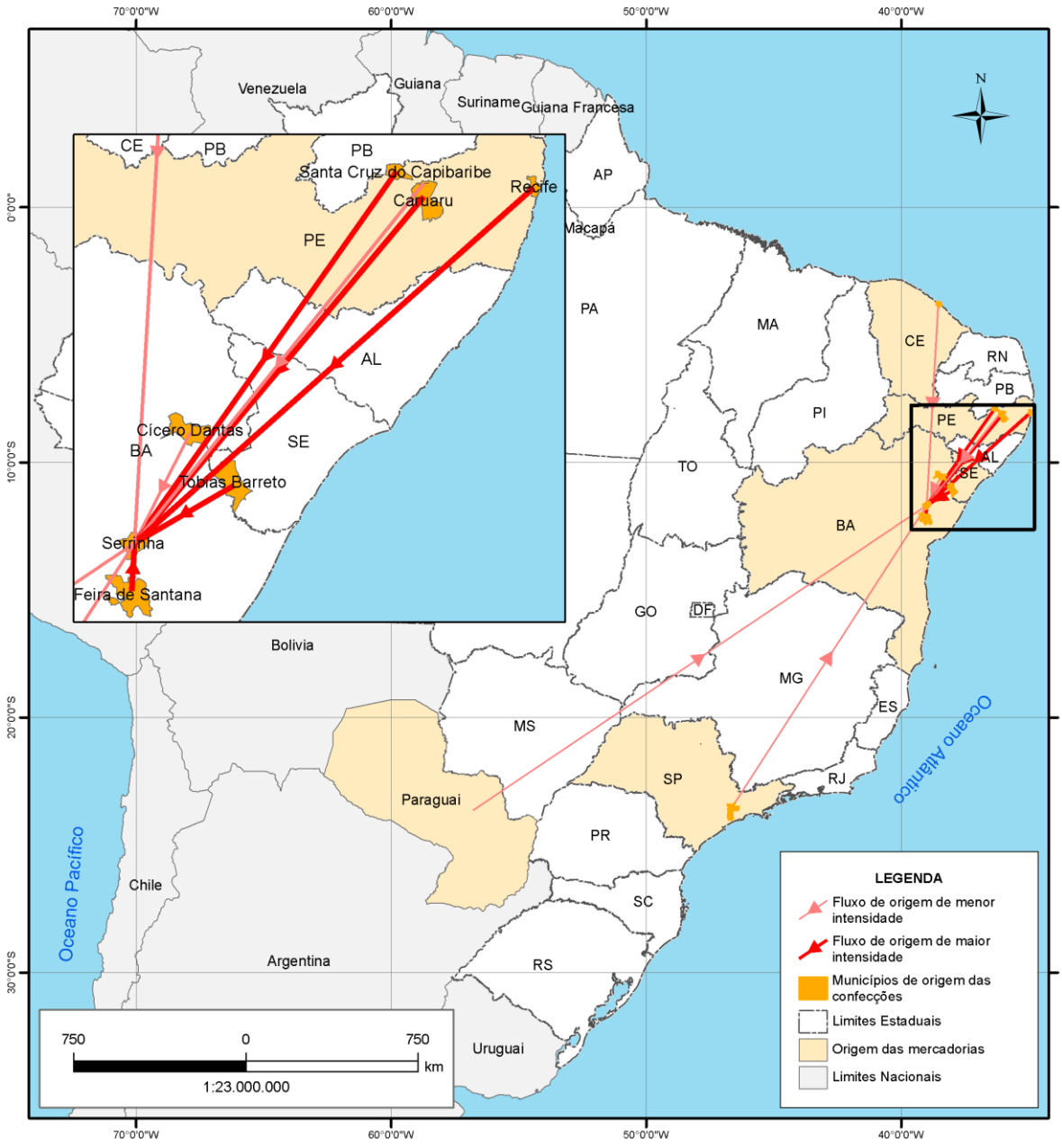


Identificamos, ainda, como origem da confecção comercializada, tanto na feira de Aprazível quanto na de Caruaru, em distritos rurais, mais especificamente nos Estados do Ceará e Pernambuco. Neste, a situação é mais comum na região do agreste, onde são corriqueiros os chamados fabricos, que se distinguem das facções[64], predominantes no meio urbano.

No tocante à feira de Serrinha, podemos observar uma situação distinta das outras feiras, pois, conforme podemos visualizar na figura 90, o fluxo de mercadorias comercializadas vem principalmente das cidades do polo confeccionista do agreste pernambucano (Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru), onde os feirantes adquirem a modinha, o *jeans* e a moda íntima. Ressaltamos, ainda, que muitos feirantes se deslocam para São Paulo, em especial, para o polo que compreende os bairros Braz, Bom Retiro e a Rua 25 de Março, para adquirir produtos diferenciados para a venda em Serrinha. Os feirantes que trabalham com moda infantil, cama, mesa e banho, e artigos para recém-nascido, adquirem esses produtos na cidade sergipana de Tobias Barreto, considerada um polo de produção dinâmico desses tipos de confecções. Um número menor de feirantes informou comprar mercadorias em Fortaleza, Recife e na cidade próxima de Feira de Santana. Interessante é o relato de um feirante, ao informar que adquire mercadoria que vem do Paraguai, em geral, roupas para esporte, resquícios de uma época em que era comum esse fluxo de pessoas, os chamados sacoleiros, que comercializavam informalmente produtos do Paraguai. Hoje, ainda, existe, na cidade de Feira de Santana, um espaço de revenda chamado Feiraguay.

[64] De acordo com Sá (2011), embora os fabricos e facções sejam unidades produtivas domésticas, que executam as etapas da confecção de roupas, em parte ou no todo, há uma distinção entre os dois. No caso do fabrico “[...] são locais de trabalho, geralmente no interior das residências de seus proprietários, onde as pessoas produzem suas mercadorias para a comercialização na feira. [...] Já a facção funciona como uma firma terceirizada, prestando um serviço às demais empresas, geralmente grandes fabricantes [...]” (P. 27).

Figura 90 – Mapa de fluxo de origem das confecções comercializadas na feira de Serrinha/BA.



Universidade Estadual do Ceará - UECE
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - PROPGPq
Centro de Ciência e Tecnologia - CCT
Programa de Pós-Graduação em Geografia - PROPGEO

FLUXOS DE ORIGEM DAS MERCADORIAS COMERCIALIZADAS EM SERRINHA/BA

TÍTULO DA TESE:
A metamorfose das feiras nordestinas com a inserção da confecção popular: estudo geográfico das feiras de Caruaru/PE; Aprazível, Sobral/CE e Serrinha/BA.

Autor: Luiz Antônio Araújo Gonçalves
Orientadora: Profa. Dra. Zenilde Baima Amora

Fonte:
Aplicação de questionários pelo autor.
Malha estadual, municipal (IBGE, 2010);
Malha nacional, Center for Diseases Control (CDC, 2010)
Parâmetros:
Datum: SIRGAS2000
Unidades: Graus

Organização:
Luiz Antônio Araújo Gonçalves;
Cartografia:
Roberto Jarllys Reis Lima;
Geóg. CREA: 332130-4.

No caso dos feirantes confeccionistas, quase a metade afirmou que faccionam ou terceirizam alguma etapa da sua produção. A maioria é composta por fabricantes que comercializam seus produtos, porém terceirizam o corte, a costura (união das peças), e, desde então, passam a outras etapas, como a lavagem das peças, bordados e acabamento das peças confeccionadas. Ainda sobre Aprazível, cinco feirantes disseram não terceirizar nenhuma etapa de produção, sendo eles pequenos fabricantes que comercializam na feira. Mesmo o feirante afirmando que sua produção é caseira, o faccionamento ocorre à medida que ele coloca o maquinário e a matéria-prima na casa das costureiras que passam a trabalhar diretamente para aquele confeccionista.

Em Aprazível, mais da metade dos respondentes afirmou que fabrica e comercializa também na feira. Dentre os que apenas comercializam, dois relataram que já fabricaram roupas infantis (no passado). Quase metade dos feirantes entrevistados trabalha com registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, atuando, em maioria absoluta, como microempreendedor individual – MEI, e alguns como empresa de pequeno porte – EPP.

Quanto à origem da matéria-prima, a maioria absoluta dos feirantes a adquire em lojas do ramo de distribuição de tecidos instaladas em Fortaleza, localizadas, principalmente nos bairros Centro e Montese - Via Têxtil, Costa Rica Tecidos, Casa Blanca Tecidos, A. G. Tecidos, Avil, Texeira Tecidos, dentre outras (Figuras 91 e 92). Há, ainda, feirantes fabricantes que se abastecem de matéria-prima em outros estados brasileiros, especificamente, em São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Paraná, ou seja, no Sudeste e Sul. Chama atenção o fato de que ali a venda de malharia representa a maioria absoluta das compras dos confeccionistas. Que o expresse o anúncio na fachada da loja de tecido na figura 92 com os dizeres: “Malhas para Confeccionista”.

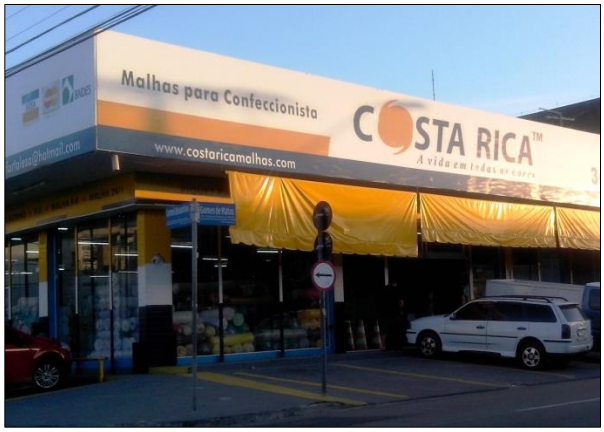
Em relação à quantidade de peças, há uma grande variação da produção. Observamos que a produção média é bastante diversa, pois há na feira de Aprazível alguns feirantes com maior estrutura de apoio do que outros. Fabricam na faixa de 100 a 2.000 peças por dia, chegando, em alguns casos, a ultrapassar essa quantidade. Quando se coloca além do costureiro, aparece nesse ramo o cortador de tecido.

Figura 91 – Loja de tecido no Centro de Fortaleza/CE, que vende no atacado e varejo.



Fonte: Próprio autor (2015).

Figura 92 – Lojas de tecidos no bairro Montese, em Fortaleza/CE com anúncio: “malhas para confeccionista”.



Fonte: Próprio autor (2015).

A feira de Serrinha/BA é formada, principalmente, por feirantes que, em sua maioria, são revendedores de confecção e apenas um reduzido número de pequenos fabricantes. Estes adquirem sua matéria-prima em centros maiores, a exemplo de Feira de Santana, e na capital, Salvador, mas há ainda feirantes que compram tanto as confecções quanto os tecidos nas cidades do agreste pernambucano. Dessa maneira, eles adquirem a matéria-prima usada na produção da confecção, ao mesmo tempo em que compram peças de roupa já prontas para revender em sua barraca.

No caso de Caruaru, grande parte dos fornecedores dos insumos, isto é, de tecidos e aviamentos, está concentrada nas imediações da feira da Sulanca, indicando o papel de atração exercido pela feira. Ali podemos encontrar estabelecimentos percebidos durante o trabalho de campo. São eles: Santêxtil, Agrestina Têxtil, Sobral Têxtil, Miranda Têxtil, Costa Rica Têxtil, J. C. R. Malhas, MAC Têxtil Cartex, Sanlima Têxtil Ltda., Multitêxtil, Maraújo Tecidos, Santa Cruz Tecidos e Malhas, Styllus Têxtil, Paraíba Malhas, Avil Tecidos e Aviamentos e F. G. Têxtil. Em pesquisa de campo, pudemos constatar que alguns estabelecimentos pertencem a antigos feirantes cujos pais e/ou avós também foram feirantes, ou seja, vendiam tecidos na feira de Caruaru.

No que concerne a Caruaru, a procedência dos insumos, ou seja, os elementos que compõem o processo produtivo, têm origem variada. Os tecidos, aviamentos e maquinários não são produzidos no Município. Isso mostra a

necessidade da articulação local com centros urbanos maiores, bem como a demanda de importações dessa matéria-prima.

Da China vieram, em 2015, cerca de 76,49% das importações de Caruaru (Tabela 25). Se considerarmos, contudo, o valor total das importações para o mês de janeiro de 2016, perceberemos que houve queda significativa relativa, ou seja, em torno de 40% do ano anterior. Outra observação importante a ser feita, além da importação de produtos chineses, é o registro de importação de países como Noruega, Arábia Saudita e Taiwan. Pudemos constatar, em visitas de campo, algumas lojas de comércio de tecidos, dentre as pilhas de rolos do produto, a identificação do país de origem, no caso, *Made in China*.

Tabela 24 - Importação – Caruaru e os principais Países de origem (Jan-JAN 2016/2015)

Nº	DESCRIÇÃO	2016 (JAN - JAN)		2015 (JAN - JAN)		Var% Jan-JAN 2016/2015
		US$	Part %	US$	Part %	
	Total dos Principais Países de origem	3.749.481	100,00	6.485.676	100,00	-42,19
1.	**China**	**2.875.111**	**76,68**	**4.960.622**	**76,49**	**-42,04**
2.	Noruega	532.736	14,21	552.750	8,52	-3,62
3.	Arábia Saudita	248.400	6,62	139.560	2,15	77,99
4.	Taiwan (Formosa)	57.529	1,53	510.802	7,88	-88,74
5.	Colômbia	22.043	0,59	49.972	0,77	-55,89
6.	Itália	13.662	0,36	-	--	--
7.	Índia	-	--	117.821	1,82	0
8.	Hong Kong	-	--	110.277	1,70	0
9.	Argentina	-	--	25.416	0,39	0
10.	Estados Unidos	-	--	15.504	0,24	0
11.	Alemanha	-	--	2.952	0,05	0
12.	Demais países	-	0,00	-	0,00	--

Fonte: Ministério do Desenvolvimento/ SECOMEX (editada).

No que se refere à pauta de importação do Município de Caruaru, comparando-se o mês de janeiro de 2016 em relação ao mesmo período em 2015, podem ser constatados os reflexos da crise econômica que já se fazem notar com a redução de 42,19% no valor (em dólar) da importação de produtos. Em janeiro de 2015, os produtos de tecidos de fios de filamento sintéticos (40,88%), tecidos de fibras artificiais descontínuas (11,61%) e outros tecidos de malha (11,32%), juntos, representaram mais de 60% da importação de produtos naquele ano, cujo valor movimentado foi de US$ 4.138.474,00. Em janeiro de 2016, os mesmos produtos

continuaram tendo grande peso dentre os produtos importados, ou seja, acima de 60%, porém essa situação se mostrou favorável apenas no caso da importação de tecidos de malha, que registrou variação positiva de 78,58%, em relação a janeiro de 2015, com aumento no valor comercializado (em dólar) de US$ 734.405 para US$ 1.311.484. Outros dois produtos tiveram redução de 67,64% e 75,15% do valor comercializado (Jan./Jan. 2015/2016) e também na quantidade de matéria-prima importada, isto é, de 933.733 quilos para 305.608 quilos no mesmo período (Tabela 26).

Ainda com relação à pauta de importação de produtos do Município de Caruaru, chama atenção a ocorrência de outros produtos que, embora tenham números menos representativos, expressam outras demandas do setor confeccionista do Município. É o caso da importação de bordados em peça, em tiras ou em motivos para aplicar; e máquinas de costura, manequins e artigos semelhantes. Igual demanda relacionada à indústria confeccionista não foi percebida com a mesma expressão em relação aos Municípios de Sobral e Fortaleza, não sendo possível proceder a uma análise comparativa.

Evidentemente, devemos considerar aqui as variações das cotações das matérias-primas importadas em relação aos fatores de produção e *commodites*, o câmbio da moeda dos EEUU frente ao mercado internacional e a crise econômica brasileira recente. Apesar da retração das importações no comparativo entre os meses de janeiro de 2015 e o de 2016, a importação de tecidos permaneceu no topo dos principais produtos importados por Caruaru, ainda, representando 62,85% das importações de produtos. Somente a importação de tecidos movimentou US$ 2.256.472, em janeiro de 2016, no Município de Caruaru.

A importação de bordados em peça, em tiras ou em motivos para aplicações também sugere a necessidade do rápido giro do capital. Essas peças ou tiras caracterizam-se como aviamentos e visam a apliques em roupas. Ora, se os bordados são trabalhos artesanais que demandam maior tempo para sua produção e aplicação em peças de roupas, a importação desse tipo de produto tem o objetivo, sobretudo, de reduzir o tempo de fabricação das peças de roupa ou, ainda, a eliminação dos custos de fabricação com o bordado local.

Atentamos, ainda, para a importação de máquinas de costura, bem como de móveis, bases, tampas e agulhas próprias para essas máquinas. Esse tipo de produto consta na relação dos importados em janeiro de 2015, porém está ausente

da relação de janeiro de 2016. A ausência de importação desse maquinário não permite uma comparação com o mesmo período do ano anterior, porém pode nos apontar uma tendência de retração do setor para novos investimentos em modernização, aplicação e/ou renovação da maquinaria instalada, haja vista o período de instabilidade econômica por que passa o Brasil.

Tabela 25 - Importação – Caruaru - Os principais produtos importados (Jan-Jan 2015/2016)

Nº	DESCRIÇÃO	2015 (JAN - JAN)			2016 (JAN - JAN)			Var% Jan-JAN 2015/ 2016
		US$	Part %	Kg	US$	Part %	kg	
	TOTAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS	6.485.676	100,00	1.855.283	3.749.481	100,00	1.109.336	-42,19
1.	**Outros tecidos de malha;**	734.405	11,32	179.018	1.311.484	34,98	248.238	78,58
2.	**Tecidos de fios de filamentos sintéticos**, incluídos os tecidos obtidos a partir dos produtos da posição 5404;	2.651.119	40,88	756.290	857.847	22,88	261.152	-67,64
3.	Peixes secos, salgados ou em salmoura; peixes defumados, mesmo cozidos antes ou durante a defumação; farinhas, pós e pellets, de peixe, próprios para alimentação humana;	664.198	10,24	127.000	636.446	16,97	152.000	-4,18
4.	Polímeros de propileno ou de outras olefinas, em formas primárias;	139.560	2,15	88.000	305.929	8,16	268.000	119,21
5.	**Tecidos de fibras artificiais descontínuas;**	752.950	11,61	177.443	187.141	4,99	44.456	-75,15
6.	Guarnições, ferragens e artigos semelhantes, de metais comuns, para móveis, portas, escadas, janelas, persianas, carroçarias, artigos de seleiro, malas, cofres, caixas de segurança e outras obras semelhantes; pateras, porta-chapéus, cabides e artigos semelhantes;	-	-	-	116.536	3,11	24.480	-
7.	Outras gorduras e óleos vegetais (incluído o óleo de jojoba) e respectivas fracções, fixos, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados;	-	--	-	68.210	1,82	2.280	-
8.	Aquecedores elétricos de água, incluídos os de imersão; aparelhos elétricos para aquecimento de ambientes, do solo ou para usos semelhantes; aparelhos electrotérmicos para arranjos do cabelo (por exemplo: secadores de cabelo, frisadores etc.);	-	-	-	59.664	1,59	10.700	-
9.	**Bordados em peça, em tiras ou em motivos para aplicar;**	-	-	-	40.920	1,09	3.100	-
10.	Outras chapas, folhas, películas, tiras e lâminas, de plástico;	61.261	0,94	36.036	30.841	0,82	18.142	-49,66
11.	Máquinas e aparelhos, para seleccionar, peneirar, separar, lavar, esmagar, moer, misturar ou amassar terras, pedras, minérios ou outras substâncias minerais sólidas (incluídos os pós e pastas); máquinas para aglomerar ou moldar combustíveis minerais sólidos	-	-	-	25.204	0,67	25.000	-
12.	Cadeados, fechaduras e ferrolhos (de chave, de segredo ou elétricos), de metais comuns; fechos e armações com fecho, com fechadura, de metais comuns; chaves para estes artigos, de metais comuns;	203.467	3,14	41.815	22.905	0,61	4.543	-88,74
13.	Papel e cartão, não revestidos, dos tipos utilizados para escrita, impressão ou outros fins gráficos, e papel e cartão para fabricar cartões ou tiras perfurados, não perfurados, em rolos ou em folhas de forma quadrada ou rectangular, de qualquer formato;	49.972	0,77	49.774	22.043	0,59	24.887	-55,89
14.	Máquinas-ferramentas para trabalhar quaisquer matérias por desbaste, operando por laser ou por outro feixe de luz ou de fotões, por ultra-som, electro-erosão, processos electroquímicos, por feixes de electrões, feixes iónicos ou por jacto de plasma;	50.190	0,77	11.000	19.500	0,52	4.110	-61,15
15.	Correntes, cadeias, e suas partes, de ferro fundido, ferro ou aço;	-	-	-	16.977	0,45	10.693	-
16.	Sucos e extractos vegetais; matérias pécticas, pectinatos e pectatos; ágar-ágar e outros produtos mucilaginosos e espessantes	15.504	0,24	100	13.662	0,36	37	-11,88

	derivados dos vegetais, mesmo modificados;							
17.	Construções e suas partes (por exemplo: pontes e elementos de pontes, comportas, torres, pórticos, pilares, colunas, armações, estruturas para telhados, portas e janelas, e seus caixilhos, alizares e soleiras, portas de correr, balaustradas), de ferro fundido;	-	-	-	7.148	0,19	3.128	-
18.	Outras chapas, folhas, películas, tiras e lâminas, de plástico não alveolar, não reforçadas nem estratificadas, sem suporte, nem associadas a outras matérias;	40.460	0,62	25.288	7.024	0,19	4.390	-82,64
19.	Tecidos de malha de largura superior a 30 cm, contendo, em peso, 5 % ou mais de fios de elastómeros ou de fios de borracha, exceto da posição 6001;	560.026	8,63	160.619	-	-	-	0
20.	Tecidos de fibras sintéticas descontínuas, contendo pelo menos 85 %, em peso, destas fibras;	256.309	3,95	57.768	-	-	-	0
21.	Sementes de anis, badiana, funcho, coentro, cominho ou de alcaravia; bagas de zimbro	117.157	1,81	78.000	-	-	-	0
22.	**Máquinas de costura**, exceto para costurar cadernos, da posição 8440; móveis, bases e tampas, próprios para máquinas de costura; agulhas para máquinas de costura;	104.066	1,60	22.501	-	-	-	0
23.	Cebolas, chalotas, alho comum, alho-porro e outros produtos hortícolas aliáceos, frescos ou refrigerados;	25.416	0,39	23.000	-	-	-	0
24.	Partes reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinadas aos aparelhos das posições 8525 a 8528;	20.257	0,31	15.700	-	-	-	0
25.	**Manequins e artigos semelhantes**; autômatos e cenas animadas, para vitrines e mostruários;	17.826	0,27	4.338	-	-	-	0
26.	Máquinas e aparelhos (exceto as máquinas da posição 8450), para lavar, limpar, espremer, secar, passar, prensar (incluídas as prensas fixadoras), branquear, tingir, para apresto e acabamento, para revestir ou impregnar fios, tecidos ou obras de matérias;	8.000	0,12	175	-	-	-	0
27.	Aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia por fios, incluídos os aparelhos telefónicos por fio combinados com auscultadores sem fio e os aparelhos de telecomunicação por corrente portadora ou de telecomunicação digital; videofones;	7.445	0,11	350	-	-	-	0
28.	Compostos heterocíclicos exclusivamente de hetero-átomo(s) de oxigénio;	2.144	0,03	-	-	-	-	0
29.	Circuitos integrados e microconjuntos electrónicos;	1.248	0,02	6	-	-	-	0
30.	Motores e geradores, elétricos, exceto os grupos electrogéneos;	1.224	0,02	810	-	-	-	0
31.	Máquinas e aparelhos auxiliares para as máquinas das posições 8444, 8445, 8446 ou 8447 (por exemplo: maquinetas, mecanismos Jacquard, quebra-urdiduras e quebra-tramas, mecanismos troca-lançadeiras); partes e acessórios reconhecíveis como exclusiva;	664	0,01	252	-	-	-	0
32.	Heterósidos, naturais ou sintéticos, seus sais, éteres, ésteres e outros derivados;	656	0,01	-	-	-	-	0
33.	Ácidos carboxílicos contendo funções oxigenadas suplementares e seus anidridos, halogenetos, peróxidos e peroxiácidos; seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados ou nitrosados;	152	-	-	-	-	-	0

Fonte: Ministério do Desenvolvimento/ SECOMEX (editada)

Ainda em relação a Caruaru, os aviamentos são originados dos distribuidores do Recife, Fortaleza, Salvador e Feira de Santana. Já as máquinas de costura contam com representantes nas cidades que prestam assistência técnica e reparos. Isso exige mão de obra de maior qualificação e estabelecimentos especializados, tanto em Caruaru quanto em Toritama e Santa Cruz do Capibaribe (Figura 93).

Figura 93 – Anúncio de revenda de máquinas de costura e assistência técnica – Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe.



Fonte: Revista Moda Center.

Encontramos um maquinário nas facções que até bem pouco tempo só era possível encontrar na grande indústria. Acreditamos que isso guarda relação também, com a mundialização da economia, pois parte desse maquinário é importada, reforçando o global no local. Por meio da descrição do maquinário utilizado pelos feirantes no questionário de pesquisa, parece evidente que a maioria deles adquiriu o conhecimento mínimo da atividade de modelagem, corte e costura por meio da experiência prática baseada em erros e acertos. Outros pequenos fabricantes já tiveram experiência profissional em uma grande indústria de confecção, passaram a dominar e incorporar essa organização da produção em sua pequena facção, também não se podendo afirmar que seja seguida a regra. Não obstante, há, ainda, aqueles que terceirizam toda a produção.

Em Caruaru, a maioria absoluta dos respondentes fabrica e comercializa na feira. Nenhum deles tem registro de sua empresa no CNPJ. A matéria-prima é comprada em sua maioria em Caruaru ou, conforme nos relata um feirante, “[...] onde for mais barato mesmo.”. Os feirantes fabricam uma diversidade de produtos que atendem ao vestuário masculino, feminino, infantil, bem como produtos de cama, mesa e banho. A produção média dos fabricantes é registrada com maior frequência na faixa de 20 a 30 peças e de 50 a 60 peças por dia, embora haja fábricas que produzem acima de 110 peças/dia e outras cuja produção varia de 15 a 20 peças/dia.

Quanto ao maquinário utilizado, em geral, os feirantes possuem uma máquina de cortar tecido, uma ou duas máquinas de costura *overlock* e outra de

costura reta. As máquinas galoneira e interlock aparecem no registro de utilização de poucos feirantes. A produção é ajustada com a demanda: “[...] como as coisas estão fracas, a gente só tá fazendo quando o estoque está baixo.” diz um feirante. O registro do trabalho familiar empreendido por todos pode ser percebido no relato de outro feirante: “A minha filha é quem costura e o que a gente vende vai para dentro de casa, que mora todo mundo junto.” Ou mesmo quando não habitam o mesmo teto, ainda, mantêm os laços de família pelo trabalho: “[...] quem costura são minhas duas filhas que moram perto de mim.”. A contratação de costureiras, no entanto, também pode ser mensal cuja remuneração gira em torno de R$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) para uma jornada de trabalho de oito horas, de segunda a sexta-feira e mais quatro horas no sábado, totalizando uma jornada de 44 horas semanais. Este modo de contratação, entretanto, parece não ser corrente na região, sendo mais comum a contratação de pessoas na confecção por produção de peças.

A modernização da produção confeccionista ocorreu também pela inserção de equipamentos industriais que, conforme já fizemos referência, passam a fazer parte também da pequena produção faccionada. Diferentemente das antigas máquinas pretas de costura *Singer*, que víamos nas casas nordestinas, e que eram utilizadas pelas mulheres no coser do lar, nas facções de fundo de quintal, o que se vê são máquinas de costura industriais, com fins lucrativos, usadas por costureiras que produzem peças de roupa para vender na feira. Isso nos remete ao que Marx (1998) assinala sobre o salário, quando destaca que “[...] o salário por peça constitui a base não só do trabalho doméstico moderno, do qual já falamos anteriormente, mas também de um sistema hierarquicamente organizado de exploração e opressão.” (P. 640).

O relato de vários feirantes que têm facções no quintal de sua casa reafirma a contratação de costureiras pagas por peça produzida. Para Marx (1998, p. 641), no regime de salário por tempo “[...] prevalece, com poucas exceções, salário igual para as mesmas funções, e, no regime de salário por peça, em que se mede o preço do tempo de trabalho por determinada quantidade de produto, o salário.”.

Muitos fabricantes, entretanto, faccionam partes ou todas as etapas da produção. Há aqueles que colocam o tecido na facção para o corte, a costura, limpeza para retirar pontas de costura, embalagem, colocar estampas e etiquetas. Um feirante nos informou que existem peças que têm menor custo, a exemplo de

uma blusa simples que ele paga R$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) por peça. Já outros artigos têm custo maior como as “camisas polo”, bermudas *jeans* com detalhes que custam R$ 4,00 (quatro reais). No que se refere à produção de peças *jeans*, além das etapas de corte e costura, a peça de roupa ainda passa pelo processo de lavagem em lavanderias industriais especializadas. Feito isso, as peças de roupa passam por outros acabamentos, como prega de botões, bordados ou customização. Mesmo assim, é possível obter uma produção de bermudas masculinas e *shorts* femininos a um custo de R$ 2,00 (dois reais) a R$ 3,00 (três reais) por peça. No caso de roupas íntimas, como calcinhas e cuecas, saem a um custo de R$ 0,25 (vinte e cinco centavos de real) a R$ 0,60 (sessenta centavos de real) pela peça que já vem pronta para vender na feira. Os produtos de cama, mesa e banho como toalhas e lençóis têm o custo de R$ 1,20 (um real e vinte centavos) a R$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) por peça e cortinas a R$ 0,70 (setenta centavos de real) a peça.

Para muitos feirantes, que também são confeccionistas, o custo e a imobilização de capital com maquinaria não são mais uma preocupação que costumava estar em seus cadernos de registros de contas. Com a terceirização de etapas da produção, a exemplo da costura, esse custo de produção, ou seja, aquisições de máquinas de costura, manutenção destas e/ou alienação por tempo de uso, ficou a cargo dos costureiros e costureiras que recebem as encomendas. Isso, porém, não é regra geral, pois ocorrem situações variadas de acordo com cada feira estudada. No caso da feira de Caruaru, o faccionamento da produção de confecção pareceu ser algo consolidado, haja vista a grande quantidade de feirantes que faccionam sua produção. Mesmo assim, em muitos casos, os fabricantes fornecem a máquina de costura, linha e tecido já cortado para a costureira ou costureiro a quem está terceirizando sua produção. Essa condição é similar para os feirantes fabricantes da feira de Aprazível. No caso da feira de Serrinha, encontramos poucos feirantes que também fabricam confecção, sendo a maior parte fabricante de moda íntima e modinha. Registramos apenas um fabricante de *jeans*, embora possa haver outros no universo da feira. A média da produção diária varia de 25 a 50 peças. No segmento moda íntima, a produção é maior, ou seja, de 60 peças dia.

Dentre os feirantes fabricantes na feira de Serrinha que faccionam etapas da sua produção, de modo geral, contratam uma ou duas costureiras com jornada

de trabalho de oito horas e a remuneração mensal é por volta de R$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), sem carteira assinada. Outra prática comum é o pagamento por produtividade, ou seja, pelo número de peças entregues. Um feirante informou que paga R$ 2,00 (dois reais) por peça e, ainda, estabelece metas para aumentar a produtividade das costureiras terceirizadas, conforme relata: “[...] repasso para as costureiras. Se ela fizer as 50 peças no dia ganha 100,00 reais [...] Eles vêm pegar na porta”. Outra informação que nos foi dada é a de que muitas costureiras evitam trabalhar com carteira assinada por conta dos benefícios sociais ou aposentadoria rural, sendo a costura, nesses casos, uma fonte de complemento da renda.

Alguns feirantes terceirizam apenas costura em períodos de maior venda, pois precisam produzir maior volume de peças. Outros, ainda, embora tenham fabricação própria, adquirem outras tipologias de confecção, a exemplo do *jeans* (calças, *shorts* e bermudas) nas cidades de Toritama/PE e Santa Cruz do Capibaribe/PE, para ter maior diversidade de mercadorias em sua barraca e alcançar outros perfis de compradores. Dentre os pequenos fabricantes, estes operam com um número reduzido de máquinas (de três a dez), variando desde a máquina de cortar tecido, máquinas de costura industriais (*overlock*, costura reta, galoneira, *interlock*) até estampadora. Notamos, também, a ocorrência do trabalho familiar, ou seja, enquanto o feirante comercializa na feira, a família está trabalhando em todas as etapas da produção (corte, costura e acabamento). Chamou atenção o depoimento de um feirante que já teve uma fabricação grande e até ponto comercial em Feira de Santana, com faturamento de R$ 100.000,00 (cem mil reais), entretanto, a partir de 2014, viu sua produção cair drasticamente. Antes, em 2013, produzia cerca de 1.000 peças por quinzena e atualmente produz somente 200 peças por quinzena. Agora, numa pequena fábrica no fundo do quintal, comercializa sua produção na feira.

No tocante à qualificação dos feirantes, chamou atenção a ausência de formação técnica para atuar na confecção. Poucos feirantes informaram ter feito curso de corte e costura para trabalhar na área, o que aponta para o grande número de fabricantes que entraram na atividade apenas com o conhecimento prático e vivencial. Tal asserção é reforçada pelo relato de uma fabricante, que disse ter aprendido a costurar observando o trabalho de costureiras mais experientes. Com o

tempo, foi auxiliando na costura de mão e somente depois foi aprendendo a costurar, primeiro juntando peças e depois no seu acabamento.

Diferentemente das características dos produtos comercializados na maioria das feiras livres (frutas, verduras dentre outros produtos agrícolas), a confecção não é um produto perecível, não requer condições especiais para o seu acondicionamento e estocagem. Ela chega em fardos ensacados (Figura 94), sendo logo retirada para a banca da feira. Em geral, os hortifrutigranjeiros são produtos que se deterioram e são alvo de desgastes ao longo de um dia de feira, de modo que, já no seu período final, ocorre a conhecida hora da xepa[65], ou seja, a comercialização mais barata de alguns produtos, antes que se tornem restos de feira. No caso da confecção, não há depreciação do preço, pois o produto não é objeto desse tipo de desgaste, de maneira que a mercadoria pode voltar para o fardo no final da feira, podendo ser transportada sem maiores cuidados de acomodação, e retornar novamente à banca em outra feira.

Figura 94 – Fardos de confecção aguardando a montagem da barraca – Feira de Serrinha/BA.



Fonte: Próprio autor (2015).

Com a transformação das feiras, evidenciam-se elementos contra-hegemônicos da modernização capitalista do Nordeste brasileiro, operados nas esferas da vida, da economia, da cultura e na compreensão de tempo e espaço.

[65] Segundo o Dicionário Aurélio Buarque de Holanda, o termo refere-se às mercadorias que são vendidas no período final de uma feira, sendo, em geral, mais baratas e de qualidade inferior.

Aristóteles (2011) já ensinava que um bem possuído é “[...] um instrumento útil para a manutenção da existência [...]”, e chamava atenção para a distinção e exemplificação entre o instrumento e o produto, afirmando que o primeiro é o “[...] que realiza o efeito, e ‘propriedade doméstica’ o que ele produziu.” (P. 59). Com efeito, a lançadeira e, em seguida, o próprio tear foram instrumentos fundamentais para o desenvolvimento da produção têxtil, na medida em que as manufaturas obtiveram uma produção excedente ao ponto de transpor a produção corporativa artesanal.

Os resíduos da produção da confecção no passado histórico das costuras caseiras transformavam-se em colchas de retalhos ou, ainda, em tapetes multicoloridos a enfeitar a entrada das residências. Atualmente, em decorrência da produção confeccionista, torna-se quase impossível o seu aproveitamento total. Assim, constatamos, por meio dos trabalhos de campo, nas feiras e facções visitadas, a dificuldade que muitos fabricantes têm no descarte adequado dos restos de corte e tiras de tecidos. Muitas vezes, vimos em calçadas e terrenos baldios sacos, que antes embalavam rolos de tecidos, cheios de resíduos do processo de confecção de roupas. Uma utilidade encontrada pelos feirantes para dar cabo da grande quantidade de sobras de tecido foi utilizá-las na montagem da barraca na feira. As tiras de cores e estampas variadas encontram aí outra serventia, isto é, prender peças de roupas, lonas de cobrir a barraca, cabides, manequins e ainda amarrar os fardos de confecção. Ao final, a paisagem da feira mais parece fitas de santos presas no gradil das igrejas e pedestais das imagens (Figura 95).

Figura 95 – Tiras de tecidos auxiliam na fixação das mercadorias na barraca – Feira de Caruaru/PE.



Fonte: Próprio autor (2014).

Alguns profissionais, em geral, também costureiras, oferecem o serviço de faccionamento nas imediações das feiras por meio de panfletos. Outros profissionais que operam máquinas especializadas no corte do tecido oferecem seus serviços, na internet, anunciando a vantagem de redução de perdas no corte do tecido.

A comercialização da confecção que ocupava as barracas das feiras livres e de ruas no passado recente começa a tomar outra configuração ao se fixarem em centros de comércio popular. O comércio de confecção, no entanto, ainda tem seu espaço na feira e esta, por conseguinte, ainda tem o espaço público como marco referencial. São feirantes e fabricantes formando redes que articulam feiras em circuito, e conforme defendemos nesse trabalho, redefinem a centralidade e função regional de algumas cidades nordestinas em virtude da produção confeccionista e inserção da confecção popular no espaço da feira. São os casos de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, que têm sua paisagem transformada nos “dias de feira”, que em que se comercializa confecção. Essa ilustração também cabe para vários outros pontos no Nordeste, o que é reafirmado por caravanas de feirantes que fazem circuitos semanais de feiras, como veremos a seguir.

6.2 OS CIRCUITOS DAS FEIRAS DE CONFECÇÃO

As três feiras de confecção, objeto deste estudo, compõem redes geográficas, articuladas em circuitos e em níveis escalonares diferentes. Na escala do Estado, as feiras de vários municípios e distritos são articuladas por caravanas de feirantes e compradores, também chamados de sacoleiros, que organizam trajetos de acordo com a distância percorrida, a logística de transporte da mercadoria e o público consumidor, formando circuitos de feiras estaduais, o que não impede, entretanto, que haja também articulações e trocas com as feiras de outros estados nordestinos.

Essas feiras, em geral, ocorrem em variados dias da semana. No Distrito de Aprazível, o dia de feira é sexta, enquanto em Caruaru é na segunda-feira e em Serrinha ocorre na quarta-feira e no sábado. Os feirantes do Aprazível são procedentes, em maioria, de Fortaleza, mas também de municípios próximos a esse Distrito (Figura 96). Ao final da feira de sexta, os feirantes se redistribuem para outras feiras de municípios do noroeste cearense. Conforme já tratamos, a Associação dos Feirantes do Aprazível – AFA organiza outras feiras nas cidades de

São Benedito, Ipu e no Distrito de Deserto, em Itapipoca. Constatamos, todavia, o fato de que os feirantes também se dirigem para várias outras feiras do estado (Figura 97). No sábado, finalizada a feira do Distrito de Deserto, uma parte dos feirantes se desloca para as feiras dos municípios de Hidrolândia, Reriutaba e Cariré. No mesmo dia, outros feirantes se encaminham para a feira do Município de Cascavel, no litoral leste, e para feiras de bairro, em Fortaleza. No domingo, outra parte dos feirantes segue para a feira de Pacajus; outros feirantes, ainda, irão para as feiras dos Municípios de Mucambo e Amontada, enquanto os demais fecham esse circuito com a última feira, na madrugada do sábado para o domingo, na rua José Avelino, na área central de Fortaleza/CE.

No caso de Caruaru (Figura 98), os feirantes são em sua maioria do próprio Município, mas também aparecem nesse circuito feirantes de Municípios vizinhos como Bezerros, Agrestina, São Caetano, Camocim de São Félix e Cupira. Os circuitos de feiras realizados pelos feirantes de Caruaru, contudo, apresentam uma particularidade. Tendo em vista a forte centralidade da produção da confecção nessa cidade e o seu comércio na feira, bem como a ocorrência de outras grandes feiras de confecção nos Municípios de Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, os feirantes de Caruaru realizam um circuito pequeno, representado no destino traçado para outras três feiras, nos Municípios de Bezerros, Camocim de São Félix e Barra de Guarabira (Figura 99).

A feira de Serrinha, apesar de ser menor do que a de Caruaru, chama atenção pela capacidade de atrair feirantes que procedem de outras cidades da região de entorno, atraindo, inclusive, trabalhadores do Estado vizinho, Sergipe (Figura 100). A feira, além de atrair feirantes dos municípios próximos de Araci e Conceição do Coité, reúne vendedores do Município de Feira de Santana. Assim, o circuito de feiras em que Serrinha está inserida é bem amplo, ou seja, é composto por um raio de abrangência que alcança cerca de 12 municípios baianos, atingindo, ainda, o já comentado Tobias Barreto, no estado de Sergipe (Figura 101).

Essas feiras, malgrado apontarem redes geográficas com dinâmica relevante, mostram, ainda, profundas desigualdades e/ou contradições que se evidenciam nos grandes valores movimentados no dia de feira, contrapondo-se ao grande número de homens e mulheres, jovens e idosos, que buscam no comércio de confecção na feira uma oportunidade de gerar renda sem qualquer garantia, a não ser o exemplo de sucesso de colegas e vizinhos. Nesse sentido, o ideal do

empreendedor ganha força nas falas dos feirantes, embora tenham consciência da grande rotatividade da feira. Um sistema técnico que tem grande responsabilidade na viabilização do circuito de feiras de confecção foi, sem dúvida, as rodovias estaduais e federais que cortam municípios, estados e até regiões, garantindo o percurso de longos trajetos, tanto por feirantes quanto por sacoleiros (GONÇALVES; AMORA, 2013).

A articulação das feiras de confecção associadas à rede rodoviária aponta uma dinâmica de alteração de algumas estruturas tradicionais no Nordeste com a mudança de atividades, como a agricultura de subsistência, com forte apelo da ação da natureza, para a produção confeccionista em cidades, distritos e localidades rurais. O sertanejo substitui a enxada pela máquina de costura. Antes, o produto de seu trabalho (agrícola) dependia da chuva, portanto, da natureza. Agora, a matéria-prima é o tecido, o aviamento, sem contar a moda que sai de um mundo globalizado, ligado pelas redes sociais. A feira de confecção nos mostra que o sertão não está fora, a margem ou independente das transformações do processo produtivo global.

Figura 96 – Mapa de fluxo - Procedência dos feirantes do Distrito de Aprazível - Sobral/CE

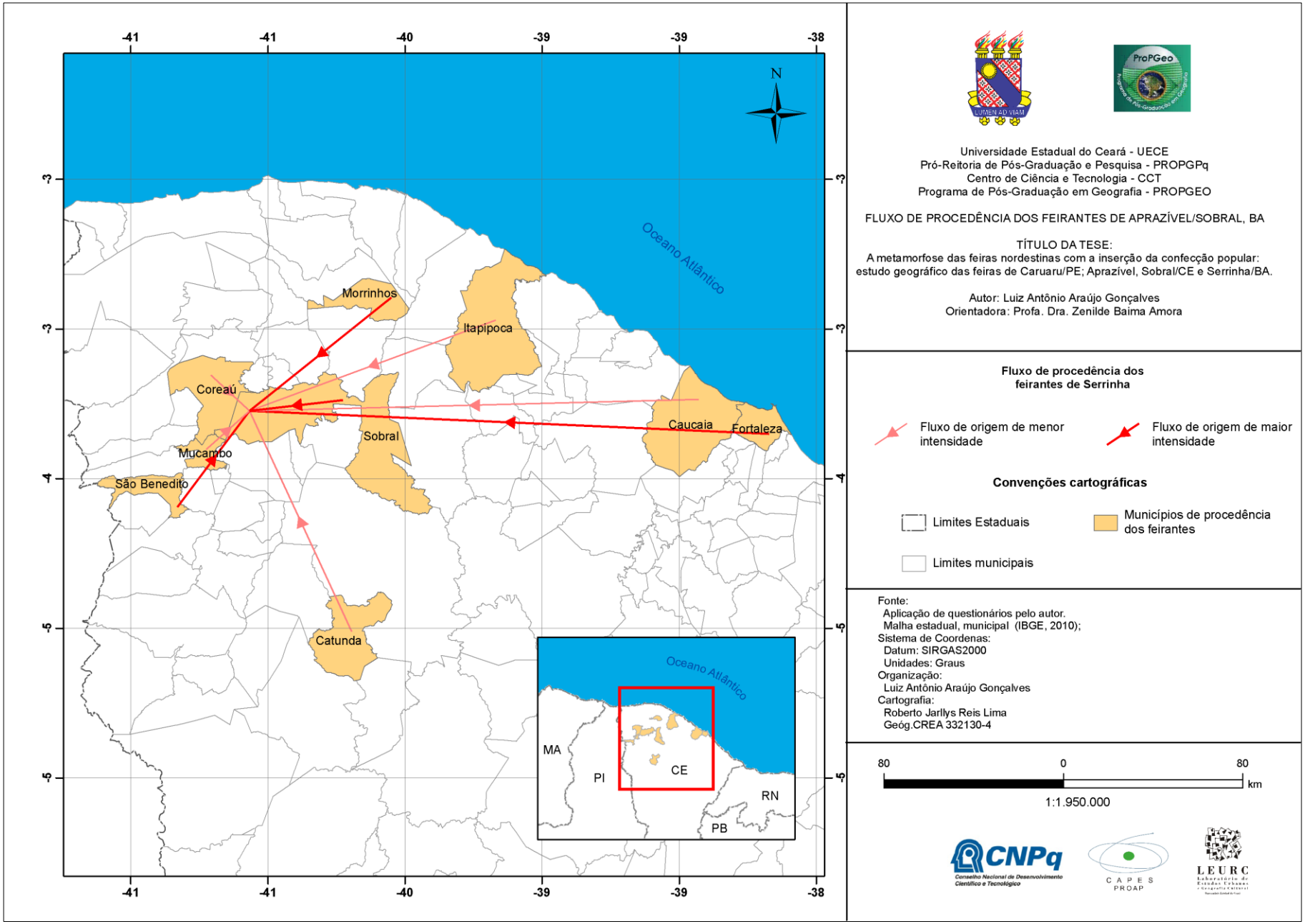


Figura 97 – Circuito de feiras realizadas pelos feirantes do Distrito de Aprazível - Sobral/CE.

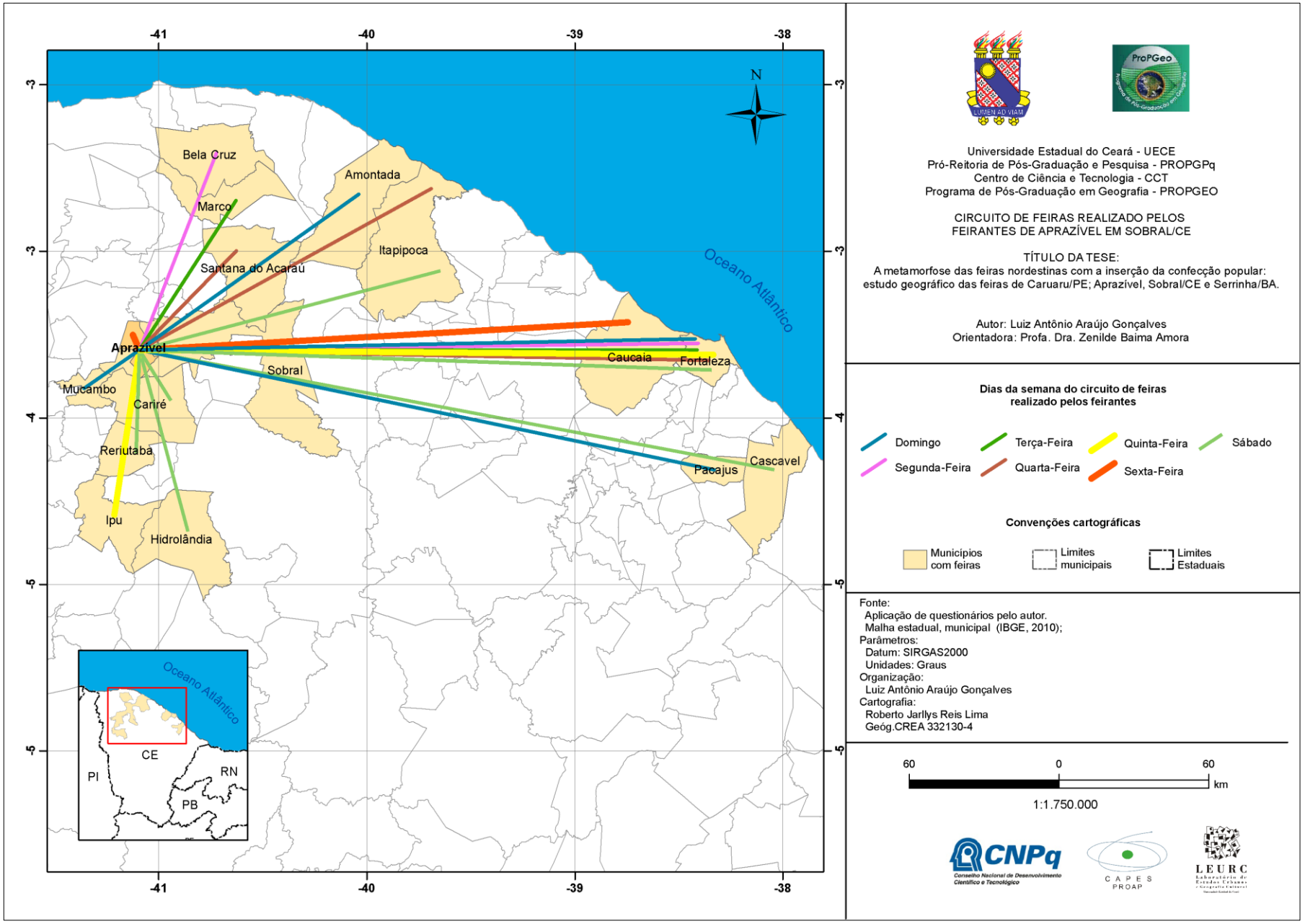


Figura 98 – Mapa de Fluxo – Procedência dos feirantes de Caruaru/PE

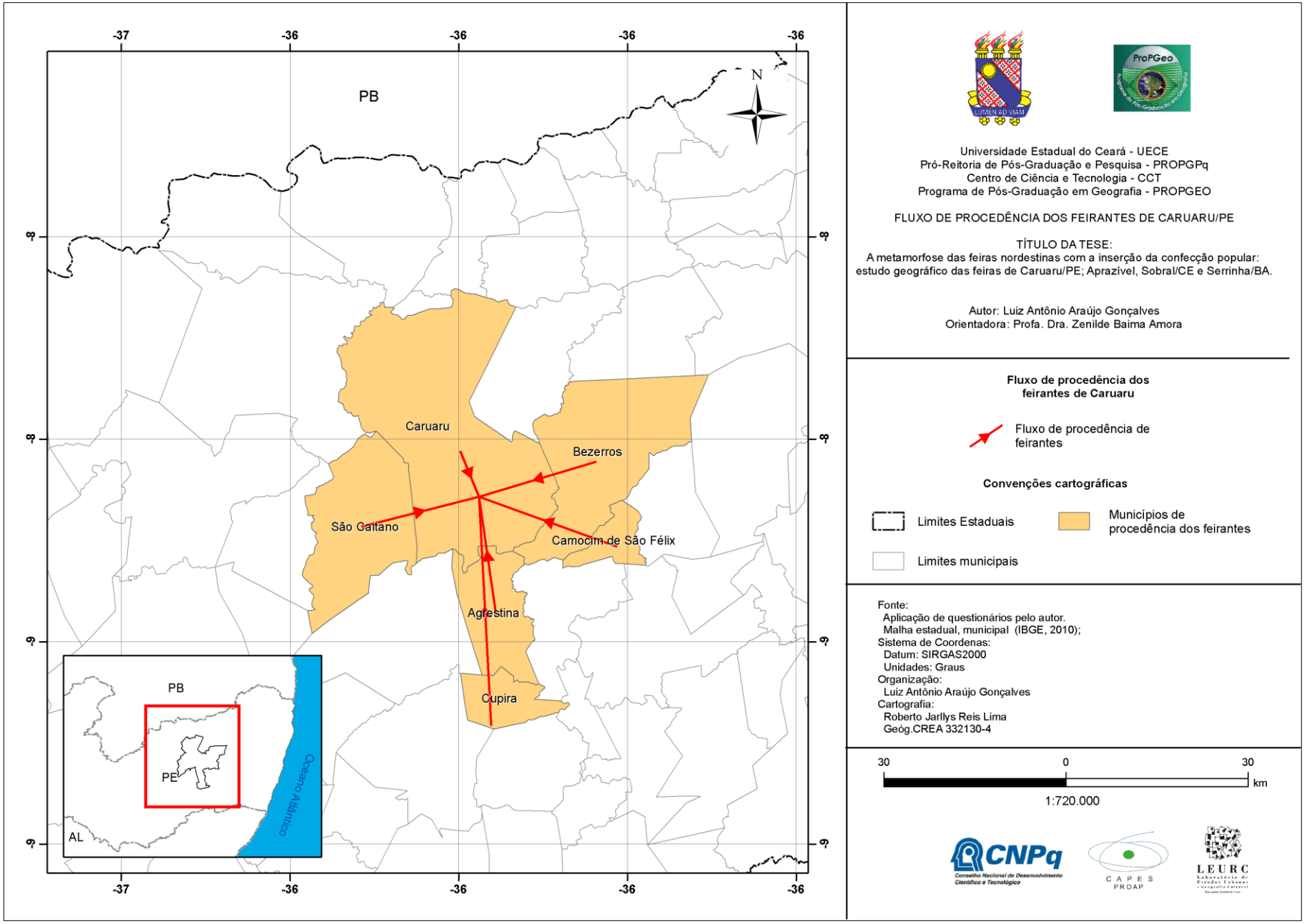


Figura 99 – Mapa do circuito de feiras realizadas pelos feirantes de Caruaru/PE

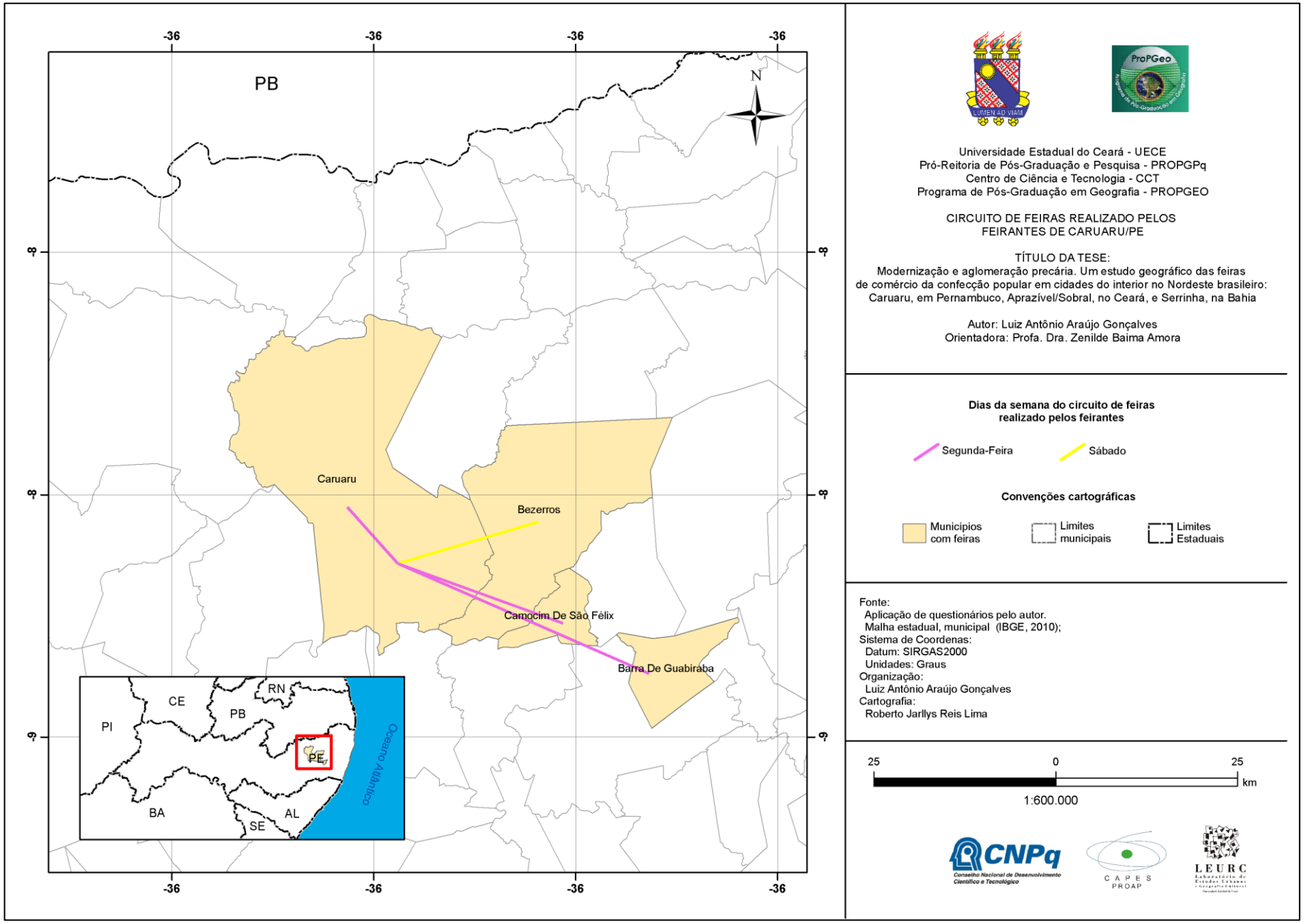


Figura 100 – Mapa de Fluxo - Procedência dos feirantes da Feira de Serrinha/BA.

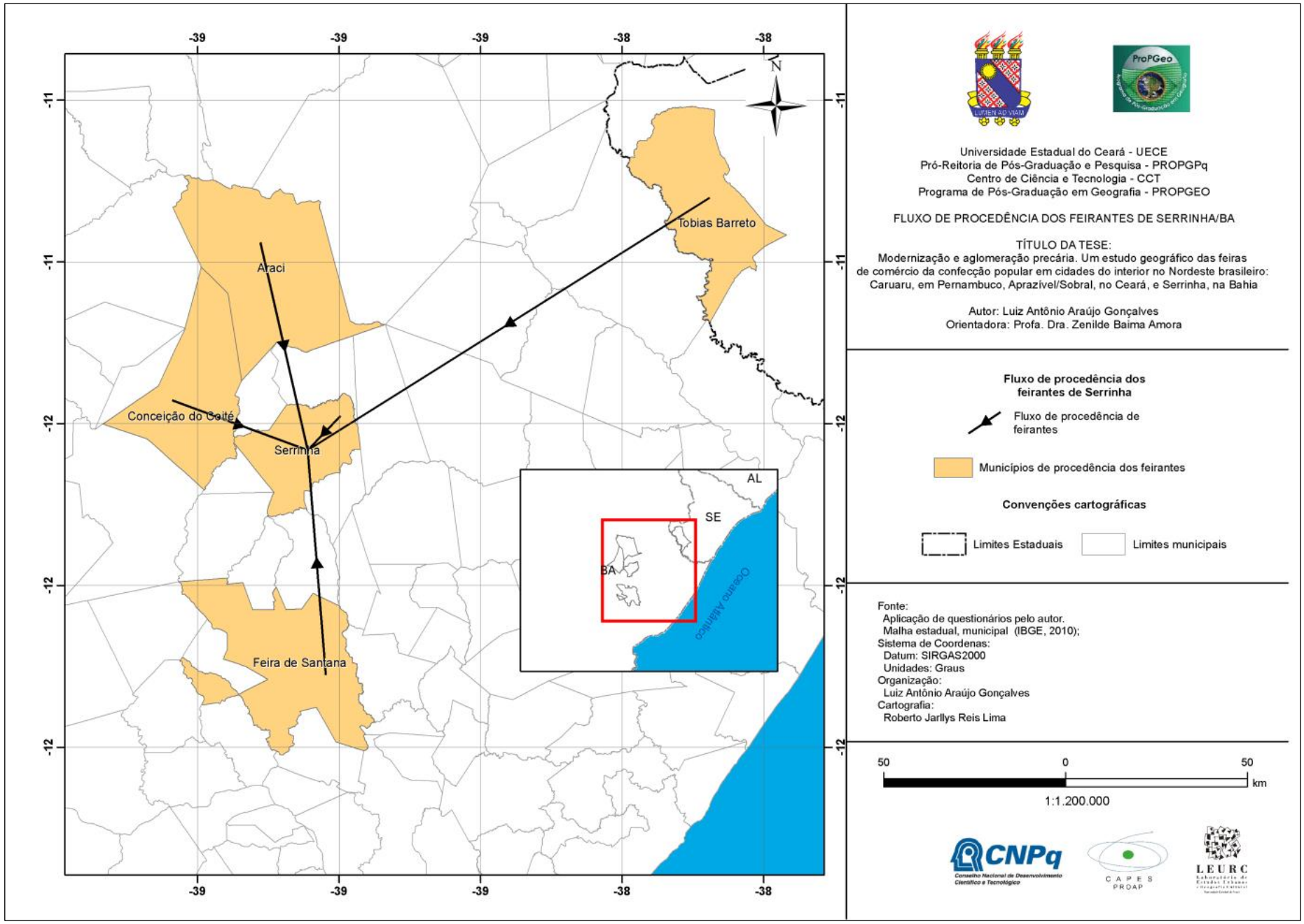
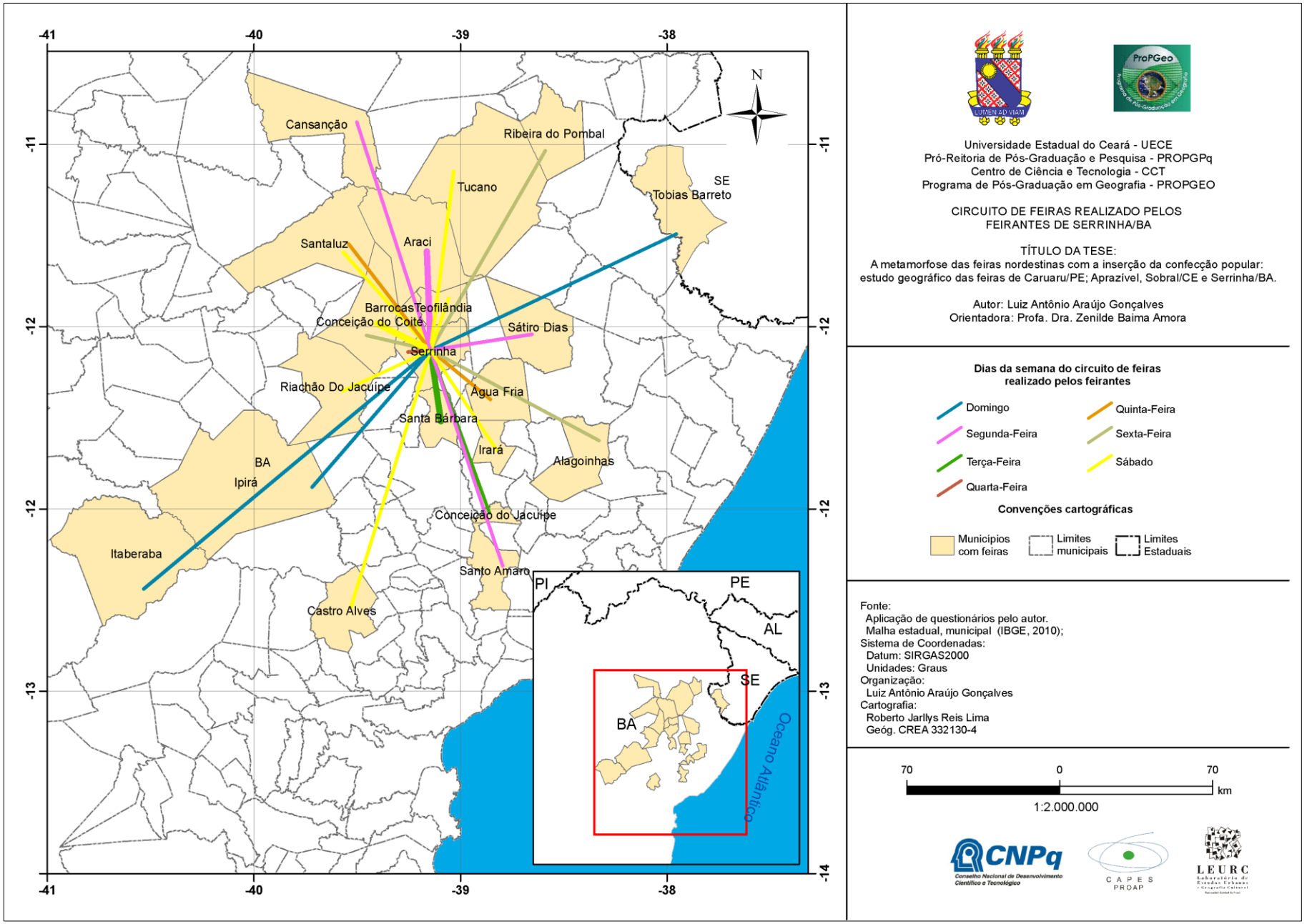


Figura 101 – Circuito de feiras realizadas pelos feirantes de Serrinha/BA.



A produção têxtil, em larga escala, é insumo para as confecções, já o trabalho assalariado ou por produção, este sim, é o responsável pelos baixos custos da produção. O trabalhador, em geral, é autônomo e é da sua produtividade diária e de sua família que se tornam possíveis os baixos preços das mercadorias - vestuários que se realizam nas feiras. E mais: há de se ressaltar as continuidades e descontinuidades no processo de produção e reprodução das feiras. O espaço do encontro, muitas vezes, de iguais, das trocas, do lazer, ainda permanece, entretanto, as pessoas têm pressa, é preciso chegar cedo, ganhar tempo, afinal o transporte, *topic* e o ônibus da caravana têm hora para partir e é preciso apressar-se, pois ainda serão muitos quilômetros a percorrer, porquanto outras feiras os esperam.

Embora as feiras não estejam voltadas especificamente para as cidades onde se instalam, a rede que elas criam são associadas a outra, que é a rede de cidades. Em alguns casos, como Aprazível e Deserto, a feira acontece fora da cidade, em Distritos situados a poucos quilômetros da Sede urbana do Município, porém à margem da rodovia, o que até certo ponto explica a escolha do lugar. Fica mais clara a relação da feira com o urbano, mas resta mais patente ainda o descolamento dos tradicionais dos mercados periódicos no espaço urbano contemporâneo. A centralidade é dada pelas vias de acesso, a exemplo do distrito de Aprazível, um pequeno aglomerado urbano situado, estrategicamente, no entroncamento de rodovia que atende a um público de outras cidades e estados.

Conforme mostraremos mais à frente, em virtude da grande expressão do comércio de confecção na feira, alguns capitais locais, regionais e nacionais, sem adentrar diretamente a esfera da produção confeccionista, buscam apropriar-se de uma parcela da mais-valia gerada por esse tipo de comércio, justamente na esfera da circulação e comercialização da confecção. Isso ocorre, também, em virtude da demanda reprimida de espaços para a realização das feiras-livres nas cidades, associada à ação de repressão por parte do poder público municipal. Assim, como alternativa gerada à explosão do comércio da confecção na feira, vários empreendimentos comerciais surgem com origem de capital heterogênea, a fim de capturar esse segmento de mercado popular. Esses empreendimentos comerciais buscam associar-se à identidade da feira, sobretudo, na lógica de organização e funcionamento. Em compensação, passam a ofertar uma infraestrutura que a feira não dispõe, nem poderia, dada sua essência de aglomeração temporária e, por

vezes, improvisada. Essa condição é almejada pelo feirante, porém, envolve assumir custos fixos, diferentemente da barraca na feira. Vejamos no tópico a seguir.

6.3 AS TRANSFORMAÇÕES NO CONSUMO E O FLUXO DE COMPRADORES DA FEIRA

Denominamos o vestuário comercializado na feira de confecção popular, pois este se fez um produto de massa, à medida que as roupas deixaram de ser feitas para durar e passaram a ser confeccionadas para atender a uma "estação", ou seja, uma tendência de moda. Os principais compradores das feiras de confecção estudadas são, sobretudo, sacoleiras e sacoleiros que saem das mais diversas cidades da região Nordeste e de outras do País em busca de mercadorias para serem comercializadas novamente em seus lugares de origem. É desse modo que as sacoleiras e os sacoleiros compõem o grande mercado das feiras que fazem "as vezes" de mercado atacadista.

Do ponto de vista da sua configuração, aparentemente, a feira permanece a mesma, entretanto, mudanças significativas ocorrera com a entrada de produtos da confecção na feira. O consumidor final[66], que antes se dirigia à feira para adquirir produtos alimentícios, buscava nisso o valor de uso, a subsistência, ou seja, o conjunto de gêneros alimentícios necessários para sustentar a família, ou, ainda, a utilidade de um objeto em suas atividades diárias. Já na feira de confecção, o público visitante é o comprador da mercadoria confecção, identificado na figura do sacoleiro que é, antes de tudo, um intermediário, um comerciante[67] que visa ao lucro, ao valor de troca, operacionalizando a lei do comércio, ou seja, "[...] comprar mais barato e vender caro [...]" (MARX, 2011, p. 731). O consumo final é realizado em vários pontos de comércio difusos alhures. Formaram-se pequenas lojas em bairros populares, a fim de revender a mercadoria comprada na feira com o atrativo do preço fixo, a sete ou dez reais por peça, como vemos nas figuras 102 e 103. Essas lojas de roupas a preços populares podem ser vistas em várias cidades médias e pequenas da região Nordeste.

---

[66] Marx (2011, p. 734) nos indica que o consumidor é aquele sujeito que adquire um produto e "[...] não compra para vender novamente".

[67] O Comerciante é descrito por Marx (2011), como aquele sujeito que "[...] compra e vende unicamente 'visando ganhar' [...]" (P. 734).

Figura 102 – Loja de roupas (sete reais a peça). Bairro Vila Pery – Fortaleza/CE.

.



Fonte: Próprio autor (2014).

Figura 103 – Loja de roupas (dez reais a peça). Bairro Conjunto Itaperi – Fortaleza/CE.



Fonte: Próprio autor (2014).

Às vezes o alcance desse circuito é tão amplo que vai além dos limites estaduais e também regionais. A feira de Caruaru atrai compradores até do estado de São Paulo, na região Sudeste, sem contar o grande fluxo gerado dentro da própria região Nordeste (Figura 104). No caso de Serrinha, os compradores vêm de vários municípios próximos, mas também distantes, como Santo Antônio de Jesus e da Capital baiana, Salvador.

A procedência dos compradores de Aprazível chama atenção pela grande quantidade e variedade de municípios, inclusive dos Estados do Piauí e do Maranhão. É bem verdade que a maior concentração de compradores procede da porção noroeste do Ceará e, dada a proximidade, também de municípios do Piauí e Maranhão (Figura 106). Quanto à procedência dos compradores da feira de Aprazível, o que chama atenção é o fato de serem provenientes de quase todos os estados nordestinos (à exceção de Alagoas e Sergipe) e também de municípios do Estado do Pará.

Figura 104 – Fluxo de origem dos compradores da feira de Caruaru/PE.

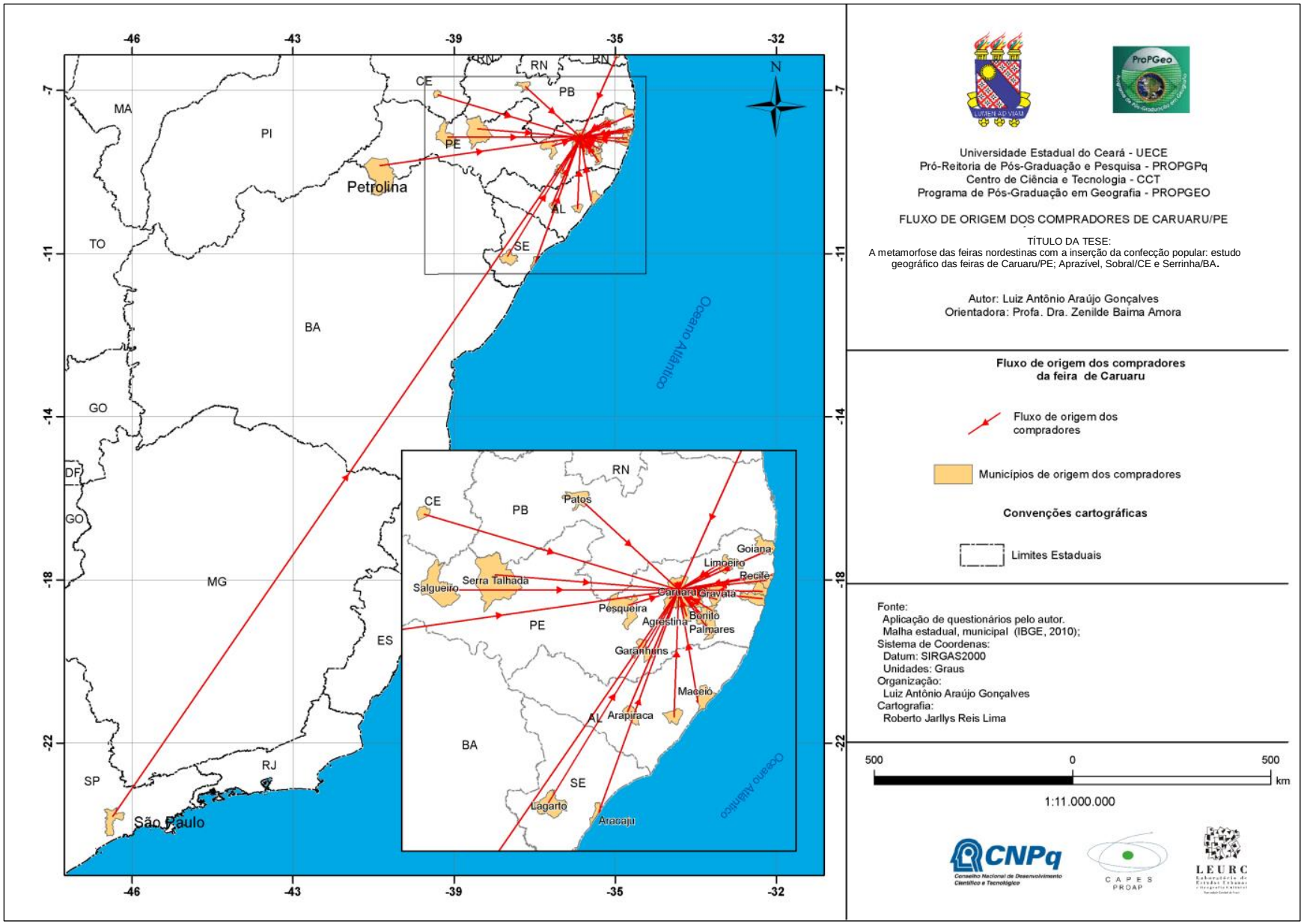


Figura 105 – Fluxo de origem dos compradores da feira de Serrinha/BA.

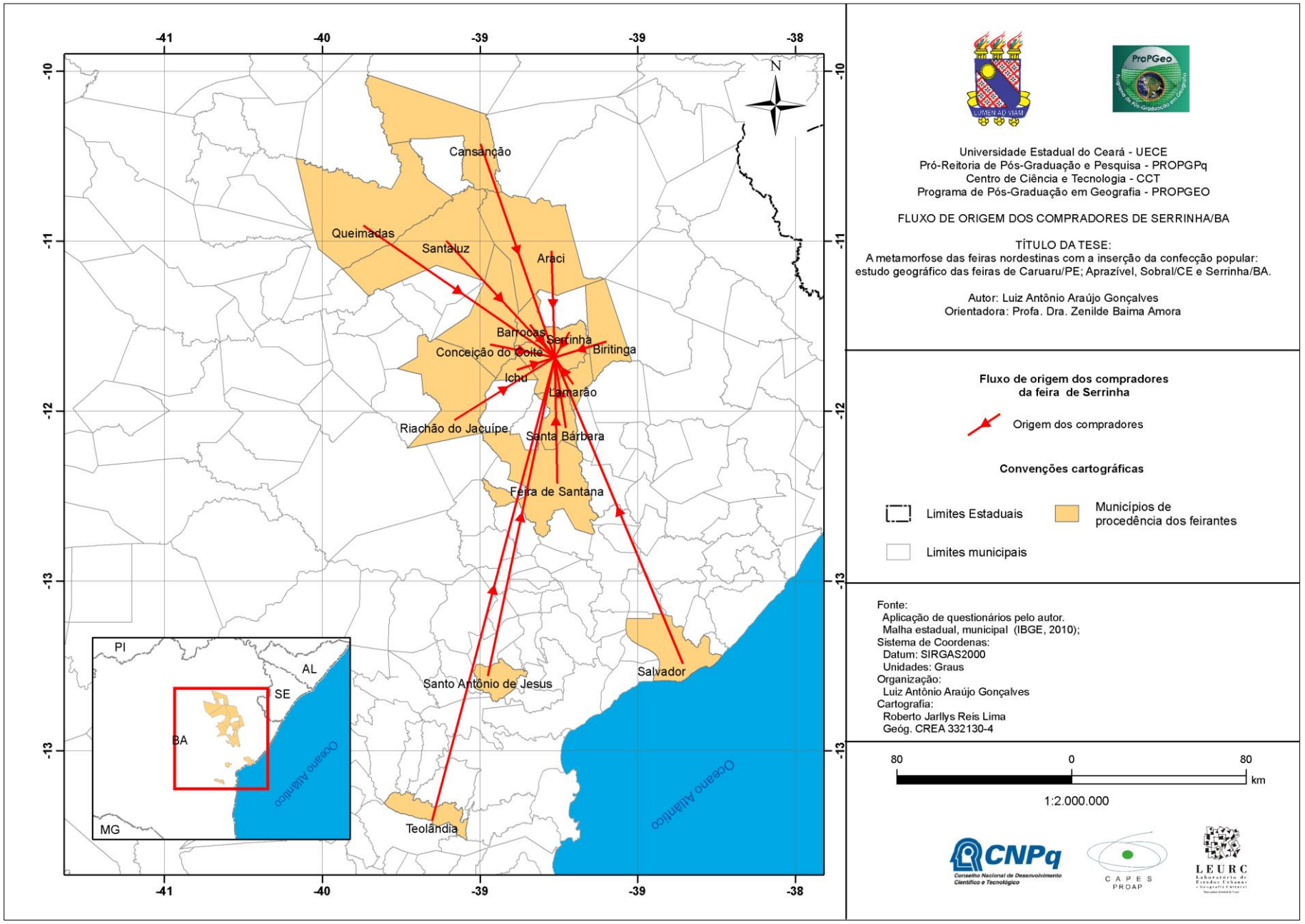


Figura 106 – Origem dos compradores da Feira de Aprazível, Sobral/CE.

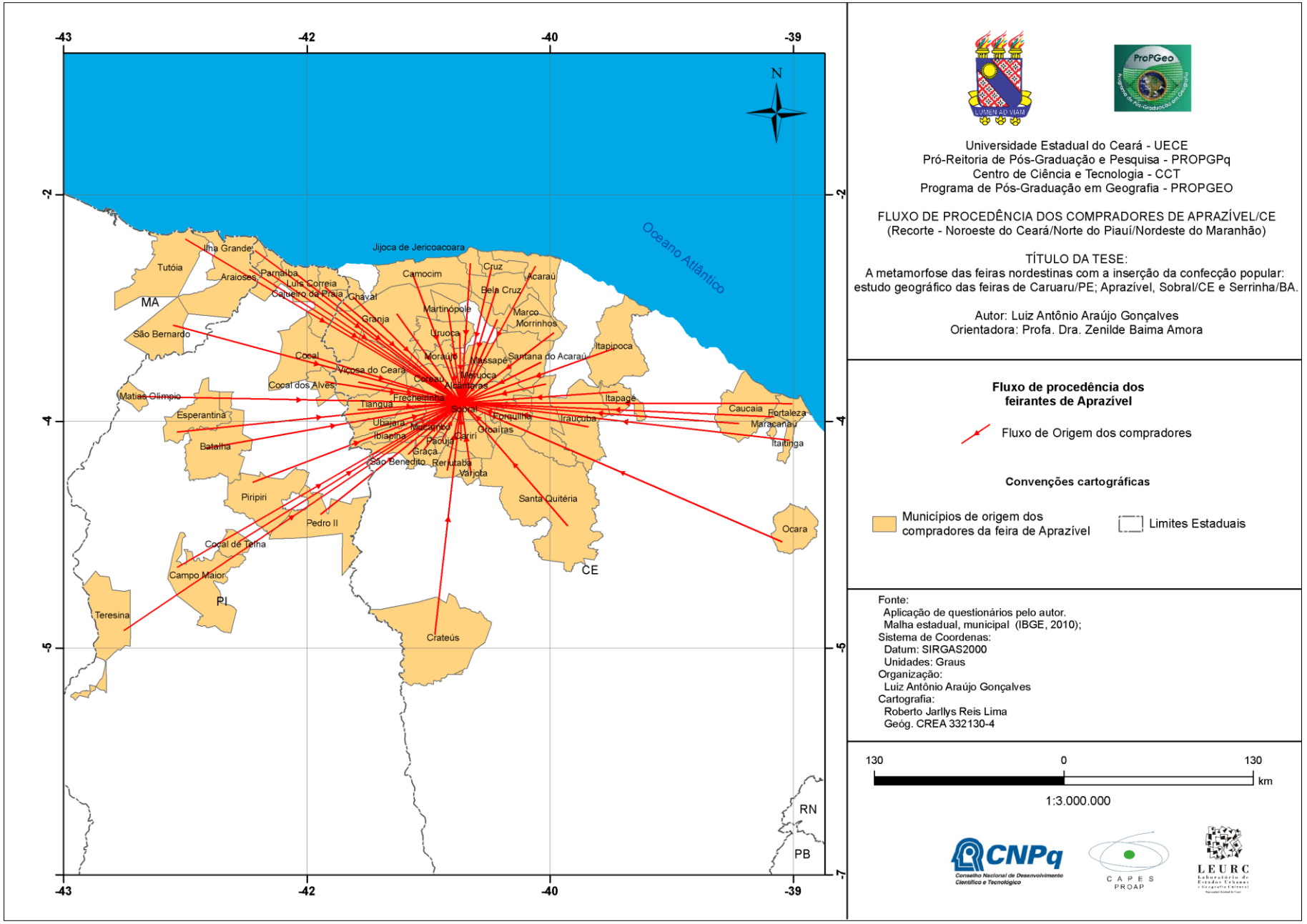
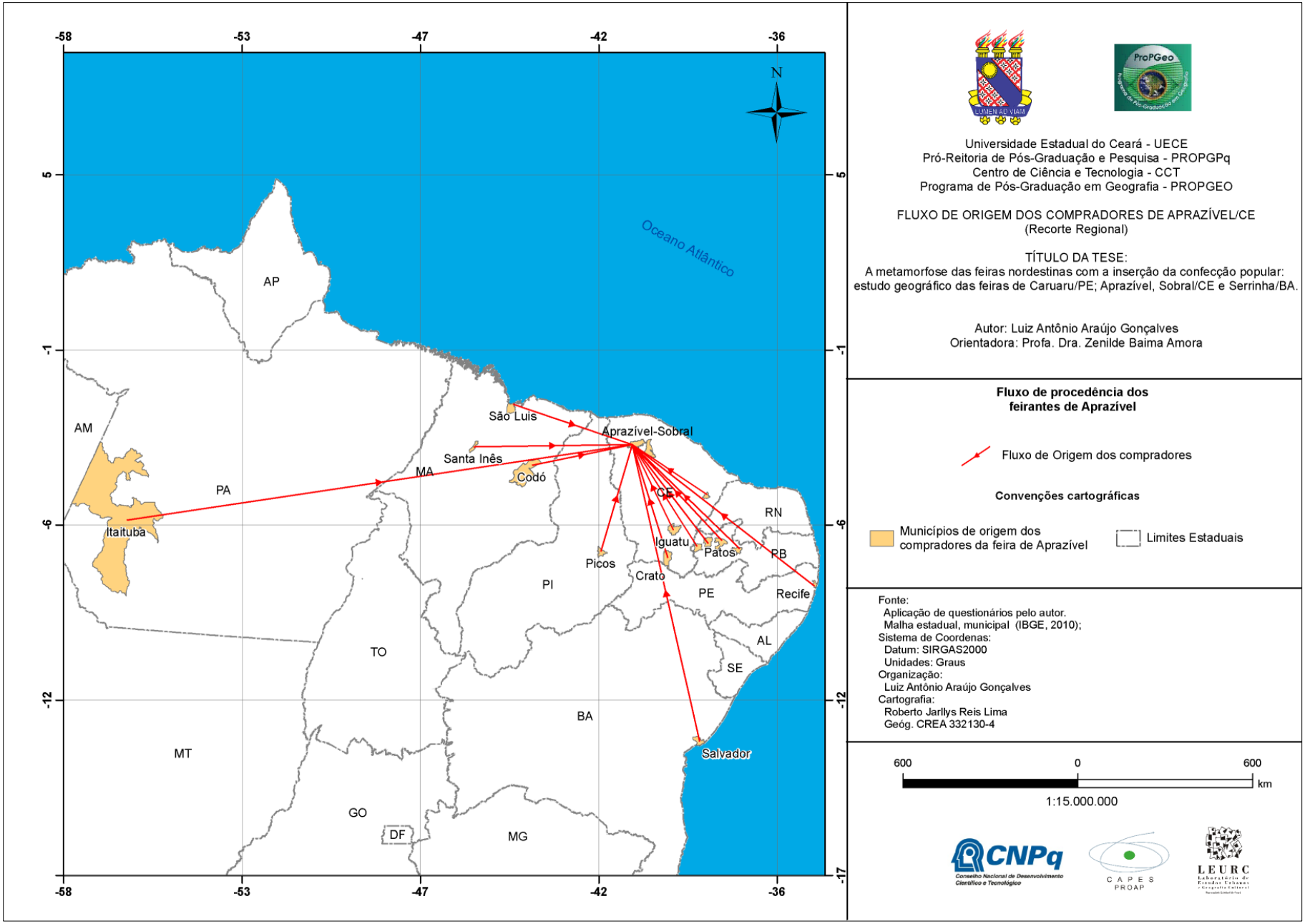


Figura 107 – Origem dos compradores da Feira de Aprazível, Sobral/CE (Recorte regional).



Ao longo da pesquisa, nos percursos e rotas realizadas nos trabalhos de campo, deparamos vários sujeitos da pesquisa que chamaram nossa atenção. Vale destacar o encontro com um senhor morador da cidade de Tabatinga, às margens do rio Solimões, no extremo oeste do Estado do Amazonas, Município fronteiriço com a Colombia, próximo a *Benjamin Constant*, fronteira com o Peru. Ele seguiu conosco o mesmo trajeto da rodoviária de Caruaru até a rodoviária do Recife e também daí até o aeroporto dos Guararapes, no Recife. Nesse percurso, ele nos contou que já havia passado pelas feiras de confecção e centros de compras em Fortaleza e tinha vindo até o agreste pernambucano para comprar moda íntima e *jeans*. Esse senhor relatou que possuía loja na sua cidade e uma vez por mês realizava esse trajeto para repor seu estoque de mercadoria. Fazia o percurso sem levar consigo nenhuma mercadoria. Quando indagamos onde estavam suas compras, ele nos respondeu que despachava a carga por empresas de transporte aéreo. Em outro momento, deparamos um casal que carregava algumas sacolas *jeans* vazias em um carrinho de compras e uma pequena bolsa de viagem. Realizamos o mesmo trajeto de Fortaleza para Caruaru, trocando apenas de modal de transporte no Recife – do aéreo para o terrestre. Em conversa informal, relataram que eram lojistas e vieram para Caruaru comprar mercadorias para renovar o estoque. Esse movimento nos fez refletir sobre os diversos movimentos promovidos pelo comércio da confecção popular na feira.

Existe também o segmento de sacoleiras que fazem caravanas até as feiras. Essa modalidade de deslocamento ocorre com o pagamento de ônibus fretado para esse fim e ainda conta com um guia da caravana. No trabalho de campo, deparamos com sacoleiros, compradores que faziam o percurso das feiras. Constatamos que muitos comerciantes da feira de Serrinha fazem caravanas quinzenais para as feiras do agreste pernambucano (Toritama e Santa Cruz do Capibaribe) para comprar mercadorias e repor seus estoques de produtos. A mercadoria retorna com eles juntamente no ônibus para sua cidade de origem.

Um aspecto que chama atenção nas feiras é o uso das ferramentas Tecnológicas de Informação e Comunicações – TIC’s que têm se intensificado à medida que as localidades nordestinas ganham suporte da rede de comunicação móvel. No caso da feira de Aprazível, até bem pouco tempo, não havia acesso a telefonia móvel, mas o problema foi resolvido e a localidade já usufrui da telefonia e internet móveis.

Faz algum tempo que o cartão de visita é utilizado para repasse dos contatos dos feirantes e localização da barraca na feira, todavia se encontra no cartão de visita o número de contato do *Whatsapp* ou o endereço da *Fanpage* no letreiro da barraca, indicando que ela também pode ser encontrada nas redes sociais. Os contatos com os clientes são realizados por esse meio de comunicação, onde os feirantes divulgam a chegada de novos modelos e números de peças para os compradores (lojistas e sacoleiros) que vão para a feira na quinzena do mês. Há, ainda, a criação, por parte dos feirantes, de grupos de *Whatsapp,* por onde são enviadas fotos de modelos e/ou manequins vestidos com peças informando as mercadorias novas no boxe da feira. Muitos contatos com compradores são realizados por meio de *postagens* na página de redes sociais, como o *Facebook,* que deixam seu número registrado para ser incluído no grupo do *Whatsapp* do feirante (Figura 108).

Figura 108 – Anúncio de feirante na rede social.



Fonte: Facebook (2015).

De outro modo, muitos feirantes realizam procedimentos de produção direcionada, *just in time*, de acordo com a demanda solicitada, tendo a feira como ponto de encontro. Conforme o relato de um feirante que é fabricante de modinha, ele só produz quantidades maiores se for por encomenda, pois não tem muito capital

fixado em peças fabricadas, aviamentos e tecidos. Assim, tem como gerenciar melhor seus custos e vender na feira sem ficar com peças paradas no estoque.

Conforme veremos mais à frente, o que se verifica é a difusão do comércio de confecção popular em várias feiras de grandes, médias e pequenas cidades no Nordeste brasileiro. Entendemos que a inserção da confecção no espaço dessas feiras ocorreu em decorrência da produção de pequenas confecções e microfacções que repercute na utilização do espaço público para sua comercialização, entrando em conflitos com outras lógicas de produção do espaço urbano. Trataremos a seguir de explanar sobre alguns casos de empreendimentos que surgem da lógica de organização e normatização do funcionamento das feiras. Muitos deles já existiam quando iniciamos nossa pesquisa, outros foram surgindo no decorrer do tempo de pesquisa em substituição às feiras livres, cujo comércio da confecção exerceu a maior força e expressão.

6.4 DAS FEIRAS AOS GALPÕES: DA DESCONSTRUÇÃO DA FEIRA-LIVRE À CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE COMÉRCIO DE CONFECÇÃO POPULAR.

As questões relativas à normatização e planejamento dos espaços e dias de feira ensejam calorosos debates, envolvendo associações de feirantes, Poderes Executivo e Legislativo, e mídia, por meio dos jornais impressos e televisionados, notícias em *blogs* da internet etc. Em grande parte, os debates reportam-se à retirada da feira para outras áreas urbanas que, para os gestores, não “interfiram” na dinâmica da cidade. As opiniões pró ou contra a permanência da feira-livre nas áreas centrais das cidades, mobilizam vários agentes sociais, desde os feirantes, que passaram a se organizar em associações, até entidades de classe, proprietários fundiários, promotores imobiliários e poder público. A opção levantada quase sempre vem capitaneada por projetos de construção de empreendimentos privados para acolherem esses feirantes fora das áreas centrais, embora alguns comerciantes afirmem que a feira é benéfica, porque traz o movimento de pessoas.

De modo geral, comprovamos esse movimento de reinvindicação e conflito dos feirantes nas três feiras foco desse estudo. Embora essas feiras estivessem situadas em realidades específicas, a luta em comum era pela sua permanência no espaço público. A solução dada pelo poder público para os comerciantes da feira, porém, foi pela dissolução da aglomeração de barracas e sua

retirada da rua para serem alocadas em terrenos, galpões e/ou empreendimentos mediante o pagamento de taxas ou, ainda, com a compra do espaço do boxe (2mx2m – 2mx1m). É preciso esclarecer que a compra do boxe nesses espaços garante apenas a posse e exploração econômica do espaço, não havendo direito de propriedade para quem o adquire.

Ao longo do tempo da pesquisa, vários empreendimentos foram surgindo, alguns grandiosos, dadas as dimensões de sua infraestrutura, outros nem tanto por adaptarem estruturas já existentes que ganharam outra função. Ambos, entretanto, buscavam reproduzir a lógica de organização e funcionamento do espaço da feira, basicamente, com a formação de fileiras de boxes/bancas. Alguns estabelecimentos ganhavam o nome de “Cidade” no sentido weberiano[68] mais qualitativo, outros de “*Center*”, ou, ainda, manteve-se a alcunha de “Feira” com o intuito de preservar a associação da sua imagem à da feira. A aglomeração agora se daria em estabelecimentos comerciais privados que nada mais são do que grandes galpões que comercializaram centenas de boxes ou espaços comerciais para os comerciantes que antes estavam na feira.

O comércio da confecção popular, que se utilizava da aglomeração da feira, à medida que se intensifica o processo de acumulação e exploração, contraditoriamente, procurou modernizar sua estrutura, isto é, centros de comércio da confecção popular. Interessante é salientar, conforme veremos adiante, que, apesar da lógica de funcionamento ainda remeter ao funcionamento de uma feira, esses espaços deixam de ter a liberdade da feira para se enquadrar à lógica dos empreendimentos imobiliários de iniciativa privada (PINTAUDI, 1992).

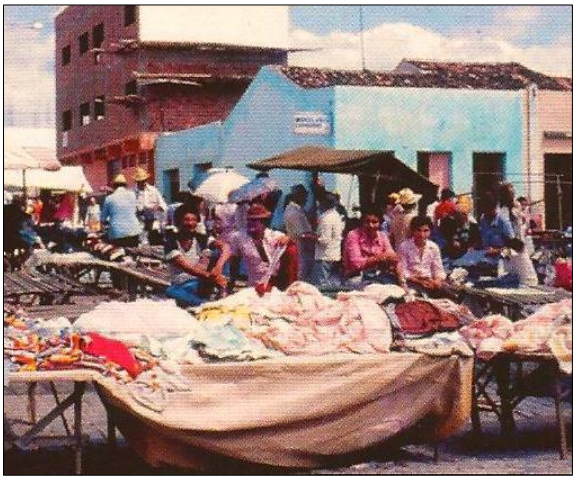
Além de Caruaru, o comércio da confecção popular também está concentrado nas cidades próximas de Santa Cruz do Capibaribe e Toritama. A cidade de Santa Cruz do Capibaribe também tinha uma grande feira localizada em sua área central e ganhou evidência com o comércio de roupas na feira, ainda, nos anos de 1980 e 1990. O crescimento da feira deu origem a um dilema marcado pela necessidade de ordenamento da cidade, e a expansão da atividade econômica da indústria e comércio confeccionista.

Segundo Xavier (2006, p. 124), a produção da confecção nesta cidade ocorreu “[...] pela iniciativa dos pequenos empresários, dos microempresários e dos

[68] Atribuído à aglomeração de imóveis que formam uma grande localidade.

trabalhadores autônomos. A produção cresceu e difundiu-se pelas cidades vizinhas, iniciando um processo de cooperação, através de intensa divisão do trabalho [...]". O comércio de confecção que sucedia nas ruas centrais da cidade de Santa Cruz do Capibaribe, cuja feira também era denominada de Feira da Sulanca, passou a ser motivo de vários conflitos, haja vista que o crescimento do número de feirantes e, consequentemente, de barracas provocava inúmeros problemas ordenamento e fluxo para os citadinos. Segundo o relato das pessoas com quem conversamos, a feira era composta por bancas montadas ou mesmo em lonas estendidas no calçamento. Conforme descreve Thonny Hill (2012, p. 37), o comércio da confecção na feira "[...] se espalhava por 26 ruas do centro da cidade, em bancas de madeira, sem estrutura para receber os milhares de compradores vindos de diversos estados do país e também do exterior.". As figuras 109 e 110 ilustram a estrutura e o fluxo de pessoas na feira da Sulanca, em Santa Cruz do Capibaribe nos anos 1980.

Figura 109 – Feira de Santa Cruz do Capibaribe no início dos anos 1980.



Fonte: Revista Moda Center.

Figura 110 – Comércio da confecção nas bancas de madeira na feira



Fonte: Revista Moda Center.

Em entrevista, um dos moradores da cidade nos relatou como era o comércio de confecção popular que ocorria nas ruas da cidade:

> Como a gente estava na feira, na rua, ocupando 40 ruas da cidade. Uma peculiaridade: a gente tinha feira aqui na quinta e na segunda e com a movimentação, a feira estava sempre mudando de dia. E tinha uma coisa interessante que era o seguinte, se a feira era na segunda, o pessoal, os montadores de banco tinha que colocar o banco na rua no dia anterior. Ai interditava a cidade, chegando ao ponto que a gente só ter, praticamente, dois dias mesmo aqui na cidade para o trânsito fluir normalmente, no resto dos dias a cidade era ocupada pelos bancos [de feira]. Ai a gente tinha um prefeito aqui que hoje é deputado federal e já tinha um prefeito anterior que

> já tinha dado a ideia de criar o Moda Center e ele [o primeiro] aproveitou a deixa do outro e cedeu esse terreno aqui. Esse terreno era do município. Ele reuniu as pessoas, associações, etc. e doou esse terreno para a construção do Moda Center. Uma empresa construiu e dividiu do mesmo modo como é a construção de um edifício de apartamentos. A empresa vai construir ai você compra antes da construção, você vai pagando, apostando no empreendimento que ia vender todas as partes. E assim foi feito com o Moda Center, o povo comprou, acreditou e estamos ai. (ENTREVISTA 03, 2012).

O comércio de confecção na feira ocupava toda a área do centro da cidade, de modo que chegou ao limite. Com a mobilização do poder público municipal, juntamente com os empresários do ramo de confecção e feirantes-fabricantes, foi idealizado o projeto de um centro de compras que desafogasse o centro da cidade e promovesse a atividade de comércio de confecções. Os feirantes e fabricantes da cidade e outras próximas foram incentivados a adquirir boxes no novo empreendimento situado na rodovia estadual PE-160, na saída da cidade para o sertão.

O Moda Center Santa Cruz (MCSC) foi inaugurado em 7 de outubro de 2006, reunindo confeccionistas e feirantes da região do agreste pernambucano e estados vizinhos. O empreendimento é auto denominado como o maior centro atacadista de confecções da América Latina, composto em sua maioria por fabricantes reunidos na modalidade de condomínio comercial. Para justificar esse título, o empreendimento conta, conforme dados de 2015, 9.624 boxes (2x1m) divididos em seis módulos, 707 lojas e uma infraestrutura formada por seis praças de alimentação, numa área coberta de 120 mil metros quadrados (m^2), contando, ainda, com vários serviços, como alojamentos para motoristas, posto ambulatorial, caixas eletrônicos, carrinhos de compra, sistema de som (rádio-*center*) e TV (TV-*center*), câmeras de segurança, SAC (para os condôminos) e rede WIFI. Do lado de fora e compondo o conjunto do empreendimento, dispõe-se um amplo estacionamento com 6.000 vagas para carros de passeio e 500 vagas para ônibus. Além disso, 19 hotéis-dormitório estão dispostos nos limites da propriedade (Figura 111).

Essa gama de serviços segue os traços característicos de um *shopping center* (SC) na definição de Pintaudi (1992), todavia direcionado para o comércio atacadista do vestuário de moda popular haja vista que a maioria absoluta do público consumidor do Moda Center é composta de sacoleiros e lojistas que adquirem a mercadoria para vendê-la alhures. De outro modo, a exposição das

mercadorias pouco lembra as vitrines de um SC, sendo marcante a paisagem de roupas e manequins expostos nas bancas de ferro dispostas em fileiras - identificadas por códigos alfanuméricos – que mais lembram uma feira, apesar da construção deste centro de compras ter ocorrido justamente para a retirada da feira das ruas de Santa Cruz do Capibaribe.

Figura 111 – Vista superior frontal do "Moda *Center* Santa Cruz".



Fonte: Revista Moda Center.

Nos períodos de maior movimento, o local chega a receber mais de 150 mil clientes por semana, vindos de todo o País. Segundo informações da gerência de comunicação do Moda Center Santa Cruz, no mês de dezembro do ano anterior, esse equipamento chegou a receber cerca de 500 ônibus de todos os estados do Norte e Nordeste e até mesmo de estados de outras regiões do Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Na ocasião de nossa visita ao Moda Center Santa Cruz, em 26 de novembro de 2012, eles tinham recebido caravanas de compradores vindos do Rio Grande do Sul e de São Paulo.

Mesmo sendo um centro de comércio atacadista de confecção, o MCSC ainda preserva um hábito da feira, ou seja, o "dia de feira", que diz respeito aos dias de maior concentração de confeccionistas e de compradores. Assim, "os dias de feira" no MCSC ocorrem sempre às segundas e terças, das 7h às 18h. Nos períodos de alta temporada, ou seja, a partir da segunda quinzena de maio e durante todo o mês de junho, e no mês de novembro e dezembro, esse centro de compras também

abre aos domingos, sempre no mesmo horário. Não há grande movimento de quarta a sábado, de modo que centenas de boxes e lojas permanecem fechados, abrindo de acordo com a determinação de cada comerciante.

As ferramentas de mídia digital e redes sociais são usadas intensamente pelo setor de comunicação e *marketing* do MCSC, a fim de informar o maior número de clientes, formado por sacoleiros e sacoleiras que montam caravanas de ônibus que partem de várias cidades e regiões do País. Conforme as figuras 112 e 113, vemos o informe referente aos dias de abertura do empreendimento também aos domingos durante os meses de novembro e dezembro de 2015. Interessante também é notar que o anúncio de abertura do centro comercial ocorre como se fosse um dia de feira. Outro registro relevante diz respeito ao grande número de pessoas que visitam a *fanpage* do MCSC, com cerca de 40 mil visualizações.

Figura 112 – Informe do dia de funcionamento do Moda Center Santa Cruz pelas redes sociais.



Fonte: Facebook/modacenter

Figura 113 – Calendário do ano 2015 com os "dias de feira" no Moda Center Santa Cruz.

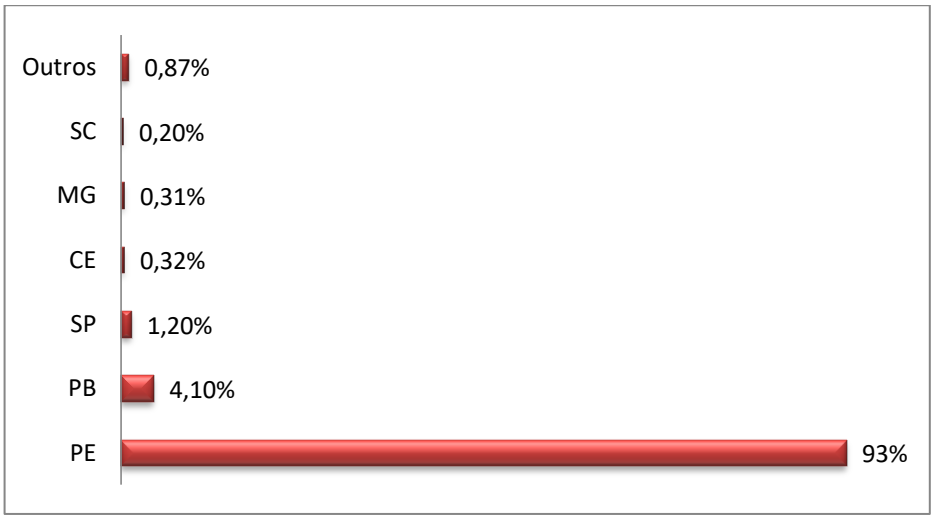


Fonte: Facebook/modacenter

Os dados da pesquisa "As fronteiras da atividade empreendedora baseada no Moda Center Santa Cruz", realizada no mês de maio de 2013, pela

Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio Ambiente do Município de Santa Cruz do Capibaribe, indica a origem dos produtos comercializados naquele centro de venda de confecção. Os dados revelam que 93% dos produtos ali comercializados têm origem no próprio Estado de Pernambuco. Há também, no entanto, a participação de produtos originários de estados vizinhos, como Paraíba (4,10%) e Ceará (0,32%). Dentre os produtos confeccionados em outras regiões do País, destacam-se aqueles procedentes da região Sudeste, especificamente, dos Estados de São Paulo (1,20%) e Minas Gerais (0,31%). Vale apontar que o Estado de Santa Catarina, embora esteja mais distante, na região Sul, responde por 0,20% dos produtos comercializados no Moda Center Santa Cruz (Gráfico 12).

Gráfico 12 - Origem dos produtos nacionais comercializados no Moda Center Santa Cruz, em Santa Cruz do Capibaribe/PE.



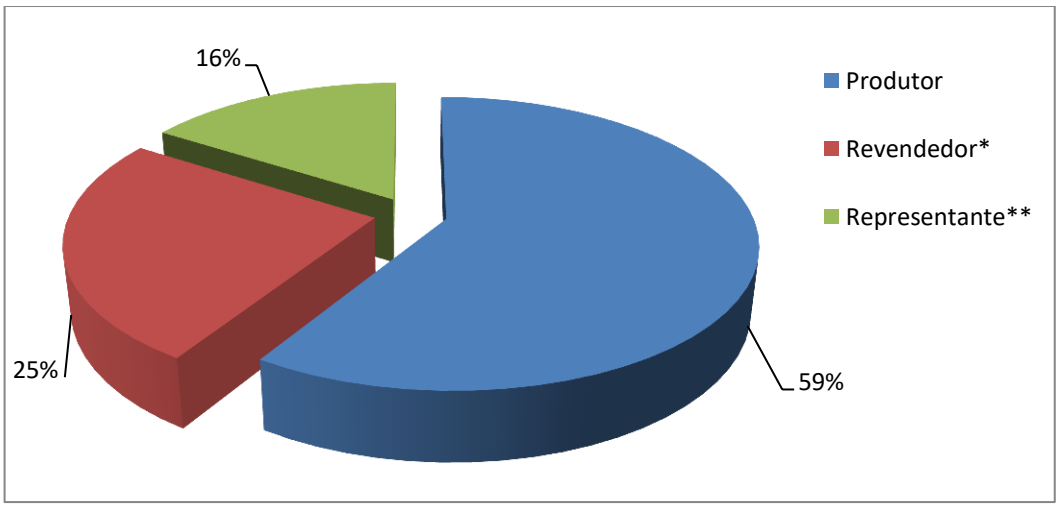
Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio Ambiente/ Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Capibaribe/PE.

Ainda segundo o mesmo estudo, dentre os comerciantes que têm boxe ou loja nesse empreendimento, 59% foram identificados como produtores de confecção, conforme podemos visualizar no gráfico 13. E, ainda, cerca de 25% eram revendedores, ou seja, compram a mercadoria para revender. Outros 16% foram classificados como representantes, isto é, aqueles que apanham a mercadoria em consignação para vender. Segundo os dados fornecidos pela Gerência de Comunicação e *Marketing* do MCSC, ao todo, o empreendimento totaliza um universo de 10.331 comerciantes/pontos de vendas distribuídos entre boxes e lojas.

Se transformarmos os dados percentuais supracitados em números absolutos, podemos verificar que cerca de 6.095 comerciantes do MCSC são fabricantes, 2.583 são revendedores e 1.653 representantes.

Desde a primeira visita a esse empreendimento, chamou atenção o grande número de comerciantes, de modo que seria esclarecedor obter a informação do número de fabricantes por tamanho e formalização da empresa. Esse dado, entretanto, não estava disponível ou sistematizado pelo estabelecimento e obtê-lo de outro modo como a aplicação de questionário tornaria nossa pesquisa inviável, ou melhor, levaria a um estudo exaustivo e nos desviaria do objetivo geral e recorte de nossa pesquisa. Conversando, porém, com as pessoas que vendiam confecção nos boxes, pudemos constatar que muitos eram pequenos fabricantes que tinham facções domiciliares, ou fabricos[69], como se denomina na região. Aqueles com quem conversamos nos relataram que tinham bancas de rua na antiga feira que ocorria no centro da cidade. Com a mudança do comércio de confecção da feira para o MCSC, juntaram economias para comprar um boxe de 2x1 metros.

Gráfico 13 – Comerciantes empreendedores do Moda Center Santa Cruz, por tipologia.



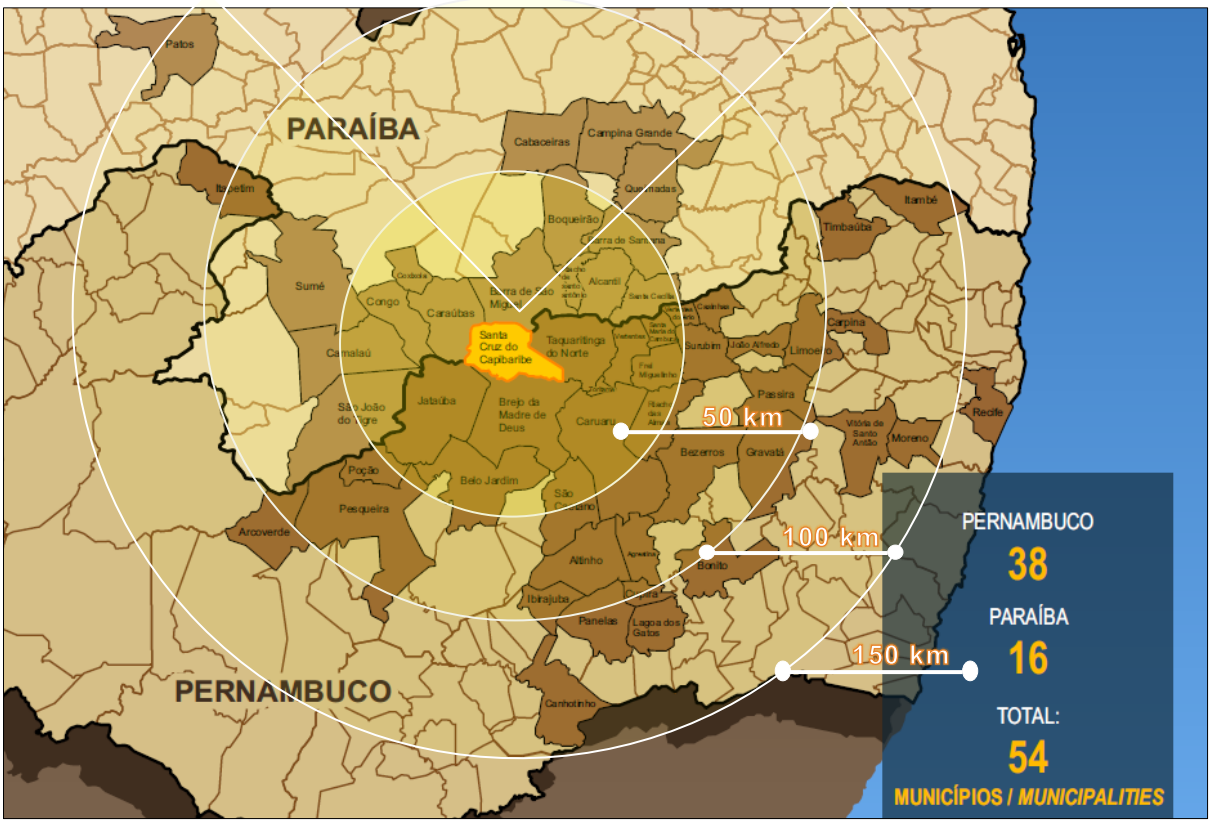
* Revendedor é aquele que compra e revende um produto.
** Representante é aquele que vende um produto que pegou em consignação.
Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio Ambiente/ Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Capibaribe/PE.

[69] Sá (2011, p. 27), em seu estudo sobre o modo como os feirantes de Caruaru administram seus negócios, nos esclarece que há uma distinção entre o fabrico e facção. Ele nos explica que os fabricos são "[...] locais de trabalho, geralmente no interior das residências de seus proprietários, onde as pessoas produzem suas próprias mercadorias para a comercialização na feira. O corte da mercadoria, nesse tipo de organização, geralmente ocorre nos próprios fabricos,[...]". Já as facções funcionam como firmas terceirizadas que prestam serviço para empresas maiores, envolvendo diretamente o processo de fabricação – a costura.

A diferença entre o revendedor e o representante pode ser melhor refletida com suporte no parâmetro de que são sujeitos que não têm a preocupação em produzir e toda a soma de encargos que isso representa. O revendedor, ao adquirir a mercadoria, vê-se apenas diante da obrigação de realizar a mercadoria pela venda e, assim, obter o lucro e repor seus estoques. Já o representante vende a mercadoria, mas não necessariamente é obrigado, pois aquilo que não for vendido – a ponta de estoque – retorna para o fabricante da confecção consignada.

O MCSC concentra grande número de comerciantes de confecção popular originários de dezenas de municípios dos Estados de Pernambuco e Paraíba. Em parte, as rodoviárias federais BR-104, que corta o agreste de norte a sul e a BR-232, de leste a oeste, contribuem para que o raio de atração do MCSC alcance fabricantes, revendedores e representantes de cerca de 16 municípios paraibanos juntamente com outros 38 municípios do agreste e zona da mata pernambucana (Figura 114)

Figura 114 – Municípios com empreendedores no Moda Center Santa Cruz pelo raio de abrangência.



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio Ambiente/ Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Capibaribe/PE. (Editado).

Ao total, o empreendimento mobiliza comerciantes de 54 municípios que têm pontos de venda no MCSC, dentre os quais comerciantes que vêm, tanto da Capital pernambucana, de municípios de sua região metropolitana, quanto de cidades importantes do agreste, como Caruaru, Bezerros, Gravatá, Pesqueira, Belo Jardim, Vitória de Santo Antão.

Do lado paraibano, o MCSC atraiu comerciantes de cidades importantes no contexto regional num raio de 100 a 150 quilômetros de distância, como Campina Grande e Patos. O maior contingente, contudo, vem de lugares em torno de 50 quilômetros, portanto, municípios mais próximos situados nos Estados de Pernambuco e Paraíba, denotando que a produção confeccionista ainda é essencialmente local/regional. Essa atração também ocorre com pequenos fabricantes e confeccionistas de outras cidades, como São Bento, Catolé do Rocha e São José de Piranhas, na Paraíba, que se deslocam para o MCSC a fim de se beneficiar da aglomeração e concentração de compradores para vender sua pequena produção. Esses, por motivos diversos, não conseguiram adquirir um ponto de venda nesse Centro de comércio, ficando fora. Com isso utilizam, entretanto, outras estratégias locais como as proximidades das hospedarias e hotéis, as barracas no terreno ao lado do empreendimento e até mesmo dentro dessa estrutura, abordando os compradores que ali trafegam.

Em 2012, quando realizamos nossa primeira visita ao Moda *Center* Santa Cruz, podemos verificar que, nos fundos do empreendimento, havia um terreno com uma grande movimentação de pessoas que formavam uma aglomeração precária de bancas de madeira entre becos de terra batida. Ali ocorria outra feira, que também ficou conhecida por Calçadão do Moda Center, e que será abordada mais à frente. Em conversas informais com os feirantes nessa área contígua ao MCSC, foi-nos relatado o fato de que muitos dos que comercializavam nesse local chegavam ainda de madrugada de municípios bem distantes dali. Na ocasião, conversando com uma feirante que vendia redes de dormir, ela relatou que era procedente do Município de Jardim de Piranhas, no Estado do Rio Grande do Norte, de onde trazia produtos de cama, mesa e banho (redes de dormir, tapetes, mantas, panos de prato etc.) para comercializá-los em Santa Cruz do Capibaribe. Quando indagamos o que justificava uma viagem tão longa, ela nos respondeu que era em função da grande concentração de pessoas, e afirmou que o movimento de pessoas e dinheiro compensava estar ali.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio Ambiente do Município de Santa Cruz do Capibaribe elaborou um ranque dos municípios de acordo com o número de empreendedores que comercializam sua produção no MCSC. Conforme podemos verificar na tabela 27, Santa Cruz do Capibaribe é o município com a maior quantidade de comerciantes no MCSC. Em seguida, vêm os municípios próximos, como Caruaru, Brejo da Madre de Deus, Taquaritinga do Norte, Toritama, Surubim, Vertentes, Jataúba, Riacho das Almas e Frei Miguelinho, todos pertencentes ao Estado de Pernambuco, compondo a lista dos dez municípios com maior número de comerciantes.

Tabela 26 – Ranque de participação dos municípios, por quantidade de empreendedores que escoam sua produção para o Moda Center Santa Cruz.

1. Stª Cruz do Capibaribe/PE	19. *Alcantil/PB	37. Itambé/PE
2. Caruaru/PE	20. Belo Jardim/PE	38. Timbaúba/PE
3. Brejo da Madre de Deus/PE	21. Vitória de Santo Antão/PE	39. Casinhas/PE
4. Taquaritinga do Norte/PE	22. *Campina Grande/PB	40. Itapetim/PE
5. Toritama/PE	23. *Congo/PB	41. João Alfredo/PE
6. Surubim/PE	24. Stª. Maria do Cambucá/PE	42. Poção/PE
7. Vertentes/PE	25. *Patos/PB	43. *São João do Tigre/PB
8. Jataúba/PE	26. Recife/PE	44. *Sumé/PB
9. Riacho das Almas/PE	27. Bezerros /PE	45. Arcoverde/PE
10. Frei Miguelinho/PE	28. Canhotinho/PE	46. *Barra de Santana/PB
11. São Caitano/PE	29. *Caraúbas/PB	47. *Boqueirão/PB
12. Cupira/PE	30. Passira/PE	48. *Cabaceiras/PB
13. Agrestina/PE	31. *Santa Cecília/PB	49. *Coxixola/PB
14. Limoeiro/PE	32. Altinho/PE	50. Gravatá/PE
15. *Queimadas/PB	33. Bonito/P	51. Lagoa dos Gatos/PE
16. Pesqueira/PE	34. *Camalaú/PB	52. Panelas/PE
17. *Barra de São Miguel/PB	35. Carpina/PE	53. *Riacho de Stº Antônio/PB
18. Moreno/PE	36. Ibirajuba/PE	54. Vertente do Lério/PE

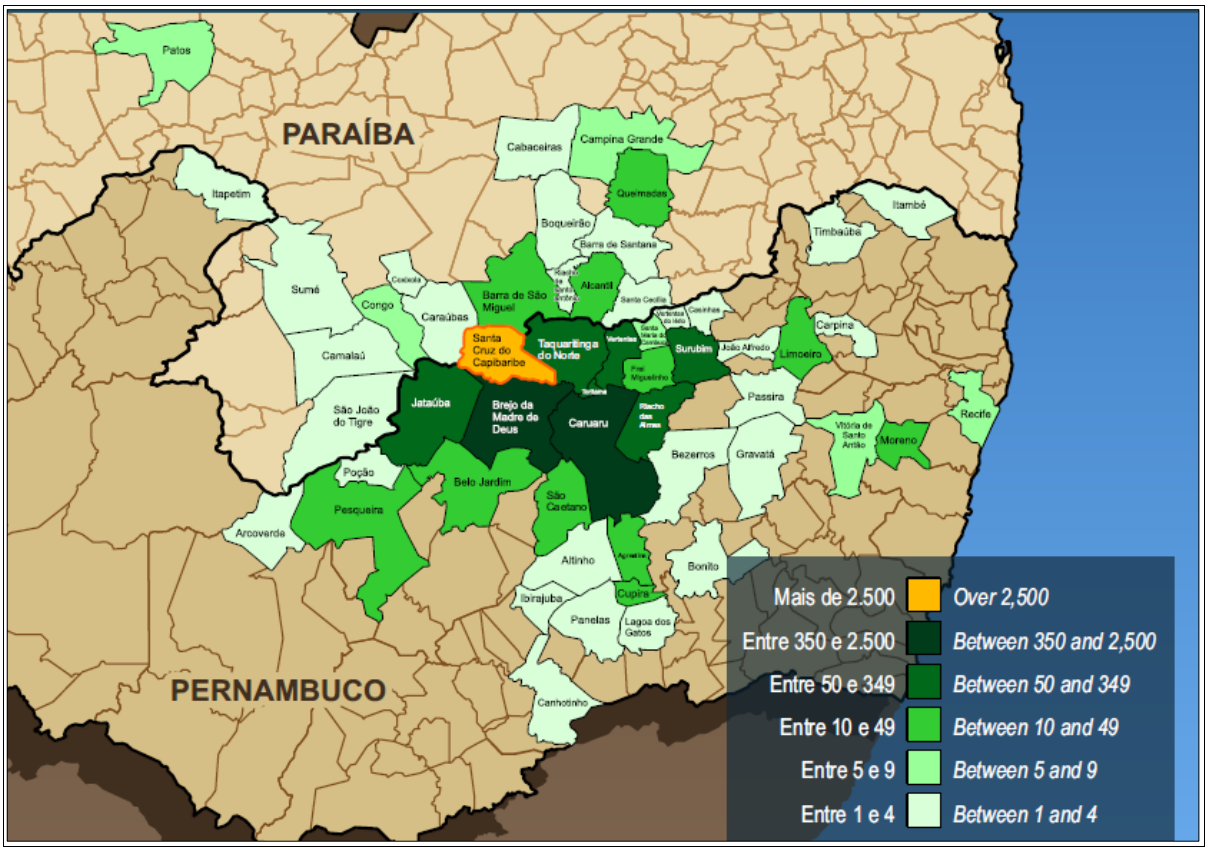
***** Municípios paraibanos.
Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio Ambiente/
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Capibaribe/PE.

Os dados apontam para uma composição de capital de origem local e para a capacidade mobilizadora da venda de confecção na economia regional. O MCSC conta com comerciantes originários de pelo menos 54 municípios, dos quais 16 são do Estado da Paraíba, o que evidencia a centralidade e o alcance espacial do Município de Santa Cruz do Capibaribe, em virtude da produção e comercialização de artigos do vestuário em geral. Isso nos mostra a espacialização dos empreendedores que comercializam no MCSC. Se este, entretanto, tem 10.331 pontos de venda, entre boxes e lojas, e há mais de 2.500 empreendedores de Santa

Cruz do Capibaribe, logo que o empreendimento tem, no mínimo, 24% dos pontos de venda ocupados por empreendedores do próprio Município (Figura 115).

O segundo maior contingente de comerciantes, portanto, situados na faixa de 350 a 2.500, vem dos Municípios de Caruaru e Brejo da Madre de Deus. O terceiro maior grupo, de 50 a 349 comerciantes, tem origem nos Municípios de Jataúba, Taquaritinga do Norte, Riacho das Almas, Vertentes e Surubim, do lado pernambucano. O mesmo não ocorre com os municípios paraibanos, limítrofes ou mais próximos, aparecendo apenas o Município de Barra de São Miguel, na classe de dez a 49 comerciantes. Os demais municípios ficaram abaixo de dez comerciantes atuando nesse centro de comércio de confecção.

Figura 115 – Mapa dos empreendedores que comercializam no Moda Center Santa Cruz, por município de origem.



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio Ambiente/ Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Capibaribe/PE.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estabelece uma hierarquia para a rede urbana brasileira e classifica as cidades e suas regiões de

influência[70]. De acordo com o documento Região de Influência das Cidades – REGIC, de 2007, Recife é uma metrópole cuja rede urbana exerce influência sobre oito capitais regionais, dentre elas Caruaru, que, por sua vez, é classificada como uma capital regional C.

Desse modo, Caruaru exerce influência sobre cerca de 20 municípios do agreste pernambucano[71]. Nos anos de 1980, eram 46 municípios e em 1970 essa influência dava-se sobre 68 municípios[72]. Embora o Município de Santa Cruz do Capibaribe ainda esteja submetido à hierarquia urbana de Caruaru, o grande número de empreendedores que têm pontos de vendas no Moda Center Santa Cruz aponta uma subcentralidade desse Município em relação a Caruaru, promovida, sobretudo, pela produção e comércio da confecção.

De acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho e Emprego, o número de estabelecimentos de confecção de artigos do vestuário e acessórios nos municípios que têm empreendedores que comercializam no MCSC, em 2014, são ao todo de 2.232 estabelecimentos. Conforme verificamos no gráfico 14, o maior número está concentrado nos municípios pernambucanos de Caruaru (713), seguido de Santa Cruz do Capibaribe (510), Toritama (393) e Recife (285). Dentre os municípios de menor expressão, destacam-se outros municípios do mesmo Estado com cerca de 20 estabelecimentos, como Surubim (56), Taquaritinga do Norte (54), Riacho das Almas (48), Cupira (26), Brejo da Madre de Deus (24). No Estado da Paraíba, destaca-se Campina Grande, com 73 estabelecimentos de confecção de artigos do vestuário e acessórios. O Município está inserido naqueles que mobilizam comerciantes com boxe e/ou loja no MCSC.

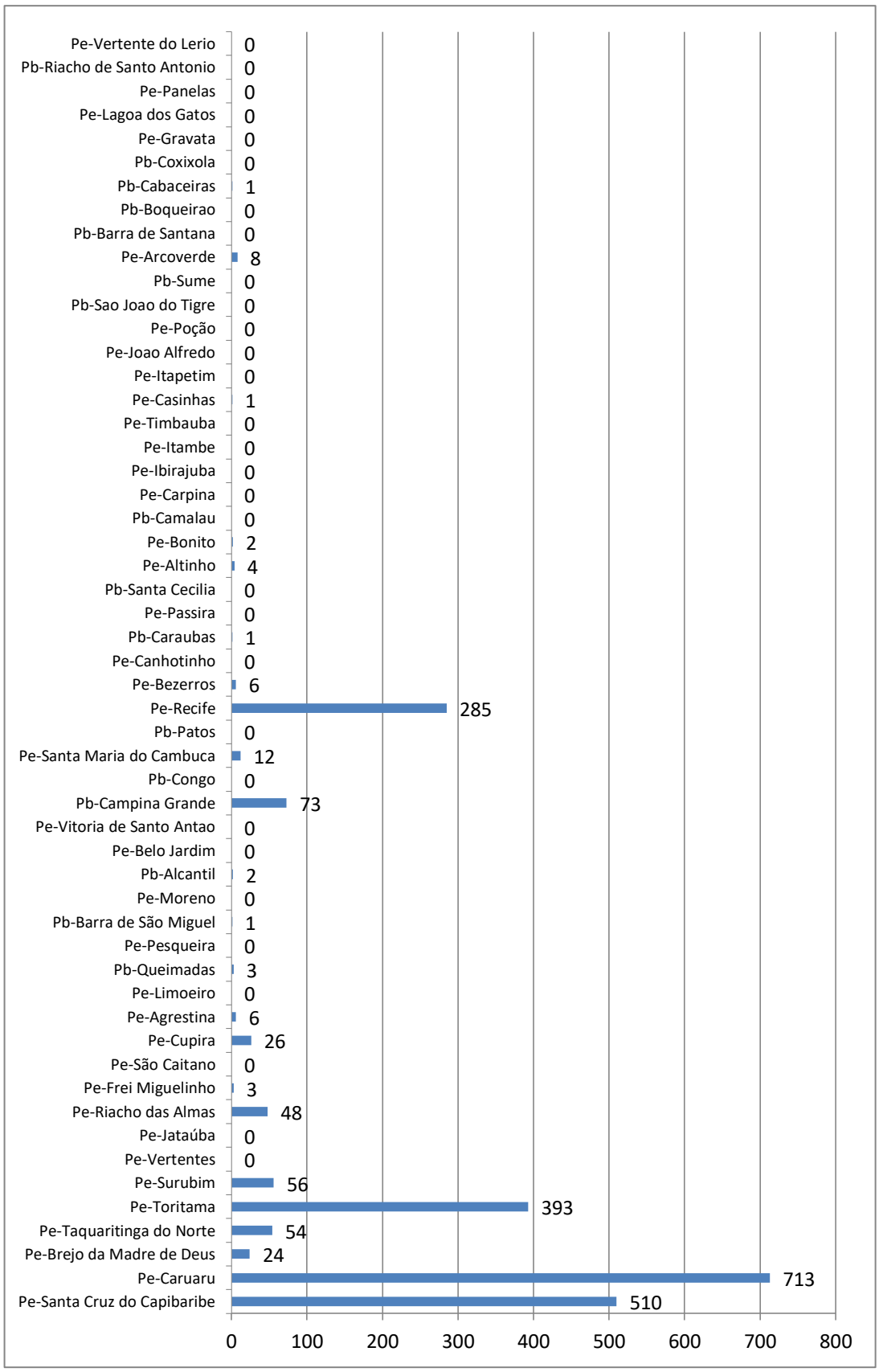
---

[70] Segundo o REGIC, IBGE (2008), as cidades são classificadas em cinco grandes níveis e subdivididas em dois ou três subníveis. São eles: 1. Metrópoles (Grande metrópole nacional, Metrópole nacional e Metrópole); 2. Capital regional (Capital regional A, Capital regional B e Capital regional C), 3. Centro sub-regional (Centro sub-regional A, Centro sub-regional B), 4. Centro de zona (Centro de zona A, Centro de zona B) e 5. Centro local.

[71] O Município de Caruaru exercia influência sobre outros 22 municípios pernambucanos. São eles: Agrestina (PE), Altinho (PE), Barra de Guabiraba (PE), Belém de Maria (PE), Bonito (PE), Brejo da Madre de Deus (PE), Cachoeirinha (PE), Camocim de São Félix (PE), Cumaru (PE), Cupira (PE), Frei Miguelinho (PE), Ibirajuba (PE), Jataúba (PE), Lagoa dos Gatos (PE), Panelas (PE), Riacho das Almas (PE), Sairé (PE), **Santa Cruz do Capibaribe** (PE), São Caitano (PE), São Joaquim do Monte (PE), Taquaritinga do Norte (PE) e Toritama (PE). (IBGE, 2008, p.48; negrito nosso).

[72] Cf. IBGE (1987) e IBGE (1972).

Gráfico 14 - Estabelecimentos de confecção de artigos do vestuário e acessórios nos municípios com empreendedores no MCSC, 2014.



Fonte: RAIS/MTE.

O início das atividades do empreendimento Moda Center Santa Cruz, em 2006, permitiu a retirada da feira de confecção das ruas de Santa Cruz do Capibaribe, solucionando o conflito com outras dinâmicas urbanas da cidade. Esse é, todavia, um equipamento privado que não absorveu totalmente a grande quantidade de pessoas que comercializava na antiga feira da cidade. Muitos feirantes que antes estavam comercializando sua produção nas bancas da feira não tiveram recursos para arcar com o investimento de adquirir um boxe no MCSC.

Após a “mudança da feira” para um espaço privado, pequenos comerciantes e fabricantes de confecção, para sobreviver na atividade, formaram uma aglomeração de bancas de madeira, aproveitando um terreno localizado nos fundos do MCSC, e ali passaram a comercializar suas mercadorias de modo improvisado e sem estrutura, conforme constatamos em trabalho de campo (2012). Avistava-se ali uma feira-livre dotada do que lhe era mais característico, ou seja, uma aglomeração temporária e improvisada (Figura 116).

Figura 116 – Aglomeração precária de barracas no terreno detrás do Moda Center Santa Cruz.



Fonte: <http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2014/09/16/apos-35-anos-da-anistia-arraes-vira-nome-de-centro-de-confeccoes-agreste-de-pernambuco/>.

Em conversa com feirantes que tinham fabricos em cidades próximas e que comercializavam sua pequena produção naquele lugar, a informação repassada era de que a infraestrutura era precária, havendo apenas um banheiro masculino e outro feminino que foram construídos de modo emergencial pela Prefeitura de Santa Cruz do Capibaribe. Quando visitamos essa área, várias poças de lama impediam a passagem dos clientes. Desse modo, os feirantes e compradores utilizavam a infraestrutura de banheiros do MCSC, gerando conflitos, dado o grande fluxo de

pessoas. Em razão da proximidade e da similaridade da atividade comercial, aquele espaço ficou conhecido como o “calçadão do Moda Center”.

Visando a resolver o problema da feira que se formou de modo precário e sem infraestrutura de funcionamento, contrastando com as instalações do MCSC, e que se alongava por anos, a Prefeitura de Santa Cruz do Capibaribe desenvolveu um projeto de requalificação aquela área, com a construção de infraestrutura metálica para cobertura das bancas, piso industrial, banheiros, iluminação, praça de alimentação e área de estacionamento. Assim, em 18 de setembro de 2014, foi inaugurado o “Calçadão de confecções Miguel Arraes de Alencar” (Figura 117). A antiga aglomeração precária de bancas de madeira no chão batido deu lugar a uma infraestrutura de apoio, tanto para os pequenos fabricantes confeccionistas quanto para os clientes, sacoleiras e lojistas.

Figura 117 – Inauguração do Calçadão Miguel Arraes de Alencar, em Santa Cruz do Capibaribe/PE.



Fonte: http://www.santacruzdocapibaribe.pe.gov.br/artigos/noticia/id/741

Saindo do Município de Santa Cruz do Capibaribe e seguindo pela rodovia federal BR-104, aproximadamente, 20 quilômetros, chega-se à cidade de Toritama[73], conhecida pela fabricação de *jeans*. Toritama, a exemplo de outras cidades pernambucanas e nordestinas, surgiu de uma fazenda de criação de gado, cujo povoamento[74], em meados do século XIX, formou-se no entorno de uma capela

[73] O Município de Toritama tinha uma população de 35.554 em 2010, e população estimada, para 2016, em 43.174 habitantes. A cidade fica no agreste pernambucano e tem uma área territorial de 25,704 km^2 com densidade demográfica de 1.383,21 hab./km² (Cf. dados do *site* IBGE Cidades).
[74] A localidade tornou-se Distrito de Vertentes em 1924 e tinha a denominação de Torres, haja vista ser o nome da fazenda de gado pertencente a João Barbosa. Em 1938, o distrito foi transferido de

erguida em devoção à Nossa Senhora da Conceição, em terras doadas às margens do rio Capibaribe. O Município constitui-se, atualmente, pela Sede e o Distrito de Cacimbas. A cidade está localizada na Mesorregião do Agreste Pernambucano, na Microrregião do Alto Capibaribe e a 129 quilômetros de distância do Recife. O desenvolvimento histórico do Município sempre esteve ligado às atividades agropecuárias, sendo classificado pelo IBGE como um centro local e subordinado a Caruaru que se constitui em um centro regional (IBGE, 2008).

O Município de Toritama, nas últimas décadas, especializou-se na fabricação de *jeans* e lá se encontra uma grande concentração de fábricas, facções e lavanderias direcionadas para a produção de confecção, principalmente, do segmento *jeans*. Esse Município se insere na área do Arranjo Produtivo Local do agreste pernambucano delineado pelo SEBRAE/PE, que visa a promover o desenvolvimento econômico por meio da produção e venda de confecções, tendo como produto principal o *jeans*.

Em Toritama, também encontramos uma grande feira de comércio de confecção, também chamada de feira da Sulanca, que ocorre aos domingos. O comércio, no dia de feira, ocupa as margens da rodovia BR-104, concentrando grande número de barracas de madeira que também se aglomeram na "rua do *jeans*" que leva essa denominação em virtude do produto principal produzido pelo município (Figura 118).

Figura 118 - Vista frontal da "rua do *jeans*" ao lado esquerdo do "Parque da Feira".



Fonte: Próprio autor (2012).

Vertentes para Taquaritinga do Norte. Em 1943, passou a denominar-se Toritama, sendo elevada à condição de Município em 1954 (Cf. dados do *site* IBGE Cidades).

Além da grande aglomeração de barracas, várias lojas de fábrica também se instalaram naquela área, tanto às margens direita quanto esquerda da rodovia. Ali também está situado o empreendimento “Parque das Feiras de Toritama”[75], que é o principal centro comercial da confecção produzida no Município, principalmente, o *jeans*. Ele foi construído em 2001, com o objetivo de centralizar e organizar o comércio de confecção, antes realizado em feiras-livres às margens da BR-104 em um processo semelhante ao ocorrido no caso do Moda Center Santa Cruz (Figura 119). Em razão do grande fluxo de compradores que se destinam a Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru, várias lojas de fábrica e marcas locais foram se instalando ao longo da rodovia.

Figura 119 – Vista frontal do empreendimento Parque das Feiras, em Toritama/PE.



Fonte: Próprio autor (2016).

Apesar de o principal produto comercializado ser o *jeans*, o Parque das Feiras também comercializa outros produtos de confecção. Estima-se que cerca de 10 mil compradores visitem o empreendimento, por semana, vindos de várias partes do País, mas, principalmente, dos Estados de Alagoas, Bahia, Sergipe, Maranhão, além de outros municípios pernambucanos, consoante informou o presidente da Associação dos Lojistas do Parque das Feiras - ALPF. O movimento de pessoas também é grande na feira da Sulanca, que fica ao lado do Parque das Feiras. Este empreendimento também funciona como um condomínio comercial, onde os inquilinos pagam uma taxa para manter a organização com a infraestrutura, serviços

[75] O empreendimento Parque das Feiras de Toritama está situado na Av. Dorival José Pereira, s/n. Bairro: Parque das Pedras. Tel.: 81-3741.3286. Sítio: www.parquedetoritama.com.br

de segurança e zeladoria. A estrutura interna do Parque das Feiras conta com 122 lojas e 880 boxes, em uma área coberta de 10.562 metros quadrados (m²).

A atividade de comércio de confecção conta, ainda, com algumas entidades, como a Associação dos Comerciantes do Parque das Feiras de Toritama - ASCONTE[76], Associação dos Feirantes e Sulanqueiros de Toritama - AFEST[77] e a Associação Comercial e Industrial de Toritama - ACIT. Vale ressaltar que, no jornal lançado pela AFEST, por ocasião do seu 10º aniversário de criação, e do 11º aniversário do Parque das Feiras, este empreendimento foi ressaltado como "patrimônio social, econômico e corporativo" da cidade de Toritama. O empreendimento também tenta estabelecer um cronograma de atividades, associado a eventos comemorativos, que inclui festejos juninos, festival de cultura regional, desfiles de promoção do comércio do vestuário com artistas nacionais. A ACIT, juntamente com a ALPF e a Prefeitura Municipal de Toritama realizam um festival que promove o *jeans.* Em 2016, o Festival do Jeans de Toritama já estava na sua 15ª edição.

Para a direção, o Parque das Feiras visa a ser um centro de referência nas vendas no atacado e varejo de vestuário. O empreendimento conta com a orientação de uma consultoria[78] (Máximo Consultoria). Com relação à estrutura organizacional do centro comercial, a consultoria e a direção do centro comercial estão produzindo um mapa comercial do Parque das Feiras com uma lista das empresas distribuídas por segmento (com endereço e telefone) para a rápida identificação e localização das lojas e boxes, tendo em vista a reclamação de clientes que perdiam muito tempo para localizar as lojas. Além disso, o mapa do parque contará com a sinalização das alamedas e o número das lojas e boxes. Também está sendo realizada uma pesquisa de perfil, satisfação e caracterização dos inquilinos e clientes. O objetivo, segundo o jornal informativo, é identificar as necessidades, intenções, dificuldades e o perfil socioeconômico dos clientes internos

[76] A referida Associação foi declarada **de utilidade pública** pela Câmara de Vereadores de Toritama conforme projeto de lei Nº 02/2010, de 05 mar. 2010.
[77] A Associação, também, foi declarada de **utilidade pública** pela Câmara de Vereadores de Toritama conforme projeto de lei Nº 05/2010, de 25 mar. 2010.
[78] Segundo jornal do Parque das Feiras, o trabalho da consultoria visa a tornar o empreendimento mais competitivo, sustentável e estratégico. Nesse sentido, a empresa está elaborando um planejamento estratégico para os próximos dois anos. Estão sendo analisados os cenários (interno e externo) de competitividade, instabilidade e globalização para estabelecer ações para a sustentabilidade econômica do "Parque das Feiras".

(inquilinos) e clientes externos (compradores). A ALPF também busca fazer parcerias para a realização de cursos profissionalizantes para a população local.

A feira, montada ao lado do empreendimento Parque das Feiras, assim como as demais feiras estudadas anteriormente, padece de vários conflitos no que se refere às questões de uso e ordenamento nos espaços públicos. Conforme o Jornal do Parque das Feiras, a ALPF estava fazendo um abaixo-assinado para ser entregue à Prefeitura Municipal de Toritama. O documento tinha como objetivo solicitar a retirada dos bancos de madeira das ruas situadas no entorno do Parque das Feiras após o término do horário da feira da Sulanca. Isso aponta o conflito da apropriação do espaço da rua pelos vendedores da feira e a atuação política dos lojistas do empreendimento Parque das Feiras, para alcançar seus interesses. O poder público municipal organiza o funcionamento da feira por meio do Código de Posturas daquele município. Em 2014, o gabinete do prefeito expediu um comunicado que determinou o horário de funcionamento, tanto da feira-livre quanto do comércio (bancas, lojas etc.) no entorno do Parque das Feiras, sendo o seu descumprimento punido com apreensão da mercadoria e cancelamento do alvará. (Anexo 3).

No Ceará, essa modalidade de venda da confecção popular em centros comerciais ocorre de um modo diferenciado de Pernambuco. Enquanto nesse Estado se formou um polo de produção confeccionista que se apropriou do espaço das feiras tradicionais para distribuir sua produção, surgindo, posteriormente, grandes galpões comerciais, no caso do Ceará, esse movimento é mais recente, marcado, sobretudo, pelo surgimento de empreendimentos privados voltados para comercialização de pontos de venda para o público de feirantes fabricantes de confecção, não necessariamente galpões comerciais.

As feiras de comércio de confecção na cidade de Fortaleza ocorrem, em grande maioria, na rua como comércio ambulante, caracterizado por formas de trabalho precário, fruto das mutações no mundo do trabalho. Produzem, assim, novas relações com o espaço urbano, sobretudo, por meio da apropriação e da improvisação de pontos de comércio informal. Sendo assim, alguns empreendimentos privados surgiram para atender a essa demanda por espaço de comércio de confecção popular, porém, conforme observamos à frente, ocorreram várias ações de centralização da atividade no Centro de Fortaleza e outras de dispersão do comércio de confecção pelos municípios da Região Metropolitana de

Fortaleza - RMF. Esse movimento ganhou maior força em decorrência dos conflitos de uso e ocupação gerados pelo comércio de confecção, nos anos 2000, tendo como recorte principal a Praça Dom Pedro II, situada em frente à Catedral Metropolitana de Fortaleza, mas popularmente chamada de Praça da Sé. Em 2009 os “feirantes da Sé” foram retirados por força de lei e alocados no empreendimento Feira*Center*[79] (Figura 120), localizado no Município de Maracanaú, na RMF (GONÇALVES, 2014).

Figura 120 – Vista do empreendimento *FeiraCenter*, em Maracanaú/CE.



Fonte: Próprio autor (2014).

A expressão do comércio de confecção despertou o interesse de agentes econômicos locais e regionais, proprietários de terras urbanas que buscaram lucrar com a grande demanda de pessoas disputantes de um espaço de comércio na feira. Nesse sentido, ao longo da Rua José Avelino, situada nas imediações da Praça da Sé, vários galpões foram sendo adaptados com estrutura metálica de boxes para o comércio da confecção (Figuras 121 e 122).

[79] O Feira*Center* foi uma obra viabilizada na gestão do Prefeito Roberto Pessoa (2008-2012) e tinha o objetivo de estabelecer um grande centro comercial que diversificasse o perfil de atração de investimentos para Maracanaú até então voltado para a atração de novas indústrias por conta do histórico do Município de acolher distritos industriais. Sobre isso, ler a dissertação de Keane Barroso de Carvalho (2009).

Figura 121 – Vista do empreendimento Galpão da Felicidade, na Rua José Avelino, em Fortaleza/CE.



Fonte: Próprio autor (2014).

Figura 122 – Vista do empreendimento Galpão do Pequeno Empreendedor, na Rua José Avelino, em Fortaleza/CE.



Fonte: Próprio autor (2014).

O comércio de confecção na rua José Avelino é dividido em três segmentos de comerciantes. Aqueles que se estabeleceram em pequenos boxes nos galpões, os que comercializam a confecção na feira, e existe, ainda, o terceiro perfil de comerciante, o vendedor ambulante, que se estabelece nas bordas da feira, comercializando sem permissão para vender sua pequena produção. Em conversas informais com alguns desses ambulantes, percebemos que, em geral, são pessoas que não têm um ponto de venda na feira, mas comercializam roupas e acessórios nas calçadas do entorno (Figura 123).

Figura 123 – Comércio ambulante na feira da Rua José Avelino esquina com a Avenida Alberto Nepomuceno.



Fonte: Próprio autor (2014).

A Rua José Avelino destaca-se no contexto do comércio ambulante pela aglomeração e concentração do comércio de confecção popular de Fortaleza. Desse modo, é considerado um dos principais polos produtores e de comércio de confecção do Nordeste. Os galpões foram sendo ocupados pelos feirantes que tinham saído da feira da Praça da Sé. Uma parcela que detinha recursos foi adquirindo boxes em antigos armazéns e galpões adaptados para acolher o comércio de confecção. A expressão do comércio popular de confecção nessa área da cidade conduziu o poder público municipal a sancionar a Lei Municipal nº 9.559/2009, que cria o Polo de Negócios do Empreendedor Individual na Rua José Avelino, autorizando a atividade de comércio de confecções em geral, artigos de cama, mesa e banho, calçados, bolsas, cintos e similares e bijuterias. A regulamentação dessa atividade, entretanto, permitiu o comércio apenas no interior dos prédios. Essa ação visou a reduzir e combater drasticamente o comércio ambulante nos dias de feira e a aglomeração dos vendedores ambulantes naquela rua.

Mesmo com a formalização do Polo de Negócios da Rua José Avelino, outros empreendimentos surgiram a exemplo do Feirão Leste-Oeste [80], inaugurado no final do ano de 2015, atendendo à demanda de pontos de comercialização de confecção popular na área de entorno da feira de confecção da Rua José Avelino, no Centro de Fortaleza/CE. Podemos asseverar que a dinâmica do comércio de confecção popular, tanto na feira quanto nos galpões do pólo de confecção da Rua José Avelino, conforme já expressamos, também promoveu uma reestruturação das formas espaciais e de suas funções primeiras naquela área do Centro. Isto quer dizer, na prática, vários imóveis e terrenos no entorno da feira foram se adaptando para absorver a demanda por boxes, tendo como público-alvo os vendedores da feira da Rua José Avelino, mas também de outras feiras formadas próximo dali, como a feira de confecção da Rua Governador Sampaio.

Conforme matéria do jornal *Diário do Nordeste*, de 20/02/2015, o lançamento desse novo empreendimento foi resultado da "[...] parceira entre dois empresários proprietários de boxes na feira da Rua José Avelino com os donos do Mucuripe Club. 'Temos um contrato de aluguel de 10 anos e eles terão um

[80] A manchete do jornal *Diário do Nordeste*, Caderno Negócios, de 20 de fevereiro de 2015, é expressiva ao apontar o novo empreendimento que substituirá uma casa de *shows*: "Mucuripe dará lugar à maior feira da Capital. O Feirão Leste-Oeste ocupará o espaço onde funcionou, durante 17 anos, o complexo Mucuripe Club." (MUCURIPE, 20/02/2015).

percentual em cima do faturamento'[...]". Como podemos verificar na fala de um dos sócios do empreendimento, o espaço foi locado para abrigar a atividade de comércio popular e a previsão de instalar, de modo gradual, 3.000 boxes e 260 lojas de alvenaria. Segundo a matéria do referido jornal, "O espaço deve acomodar não somente feirantes que atuam na Rua José Avelino, mas também comerciantes de feiras adjacentes.".

O empreendimento conta com praça de alimentação, com restaurante, lanchonete e banheiros, além de estacionamento para ônibus e área de entretenimento. O horário de funcionamento do Feirão Leste-Oeste foi fixado nas quartas e quintas, sábados e domingos, tirando proveito, obviamente, dos mesmos dias da feira na Rua José Avelino, quando é maior movimento e há mais aglomeração de pessoas, compradores e feirantes. Os boxes com dimensões padronizadas (3x1m) são comercializados no regime de condomínio. Ao adquirir o ponto de venda no empreendimento, ainda há a cobrança da taxa administrativa mensal R$ 100,00. Muitos feirantes ou pequenos comerciantes que adquiriram o ponto de venda ou simplesmente investiram na aquisição de outro ponto de venda.

O grande número de vendedores de confecção no entorno da feira chamou a atenção dos agentes imobiliários e proprietários fundiários para a oportunidade de novos ganhos. Conforme ressalta Corrêa (2002, p. 16); esses últimos atuam "[...] no sentido de obterem a maior renda fundiária de suas propriedades, interessando-se em que estas tenham o uso que seja o mais remunerador possível, especialmente uso comercial ou residencial de *status*.". Embora o comércio popular de confecção não traga o *status* pretendido, o empreendimento visou à oportunidade de, a exemplo de outros, tirar proveito, primeiramente, da localização, ou seja, da proximidade da Rua José Avelino. Em segundo lugar, valer-se da grande procura por pontos de venda de confecção, haja vista os conflitos[81] recorrentes da ação do poder público municipal em inibir a expansão do número de feirantes e barracas nos dias da feira de confecção na Rua José Avelino.

[81] O jornal *Diário do Nordeste*, de 28/07/2013 relata o conflito entre policiais e vendedores ambulantes na Praça da Sé, resultando em duas pessoas feridas e cinco detidas (FISCALIZAÇÃO, 2013). Já o jornal *O Povo*, de 10/04/2014, noticia que a operação de fiscalização na feira da Rua José Avelino terminou em confronto e que os feirantes atearam fogo no caminhão e motorista da equipe de fiscalização (FEIRANTES, 2014).

Segundo a entrevista do proprietário do antigo clube e sócios do empreendimento Feirão Leste-Oeste: "'Chamou nossa atenção o crescimento significativo da feira, que chegou ao lado do Mucuripe Club. Nossa intenção é desenvolver e qualificar o Polo José Avelino, consolidando Fortaleza como o maior polo de moda da região Nordeste' [...]" (FEIRÃO, 14/10/2015). A instalação do empreendimento, certamente, contribuiu para a qualificação do Polo de Moda da Rua José Avelino, agregando mais um espaço de compras naquela área, e, consequentemente, da cidade de Fortaleza como principal centro de moda do Nordeste. Jogou, todavia, para o feirante e o pequeno fabricante o risco maior de sair da feira e investir suas economias no empreendimento. Entendemos que a ação, nesse sentido, reafirma a desconstrução da feira-livre para a estruturação de centros de comércio popular de confecção capitaneada por agentes privados. Consequentemente, a lógica de organização dos espaços é privatista, embora a grande expressão desta talvez seja o caráter de livre comércio no meio da rua promovido pela feira; uma aglomeração que, consegue demarcar uma centralidade e atrair investidores para seu entorno.

É importante ressaltar uma prática das feiras-livres, que é o aluguel da barraca pelo dia de feira. Conforme a figura 124, essa estratégia de locação do boxe também é utilizada pelo Feirão Leste-Oeste a fim de captar aqueles feirantes que desejam comercializar dentro do empreendimento, mas não têm capital para comprar um boxe.

Figura 124 – Anúncio do aluguel do boxe no empreendimento Feirão Leste-Oeste.



Fonte: https://www.facebook.com/feiraolesteoeste/

O aluguel do boxe é por tempo determinado, no valor de R$ 100,00; ou seja, o feirante pode alugar o boxe e utilizar-se dos dias de maior movimento – de quarta para quinta-feira e de sábado para domingo - da feira da Rua José Avelino. Essa estratégia também pode ser uma solução para os boxes que ainda não foram negociados e permanecem ociosos nos dias de feira.

Embora o nome-fantasia seja Feirão, é mais um centro de comércio de confecção que visou a se aproveitar da busca de novos espaços para a venda autônoma de confecção no entorno da feira de Confecção da Rua José Avelino. Para isso o empreendimento também se adaptou à estrutura da feira, ou seja, a estrutura dos boxes, agregando outras que a feira não dispõe, a exemplo dos banheiros. Conforme podemos verificar, o Feirão Leste-Oeste utiliza-se de várias mídias para divulgar e consolidar o empreendimento, tanto com alimentação de informações no *site* de internet, em redes sociais como *Facebook* e *Instagram*, e também em anúncios em programas nas emissoras de TV's locais. Em um desses anúncios, podemos observar na chamada de um desses programas: "[...] são preços de feirão no varejo e atacado em uma estrutura de shopping center.".

Matéria do *Diário do Nordeste*, de 27/12/2015, aponta que os galpões e *shoppings* populares têm ganhado cada vez mais espaço naquela área do Centro de Fortaleza, direcionados, sobretudo para o comércio varejista e atacadista de confecção. A matéria do jornal ressalta a importância da atividade pela geração de empregos e movimentação monetária significativa: "Boxes geram 100 mil empregos e até R$ 70 milhões/mês". Os empreendimentos surgem como uma solução para o grande número de vendedores ambulantes de confecção que ocupam as ruas e calçadas e acabam atrapalhando o trânsito na Avenida Alberto Nepomuceno. Apesar dos vários galpões criados para abrigar o comércio de confecção popular, ainda é grande o número das barracas e feirantes na feira da madrugada conforme podemos visualizar na figura 125.

A dinâmica das transformações recentes dos espaços comerciais no Centro de Fortaleza implica não somente uma nova centralidade, mas a reafirmação da área central da cidade com a criação de centros de comércio de confecção e *shoppings* populares, também denominados de *pop shoppings.* Acreditamos que a feira de confecção da Rua José Avelino contribuiu para reforçar essa centralidade ou alguém poderia visualizar um tipo de empreendimento, como o Feirão Leste-Oeste, se não fosse a intensa atividade da feira de confecção da Rua José Avelino?

Figura 125 – As barracas instaladas nas imediações do Feirão Leste-Oeste.



Fonte: *Diário do Nordeste* (27/12/2015).

O impasse a respeito da retirada da feira de confecção da Rua José Avelino, no Centro de Fortaleza, já vem se arrastando há alguns anos. Os órgãos de fiscalização da Prefeitura de Fortaleza agem de modo sistemático para disciplinar o espaço da feira, a fim de que ela não se espraie para as ruas no entorno. Por tal razão, o poder público municipal, conjuntamente com entidades de classe, conduz a discussão para o âmbito dos projetos de natureza privada que deem conta da demanda dita "reprimida" por esse mercado, apesar do impasse entre a Prefeitura de Fortaleza e os feirantes da Rua José Avelino.

Haja vista o exemplo de sucesso ocorrido com o Moda Center Santa Cruz, conforme tratamos anteriormente neste trabalho, outros empreendimentos aparecem sob inspiração do caso do agreste pernambucano, que se tornou referência do comércio atacadista de confecção popular no Nordeste brasileiro. Alguns grupos econômicos despertaram para essa demanda por espaço de comercialização da confecção popular. Nesse sentido, surgiu o empreendimento Centro Fashion Fortaleza, em 2015, encabeçado pelo Grupo Marquise[82] visando a atender à demanda dos feirantes de confecção que estão sendo retirados da Rua

[82] O Grupo Marquise é de origem cearense e congrega várias empresas que juntas, somam mais de seis mil funcionários, obtendo assim um faturamento recente superior a um bilhão de reais. A empresa tem origem e atuação reconhecida no mercado de construção civil e de infraestrutura. Nos anos de 1980, o grupo se inseriu no segmento de serviços ambientais, sobretudo, de coleta de lixo e limpeza urbana, inicialmente na cidade de Fortaleza e, posteriormente, em várias cidades do Norte, Nordeste e Sudeste; todavia, o grupo tem uma área de atuação diversificada atuando nos ramos de hotelaria, comunicação, centrais de atendimento ao consumidor, *shoppings centers*. Mais recentemente, essa empresa se projeta para duas novas áreas, ou seja: a área hospitalar e de moda popular.

José Avelino. O empreendimento está sendo edificado no galpão de uma antiga fábrica de tecidos na Rua Philomeno Gomes (Figura 126).

Figura 126 – Vista frontal do Empreendimento Centro *Fashion* Fortaleza.



Fonte: *Googlemaps* (2016) Captura de imagem – Fev. 2016.

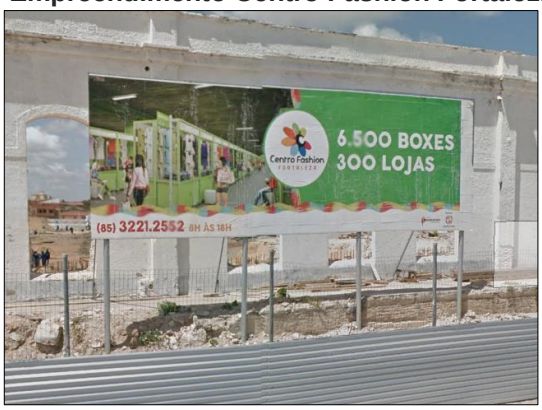
O empreendimento Centro *Fashion* Fortaleza está localizado em área próxima ao centro comercial da cidade, considerando o anúncio da fachada, aspira à grandeza, se intitulando como o maior mercado popular de moda do Ceará. O projeto recebeu o apoio institucional da Prefeitura Municipal de Fortaleza (Figura 127). Para isso, expõe números em placa de anúncio na frente do empreendimento que, de início, tinha a proposta de ofertar 300 lojas para e 6.500 boxes, número este que, posteriormente, foi revisado para 8.400 boxes (Figura 128). Do ponto de vista dos fatores locacionais, o equipamento está situado em área próxima ao Centro da cidade e do Polo de confecção da Rua José Avelino podendo ser rapidamente acessado.

Figura 127 – *Outdoor* com apoio institucional ao empreendimento.



Fonte: *Googlemaps* (2016). Imagem (Ago. 2013).

Figura 128 – *Outdoor* de divulgação do Empreendimento Centro Fashion Fortaleza.



Fonte: *Googlemaps* (2016). Imagem (Dez. 2015).

Outro grupo empresarial cearense, Grupo Pague Menos[83], também resolveu investir na construção de um centro do comércio atacadista de confecção popular que tem a denominação de Fortaleza Moda Center. Ainda em construção e com previsão de funcionamento apenas para o final de 2016 e início de 2017, o Fortaleza Moda *Center* se intitula em anúncios, como o maior espaço de moda do Ceará. O empreendimento está localizado nas proximidades da Avenida Washington Soares. A capacidade do empreendimento é de 4.672 bancas com dimensões de 1,9x0,9 (1,71 m²) distribuído em três pavimentos (Figura 129). O espaço também vai abrigar 1.428 lojas e foi inspirado no empreendimento Moda Center Santa Cruz, no agreste pernambucano. Segundo informações do *site* virtual, além das bancas, o empreendimento conta ainda com quiosques e praça de alimentação, caixas eletrônicos, lotérica, farmácia, salão de beleza e um auditório.

Figura 129 – Vista do pavimento térreo com o *layout* dos boxes e lojas no Fortaleza Moda Center



Fonte: <http://fortalezamodacenter.com.br/conheca-a-estrutura/>.

[83] O Grupo Pague Menos é cearense e tem seu ramo de origem no comércio varejista de produtos farmacêuticos (medicamentos e produtos relacionados de higiene e beleza). Hoje, o grupo tem abrangência geográfica nacional com uma rede de 828 lojas (farmácias) distribuídas em cerca de 300 municípios dos 26 estados da Federação e o Distrito Federal. O Grupo, entretanto, tem várias empresas em outros ramos, como construção civil, corretora de valores, imobiliária, gerenciadora de serviços, comércio e importação, dentre outras.

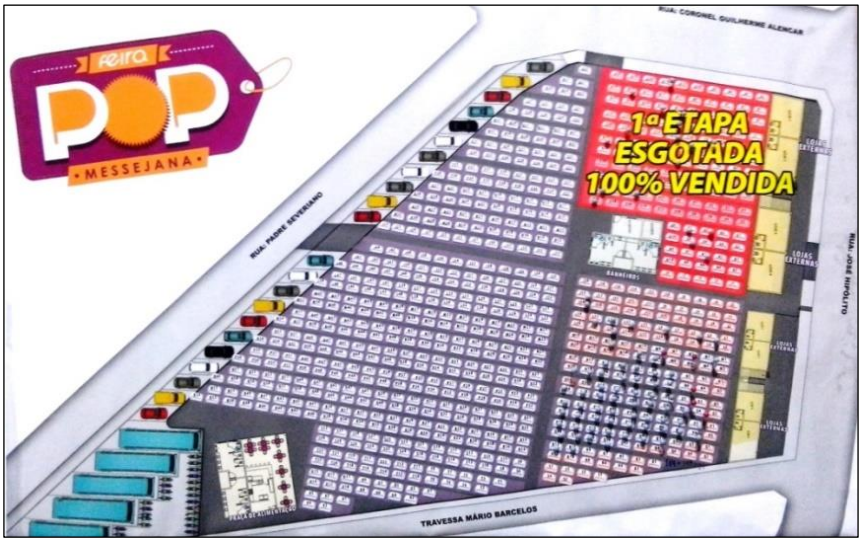
A promoção do empreendimento estabeleceu um estande de vendas no local do terreno onde será edificado o empreendimento e também nas imediações do Polo de Negócios da Rua José Avelino. As dimensões da área, ou seja, de mais de 100 mil metros é um fator utilizado para atrair lojistas e feirantes a estabelecer seu negócio ali. A localização próxima do acesso à rodovia estadual CE-040 também é um fator atrativo, pois permite o acesso de quem vem dos municípios do leste do Estado, bem como permite acessar a BR-116 por intermédio do quarto anel viário de Fortaleza. Fora o desembolso de uma quantia considerável para obter bancas ou lojas no Fortaleza Moda Center, o investidor ainda deverá pagar um aluguel mensal de R$ 190,00 mais taxa condominial de R$ 70,00, totalizando um custo fixo inicial de manutenção do espaço de R$ 260,00, sem registrar outros custos, como energia, transporte da mercadoria, alimentação etc.

Outro empreendimento, mais modesto, instalou-se recentemente no bairro Messejana, na mesma zona onde será instalado o Fortaleza Moda Center. Lançado em 2014, o empreendimento *Feira Pop Messejana* também é direcionado ao público dos pequenos fabricantes e feirantes de confecção. Situado nas imediações da área central do bairro Messejana, está situado na rua José Hipólito, próximo à igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição.

O projeto do empreendimento tem capacidade para abrigar 767 barracas e já conta com a 1ª etapa concluída, ou seja, 135 boxes vendidos (Figura 130). Segundo informações da gerência comercial, o empreendimento conta com área pavimentada, estrutura de banheiros, estacionamento para carros e ônibus, segurança 24 horas, zona *Wifi*. O feirante e fabricante que quiserem obter um espaço de comércio ali, deverão arcar com uma entrada (luvas) de R$ 2.000,00 a vista ou, então, R$ 2.500,00 a prazo, com prestações a negociar. Além de pagar pelo espaço ocupado, o feirante terá que pagar uma taxa semanal no valor de R$ 70,00 para manutenção do equipamento. Para isso, é realizado um contrato anual dessa prestação com cálculo de aumento baseado no IGP-M do ano.

Não é por acaso que o nome-fantasia e o *slogan* do centro comercial levam a denominação da feira (Feira Pop Messejana – a melhor feira popular). Segundo o gerente, o equipamento tem vocação para atuar tanto no atacado quanto no varejo, e para isso, tem como fatores atrativos a proximidade das principais vias de saída da cidade, ou seja, CE-040 e BR-116.

Figura 130 – *Layout* de barracas comercializadas no *Feira Pop Messejana*



Fonte: Próprio autor (2015).

Embora seja um empreendimento privado, a estrutura dos “pontos de comércio” remetem o modelo de organização de uma feira-livre com barracas constituídas por armações e baús de ferro e cobertura de lona (Figura 131). Segue a mesma estrutura e enfileiramento das barracas de feira. Nesse sentido, os cabides são instrumentos indispensáveis para a exposição da mercadoria na barraca (vestidos, camisas, *shorts*, biquínis, calções, calças *jeans*, dentre outros). Os manequins vestidos com conjunto chamativos são marcantes na paisagem das barracas (Figura 132). Essa organização de barracas e instalações foge do padrão das feiras de confecção visitadas ao longo da pesquisa.

Figura 131 – Estrutura das barracas do empreendimento Feira Pop Messejana.



Fonte: Próprio autor (2015).

Figura 132 – Vista frontal do empreendimento *Feira Pop Messejana.*



Fonte: Próprio autor (2015).

O comércio de confecção popular em galpões reconfigurou uma parte da área central de Fortaleza, porém, apontou para a difusão do comércio da confecção em outras feiras da Região Metropolitana de Fortaleza. Esse é o caso do Feirão de Confecções (Tend Moda), situado no Município de Caucaia, situado a oeste de Fortaleza. O terreno da feira de confecção está situado às margens do entroncamento das rodovias BR-222 (federal) e CE-085 e CE-040 (estaduais) que ligam a Capital cearense com os municípios ao oeste do Estado, bem como, com outros estados da região Nordeste (Piauí e Maranhão) e região Norte do País.

O empreendimento foi lançado no ano de 2015 com estrutura prevista para 3.200 boxes e estacionamento com capacidade para 150 ônibus. No trabalho de campo realizado no empreendimento, em 2015, pudemos observar a estrutura que em muito se assemelhava às barracas de uma feira-livre, composta de bancada de zinco e coberta de lona (Figura 133). O equipamento tinha a denominação de Feirão de Confecção da Caucaia, sendo alterado, posteriormente para Tend Moda.

Figura 133 – Estrutura e disposição das barracas do Feirão de Confecção da Caucaia/CE.



Fonte: Próprio autor (2014).

Outro exemplo é a Feira Popular Metropolitana de Maracanaú, surgida de parte dos feirantes que já passaram pelos espaços da Rua José Avelino e Feira*Center*. A feira é especializada no comércio de confecção e conta com a localização estratégica no quarto anel viário da RMF, um elemento característico comum às feiras de confecção estudadas que é a busca pela proximidade de eixos rodoviários. Chama atenção o fato de que comercializam no atacado e varejo (Figura 134). Os horários de funcionamento da feira nos mostram os dias de

funcionamento regular das terças aos domingos. Entendemos que o dia de feira, ou seja, os dias de grande movimento ocorrem às quartas-feiras, sábados e domingos, quando ocorre a grande concentração de feirantes (Figura 135).

Figura 134 – *Outdoor* instalado na entrada da Feira Popular Metropolitana de Maracanaú/CE.



Fonte: Próprio autor (2014).

Figura 135 – Destaque dos dias de "feiras grandes".



Fonte: Próprio autor (2014).

Em Salvador, o Bahia *Outlet Center* é um equipamento situado no Pólo Industrial de Confecção, da Rua do Uruguai. Esse estabelecimento foi inaugurado em 1997 e hoje conta com 200 lojas, distribuídas nos segmentos de confecções, calçados, enxoval para bebês e acessórios. Assim como outros equipamentos dedicados ao comércio de confecção, ele dispõe de serviços como caixas eletrônicos, agência lotérica, posto do SEBRAE/BA, praça de alimentação, estacionamento, atraindo o mercado consumidor popular, principalmente, pelos preços baixos.

Mencionamos, ainda, outros projetos concluídos recentemente ou ainda em construção, como é o caso dos camelódromos em Feira de Santana e Serrinha, que visam, no primeiro caso, a abrigar todos os comerciantes de confecção popular e acessórios localizados na Rua Sales Barbosa, no centro de Feira de Santana, ao lado do antigo mercado. O segundo caso, visa a retirada dos feirantes e vendedores ambulantes da área central de Serrinha para o Empreendimento Centro Comercial Atacadista de Serrinha.

Em tempos de crise econômica e desemprego, conforme aponta matéria do jornal *Tribuna da Bahia*, de 03 de setembro de 2015, é grande o quantitativo de pessoas que se ocupam em atividades ocasionais de maneira autônoma. Em

Salvador, esse número chegou a passar a marca de 40 mil vendedores ambulantes que atuam nas ruas dessa Metrópole. Esses trabalhadores têm-se instalado em espaços públicos da Capital baiana, de modo a se constatar que: “[...] Calçadas, portas de lojas, pontos de ônibus estão ocupados por bancas, tabuleiros, caixotes e todo tipo de equipamentos utilizados pelos vendedores ambulantes.” (FONSÊCA, 2015, p. 7). Ainda segundo a reportagem do referido jornal, a estimativa para o final do ano de 2015 na cidade de Salvador e região metropolitana era de agravamento, em razão de saldo negativo de empregos registrados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD.

O contexto de grande desemprego em Salvador tem repercussões no espaço urbano, em sua economia urbana. O crescimento recente do número de ambulantes nas ruas da cidade levou a Prefeitura Municipal de Salvador - PMS a buscar “[...] áreas públicas disponíveis próximas a esses locais para construir espaços disciplinados para o comércio ambulantes, [...]” (FONSÊCA, 2015, p. 7). A PMS vai retomar, assim, a política pública de reordenamento do espaço urbano por meio da construção de camelódromos. De 2015 a 2016, pudemos acompanhar, por meio dos jornais, a construção de vários espaços de concentração do comércio ambulante, como os camelódromos na Rua Nova de São Bento (120 ambulantes), Estação da Lapa (130 ambulantes) e na Baixa dos Sapateiros (150 ambulantes).

A obra do Camelódromo, situado na Baixa dos Sapateiros, no centro histórico de Salvador também denominado de *shopping* do povo, ainda estava em fase de acabamento, de modo que as barracas ainda estavam ocupando a calçada em frente ao camelódromo. Apesar de Fonsêca (2015) afirmar ser grande a variedade de produtos comercializados, observamos a grande oferta de confecção popular expostas nas barracas. Conforme Oliveira (2016), o Camelódromo da Baixa dos Sapateiros[84] foi inaugurado no dia 16 de maio de 2016, abrigando 120 vendedores ambulantes embora haja 150 boxes. Outros feirantes cadastrados pela Secretaria de Ordem Pública – SEMOP/PMS deverão ocupar os boxes restantes. A entrega de outros camelódromos foi anunciada, como o de Aquidabã, Feira de Cosme Farias e previstos camelódromos em Mussurunga, Amaralina e Boca do Rio.

[84] A Baixa dos Sapateiros, embora esteja situada nas imediações do centro histórico de Salvador, é marcada pelo comércio popular, dentre elas, lojas de eletrodomésticos como Casas Bahia e Insinuante; todavia, podemos verificar muitas lojas de roupas, com destaque para aquelas que operam com preços fixos por peça, ou seja, qualquer peça na loja por determinado preço. As chamadas lojas de dez, sete até de cinco reais mostram o apelo do comércio de confecção popular.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta pesquisa, chegamos a algumas considerações que confirmam as nossas hipóteses preliminares, mas que, ao mesmo tempo, nos instigam a novos questionamentos como uma constante de produção do conhecimento. Assim como a feira é montada e desmontada, ela também se transforma nesse processo, agregando mais elementos da dinâmica econômica, social e cultural e, deste modo, o que realizamos foi a apreensão de um dado momento.

Pressupomos que está havendo uma metamorfose das feiras nordestinas com a explosão da confecção nesse modo de comércio. A confecção tornou-se atualmente no Nordeste brasileiro um meio de sobrevivência para grande parcela da população trabalhadora que tem nessa atividade seu principal meio de produção e reprodução da vida.

A feira-livre, antes marcada pela comercialização de produtos agrícolas e regionais, dá lugar ao comércio do vestuário com a reafirmação ou formação de centralidades, da intensificação dos fluxos de mercadorias, pessoas, capitais etc. As feiras estudadas reforçam essa asserção, contudo chegamos à conclusão de que a metamorfose das feiras-livres nordestinas não pode ser entendida apenas na esfera da comercialização, pois esta não se realiza sem a produção e o consumo. Essas fases correspondem às fases de valorização do capital. “O Capital só existe como capital à medida que percorre as fases da circulação, os diferentes momentos de sua transformação para poder recomeçar o processo de produção [...]” (MARX, 2011, p. 451). Há intrínseca simbiose entre a explosão da confecção na feira e expansão da produção confeccionista que, mesmo não sendo uma nova maneira de produzir (facção, pequenas unidades fabris etc.), ela se expande de tal maneira ao ponto de absorver grande parte dos trabalhadores que estão fora do dito mercado formal de trabalho. Os pequenos agentes inseridos na produção capitalista, que agem nos interstícios da grande produção, também são convocados a reestruturar seus modos de vida. E isso inclui os modos tradicionais de comércio da feira-livre no Nordeste brasileiro.

Ao mesmo tempo em que as etapas e/ou fases de valorização do capital acham-se imbricadas, o feirante perambula de feira em feira, de modo a garantir a

sua reprodução como trabalhador; as relações não se restringem mais como nas antigas feiras, tão comentadas no corpo deste trabalho, entre o campo e a cidade, mas entre cidades diferentes, ou seja, entre os polos produtores, onde são adquiridas as mercadorias e as pequenas e médias cidades onde são comercializadas em feiras. Novas geografias se constituem e, nesse contexto, a implantação de sistemas técnicos, além de outros signos modernizantes que chegaram à região Nordeste, nas últimas décadas, foram imprescindíveis para viabilização dos fluxos de mercadorias e pessoas nas feiras.

Toda essa modernização envolvendo a produção e o comércio da confecção não impede a formação de aglomerações precárias por outros sujeitos que se inserem no espaço da feira. Paralelamente, novos espaços de comércio da confecção afloram, reproduzindo o modelo das feiras-livres de acordo com a lógica da propriedade privada. Esses espaços são constituídos por centros comerciais implantados mais recentemente e fundamentados em um discurso de remoção dos feirantes das ruas para situá-las em espaços padronizados e submetidos ao pagamento de taxas e regimes condominiais. Os exemplos mais expressivos são o Moda Center Santa Cruz, no Município de Santa Cruz do Capibaribe e o Parque das Feiras, no Município de Toritama, ambos no agreste pernambucano. No Ceará, esse formato está em curso, pois o comércio de confecção de rua ainda está concentrado na emblemática feira da Rua José Avelino, que se espraia por várias ruas do Centro de Fortaleza. O alcance desta feira não se restringe apenas à escala local, pois recebe compradores de vários municípios cearenses e de outros estados do Brasil. Em nossa pesquisa sobre a feira do Aprazível, podemos constatar que ela é uma extensão da feira da Rua José Avelino.

A permanência da feira na Rua José Avelino produz embates entre os feirantes e o poder público municipal, ao entender que a feira deve ser removida daquele local. Acompanhamos a luta desses feirantes em permanecer ali, uma vez que há a intenção de alocá-los em outros espaços edificados; por uma lógica privatista, entretanto, em que todos são orientados a adquirir um boxe.

A feira de Caruaru também passa por conflitos dessa mesma ordem. O debate na cidade diz respeito à saída da feira do Parque 18 de Maio para outra área às margens da BR-104. A urbanista Raquel Rolnik, em palestra proferida em Caruaru, manifestou posição contra o projeto de remoção da feira, haja vista que tal ação destruiria a feira, que é um dos principais marcos identitários da cidade e

tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Na opinião da estudiosa: “A feira de Caruaru é a alma de Caruaru. O Brasil e mundo conhece Caruaru por sua feira e essa feira não é apenas um lugar de comércio, mas é um lugar de produção cultural, e um lugar de trocas [...]” (ROLNIK, 2015).

As feiras-livres “tradicionais”, conforme aprendemos a identificar e valorizar, vão perdendo, assim, seus traços característicos e o suporte da atividade vai se tornando inviável para muitos feirantes. A característica principal da feira é o comércio temporário na via pública (ruas e praças) e essa espacialidade é ameaçada, à medida que se impõe ao feirante a mesma lógica dos espaços de circulação privatista dos *shoppings centers*. A feira-livre deve ser protegida e resguardada como prática espacial de um povo. O assunto reclama uma discussão posterior sobre patrimonialização da feira como prática espacial, à medida que ela não pode ser sufocada e marginalizada. Muitas vezes a feira é estigmatizada como reduto de criminalidade, contribuindo para justificar sua retirada.

De fato, há uma compreensão da feira-livre como algo negativo em relação à lógica contemporânea dos espaços urbanos das cidades médias e metrópoles nordestinas. A feira é aglomeração, é fixo, e a cidade, na sua versão moderna, além de uma grande aglomeração, é composta por fluxos. De tal sorte, a feira torna-se um obstáculo ao fluxo citadino. Mais do que um conflito de formas, o que vemos é um conflito de noções de cidade, de urbano e da feira, pois, mesmo uma feira na periferia de uma cidade nordestina, guarda aspectos da feira medieval, mesmo que nela possamos encontrar produtos industrializados como eletroeletrônicos que são trocados por outros produtos. Sem utilidade para o segmento da sociedade de maior renda, mas mediante reparos e em bom estado de funcionamento, os produtos trocados passam a ter valor de uso e de troca também e voltam a ser comercializados no espaço da feira.

A feira de Serrinha/BA, por exemplo, é alvo de debates entre feirantes e representantes de entidades públicas e privadas em torno da sua retirada do espaço da praça para alocação em um camelódromo a ser construído em outra área da cidade, perdendo, assim, a essência de feira, ou seja, de comércio de rua. Nesse caso, a feira de confecção, em virtude da sua capacidade de aglomeração de um público de origem local/regional, poderá contribuir para a valorização dos terrenos próximos à área onde será instalada.

Diferentemente dos tempos de Gilberto Freyre, quando o sertanejo se deslocava para as feiras das cidades grandes, como o Recife, a fim de comercializar a produção agrícola de sua propriedade, a safra de grãos, o utensílio fabricado artesanalmente etc., hoje verifica-se que são as pessoas que se deslocam para a região do agreste a fim de comprar a confecção na feira. Desse modo, Caruaru, com sua feira, atraiu para si a centralidade da produção e do comércio de confecção. No período atual, sucede um caminho inverso, ou seja, aquele em que são os compradores de cidades grandes, mas não somente delas, que se deslocam para as cidades do agreste com a finalidade de comprar roupas e acessórios.

As feiras de confecção revelam outra dinâmica que não se restringe somente às grandes cidades, polos regionais, uma vez que elas se distribuem por muitos municípios interioranos, ensejando centralidades, influenciando, sobremaneira, a dinâmica socioespacial desses núcleos urbanos, dinamizando fluxos de pessoas, capitais e mercadorias e fazendo com que espaços antes pouco permeados pelo capital passem a se submeter, mesmo que em parte, à sua lógica.

Enfatizamos a relevância regional deste estudo, tendo em vista que a produção da confecção em microunidades produtivas contribui para a dinâmica econômica e social da região Nordeste, conforme podemos constatar com a pesquisa de campo nas feiras dos Estados do Ceará, Pernambuco e Bahia. As feiras de confecção, conforme estamos denominando, tornam-se, no período atual, *locus* do comércio de produtos industrializados que estabelecem novas articulações e interações espaciais em várias escalas, não se restringindo mais à sua área de influência.

Não obstante, a formalização de espaços destinados ao comércio realizado pelos feirantes, novos espaços (públicos ou mesmo privados) vão sendo apropriados e/ou utilizados por vendedores de confecção que estão fora dos espaços convencionais, formando-se, assim, novas aglomerações precárias que, por sua vez, vão requerer o *status* de feira, num movimento dialético ligado à lógica de produção e reprodução da vida.

Reafirmamos a importância desta pesquisa sobre as transformações da feira nordestina, que passa, evidentemente, pelo entendimento de como essas mudanças estão relacionadas à economia-mundo, globalizada, ao se procurar revelar a articulação entre as feiras e os modos capitalistas de produção, mormente ao uso de matérias-primas, tecnologia, moda, transações financeiras, dentre outros.

Compreendemos que esta não é uma questão acabada, pois sempre outras surgirão. A metamorfose dessa forma de comércio no período atual, indagamos: em que medida a feira de confecção atual tem mais relação com a feira nordestina que vigorou até os anos 1950, portanto, que antecede a industrialização brasileira, do que esta feira tem a ver com a medieval? A feira permanecerá? O que ela virá a ser?

REFERÊNCIAS

A GRANDE feira. Direção: Roberto Pires. Produção: Braga Neto e Rex Schindler. Intérpretes: Geraldo del Rey, Helena Ignez, Luíza Maranhão, Antônio Sampaio [Pitanga], Milton Gaúcho, David Singer e outros. Roteiro: Roberto Pires. Fotografia: Hélio Silva. Produtor executivo: Glauber Rocha. Filmado na Feira Água de Meninos – Salvador/BA: Iglu Filmes, 1961. – 35 mm; Son., P&B; 94'. Restaur. TeleImage; Casablanca Sound. Copiado: Laboratório Cinecolor do Brasil Ltda. Disponível em: <https://youtu.be/W72RsbiusEk>. Acesso em: 15 set. 2015.

AB'SABER, Aziz Nacib. Caatingas: o domínio dos Sertões secos. In: _____. **Os domínios de natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p. 83-100.

ABREU, Alice Rangel de P. **O avesso da moda:** trabalho a domicílio na indústria de confecção. São Paulo: HUCITEC, 1986.

ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**. Campina Grande, PB: Edições da Livraria Pedrosa, 1957.

ALMEIDA, Oscar Damião de. **Dicionário personativo, histórico, geográfico e institucional de Feira de Santana**. 3. ed. Feira de Santana, BA: Editora Gráfica Nunes Azevedo, 2002.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina,PR: Praxis; Bauru, SP: Canal 6, 2007.

_____. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. **Trabalho e mundialização do capital**: a nova degradação do trabalho na Era da Globalização. 2. ed. Londrina**:** Praxis, 1999.

ALVES, Joaquim. O vale do Cariri. **Revista do Instituto do Ceará,** p. 94-133, 1946.

AMADO, Jorge. **A morte e a morte de Quincas Berro D'água**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. (Coleção Jorge Amado)

AMARAL FILHO, J et al. Núcleos e Arranjos Produtivos Locais: Casos do Ceará. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICAS PARA SISTEMAS PRODUTIVOS LOCAIS DE MPME, 2002, Mangaratiba, RJ. **Anais...** Mangaratiba, RJ: UFRJ, 2002.

AMORA, Zenilde Baima. **As transformações da indústria de Fortaleza face à política de industrialização do Nordeste**. 1978. 100f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

_____. Aspectos históricos da industrialização do Ceará. In: SOUZA, Simone de (Org.). **História do Ceará**. 2. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.

_____. O espaço urbano cearense: breves considerações. In: _____. (Org.). **O Ceará**: enfoques geográficos. Fortaleza: FUNECE, 1999.

_____. Indústria e Espaço no Ceará. In: SILVA, José Borzacchiello da.; CAVALCANTE, Tércia C.; DANTAS, Eustógio W. C. (Orgs.). **Ceará**: um novo olhar geográfico. 2. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

_____. Cidades médias: considerações sobre a discussão conceitual. In: MARIA JÚNIOR, Martha; FREITAS, Nilson Almino de.; HOLANDA, Virgínia Célia Cavalcante. **Múltiplos olhares sobre a cidade e o urbano**: Sobral e região em foco. Sobral, CE: UECE/UEVA, 2010.

_____.; COSTA, Maria Clélia Lustosa. Olhando o mar do sertão: a lógica das cidades médias no Ceará. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). **Cidades Médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____.; HOLANDA, Virginia Célia Cavalcante de. Retomando a geografia da população: reflexões sobre Sobral. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, ano 1, n.1, 1999.

ANDRADE, Manuel Correia de. **O Nordeste e a questão regional**. São Paulo: Ática, 1988. (Série Princípios)

_____. **A terra e o homem no Nordeste**. Contribuição ao estudo da questão agrária no nordeste. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

_____. **Geografia econômica do Nordeste**. O espaço e a economia nordestina. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1974.

_____. **Espaço, polarização e desenvolvimento**. 2. ed. Recife: Brasiliense, 1970.

ANTUNES, Ricardo L. C. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011. (Mundo do trabalho).

_____. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANUÁRIO DE CAMPINA GRANDE/PB – 1982. Campina Grande: GRAFSET, 1982. Disponível em: <https://issuu.com/blogrhcg/docs/anuariocg1982>. Acesso em: 06 maio 2016.

ARAGÃO, Elizabeth Fiúza. **A trajetória da indústria têxtil no Ceará**: o setor de fiação e tecelagem (1880-1950). Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará; Stylus Comunicações, 1989.

ARAÚJO, Alessandra Oliveira. **Redes e centralidade em Feira de Santana (BA)**: o Centro de Abastecimento e o comércio de feijão. 2005. 123 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. A promoção do desenvolvimento das forças produtivas no Nordeste: da visão do GTDN aos desafios do presente. **Rev. Econ. Nordeste. Fortaleza**, v. 28, n.4, p. 451-468, out./dez., 1997.

_____. Nordeste, Nordestes: que Nordeste? In: AFFONSO, Rui de B. A.; SILVA, Pedro L. B. (Orgs.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995. (Federalismo no Brasil)

_____. **Ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro**. Heranças e Urgências. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.

_____. ; SANTOS, Valdeci M. dos. Desigualdades regionais e Nordeste em Formação Econômica do Brasil. In: ARAÚJO, Tarcísio P. de.; VIANNA, Salvador T. W.; MACAMBIRA JÚNIOR, Leôncio J. B. (Orgs.). **50 anos de Formação Econômica do Brasil**. ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado. Rio de Janeiro: IPEA, 2009.

ARAÚJO**,** Nicolai Vladimir Gonçalves de. **Dos fios à rede**: as tramas territoriais tecidas pela internet em Sobral. 2008. 134f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2008.

_____.; PARENTE, A. M. M. Dinâmicas e conflitos territoriais na Feira do Aprazível – Sobral(CE). In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFO, 16., 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: [s.n.], 2010.

ARISTÓTELES. **Política**: texto integral. Tradução de Pedro Constantin Tolens. 6. ed. São Paulo: Martin Claret*,* 2011. (Coleção a obra-prima de cada autor)

ARROYO, Mônica. Novos paradigmas I: a economia invisível dos pequenos. **Le Monde Diplomatique,** ed. bras., v. 2, n. 15. out., 2008. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=283>. Acesso em: 16 set. 2012.

ATAÍDE, Elizângela R. A feira de água de meninos (1959-1964). In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA - ANPUH-BA, 4, 2008., Vitória da Conquista**,** BA**. Anais eletrônicos...** Vitória da Conquista, BA: ANPUH, 2008. Disponível em: <http://www.uesb.br/anpuhba/anais_eletronicos/Eliz%C3%A2ngela%20R.%20Ata%C3%ADde.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2016.

BACELAR, Jeferson. A comida dos baianos no sabor amargo de Vilhena. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 48, p. 273-310, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0002-05912013000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 Jan. 2016.

BAHIA. **Lei Complementar Nº 35, de 06 de julho de 2011**. Institui a Região Metropolitana de Feira de Santana, e dá outras providências.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Política produtiva para o Nordeste:** uma proposta. Fortaleza: BNB, 2006.

_____; SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE; BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Indústria de confecções no Nordeste**. Relatório síntese. Fortaleza, 1978.

BAKHTIN, Mikhail. O vocabulário da praça pública na obra de Rabelais. In: _____. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: HUCITEC; Editora Universidade de Brasília, 1987. Cap. 2, p. 125-170.

BARBALHO, Nelson. **Caruaru, de vila à cidade**: subsídio para a história do agreste de Pernambuco. Recife: Centro de Estudos de História Municipal, 1980.

BERNARDES, Nilo.; JABLONSKY, Tibor. Engenho de cana em Lamiero no Crato (CE), [S.I.], fev.1962. 1 fotografia original P&B, manchada, negativo 11306. (Série: Acervo dos trabalhos geográficos de campo). Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/fotografias/GEBIS%20-%20RJ/CE10639.jpg>. Acesso em: 19 jun. 2012.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria Loriatti. São Paulo: Companhia das letras, 1986.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

BERNARDO, Julio. **Dias de Feira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. Lisboa: Edições 70; São Paulo: Martins Fontes, 1982.

BRASIL. **Lei complementar nº 123**, **de 14 de dezembro de 2006.** Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em: 04 Maio. 2016.

_____**. Lei n 1.157, de 26 de junho de 1862**. Substitue em todo Imperio o actual systema de Pesos e Medidas pelo systema Metrico Francez. Disponível em: <http://repositorios.inmetro.gov.br/bitstream/10926/343/1/1862_leidometro.pdf>. Acesso em: 04 Maio 2016.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII**: Os Jogos das Trocas. Tradução de Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998. v. 2.

_____. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII**: as estruturas do cotidiano: o possível e o impossível. Tradução de Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1997. v. 1.

_____. **A dinâmica do capitalismo**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos**: planejamento e clientelismo no Nordeste. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.

BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna**: Europa 1500-1800. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS DE FEIRA DE SANTANA. **Anuário Estatístico de Feira de Santana**, Feira de Santana, BA: CDL, 2012. v.3.

CANCLINI, Néstor García. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CARACRISTI, Isorlanda. A indústria chapeleira sobralense. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v. 1, n. 1, 1999. Disponível em: <http://www.uvanet.br/rcgs/index.php/RCGS/article/view/38/96>. Acesso em: 13 abr. 2014.

CARDOSO, Carlos Augusto de A.; MAIA, Doralice Sátyro. Das feiras às festas: as cidades médias do interior do nordeste. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). **Cidades Médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

CARDOSO, Maria F. T. C. Feira de Caruaru. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tipos e aspectos do Brasil**. 10 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

_____. Caruaru: a cidade e sua área de influência. **Rev. Bras. Geograf**., ano 27, n. 4. p. 587-614, out./dez, 1965.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço e indústria**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2001. (Repensando a Geografia)

CARNEIRO, Henrique S. Comida e sociedade: significados sociais na história da alimentação. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 42, p. 71-80, 2005. Paraná: Editora UFPR. Disponível em: <http://www.fecea.br/download/290_c48845d72c199598a8cf4139e5f8ab87.pdf>. Acesso em: 12 maio 2006.

CARVALHO, Keane Barroso de. **Territórios produtivos**: estudo geográfico do I Distrito Industrial do Ceará. 2009. 197f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

CARVALHO, Maria do Carmo B. de.; NETTO, José Paulo. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CARYBÉ. **Feira de água de meninos**. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955. (Coleção Recôncavo, 4)

_____. **A Feira de Água de Meninos**. Salvador: PanArtWorks; GBDG Editorial, 2014. (Coleção As sete portas da Bahia)

CARVALHO, Maria S. S. **Nova onda baiana**: cinema na Bahia (1958-1962). Salvador: EUFBA, 2002. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 21 jan. 2016.

CARLOS, Ana Fani A. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: _____.; SOUZA, Marcelo Lopes de.; SPOSITO, Maria Encarnação B. (Orgs.) **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. Repensando a geografia urbana: uma nova perspectiva se abre. In: _____. (Org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

CARUARU. Prefeitura Municipal. **Feira da Sulanca - Estudo Socioeconômico.** Caruaru: PMC, 2011.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CEARÁ. **Lei complementar nº 18, de 29 de dezembro de 1999**. Dispõe sobre a Região Metropolitana de Fortaleza, cria o Conselho Deliberativo e o Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Fortaleza – FDM, altera a composição de microrregiões do estado do Ceará e dá outras providências. Disponível em: <http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/19991229/do19991229p01.pdf#page=74>. Acesso em: 27 abr. 2016.

_____. **Lei complementar nº 144, de 04 de setembro de 2014**. Altera o item 1, do inciso I do art. 1º, bem como o item 2, do inciso II do art. 1º da Lei complementar nº 03, de 26 de junho de 1995, alterada pela Lei complementar nº 18, de 29 de dezembro de 1999, com alteração posterior pela Lei complementar nº 78, de 26 de junho de 2009. Disponível em: <http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20140908/do20140908p01.pdf#page=1>. Acesso em: 27 abr. 2016.

CLEMENTE, André. Feira da Sulanca em Caruaru terá novo endereço à margem da BR-104. **Diário de Pernambuco**, Economia, 07 ago. 2015. Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/economia/2015/08/07/internas_economia,591116/feira-da-sulanca-em-caruaru-tera-novo-endereco-a-margem-da-br-104.shtml>. Acesso em: 15 maio 2016.

COLHEITA do pequi gera lucro para os comerciantes do Crato. **Diário Regional** (Programa de TV) 29 Jan. 2015. Disponível em: <http://tvdiario.verdesmares.com.br/noticias/regional/colheita-do-pequi-gera-lucro-para-os-comerciantes-do-crato-1.1208638/colheita-do-pequi-gera-lucro-para-os-comerciantes-do-crato-1.1208638>. Acesso em: 15 nov. 2015.

COSTA, Elizabeth Goldfarb. **Anel, cordão, perfume barato**: uma leitura do espaço do comércio ambulante na cidade de São Paulo. São Paulo: Nova Stella; Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

COSTA, Lustosa da. **Sem peúgas nem borzeguins**: crônicas para o entardecer. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2011.

COSTA, Ana Maria da. **Calçadão dos Mascates**. Promessas e desilusões de uma intervenção urbana: o olhar dos comerciantes informais. 2004. 143f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2004. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/3542/arquivo5431_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 fev. 2016.

CORRÊA, Roberto Lobato. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. da C.; _____. (Org.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. **O Espaço Urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.

_____. **Trajetórias geográficas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

_____. Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente. **Cidades,** v. 9, n.16, p.199-218, 2012.

DANTAS, Eustógio W. C. **A Cidade e o comércio ambulante**: estado e disciplinamento da ocupação do espaço público em Fortaleza (1975 - 1995). Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014. (Estudos da Pós-Graduação). Disponível em: <http://livros.ufc.br/ojs/index.php/01/article/view/1/1>. Acesso em: 10 Mar. 2015.

_____. Sistema de cidades em terra semi-árida. In: ALMEIDA, Maria Geralda de.; RATTS, Alecsandro JP. **Geografia**: leituras culturais. Goiânia: Alternativa, 2003.

DAVIDE, Diego. Manufaturas e corporações. In: ECO, Umberto. (Org.). **Idade Média**. Bárbaros, cristãos e muçulmanos. Tradução de Bonifácio Alves. Portugal: Dom Quixote, 2010.

DEBRET, Jean Baptiste. **Voyage pittoresque et historique au Brésil.** Séjour d'un Artiste Français au Brésil, depuis 1816 jusqu'en 1831 inclusivement, époques de l'Avenement et de l'Abdication de S. M. D. Pedro 1er, fondateur de l'Empire brésilien. Paris: Firmin Didot Frères, 1835. v. 2. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00624520>. Acesso em: 08 dez. 2014.

DEÁK, Csaba. A acumulação entravada no Brasil dos anos 1980. In: _____; SCHIFFER, S. **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1999.

_____. A cidade: do burgo à Metrópole. **Espaço & Debates,** n. 34, p.113-120, 1991.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. **Mapa Multimodal – Ceará - 2013**. Escala 1: 900.000. Disponível em: <http://www.dnit.gov.br/download/mapas-multimodais/mapas-multimodais/ce.pdf>.

_____. **Mapa Multimodal – Piauí - 2013**. ESCALA 1: 1.200.000. Disponível em: <http://www.dnit.gov.br/download/mapas-multimodais/mapas-multimodais/pi.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2016.

_____. **Mapa Multimodal – Maranhão - 2013**. ESCALA 1:1.600.000. Disponível em: http://www.dnit.gov.br/download/mapas-multimodais/mapas-multimodais/ma.pdf

DIÁRIO DO NORDESTE. **Anuário da moda do Ceará 2010/2011**. Fortaleza: Verdes Mares, 2011.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIOECONÔMICOS. **Estudo de caso 3 – Setor de confecção no Nordeste**. nov. 2006. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/relatoriotecnico/2006/estudoCaso3SetorConfeccaoNE.pdf>. Acesso em: 13 maio 2016.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. Tradução de Affonso Blacheyre. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

EGLER, Walter A.; JABLONSKY, Tibor. Feira semanal de Caruaru (PE), [S.I.], 1955, 1 fotografia original P&B, conservada, negativo 2780. (Série: Acervo dos trabalhos geográficos de campo). Disponível em: < http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/fotografias/GEBIS%20-%20RJ/PE11281.jpg>. Acesso em: 19 jun. 2012.

_____. **Feira semanal de Caruaru (PE)**. [S.I.: s.n.], 1955. 1 fotografia original P&B, conservada, negativo 2781. (Série: Acervo dos trabalhos geográficos de campo). Disponível em: < http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/fotografias/GEBIS%20-%20RJ/PE11282.jpg>. Acesso em: 19 jun. 2012.

EM SEGUNDA votação, vereadores aprovam projeto da ‘Nova Sulanca’. Blog do Vanguarda [online], Caruaru, 30 jul. 2015. Disponível em: <http://www.blogdo vanguarda.com.br/blog/31/07/2015/em-segunda-votacao-vereadores-aprovam-projeto-da-nova-sulanca>. Acesso em: 09 out. 2015.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Trad. B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010. (Mundo do trabalho; Coleção Marx-Engels)

ENGELS, Friedrich. Suplemento ao Livro Terceiro de “O Capital”. In: MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: o processo global produção capitalista. Trad.: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. v.3, t. 2. (Os economistas)

ESPÍRITO SANTO, Wecisley Ribeiro do. Feira da sulanca: tradições, mudanças e conflitos sociais em Caruaru/PE. In: LOPES, José Sergio L.; CIOCCARI, Marta.

(Orgs.). **Narrativas da desigualdade**: memórias, trajetórias e conflitos. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

ESTADO de Minas-Geraes. Questão do gado. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, p. 2. 01 jan. 1890. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&PagFis=3&Pesq=feira>. Acesso em: 01 fev. 2016.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo; Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995. (Didática, 1).

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Cadastro Industrial de Pernambuco (2011/2012)**. Recife: FIEPE; SEBRAE, 2012.

FEIRA de Ipu se realizará em clube. **Diário do Nordeste**, Regional, 22 jan. 2010. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/feira-de-ipu-se-realizara-em-clube-1.706243>. Acesso em: 18 jan. 2015.

FEIRÃO Leste-Oeste abre com 601 boxes e 54 lojas. **Diário do Nordeste,** Negócios. 14 out. 2015. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/feirao-leste-oeste-abre-com-601-boxes-e-54-lojas-1.1408984>. Acesso em: 26 mar. 2016.

FEIRANTES ateiam fogo em caminhão de reboque; motorista é queimado. **O Povo,** Fortaleza. 10 abr. 2014. Disponível em: < http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2014/04/10/noticiafortaleza,3234298/feirantes-ateiam-fogo-em-caminhao-de-reboque-motorista-e-queimado.shtml>. Acesso em: 21 out. 2014.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FISCALIZAÇÃO termina com duas pessoas feridas e cinco detidas em Feira da José Avelino. **Diário do Nordeste,** Cidade. 28 jul. 2013. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/online/fiscalizacao-termina-com-duas-pessoas-feridas-e-cinco-detidas-em-feira-da-jose-avelino-1.852138>. Acesso em: 29 jul. 2013.

FONSÊCA, Adilson. Mercado informal. Ambulantes já são mais de 40 mil em Salvador. **Tribuna da Bahia**, Cidade, p. 7, 03 set. 2015.

FREYRE, Gilberto. **Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife**. Ilustr. Luís Jardim. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1968.

_____. **Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife**. Ilustr. Luís Jardim; Apresent. e Atualiz.: Antonio Paulo Rezende. 5. ed. São Paulo: Global, 2007.

FRIEDRICH. Ritta da Fontoura Cruz. **Recordando Paris**. Porto Alegre: AGE, 1999. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=EWccInVgIp4C&pg=PA104&dq=FRIEDRICH

.+Ritta+da+Fontoura+Cruz.+Recordando+Paris+mercados&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjXx9bR7fnKAhVLfpAKHaBuASoQ6AEIHDAA#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 13 out. 2015.

FROTA, Dom José Tupinambá. **História de Sobral**. 2. ed. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1974.

GALPÕES e shoppings ganham espaço. **Diário do Nordeste,** Negócios. 27 dez. 2015. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/galpoes-e-shoppings-ganham-espaco-1.1461602>. Acesso em: 26 mar. 2016.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991. (Biblioteca básica)

GOMES, Sueli de Castro. **Do comércio de retalhos à Feira da Sulanca**: uma inserção de migrantes em São Paulo. 2002. 233 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-13082007-153557/pt-br.php>. Acesso em: 27 maio 2012.

GONÇALVES, Luiz Antônio Araújo. **Traçando mobilidades e tecendo territorialidades**: o comércio de artesanato na Beira-Mar de Fortaleza/CE. 2009. 193f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2009.

_____. Entre a norma urbana e a resistência: a espacialidade do comércio ambulante de confecção no Centro de Fortaleza-Ceará. **Rev. GeoUECE**, número especial, p.128-148, dez. 2014.

_____; AMORA, Zenilde Baima. O papel da rede rodoviária na difusão geográfica das feiras de confecção no estado do Ceará, Brasil. In: XIV ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA – EGAL, 15. 2013, Lima, Perú. **Anais...** Lima, Perú, 2013.

GRAHAM, Richard. **Alimentar a cidade**: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780-1860). Tradução de Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

GONZAGA, Luiz.; DANTAS, Zé. **Feira de Gado – Abôio**. São Paulo: RCA Victor, 1954. Disco vinil sonoro.

GUIMARÃES, Olmária. **O papel das feiras-livres no abastecimento de São Paulo**. São Paulo: USP/IG, 1969. (Série: Teses e Monografias; 2).

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. **Os limites do capital**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista. _____. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. 2. ed. São Paulo: Annablume, Cap. 2. 2006. (Coleção Geografia e Adjacências)

_____. **A Condição Pós-Moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Trad. Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HENRIQUE, Juliana da Silva. **A feira de Capuame. Pecuária, territorialização e abastecimento (Bahia, século XVIII)**. 2014. 232 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-25052015-155329/>. Acesso em: 31 jan. 2016.

HILL, Thonny. A feira de Santa Cruz do Capibaribe. **Revista Moda Center**, Ano 3, n. 27, p. 36-39, out. 2012.

HOBSBAWN, Eric J. Introdução: a invenção das tradições. In: _____. RANGER, Terence. (Orgs.). **A invenção das tradições**. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008a.

_____. A produção em massa de tradições: Europa, 1870 à 1914. In: _____. RANGER, Terence. (Orgs.). **A invenção das tradições**. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008b.

HOLANDA, Virgínia Célia Cavalcante de. **Modernizações e espaços seletivos no nordeste brasileiro. Sobral: conexão lugar/mundo**. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-23102007-150426/pt-br.php>. Acesso em: 10 maio 2013.

_____. **Dinâmica sócio-espacial de uma cidade média – Sobral-CE**. 2000, Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2000.

HOLANDA, Virginia Célia Cavalcante. Sobral-CE: Os dois circuitos da economia urbana em uma cidade média do nordeste brasileiro. **Rev. OKARA: Geografia em debate**, v.7, n.2, p. 225-240, 2013. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/okara/article/download/17842/10430>. Acesso em: 04 abr. 2014.

HOUARD, David. **Dictionnaire Analytique, Historique, Étymologique, Critique et Interprétatif de la Coutume de Normandie.** 1780. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k94054q/f594.item.r=Dictionnaire%20analytique,%20historique,%20%C3%A9tymologique,%20critique%20et%20interpr%C3%A9tatif%20de.zoom>. Acesso em: 23 dez. 2015.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**: do feudalismo ao século XXI. Tradução de Waltensir Dutra. 22. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1 de julho de 2015**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2015/estimativa_dou_2015_20150915.pdf>. Acesso em: 04 maio 2016.

_____. **Sinopse do Censo Demográfico 2010 - Pernambuco**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/ estatistica/populacao/censo2010/ tabelas_pdf/Pernambuco.pdf>. Acesso em: 19 out. 2013.

_____. **Sinopse do Censo Demográfico 2010 – Ceará**. Disponível em: <http:// www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/Ceara.pdf>. Acesso em: 19 out. 2013.

_____. **Sinopse do Censo Demográfico 2010 – Bahia**. Disponível em: <http:// www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/Bahia.pdf>. Acesso em: 19 out. 2013.

_____. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40677.pdf>. Acesso em: 09 out. 2008.

_____. **Regiões de influência das cidades 1987**. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/regioesdeinfluencia/Regioes%20de%20influencia%20das%20cidades_1987.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2016.

_____. **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas.** Rio de Janeiro: IBGE, 1972. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13622.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2016.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Dossiê Feira de Caruaru**: inventário nacional de referência cultural, 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/bcrE/pages/conAnexoE.jsf>. Acesso em: 25 out. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Perfil Básico Municipal 2012 – Sobral**. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2012/Sobral.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2016.

ISSLER, Bernardo. As feiras no Nordeste e sua função regional. **Orientação**, São Paulo: Instituto de Geografia/USP, n. 3, p. 37-41, Mar. 1967.

_____. O Misto. **Rev. Bras. de Geografia,** Ano 26, n. 2, p. 133-134. abr./jun., 1964.

JABLONSKY, Tibor. Feira semanal de Caruaru (PE), [S.I.], 1955, 1 fotografia original P&B, conservada, negativo 2970. (Série: Acervo dos trabalhos geográficos de campo). Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/fotografias/GEBIS%20-%20RJ/PE11341.jpg>. Acesso em: 19 jun. 2012.

_____.; SANTOS, Lindalvo B. dos. Engenho para a produção de rapadura no Crato (CE), [S.I.], 1952, 1 fotografia original P&B, conservada, negativo 961. (Série: Acervo dos trabalhos geográficos de campo). Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/fotografias/GEBIS%20-%20RJ/PE11341.jpg>. Acesso em: 19 jun. 2012.

JATAÍ, José; GONZAGA, Luiz. Eu vou pro Crato. In:_____. **Pisa no Milão (Festa do Milho)**. São Paulo: RCA CAMDEN, 1982. Disco vinil sonoro. Lado B.

JESUS, Gilmar Mascarenhas de. Ordenando o espaço público: a criação das feiras livres na cidade do Rio de Janeiro. **Scripta Nova**: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, v. 10, n. 194, ago. 2005.

_____. O lugar da feira livre na grande cidade capitalista: Rio de Janeiro, 1964-1989. **Rev. Bras. Geogr**., Rio de Janeiro, n. 54, v.1, p. 95-120, jan./mar.1992.

JOFFILY, Geraldo Irenêo. **Notas sobre a Parahyba**: fac-símile da primeira edição publicada no Rio de Janeiro, em 1962. Pref. Capistrano de Abreu. Brasília: Thesaurus, 1977.

_____. O quebra-quilo. A revolta dos matutos contra os doutores (1874). **Revista de História**, Brasil, v. 54, n. 107, p. 69-145, set. 1976. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/78552/82607>. Acesso em: 04 maio 2016.

KOSIK. Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. (Rumos da cultura moderna, v. 26)

LE GOFF, Jacques. **As raízes medievais da Europa**. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____. **Por amor às cidades**: conversações com Jean Lebrun. Tradução de Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: UNESP, 1998. (Prismas)

_____. **O apogeu da cidade medieval**. Tradução de Antônio de Paula Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1992. (O Homem e a História)

_____. **O homem medieval**. Tradução de Maria Jorge Vilas de Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

LEITE, Francisco B. Feiras do sertão nordestino. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tipos e aspectos do Brasil**. 10. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

_____**. O direito à cidade.** Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **A cidade do capital**. Tradução de Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991.

_____**. O pensamento marxista e a cidade**. Tradução de Maria Idalina Furtado. São Paulo: Ulisseia, 1972.

LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana**. Tradução de Cely Arena. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

LIMA, Anna Erika Ferreira. **Na feira a gente encontra de tudo...**: aspectos da formação espacial da feira-livre de Abaiara – Ceará. 2008. 73p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

LINS, Rachel Caldas. (Coord.). **Áreas de exceção do agreste de Pernambuco**. Recife: SUDENE/PSU/SER, 1989. (Série Estudos Regionais)

LIMA. J. Policarpo.; KATZ, Frederico J. A economia de Pernambuco: perda de dinamismo e a necessidade de buscar caminhos possíveis. **Cad. Est. Soc.**, Recife. v.9, n.1, jan./jun., 1993.

LIMA, Jacob Carlos. Novos espaços produtivos e novas-velhas formas de organização do trabalho: as experiências com cooperativas de trabalho no Nordeste brasileiro. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 73, dez. 2005, p. 91-110.

_____. Novas formas, velhos conteúdos: diversidade produtiva e emprego precário na indústria do vestuário. **Rev. Política e Trabalho,** n. 15, João Pessoa: set. 1999. Disponível em: <http://www.oocities.org/collegepark/library/8429/15-lima.html>. Acesso em: 06 maio 2013.

LIRA, Sonia Maria de. **O "desenvolvimento" do aglomerado de micro e pequenas indústrias de confecções do Agreste/PE**: as suas interrelações socioespaciais. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LUKÁCS, György. Princípios ontológicos fundamentais de Marx. In: **Para uma ontologia do ser social I**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Mário Duayer, Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

MACIEL, Fabrício. Batalhadores feirantes. O Ver-o-peso e a Feira de Caruaru. In: SOUZA, Jessé. [et. al.]. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

MAIA, Vasconcelos. Água de meninos. In: CARYBÉ, **Feira de água de meninos**. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955. (Coleção Recôncavo, 4)

MAIA, Doralice Sátyro. A vaquejada: de festa sertaneja a espetáculo nas cidades. In: ALMEIDA, Maria Geralda de.; RATTS, Alecsandro JP. **Geografia**: leituras culturais. Goiânia: Alternativa, 2003.

MARIA JÚNIOR, Martha. **Cidades Médias**: uma abordagem da urbanização cearense. 2003. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, 2003.

MARQUES, Josabel Barreto. **Caruaru, ontem e hoje**: de fazenda a capital. Recife: Ed. do autor, 2012.

MARTINS FILHO, Antônio.; GIRÃO, Raimundo. **O Ceará**. 3 ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1966.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 1. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 31. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. Tradução de Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 2. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____**. O Capital**: crítica da economia política. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1996. v. 1, l. 1, t.1.

_____. Para a crítica da economia política. In: **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. 2. ed. Tradução de José Carlos Bruni (*et. al.*). São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores).

_____.; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MEDEIROS, Bartolomeu T. F. de. A feira de Caruaru. Patrimônio cultural nacional. In: GUILLEN. Isabel C. M. (Org.). **Tradições e traduções**: a cultura imaterial em Pernambuco. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

MELAZZO, E. S.; CASTRO, C. A. A escala geográfica: noção, conceito ou teoria? São Paulo: **Rev. Terra Livre**, Presidente Prudente, SP, a. 23, n. 29, v. 2, p. 133-142, ago./dez., 2007.

MELO, Maiara. Obras no Shopping Popular de Santa Rita começam ainda este mês. **Jornal do Commercio**. Cidade. 04 abr. 2013. Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2013/04/04/obras-no-shopping-popular-de-santa-rita-comecam-ainda-este-mes-78616.php>. Acesso em: 13 fev. 2016.

MENEZES, Paulo Elpídio de. **O Crato de meu tempo**. 2. ed. Fortaleza: UFC, 1985. (Coleção Alagadiço Novo)

MENEZES, José Pinheiro Bezerra de. Município do Crato. Comarca do mesmo nome. Estado do Ceará. Notas colhidas e observações feitas por um amigo da terra, em setembro de 1915. **Revista do Instituto do Ceará** - Histórico, Geográfico e Antropológico. 1918.

NEMER, Sylvia Regina Bastos. **Feira de São Cristóvão**: contando histórias, tecendo memórias. Rio de Janeiro, 2012. 255f. Tese (doutorado) Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/O%20cordel%20na%20Feira%20de%20S%C3%A3o%20Crist%C3%B3v%C3%A3o.PDF>. Acesso em: 27 dez. 2015.

MELO, M. C. P. de; TEIXEIRA, M. J. Indústria de confecções no Ceará: uma análise dos investimentos dos anos 90. In: AMARAL FILHO, J. **Federalismo fiscal e transformações recentes no Ceará**. Fortaleza: INESP, 2000.

MENDONÇA, Marília Moreira. **É de plano pensado?!** O processo de territorialização da feira da rua José Avelino, Fortaleza/CE. 75f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.

_____.; GONÇALVES, Luiz Antônio Araújo. A Des-Re-Territorialização do comércio ambulante de confecção da Praça Dom Pedro II, no Centro de Fortaleza/CE. In.: ENCONTRO DE INICIAÇÃO À PESQUISA DA UNIVERSIDADE DE FORTALEZA, 17., 2011. Fortaleza. **Anais...**, Fortaleza: UNIFOR, 2011.

MIDLEJ, Roberto. Especialistas falam sobre a obra de Carybé e o seu valor no mercado. **Correio**. Variedades. Salvador. 07 set. 2014. Variedades. Disponível em: <http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/especialistas-falam-sobre-a-obra-de-carybe-e-o-seu-valor-no-mercado/#>. Acesso em: 29 jan. 2016.

MIRANDA, Gustavo M. S. **A feira na cidade**: limites e potencialidades de uma interface urbana nas feiras de Caruaru (PE) e de Campina Grande (PB). 2009. 189 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

MONBEIG, Pierre. Notas sobre a Geografia Humana do Nordeste do Brasil. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, a. 6, n. 65, p. 467-473, ago. 1948.

MONTE-MÓR, R. L. Cidade e campo, urbano e rural, o substantivo e o adjetivo. In: FELDMAN, Sarah; FERNANDES, Ana. (Orgs.). **O urbano e o regional no Brasil contemporâneo**: mutações, tensões, desafios. Salvador: UFBA, 2007.

MORAES, Ana Angélica V. de. (Org.) **Conhecendo Feira de Santana**. Olhares sobre a cidade. Feira de Santana, BA: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2004.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O Sertão. **Rev. Terra Brasilis**, v. 4., n. 5, p. 1- 8., 2003. Disponível em: <https://terrabrasilis.revues.org/341>. Acesso em: 28 fev. 2016.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. **A feira de Brejo Grande**: estudo de uma instituição econômica num município sergipano do Baixo São Francisco. 1975. 348 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, SP, 1975.

_____. Subsídios à história do pequeno comércio no Brasil. **Revista de História**, São Paulo, Ano. 27, n. 105, p. 81-106. 1 trim., jan./ mar. 1976. Disponível em: http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/105/a05n105op.pdf. Acesso em: 30 jan. 2016.

MOUTINHO, Lúcia Maria Góes. (Coord.). **Arranjos produtivos locais no estado de Pernambuco**: mapeamento, metodologias de identificação e critérios de seleção para políticas de apoio. Nota técnica 2 - Pernambuco. s/d. Disponível em: <http:// www.politicaapls.redesist.ie.ufrj.br/documentos>. Acesso em: 03 ago. 2013.

MOVIMENTO pede a permanência da Sulanca no local. Blog da folha. 02 ago. 2013. Disponível em: <http://www.folhape.com.br/blogdafolha/?p=116005>. Acesso em: 14 nov. 2015.

MUCURIPE dará lugar à maior feira da Capital. **Diário do Nordeste,** Negócios. 20 fev. 2015. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/mucuripe-dara-lugar-a-maior-feira-da-capital-1.1225228>. Acesso em: 25 mar. 2016.

MUNFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. Tradução de Neil R. da Silva. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Ensino Superior)

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de serviço social; v.1)

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O elo perdido**: classe e identidade de classe na Bahia. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro)

_____. A questão regional: a hegemonia inacabada. **Estudos Avançados,** v. 7, n. 18, 1993.

_____. **A economia brasileira**: crítica à razão dualista. 5. ed. Petrópolis,RJ: Vozes,1987.

_____. O Estado e o urbano no Brasil. **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 1, v. 16, p.36-54, 1982.

_____. **Elegia para uma Re(li)gião**: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, Meire. Baixa dos Sapateiros ganha camelódromo. **Jornal A Tarde**, Salvador. 16 mai. 2016. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1771253-baixa-dos-sapateiros-ganha-camelodromo>. Acesso em: 18 maio 2016.

OLIVEIRA, Mônica V. M.; CABRAL, Romilson M. A Expansão das Atividades de Confecção em Áreas Rurais no Município de Santa Cruz do Capibaribe/PE – o caso da Vila Magana. **Desenvolvimento em Questão,** Ano 10, n. 20, p. 140-167, maio/ago. 2012.

PARENTE, Analine M. M. **Se o novo já é velho, imagine o antigo? Formação e territorialidade da feira livre do Aprazível, Sobral (CE)**. 2015. 91 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, CE, 2015.

PERROT, Michelle. Os operários, a moradia e a cidade no século XIX. In: _____. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução de Denise Bottmann. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. (Oficinas da história) p. 101-126.

PETRONE, Pasquele. Crato, “capital” da região do Cariri. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 20, p. 31-55, jul. 1955.

PINTAUDI, Silvana Maria. Por uma leitura das formas de comércio varejista na cidade. **Cidades**, v. 7, n.11, 2010.

_____. Anotações sobre o espaço do comércio e do consumo. In: PACHECO, Suzana Mara Miranda.; VERDAGUER, Carles Carreras. (Orgs.). **Cidade e Comércio:** a rua comercial na perspectiva internacional. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, 2009.

_____. Os mercados públicos: metamorfoses de um espaço na história urbana. In: **Cidades,** v. 3, n. 5, p. 81-100, 2006.

_____. São Paulo, do centro aos centros comerciais: uma leitura. In: CARLOS, Ana Fani A.; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (Orgs.). **Geografias das metrópoles**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. Os mercados públicos: metamorfoses de um espaço na história urbana. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales,** Ano 10, v. 218, n.81, ago. 2006.

_____. O shopping Center no Brasil: condições de surgimento e estratégias de localização. In: _____. FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. (Orgs.). **Shopping Centers**: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1992. (Prismas)

PIRENNE, Henri. **As cidades da Idade Média**. 2. ed. Lisbôa: Publicações Europa-América; São Paulo: FAU/USP, 1971.

_____. **História econômica e social da Idade Média**. Tradução de Lycurgo Gomes da Motta. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1965.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Traduação de Fanny Wrabel. 2. ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**: reformas urbanas e controle social (1860-1930). 3. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

PONTES, Beatriz Maria Soares. As mudanças no processo produtivo capitalista e suas repercussões nas cidades médias nordestinas. In: SPOSITO, Eliseu S., SPOSITO, Maria Encarnação B., SORBARZO, Oscar. **Cidades médias**: produção do espaço urbano regional. (Orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 327-346.

POPPINO, Rollie E. **Feira de Santana**. Trad.: Arquimedes Pereira Guimarães. Salvador: Itapuã, 1968. (Coleção Baiana)

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720).** São Paulo: Livraria Pioneira; Universidade de São Paulo, 1968.

REZENDE, Antônio P. O cotidiano: encanto e invenção. In.: FREYRE, Gilberto. **Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife**. Ilustr. Luís Jardim; Apresent. e Atualiz.: Antônio Paulo Rezende. 5. ed. São Paulo: Global, 2007.

ROLNIK, Raquel. Desenvolvimento econômico e cidades do Brasil: por que continuamos reproduzindo a precariedade? In: **DIÁLOGOS URBANOS**. Caruaru, PE: 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Eiae0lRXmxo>. Acesso em: 12 nov. 2015.

SÁ, Márcio. **Feirantes**: quem são e como administram seus negócios. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011.

SAES, Alexandre Macchione; ROSA, Elton Rodrigo. Mercado pontual: atuação estatal na formação da Feira de Gado de Três Corações (1900-1920). **Estud. Econ.**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 745-772, dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612013000400005&lng=en&nrm=iso >. Acesso em: 04 fev. 2016.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Prefácio. In: ABREU, Alice Rangel de P. **O avesso da moda:** trabalho a domicílio na indústria de confecção. São Paulo: Editora HUCITEC, 1986.

SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio Ambiente. Cartogramas temáticos. **Pesquisa:** As fronteiras da atividade empreendedora baseada no Moda Center Santa Cruz. Santa Cruz do Capibaribe,PE: [s. n.], 2013.

SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana**. 3. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008a. (Coleção Milton Santos, 9)

_____. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008b. (Coleção Milton Santos, 6)

_____. **O Centro da Cidade do Salvador**: estudo de Geografia Urbana. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Salvador: Edufba, 2008c. (Coleção Milton Santos, 13)

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. Colab.: Denise Elias. 6. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008d. (Coleção Milton Santos, 10)

_____. **Economia espacial**: críticas e alternativas. Tradução de Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007. (Coleção Milton Santos, 3)

_____. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004. (Coleção Milton Santos, 2)

_____.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro / São Paulo: Record, 2001.

_____. **Por uma economia política da cidade:** o caso de São Paulo. São Paulo: HUCITEC /EDUC, 1994.

_____. Tendências da urbanização brasileira no fim do século XX. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994.

_____. **O espaço dividido**: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979 (Coleção Ciências Sociais).

_____. **Pobreza urbana**. São Paulo, Recife: HUCITEC, 1978.

_____. A Cidade de Jequié e sua região. **Rev. Bras. de Geograf.,** (Separata). Rio de Janeiro, a. 18, n. 1, jan./ mar., 1956.

SANTOS, Marlon Cavalcante. **A dinâmica dos circuitos da economia urbana na indústria de confecção em Fortaleza-Ceará.** 2014. 149 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

_____.; SILVA, Eciane Soares da.; SILVA, José Borzacchiello da. Dinâmica socioeconômica e a formação de territórios no Centro de Fortaleza-CE: o beco da poeira e a feira da Sé. In.: ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 13, 2011, Costa Rica. **Anais...** Costa Rica: 2011.

SANTOS FILHO, Ernani Martins dos. **A emergência do Tecnopólo Campina Grande–PB**. 2007. 142 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós–Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

SARABIA, Mônica Luize.; MORA, Luis de la.; XAVIER, Maria Gilca Pinto. Santa Cruz do Capibaribe-PE: a transferência da feira e o esvaziamento do Centro antigo. In: **Rev. Espacios,** v. 34, n. 2, p. 12, 2013. Disponível em: < http://www.revistaespacios.com/a13v34n02/13340212.html>. Acesso em: 06 maio 2013.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2016.

_____. **Vencedores do 8º Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor (2013-2014).** Vencedor Estadual – Novos Projetos Município de Santa Cruz do Capibaribe (PE). [S.I.]: SEBRAE, 2014. Disponível em: <http://www.prefeitoempreendedor.sebrae.com.br/pdfs/68326171055883d7d3e57f1.93984699.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2016.

_____. **Perfil econômico e principais oportunidades de negócios em Pernambuco**. Recife: Gráfica JB, 2006.

SENNET, Richard. **O artífice**. Tradução de Clóvis Marques. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SILVA, José Borzacchiello da. **Quando os incomodados não se retiram**: Uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. Fortaleza: Multigraf, 1992.

_____. Reinventando Fortaleza: o saber geográfico e outros saberes na interpretação da cidade. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994.

_____. Pelo retorno da região. In: CASTRO, Iná Elias de. (et. al.) **Redescobrindo o Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SILVA, Eciane Soares da. Dinâmica do comércio de confecção no Centro de Fortaleza. 2013. 155 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

SKINNER, G. W. Marketing and social structure in rural China. **Etudes Rurales**, n. 161-162, p. 215-261, jan. 2002. Disponível em: <www.cairn.info/revue-etudes-rurales-2002-1-page-215.htm>. Acesso em: 01 jan. 2016.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Investigação sobe sua natureza e suas causas. Trad.: Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 1. (Os Economistas)

SMITH, Robert C. **Arquitetura Colonial Baiana**: Alguns aspectos de sua história. Salvador: EDUFBA, 2010. (Coleção Nordestina)

SIVUCA; GADELHA, Glorinha. Feira de Mangaio. In: _____. **Clara Esperança**. São Paulo: EMI ODEON, p1979. 1 disco sonoro. Lado B (3min18s).

SOARES, Valter Guimarães. **Cartografia da saudade**: Eurico Alves e a invenção da Bahia sertaneja. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/163/1/Cartografia%20da%20saudade.pdf >. Acesso em: 04 out. 2015.

SOARES, Cecília Moreira. As ganhadeiras. **Mulher negra na Bahia no século XIX**. 1994. 126f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, Salvador, 1994. Capítulo 2. p. 49-72. Disponível em: <http://www.ppgh.ufba.br/wp-content/uploads/2015/02/Mulher-Negra-na-Bahia-do-Sec-XIX.pdf >. Acesso em: 26 jan. 2016.

SOBARZO, Oscar. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria Encarnação B.; WHITACKER, Arthur M. **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SOBRAL. **Decreto nº 1529, de 25 de junho de 2013**. Declara de utilidade pública para fins de desapropriação o imóvel, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.sobral.ce.gov.br/iom/461.pdf>. Acesso em: 04 out. 2015.

SOUSA, Luís Gonzaga de. **Memórias de Economia**. Ensaios: a realidade brasileira. Edição electrónica, 2004. Disponível em: <http://www.eumed.net/cursecon/libreria/2004/lgs-mem/lgs-mem.htm>. Acesso em: 29 nov. 2015.

SOUSA, Evelize Teixeira de Oliveira. **Produção de territórios na Feira da Rua José Avelino – Fortaleza – CE**. 2015. 152 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015. Disponível em: <http://www.uece.br/mag/dmdocuments/evelize_teixeirade_oliveirasousa.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2015.

SOUZA, Emanuel Bandeira. Nos porões dos arrecifes. O trabalho autônomo no comércio de confecções da cidade do Recife. **Geonordeste,** Ano. 2, n. 2, p.49-59, 1985. Disponível em: http://www.seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/viewFile/4343/3602>. Acesso em: 20 ago. 2012.

SOUZA, Elza C. de. Feira de gado. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tipos e aspectos do Brasil**. 10. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

SPOSITO, Maria Encarnação B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: _____.; WHITACKER, Arthur M. **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani A.; SOUZA, Marcelo Lopes de. _____ . (Orgs.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2012.

STUDART, Guilherme. Descripção do Município de Barbalha. **Revista do Instituto do Ceará** - Histórico, Geográfico e Antropológico. p. 9-13, 1888.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **Sistema 34/18 e FINOR. Projetos com declaração de funcionamento normal**. Recife: SUDENE, 1986.

_____. **Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste I**: 1961/1963. 2. ed. Recife: SUDENE/Divisão de Documentação, 1966. (Série Planejamento)

THEODORO, Mário Lisbôa. Os programas de apoio ao setor informal no nordeste. **Planejamento e políticas públicas,** n. 12, jan./jun., 1995. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/ index.php/PPP/article/view/144/146>. Acesso em: 13 dez. 2011.

THOMAS, Jack. **Le temps des foires**. Foires et marchés dans le Midi toulousain de la fin de l'Ancien Régime à 1914. Toulose: Presses Universitaires du Miral, 1993. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=n4S1_NW2yPoC&printsec=frontcover&dq=les+temps+de+foires&hl=ptBR&sa=X&ved=0ahUKEwjTy7yWlv3JAhWKhZAKHYM2AYMQ6AEIHDAA#v=onepage&q=les%20temps%20de%20foires&f=false>. Acesso em: 20 out. 2014.

TRADICIONAL feira livre do Crato é responsável pelo sustento de muitas famílias da região. **Diário Regional.** (Programa de TV), 14 nov. 2013. Disponível em:

<http://tvdiario.verdesmares.com.br/videos/detalhes-de-videos?id=749ccaad2bd7c73103f8ec1e113142db>. Acesso em: 15 nov. 2015.

VIEIRA, Maria Sulamita de Almeida. **Feira**: espaço de liberdade ou de ilusões? 1980. 107 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Desenvolvimento. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1980.

VILLAR, Euclydes (Dir.). **Almanaque de Campina Grande para o ano de 1934.** Ano II. Campina Grande: Livraria Vilar, 1933. Disponível em: <https://issuu.com/blogrhcg/docs/almanaque1934/1?e=4952264/4988937>. Acesso em: 02 maio 2016.

_____. **Almanaque de Campina Grande para o anno de 1933.** Anno I. Campina Grande: Livraria Campinense, 1932. Disponível em: <https://issuu.com/blogrhcg/docs/almanaquecg1933/1?e=4952264/1391363>. Acesso em: 02 maio 2016.

WEBER, Max. Conceito e categorias da cidade. Trad. Antônio Carlos Pinto Peixoto. In: VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

XAVIER, Maria Gilca Pinto. **O Processo de produção do espaço urbano em economia retardatária:** a aglomeração produtiva de Santa Cruz do Capibaribe (1960-2000). 2006. 254f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS FEIRANTES

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
Pró- Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa – PROPGPq
Programa de Pós-Graduação em Geografia – PROPGeo
Laboratório de Estudos Urbanos e da Cidade - LEURC
Av. Dr. Sila Munguba, 1700 – Campus do Itaperi – Bloco da Pós-Graduação em Geografia
CEP: 60.740-000 Fortaleza-Ceará Tel.: 85-3101.9964 Home-page: www.uece.br/leurc

Pesquisa de doutorado:

Modernização e Aglomeração precária. Um estudo geográfico das feiras de confecção no Nordeste brasileiro: Aprazível/Sobral, no Ceará, Caruaru, em Pernambuco e Serrinha, na Bahia.

Questionário para o feirante:

Aplicado na feira: _____ Por: _____

Tipo de mercadoria: _____

Local e data: _____

DADOS PESSOAIS

1. Idade: _____ 2. Sexo: [ ] Masculino [ ] Feminino

3. Município onde nasceu: _____ 4. Município onde reside: _____

5. Estado Civil: [ ] Casado [ ] Solteiro [ ] Outro: _____

6. Escolaridade: [ ] Não sabe ler [ ] Fundamental completo [ ] Fundamental completo [ ] Médio [ ]Superior - 6.1 Qual curso? _____

7. Exercia outro trabalho/ocupação antes de trabalhar na feira? _____

8. Já morou/trabalhou em outra cidade/estado? Se sim, qual e em quê? _____

9. Tipo de equipamento: [ ] Banca de madeira [ ] Banca de ferro [ ] Boxe de alvenaria [ ] Loja

10. Situação do equipamento: [ ] Próprio [ ] Alugado [ ] Cedido [ ] Outro: _____

11. Quais despesas mais impactam no seu faturamento? _____

12. Já fabricou/comercializou outro tipo de confecção? [ ] Sim [ ] Não. Se sim, qual? _____

13. Há quanto tempo comercializa confecção nesta feira? _____

14. Quantas pessoas trabalham na banca/box além do(a) Senhor(a)? _____

15. Já trabalhou de carteira assinada antes de trabalhar na feira? [ ] Sim [ ] Não. 15.1. Caso sim, em qual ocupação? _____ 15.2 Por quanto tempo? _____ 15.3 Em que idade? ____

16. Qual é o seu faturamento médio semanal bruto/liquido? p

A) até R$ 200,00 B) de R$ 200,00 à R$ 500,00 C) de R$ 500,00 à R$ 800,00 D) de R$ 800,00 à R$ 1.100,00

E) de R$ 1.100,00 à 1.400,00 F) Acima de R$ 1.500,00. 16.1. Média de faturamento: _____

PRODUÇÃO / DISTRIBUIÇÃO:

17. Onde é fabricada [distrito e município] a confecção que o Senhor vende nesta feira?

_____

18. Quanto à mercadoria, você: [ ] Fabrica e comercializa [ ] Somente comercializa

19. Se apenas comercializa, já fabricou confecção no passado? [ ] Sim [ ] Não.

Caso sim, que tipo? _____

20. Quanto à fabricação, já teve empresa registrada com CNPJ? [ ] Sim [ ] Não.

20.1 Caso sim, [ ] ME [ ] EPP

21. Caso seja fabricante, onde compra a matéria-prima? _____

22. Que tipo de confecção fabrica: [ ] Modinha [ ] Moda íntima [ ] Jeans [ ] Outro: _____

23. Quantas peças são produzidas por dia? _____

24. Qual é o maquinário utilizado? _____

25. Contrata quantas pessoas? Quais funções? _____

26. Como paga os trabalhadores? [ ] Salário M/Q - R$: _____ [ ] Por peça M/Q – R$: _____

27. Qual é a jornada de trabalho por dia? _____

28. Quais etapas necessárias para a fabricação das peças? _____

_____

29. Você facciona ou terceiriza alguma etapa da produção? [ ] Sim [ ] Não. Se sim, qual?

_____

30. Os trabalhadores passam por algum curso de qualificação? [ ] Sim [ ] Não. 30.1. Caso sim, Qual? Onde? _____

31. Como a mercadoria chega na feira? [ ] Carro próprio [ ] Fretado [ ] Compartilhado

[ ] Outro: _____

CIRCULAÇÃO

32. Você tem outros pontos de venda em outras feiras? [ ] Sim [ ] Não.

32.1. Caso sim, em quais feiras e em quais dias? _____

33. Você utiliza o serviço de empresas de transporte para enviar mercadorias para clientes? [ ] Sim [ ] Não.

33.1 Para quais localidades? _____ Qual é o custo médio? _____

COMÉRCIO

34. Você gostaria de ter outro ponto de venda e sair da feira? [ ] Sim [ ] Não.

35. Quais as melhores datas/meses para as vendas? _____

36. Você paga alguma taxa/imposto para comercializar na feira? _____

37. Quais as opções de pagamentos? [ ] À vista [ ] Cartão [ ] Cheque [ ] Outro:_____

38. Qual é a forma de divulgar as mercadorias para os clientes? [ ] Telefone Celular [ ] E-mail

[ ] Redes Sociais [ ] Outro: _____

CONSUMO

39. Quem são seus principais compradores? (Origem – localidade/estado de onde vêm?)

_____

40. Você comercializa mais no atacado ou varejo? _____

41. Quais mercadorias são mais procuradas? _____

PRECARIEDADE/PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

42. Quantas horas você trabalha por dia?_____

43. Consegue reservar um dia para descanso? [ ] Sim [ ] Não. Se sim, qual? _____

44. Você contribui para previdência social? [ ] Sim [ ] Não.

45. Possui cadastro como Microempreendedor Individual (MEI)? [ ] Sim [ ] Não.

46. Já solicitou algum tipo de empréstimo? [ ] Sim [ ] Não.

46.1 Caso sim, onde? [ ] SEBRAE [ ] BNB [ ] Outro: _____.

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS FEIRANTES

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
Pró- Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa – PROPGPq
Programa de Pós-Graduação em Geografia – PROPGeo
Laboratório de Estudos Urbanos e da Cidade - LEURC
Av. Dr. Sila Munguba, 1700 – Campus do Itaperi – Bloco da Pós-Graduação em Geografia
CEP: 60.740-000 Fortaleza-Ceará Tel.: 85-3101.9964 Home-page: www.uece.br/leurc

Pesquisa de doutorado:

Modernização e Aglomeração precária. Um estudo geográfico das feiras de confecção no Nordeste brasileiro: Aprazível/Sobral, no Ceará, Caruaru, em Pernambuco e Serrinha, na Bahia

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Como surgiu a feira? À quanto tempo existe? Como é a sua composição – nº de feirantes?
2. Quem são os vendedores/feirantes? Estão lá há quanto tempo?
3. Qual o perfil do dos vendedores quanto a gênero, Idade e condição (Origem – de onde vêm? São proprietários dos boxes? São permissionários? Onde moram? Onde produzem as peças? Como trazem as peças?).
4. Quem são os compradores? (Origem – de onde vêm? Hospedagem – Onde se hospedam? A finalidade da compra – revender ou consumo final? Como chegam até aprazível? Que tipologias de mercadorias mais compram, mais buscam na feira? Como transportam essas mercadorias até seu local de origem?)
5. Quais as tipologia da confecção comercializadas na feira? (*jeans*, *lingerie*, vestidos, camisaria, calças, etc.);
6. Em geral, onde são fabricadas as confecções comercializadas na feira? Local de origem da produção – é local ou de fora? De onde vem a matéria-prima? Forma de transporte? Dá para formar estoque?
6. Relação de compra e venda (formas de pagamento–dinheiro/cartão, à vista ou à prazo; varejo ou atacado? relação vendedor/comprador; outros tipos de produtos vendidos além da confecção.)
7. Associação dos feirantes/faccionistas (Em que momento se deu a organização dos feirantes em uma associação? Porque sentiram essa necessidade? Como se dá a manutenção da “feira” hoje? Vínculo/cadastro dos feirantes - quem são os permissionários? Modo de financiamento.
8. Estrutura (parte interior e exterior do equipamento):
   8.1 Parte interior do equipamento (Organização dos feirantes por Box/setor; Movimento nas alamedas, equipamentos de apoio -banheiros, lanchonetes, dormitórios etc.; movimento de carregadores; movimento de compradores; movimento de vendedores;).
   8.2 Parte exterior do equipamento (movimento de embarque e desembarque de passageiros; movimento de embarque e desembarque de cargas; picos de movimento e de lotação do estacionamento; identificação de origem/destino dos veículos – placas de ônibus, caminhões, caminhonetes e carros de passeio; aglomerações de feirantes fora do Moda Center; vendedores ambulantes no estacionamento).

9. Como ocorre esse circuito de feiras (quais trajetos/percursos/dias fazem do local onde é produzido até as feiras? São públicos diferentes? (quem consume, onde, tipo de consumo) Há alguma a diferença de uma feira para outra? Lugar mais distante, mas preço atrativo.
10. Uso dos transportes (quantidade de vendedores saem de fortaleza? tipo de veículo transportador? Nº de produtos, mercadorias e pessoas circulando para feira?), Quais os custos da viagem? comunicação, tecnologia.

ANEXOS

ANEXO A – CERTIDÃO DA FEIRA DE CARUARU COMO BEM CULTURAL NO LIVRO DE REGISTRO DOS LUGARES DO IPHAN.

Serviço Público Federal

Ministério da Cultura

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN

C E R T I D Ã O

CERTIFICO que do Livro de Registro dos Lugares, volume primeiro, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Iphan, instituído pelo Decreto número três mil quinhentos e cinqüenta e um, de quatro de agosto de dois mil, consta à folha 2, verso, o seguinte: "Registro número dois – Bem cultural: Feira de Caruaru, localizada na cidade de Caruaru, estado de Pernambuco. Descrição: A Feira de Caruaru surgiu numa fazenda, situada num dos caminhos do gado entre o sertão e a zona canavieira, onde pousavam vaqueiros, tropeiros e mascates. No final do século XVIII, ali se construiu a capela de Nª Srª da Conceição, ampliando a convergência social e fortalecendo as relações de trocas comerciais em torno do lugar. Assim, a feira cresceu juntamente com a cidade e foi um dos principais motores do seu desenvolvimento social e econômico. A Feira de Caruaru é um lugar de memória e de continuidade de saberes, fazeres, produtos e expressões artísticas tradicionais que continuam vivos no comércio de gado e dos produtos de couro, nos brinquedos reciclados, nas figuras de barro inventadas por Mestre Vitalino, nas redes de tear, nos utensílios de flandres, no cordel, nas gomas e farinhas de mandioca, nas ervas e raízes medicinais. Sem sua dinâmica e o mercado que a Feira proporciona, esses saberes e fazeres já teriam desaparecido. É, por fim, um lugar de socialização, de permanente construção de identidades e de exposição da criatividade popular, tanto em seus aspectos tradicionais como em sua capacidade de recriação, invenção e inovação. A Feira de Caruaru são muitas feiras, que podem

se transformar ou desaparecer em função das transformações da própria sociedade e da própria cultura. É um Lugar de referência viva da história e da cultura do agreste pernambucano, e, de modo mais geral, da cultura nordestina e por isto constitui o Patrimônio Cultural do Brasil. Esta descrição corresponde à síntese do conteúdo do processo administrativo nº 01450.002945/2006-24 e anexos e apensos, no qual se encontra reunido um amplo conhecimento sobre este lugar, contido em documentos textuais, bibliográficos e audiovisuais. O presente Registro está de acordo com a decisão proferida na 51ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, realizada no dia 07 de dezembro de 2006. Data do Registro: 20 de dezembro de 2006. E por ser verdade, eu, Márcia Genésia de Sant'Anna, Diretora do Patrimônio Imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Iphan, lavrei a presente certidão que vai por mim datada e assinada. Brasília, Distrito Federal, 8 de fevereiro de 2007. _____

Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/FeiradeCaruaruCertidao.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2016.

ANEXO B – DECRETO DE DESAPROPRIAÇÃO DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DE GALPÃO DOS FEIRANTES NO DISTRITO DE APRAZÍVEL, EM SOBRAL/CE.

Impresso Oficial

Ano XVI - nº 461 — Sobral (CE), terça-feira, 30 de julho de 2013

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

DECRETO Nº 1523 DE 24 DE JUNHO DE 2013 - Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, o imóvel que indica, e dá outras providências. O PREFEITO MUNICIPAL DE SOBRAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 66, inciso XI da Lei Orgânica do Município c/c o Art. 2° e alínea o do art. 5° do Decreto-Lei n° 3.365 de 21 de junho de 1941, e CONSIDERANDO a prescrição normativa descrita no art. 5°, alínea o do Decreto-Lei n° 3.365 de 21 de junho de 1941, que considera de utilidade pública a criação de estádios, aeródromo ou campos de pouso para aeronaves, DECRETA: Art. 1° Fica declarado de utilidade pública para fins de desapropriação um terreno de forma regular, pertencente a José Crisóstomo Barroso Ibiapina e Micheline Carneiro Ibiapina, localizado na Zona Urbana do Distrito de Caracara, neste município, possuindo uma área total de quatro mil e duzentos metros quadrados (4.200,00m²), estremando-se: ao Norte, com propriedade de José Crisóstomo Barroso Ibiapina e Micheline Carneiro Ibiapina, medindo setenta metros (70,00m) de extensão; ao Sul, com propriedade de Kepler Pompeu, medindo setenta metros (70,00m) de extensão; ao Leste, com propriedade de José Crisóstomo Barroso Ibiapina e Micheline Carneiro Ibiapina, medindo sessenta metros (60,00m) de extensão e ao Oeste, com propriedade de José Crisóstomo Barroso Ibiapina e Micheline Carneiro Ibiapina, medindo sessenta metros (60,00m) de extensão. Art. 2° Fica a Procuradoria Geral do Município autorizada a proceder, por via amigável ou judicial, mediante prévia avaliação, a desapropriação prevista neste Decreto. Art. 3° O imóvel descrito e caracterizado no art. 1° deste Decreto, destina-se à construção de Campo de Futebol, no Distrito de Caracará. Art. 4° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JÚNIOR, em 24 de junho de 2013. JOSÉ CLODOVEU DE ARRUDA COELHO NETO - Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 1529, de 25 de julho de 2013 - Declara de utilidade pública para fins de desapropriação o imóvel que indica, e dá outras providências. O PREFEITO MUNICIPAL DE SOBRAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 66, inciso XI da Lei Orgânica do Município c/c o Art. 2° e alínea i do art. 5° do Decreto-Lei n° 3.365 de 21 de junho de 1941, e, CONSIDERANDO o que preconiza a alínea 'i', do art. 5°, do Decreto-Lei n° 3.365, de 21 de junho de 1941, que considera de utilidade pública a abertura, conservação e melhoramento de vias ou logradouros públicos; a execução de planos de urbanização; o parcelamento do solo, com ou sem edificação, para sua melhor utilização econômica, higiênica ou estética; a construção ou ampliação de distritos industriais, DECRETA: Art. 1° - Fica declarado de utilidade pública para fins de desapropriação uma parte de terreno situado no Distrito de Aprazível, neste Município, com área de 20.967m² (vinte mil, novecentos e sessenta e sete metros quadrados), extremando-se: ao Norte, Sul e Oeste, com terras pertencentes ao Sr. Antônio Dorenildo Menezes de Azevedo, e ao Leste, com a BR-222. Art. 2° - O imóvel descrito e caracterizado no art. 1° deste decreto destina-se à construção do Galpão dos Feirantes e outros equipamentos públicos, no Distrito de Aprazível, neste Município. Art. 3° - Fica a Procuradoria Geral do Município autorizada a proceder, por via amigável ou judicial, mediante prévia avaliação, a desapropriação prevista neste Decreto. Art. 4° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JÚNIOR, em 25 de julho de 2013. JOSÉ CLODOVEU DE ARRUDA COELHO NETO - Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LOTEAMENTO URBANÍSTICO DE INTERESSE SOCIAL Nº 001/2013 - Ref. Loteamento "ORGULHO TROPICAL I e II" Origem: Secretaria de Urbanismo. O Prefeito Municipal de Sobral, José Clodoveu de Arruda Coelho Neto, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Inciso I, Art. 66 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Lei Federal n° 6.766/79, "Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências" c/c a Lei Municipal 006/2000 que "Institui a Lei do Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Sobral e dá outras providências.", e Art. 49 a 60 da 005/2000, que "Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Sobral - PDDU e dá outras providências", e após análise *minuciosa do processo de loteamento em referência, sob égide no* parecer técnico acostado pela Secretaria de Urbanismo e no parecer jurídico da Procuradoria Geral do Município – PGM, que opinou pela homologação do "Loteamento Orgulho Tropical I e II", ambos de propriedade do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, CNPJ nº 03.190.167/0001-50, constante da Matricula n° 4913 de 21/08/2012, registrado no Cartório do 6° de Registro de Imóveis da Comarca de Sobral – Ceará, e localizada na Avenida John Sanford, nº 5015 – Bairro Cidade José Euclides Ferreira Gomes Júnior, nesta cidade, e na Matricula n° 4914 de 21/08/2012, registrado no Cartório do 6° de Registro de Imóveis da Comarca de Sobral – Ceará, localizada na Rua S.D.O. 06, nº 200 – Bairro Cidade José Euclides Ferreira Gomes Júnior, nesta cidade, respectivamente, HOMOLOGA os loteamentos acima descritos, podendo assim, provocar seus efeitos jurídicos, em especial, aqueles contidos nas exigências das leis que fundamentaram este ato, ficando este Município com direito de suspender, cassar e revogar este Termo de Homologação em toda sua plenitude, a todo momento, desde que comprometido a qualquer título, todas as disposições urbanísticas, *ambientais e jurídicas definidas em Lei ou Regulamento em vigor,* por parte do proprietário ou adquirente do loteamento ora homologado. Remeter, ainda, cópia deste termo à Secretaria de Urbanismo e a Procuradoria Geral do Município para ciência. Cumpra-se. Publique-se. Sobral(CE), 24 de julho de 2013. José Clodoveu de Arruda Coelho Neto - Prefeito Municipal.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 388/2013-SEGES - O SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso o "V" Art. 2º da Lei Municipal Nº 1196 de 07 de fevereiro de 2013, RESOLVE: 1º - Conceder o Servidor ESTALBER AMARANTE VIEIRA, *Diretor VI, lotado na Secretaria da* Educação,03(três) ajudas de custo no valor de 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) cada, para custeio e permanência em Rio de Janeiro/RJ,a fim de participar da Cerimônia da Premiação d 8ª OLÍMPIADA BRASILEIRA DE MATEMÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS – OBMP 2012, no período de 18,19 e 20 de junho de 2013. Cientifique-se e cumpra-se. Secretaria da Educação, em 18 de junho de 2013. JULIO CESAR DA COSTA ALEXANDRE - Secretário da Educação.

ANEXO C – COMUNICADO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA/PE AOS FEIRANTES.



COMUNICADO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TORITAMA, no uso de suas atribuições legais, e fazendo cumprir o que determina o Código de Postura do Município, Art. 187 da Lei Municipal Nº 903/2005, comunico a toda a população em geral e em especial os feirantes de confecções que a feira livre e todo o comércio no entorno do Parque das Feiras só abrirá as 00:00 (zero horas) da segunda-feira, sendo terminantemente proibido o comércio de confecções, em bancos, lojas e demais locais, e seu descumprimento acarretará a apreensão de mercadorias e cancelamento de alvará.

Cumpra-se.

Toritama, 3 de junho de 2014.

ODON FERREIRA DA CUNHA
PREFEITO

81 3741.1811
Prefeitura Municipal de Toritama
CNPJ: 11.256.054/0001-39
Rua João Chagas, S/N - Centro
Toritama - Pernambuco - CEP 55.125-000


CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico


CAPES
PROAP